



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

MAURO ROGÉRIO DE ALMEIDA VIEIRA

**PRÁXIS E EXPERIÊNCIA DE CLASSE NOS GRUPOS PRODUTIVOS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONSTRUINDO PROCESSOS FORMATIVOS
EMANCIPATÓRIOS NA FORMAÇÃO HUMANA E PROFISSIONAL**

FORTALEZA
2023

MAURO ROGÉRIO DE ALMEIDA VIEIRA

PRÁXIS E EXPERIÊNCIA DE CLASSE NOS GRUPOS PRODUTIVOS DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA: CONSTRUINDO PROCESSOS FORMATIVOS EMANCIPATÓRIOS NA
FORMAÇÃO HUMANA E PROFISSIONAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Educação Brasileira da
Universidade Federal do Ceará como requisito
para obtenção do título de Doutor em Educação.
Área de concentração: Trabalho e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Justino de Sousa Junior.

FORTALEZA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- V716p Vieira, Mauro Rogério de Almeida.
 Práxis e experiência de classe nos grupos produtivos de economia solidária : construindo processos
 formativos emancipatórios na formação humana e profissional / Mauro Rogério de Almeida Vieira. – 2023.
 319 f.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação
 em Educação, Fortaleza, 2023.
 Orientação: Prof. Dr. Justino de Sousa Junior..
1. economia solidária. 2. educação profissional. 3. práxis político-educativa. 4. contrainternalização. 5.
 emancipação.. I. Título.

CDD 370

MAURO ROGÉRIO DE ALMEIDA VIEIRA

**PRÁXIS E EXPERIÊNCIA DE CLASSE NOS GRUPOS PRODUTIVOS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONSTRUINDO PROCESSOS FORMATIVOS
EMANCIPATÓRIOS NA FORMAÇÃO HUMANA E PROFISSIONAL.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Trabalho e Educação. Orientador: Prof. Dr. Justino de Sousa Junior.

Aprovada em: 23/11 /2023.

BANCA EXAMINADORA

Dr. JUSTINO DE SOUSA JUNIOR
Presidente da banca – UFC - Orientador

Dra. LIA TIRIBA
UFF - Examinadora Externa à Instituição

Dr. ALEXANDRE MAIA DO BOMFIM
IFRJ - Examinador Externo à Instituição

DR. HILDEMAR LUIZ RECH
UFC - Examinador Interno

Dr. ANDRE VASCONCELOS FERREIRA
UFC - Examinador Externo ao Programa

Dedico este trabalho àqueles que acreditam que temos de produzir alguma coisa que ainda não existe e que não sabemos o que será. Provavelmente, será produzido no dia em que a paciência acabar, e brotar a consciência para se unir e lutar.

AGRADECIMENTOS

Grato aos familiares e amigos pela compreensão da ausência. O trabalho acadêmico exige certa solidão. Agradeço pelos encontros e desencontros vividos neste tempo de tormentas e rebuliços históricos e pessoais.

Agradeço à professora Fran, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN por possibilitar meu reencontro com a economia solidária. Grato ao Centro Feminista 8 de março – CF8, especialmente Conceição Dantas (Ção), Lidiane, Rejane e Viviane, à Rede Xique Xique de comercialização solidária por ter acreditado na parceria com o IFRN como instituição capaz de contribuir com a auto-organização das mulheres e jovens potiguares. Grato aos representantes dos 30 grupos produtivos de economia solidária com os quais tivemos o contentamento de experienciar a práxis da economia solidária.

Agradeço, sobremaneira, à professora Ana Maria Moura do IFRN por compartilhar comigo a coordenação das atividades no IFRN do projeto “GerAção Solidária”. Meus agradecimentos aos estudantes do IFRN: João Marcos, Ana Flávia Oliveira Barbosa de Lira, Rebeca Silveira, Anna Vitória, Dayse Guedes, Eduarda Tavares, Gabriela, Ingridy Marinho, Islane, Johnnatan Fernandes, Leonara Rebouças, Luiz Eduardo, Maria Beatriz, Maria Eduarda, Paulo Victor, Rafael Praxedes, Riston, Rodolfo, Sara, Taylane, Vitória Alexandrina e Vitória Oliveira, Smith Torres, pela sensibilidade e dedicação durante o planejamento e execução das atividades do projeto “GerAção Solidária”.

Meus agradecimentos às professoras Daniela Florêncio e Kyara Vieira do curso de Licenciatura em Educação do campo da Universidade Federal Rural do Semi-Árido e ao Professor Alexandre Lima do Curso de Gestão ambiental da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, ao professor Giordano Gubert Viola, pela parceria e apoio durante a realização das atividades do projeto “GerAção Solidária”.

Agradeço à Gabriela Rubens pelas “histórias que se cruzam sem intenção”, pelo apoio e incentivo na construção final desta pesquisa.

Meus agradecimentos ao Prof. Dr. Justino de Sousa Junior da UFC pela orientação zelosa desta pesquisa. Aos professores participantes da banca examinadora Lia Tiriba da UFF, Antonia Rozimar Machado e Rocha da UFC, Hildemar Luiz Rech da UFC, Fábio Maia Sobral da UFC, André Vasconcelos Ferreira da UFC, Alexandre Maia do Bonfim do IFRJ, pelo trabalho cuidadoso de avaliação, pelas valiosas colaborações e sugestões. Aos amigos/as do curso de Doutorado em Educação Brasileira da UFC, especialmente, da linha de pesquisa Trabalho e Educação, e ao corpo docente do programa.

À Paula, amiga querida, com a qual dividi as alegrias e angústias durante o trajeto de construção desta pesquisa nesses tempos difíceis e de esperança.

Meus agradecimentos, ainda, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN/MO pelo apoio financeiro durante a realização desta pesquisa.

Não nos daremos, naturalmente, ao trabalho de esclarecer a nossos sábios filósofos que[...] não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas (Marx & Engels. **A ideologia alemã** 1932/1996, p.29).

Compreender, para transformar. Transformar, compreendendo. Talvez seja esta a dialéctica, materialmente fundada, que do fundo do trabalho da educação nos concita a todos (Barata-Moura. **O trabalho da educação** 2015, p.17).

Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário (Lênin. **O que fazer?** 1979, p.32)

RESUMO

Não há receitas prontas para a emancipação, a “novidade” emancipatória nasce no centro do movimento social, não é possível caminhar para a transformação social a partir de uma proposta geral, abstrata, forjada em recintos nos quais a ciência se divorcia da vida e relega a práxis social. A formação de um novo sujeito não está sendo gestada na instituição escolar e tampouco somente pela economia solidária. A formação de um novo sujeito é realizada no âmago da luta dos/as trabalhadores/as a partir de sua práxis concreta, práxis produtiva, reprodutiva, política e revolucionária. Relegar a práxis social é desprezar o inusitado das experiências sociais. A experiência da classe trabalhadora na economia solidária é permeada de contradições, porém, ela possui especificidades capazes de propiciar ações inusitadas nas quais podem estar contidas uma potência suficientemente importante para a luta social. O que pretendemos com esta análise é apresentar alguns elementos que podem nos ajudar a compreender como o fazer-se da educação profissional é marcado pela disputa da formação da classe trabalhadora, e este fazer-se pode nos possibilitar a aproximação com outros modos de formar as pessoas a partir da experiência de classe promovida pela articulação, por exemplo, da educação profissional com a economia solidária. Os problemas principais a serem analisados nesta pesquisa foram: quais as consequências das relações entre educação profissional e os grupos de economia solidária? Quais as experiências educativas extraídas das relações na economia solidária que podem contribuir para outra experiência da instituição escolar? Como se dão as experiências educativas manifestas nas relações dos grupos de economia solidária com o IFRN/Mossoró? Em que a práxis político-educativa da economia solidária pode contribuir com a práxis político-educativa do IFRN/Mossoró? A concepção dialética e materialista da história nos permitiu estabelecer certa rota; não é uma rota inteiramente pronta e definitiva, mas um horizonte no qual os conceitos e as práticas foram a bússola que nos auxiliou no desdobramento de nossas questões. Nesse sentido, afirmamos que é através dessas experiências com a classe trabalhadora que a educação se conecta com os anseios populares e reconfigura sua práxis política.

Palavras-chave: economia solidária; educação profissional; práxis político-educativa; contrainternalização; emancipação.

ABSTRACT

There are no ready-made recipes for emancipation; the emancipatory 'novelty' arises at the heart of the social movement. It is not possible to move towards social transformation based on a general, abstract proposal forged in settings where science divorces itself from life and relegates social praxis. The formation of a new subject is not being gestated in the school institution, nor solely through solidarity economy. The formation of a new subject takes place at the heart of the struggle of workers, based on their concrete praxis—productive, reproductive, political, and revolutionary praxis. To relegate social praxis is to disregard the uniqueness of social experiences. The experience of the working class in solidarity economy is fraught with contradictions, yet it possesses specificities capable of fostering unusual actions that may contain a power significant enough for social struggle. What we aim to achieve with this analysis is to present some elements that can help us understand how the shaping of professional education is marked by the struggle for the formation of the working class. This shaping can enable us to approach other ways of educating people based on the class experience facilitated by the integration, for example, of professional education with solidarity economy. The main problems to be analyzed in this research were: what are the consequences of the relationships between professional education and solidarity economy groups? What educational experiences can be drawn from relationships in solidarity economy that may contribute to an alternative experience within the school institution? How do the educational experiences manifest in the relationships between solidarity economy groups and IFRN/Mossoró? In what ways can the political-educational praxis of solidarity economy contribute to the political-educational praxis of IFRN/Mossoró? The dialectical and materialist conception of history has allowed us to establish a certain path; it is not a completely ready and definitive path, but a horizon in which concepts and practices served as the compass that assisted us in unfolding our inquiries. In this sense, we assert that it is through these experiences with the working class that education connects with popular aspirations and reconfigures its political praxis.

Keywords: solidarity economy; professional education; political-educational praxis; coninternalization; emancipation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	SURGIMENTO HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU DESENVOLVIMENTO CONCEITUAL	23
2.1	A economia solidária no Brasil	44
2.2	Economia solidária: em busca de uma definição	56
3	CRISE DO CAPITALISMO E EDUCAÇÃO: O PROBLEMA DA EMANCIPAÇÃO	64
3.1	Modo de produção capitalista e crise estrutural do capital	64
3.2	Dependência econômica do Brasil e crise estrutural	81
3.3	A potência da economia solidária	91
3.4	Práxis e experiência de classe na economia solidária, educação e emancipação humana.....	97
4	A CATEGORIA DA PRÁXIS E DA EXPERIÊNCIA DE CLASSE NOS PROCESSOS FORMATIVOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	108
4.1	A categoria da práxis no materialismo histórico-dialético.....	109
4.2	A categoria da experiência de classe no materialismo histórico-dialético	137
4.3	Os processos formativos da economia solidária como práxis e experiência de classe	149
5	INSTITUIÇÃO ESCOLAR, NEOLIBERALISMO E CONTRAINTERNALIZAÇÃO: A RESISTÊNCIA NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR.....	159
5.1	A instituição escolar: a escola empresa e a crise da escola no Brasil	159
5.2	Panorama do neoliberalismo na política educacional brasileira	171
5.3	Contrainternalização e resistência na instituição escolar.....	185
6	PROCESSOS FORMATIVOS NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR E A EXPERIÊNCIA COM A PRÁXIS POLÍTICO-EDUCATIVA: O PROJETO DE EXTENSÃO ‘GERAÇÃO SOLIDÁRIA’ NO IFRN/MOSSORÓ	195
6.1	Breve abordagem histórica do IFRN/Mossoró.....	197
6.2	Processos formativos no IFRN/Mossoró e o contato com a práxis militante emancipatória da economia solidária.....	217
6.2.1	<i>Processos formativos no IFRN/Mossoró.....</i>	<i>220</i>
6.2.2	<i>Processos formativos no IFRN/Mossoró e a experiência com a práxis político-educativa militante e emancipatória dos grupos de economia solidária.....</i>	<i>228</i>

7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	298
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	309

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata da práxis da economia solidária enquanto processo formativo. Tratamos a economia solidária como um movimento social e popular cuja práxis traduz as experiências da classe trabalhadora ao produzir a sua existência material. Ao longo da pesquisa tratamos da educação na instituição escolar enquanto espaço específico de formação humana e profissional¹. A formação humana em geral ocorre constantemente nos mais variados espaços nos quais o ser social atua. Tanto a formação humana específica e/ou a formação humana em geral engendram processos políticos, culturais e históricos que participam da organização de uma totalidade dotada de sentido.

Ao abordar as relações entre economia solidária e educação estamos nos situando nos debates sobre trabalho e educação. Porém, ao nos colocar nesse debate, a partir da perspectiva da economia solidária, inserimos as categorias da práxis e experiência de classe para nos ajudar a explicitar o potencial político-educativo da economia solidária frente às experiências educativas produzidas no âmbito da economia capitalista. Nesse caso, o problema da pesquisa está relacionado ao caráter formador e socialmente transformador da práxis da economia solidária, qual seja, qual a potencialidade da economia solidária, realizada como experiência da classe trabalhadora, para a formação humana?

Vários estudos sobre economia solidária vêm ganhando a cena acadêmica nos últimos anos com o objetivo, ora, de fazer uma crítica teórica aos fundamentos da economia solidária, ora, para categorizar e catalogar as experiências de uma economia alternativa que vem se realizando como expressão da luta da classe trabalhadora pela sobrevivência.

No caso dos primeiros, podemos mencionar Wellen (2012) que faz uma crítica teórica da “economia solidária” ressaltando sua interdependência em relação à totalidade social. Ainda no campo da crítica teórica podemos destacar Menezes (2007) cuja pesquisa aponta na direção de conceber a economia solidária como um “anticapitalismo romântico” e da expressão de um “socialismo utópico” de acordo com a qual a economia solidária mais esconde do que revela no que diz respeito ao aspecto político-ideológico.

¹A referência à formação humana e profissional diz respeito a um tipo de formação destinada à classe trabalhadora articulando o ensino técnico-científico ao saber humanista e, nesse caso, essa formação visa formar trabalhadores/as intelectuais e manuais com um saber erudito e tecnoprofissional, comprometido com a transformação social. Nesse tipo de educação, todos teriam a mesma formação; seriam oferecidas as mesmas condições.

No outro campo de proposições acerca da economia solidária podemos situar Singer (1998) que vê uma propagação mundial da economia solidária na qual sobressai a perspectiva de repensar o socialismo através da construção de uma utopia militante, bem como a perspectiva de Cláudio Nascimento (2003) que entende a economia solidária como portadora de uma espécie de ressurreição dos valores culturais da classe trabalhadora, por exemplo, os valores da solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral, e outros. Nesse caso, o autor supracitado, vê a economia solidária como sinônimo de Autogestão; assim como Adams (2010) que afirma que a economia solidária desponta como uma forma de produzir a vida, uma economia não capitalista, não exploradora do trabalho e nem depredadora da natureza, capaz de formar um novo *ethos*, um “novo paradigma de vida do cuidado” (Adams, 2010, p.166).

A perspectiva apresentada nesta pesquisa não pretende fazer a crítica teórica e mecânica da economia solidária, e nem tampouco faz o elogio das práticas isoladas de grupos produtivos de economia solidária em algum rincão do país. A importância desta investigação é apontar a contribuição da práxis da economia solidária, efetivada através da experiência da classe trabalhadora, para o processo de formação humana e profissional. Nesse sentido, concordamos com Tiriba (2001) para quem o desafio da economia popular e solidária é ultrapassar os limites da “pedagogia da fábrica”², popularizando o saber acadêmico, sistematizando os saberes populares e construindo com os trabalhadores/as um outro sentido pedagógico. Como afirma a autora, trata-se de repensar a escola e de ampliar os espaços educativos. No nosso entendimento, o campo da possibilidade para esse salto de qualidade na superestrutura social somente se faz factível a partir do estabelecimento de uma democracia radical³ na qual o povo efetivamente ocupe a esfera pública. Assim, reforçamos a necessidade de uma estreita relação entre a práxis político-educativa da economia solidária, a instituição

² A "pedagogia da fábrica" é um termo que se refere a um modelo educacional que se assemelha ao funcionamento de uma fábrica, onde os alunos são tratados como produtos em uma linha de produção. Nesse modelo, o foco está na padronização, na uniformidade e na eficiência da entrega de conteúdo, muitas vezes atendendo às necessidades individuais e à criatividade dos alunos. A pedagogia da fábrica valoriza a memorização de informações em detrimento da compreensão profunda e da aplicação prática do conhecimento. É criticado por seu caráter mecanicista e despersonalizado da educação, com ênfase na obediência às regras e na conformidade, em detrimento do desenvolvimento integral dos estudantes. A esse respeito ver: KUENZER, Acacia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1985.

³ A proposta de uma democracia radical é pensada e desenvolvida por Marx em: MARX, Karl. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010. Em contraposição a democracia burguesa, há um apontamento em Marx da realização de uma autêntica democracia, a democracia radical. Esta não dualiza força política com força social, bem como não dicotomiza emancipação política de emancipação humana. Na democracia radical é fundamental a realização da atividade humana com vistas a construção de uma força social capaz de transformar a realidade material atual em uma realidade material possível constantemente. A esse respeito ver: VIEIRA, Mauro R. de, OLIVEIRA, Rômulo V., SOUSA Jr. **A educação como relação social fundamental e a emancipação humana**. Gerninal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v.13, n.1, p.554-574, abr. 2021.

escolar e a perspectiva de trabalho adotado pela economia solidária, no caso, a perspectiva do trabalho associado.

Assim, o objetivo da pesquisa é compreender, com base nas evidências teóricas e práticas, como a práxis da economia solidária, enquanto experiência da classe trabalhadora, contribui para a educação enquanto formação humana e profissional. Mais especificamente, em um primeiro movimento da pesquisa, contextualizamos o surgimento da economia solidária e seus desdobramentos históricos mais fundamentais, bem como apresentamos uma definição de economia solidária; em seguida, localizamos o atual estágio do contexto de crise do capitalismo como espaço no qual a práxis da economia solidária se funda; logo depois, traçamos uma caracterização do materialismo histórico-dialético destacando a categoria da práxis e da experiência de classe para mostrar o potencial político-educativo da economia solidária; ao passo em que problematizamos as relações entre neoliberalismo e a instituição escolar. Em um segundo movimento da pesquisa, realizamos uma exposição sobre a educação enquanto formação humana e profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/Campus Mossoró – IFRN/MO para seguidamente apresentar a experiência com a práxis político-educativa da economia solidária através da descrição de algumas atividades realizadas através de um projeto de extensão no âmbito do IFRN/MO com 30 grupos de economia solidária.

Partimos do entendimento de que nem a educação enquanto formação humana e profissional, nem tampouco a economia solidária, são tratadas como objeto de estudo isolado, constante, imóvel, como um dado imediato; ambas possuem suas próprias conexões; e conjugadas, demandam e impelem o olhar atento para o modo de ser da realidade social. A compreensão da educação profissional em seu ponto de emulação através da experiência da classe trabalhadora na economia solidária foi possível através da minuciosa investigação das causas e efeitos que permeiam o tecido social. Nesse sentido, a investigação foi guiada pela atenção com a inerente transformação potencial do ser das coisas e dos entes ou seres sociais, e a inserção desse ser das coisas e dos entes em uma dinâmica maior da condição social.

A concepção materialista e dialética da história nos permitiu estabelecer certa rota; não é uma rota inteiramente pronta e definitiva, mas um horizonte no qual os conceitos e as práticas foram a bússola que nos auxiliou no desdobramento da nossa questão. Sem dúvida, a representação mais aproximada da realidade foi alcançada por via dialética levando em consideração as ações recíprocas do devir e do perecer, das mudanças progressivas ou regressivas (Engels, 1975, p.73). O modo dialético de pensar se nos apresenta como uma reflexão que oferece a imagem de um entrelaçado infindo de conexões e de ações recíprocas

em que nada permanece o que era, nem onde, nem como estava; pelo contrário, tudo se move, se altera, devém e perece. Isso expressa a filosofia grega cujo representante principal é Heráclito. De acordo com ele, tudo é e não é, pois tudo flui, está em permanente devir e em permanente desaparecimento (Engels, 1975, p.69). Esta concepção abarca o caráter geral do conjunto de fenômenos investigados aqui. Porém, para conhecer a imagem de conjunto da realidade é necessário também compreender os fenômenos particulares. A dialética é a ciência da natureza e da investigação histórica cuja preocupação é conhecer em conjunto a partir da retirada da conexão natural para examinar particularmente em cada fenômeno as suas causas e efeitos. Em seguida, foram necessários o exame crítico e o desprendimento da análise de repouso dos fenômenos, o que nos possibilitou a compreensão do movimento e de suas múltiplas configurações.

Assim, metodologicamente, optamos por realizar pesquisa bibliográfica por ela ser capaz de explicitar nossas opções teóricas que consideramos fundamentais e nos possibilita explorar o rol conceitual capaz de ser manejado para compreender a dinâmica da realidade, bem como realizar a atualização desses conceitos para proceder investigações e análises capazes de revelar a contradição, o conflito, o devir, ou seja, é um procedimento que nos permite adentrar na totalidade e na unidade do movimento da história. No caso desta investigação sobre a práxis social e a experiência de classe optamos por um recorte marxiano e marxista desde a análise história do surgimento da economia solidária ao passar pelo debate sobre a crise atual do capital e as contradições que permeiam tanto o capital, a economia solidária e a instituição escolar, até as definições conceituais de práxis e experiência de classe.

A exposição da tese é realizada a partir de dois movimentos que se complementam para responder a questão proposta e apresentar as evidências coletadas e interrogadas ao longo da pesquisa bibliográfica e análise documental. No primeiro movimento da pesquisa realizamos a pesquisa bibliográfica sobre os desdobramentos da economia solidária. Nesse caso, optamos por partir de Hobsbawm (1996); Thompson (1998), Singer (1998; 2002; 2016), Tiriba (2001), Bocayuva (2007), Gaiger (2013). Sobre o atual estágio da crise do capitalismo selecionamos as obras de Marx de 1857 a 1867 (2011; 2014; 2017) Engels de 1880 (1975); Florestan Fernandes (1975), Dowbor (1982), Mészáros (2002; 2011), Wolfgang Streeck (2018) Antunes (2011; 2018). Os traços fundamentais do materialismo histórico-dialético, especialmente, os traços da categoria da práxis e da experiência de classe foram apresentados a partir de Marx de 1841 a 1845 (1993; 1996; 2018), nos cadernos de Gramsci de 1926-1937 (1989), Kosik (1976), Vásquez (1977), Thompson (1981), Barata-Moura (1991; 1994; 1996), Konder (1995; 2018) Sousa Jr. (2021), Magalhães & Tiriba (2018), Vendramini (2018, p. 219), dentre outros citados

ao longo da pesquisa. A problematização acerca da presença do neoliberalismo na política educacional brasileira e sua contraposição foi realizada a partir da escolha dos seguintes autores: Laval (2004); Meszáros (2008); Saviani (1996; 2007; 2020), Kuenzer (1997), Perry Anderson (1998), Harvey (2013), Mariani (2007), Shiroma *et al.* (2011), Sousa Júnior (2014), Jesus e Silva (2019), Roberto Leher (2021), Mauro Del Pino (2020).

No segundo movimento da pesquisa procedemos a partir do uso da pesquisa de análise documental que, na nossa perspectiva, suplementa o procedimento de investigação bibliográfica. Nesse caso, traçamos um breve histórico da educação profissional no Brasil e do IFRN/MO e realizamos o estudo e análise do documento que rege a formação humana profissional, o Projeto Político Pedagógico do IFRN/MO e alguns relatórios de gestão do IFRN/MO, destacando os alicerces que compõem um projeto de educação e formação humana profissional voltado para dar conta dos entraves que a educação tecnicista experimentou em outros tempos históricos; além disso, problematizamos esse breve trajeto histórico à medida que identificamos, mesmo já nos IFs, um resquício da separação entre educação e experiência da classe trabalhadora; na sequência procuramos identificar alguns elementos que pudessem nos ajudar a compelir uma proposição para restabelecer a unidade entre educação e experiência de classe a partir da exploração dos documentos primários (relatórios técnicos, atas de reunião, publicações acadêmicas - artigos publicados, livro – etc.) sobre a execução de um projeto de extensão de duração de dois anos no qual foram realizados processos formativos contundentes (feiras, seminários, cursos, minicursos, congresso etc.) extraídos da práxis político-educativa da economia solidária.

Assim sendo, esta pesquisa está organizada com base na seguinte estrutura: após essa introdução teremos o capítulo 2 intitulado ‘O surgimento histórico da economia solidária e seu desenvolvimento conceitual’ no qual dissertamos sobre alguns traços do surgimento histórico da economia solidária destacando os vínculos com os movimentos históricos da classe trabalhadora e as potencialidades desse movimento social. No capítulo 3 intitulado ‘Crise do capitalismo e educação: o problema da emancipação’ apresentamos os meandros da crise estrutural do capitalismo desenvolvido, suas implicações e amplitude no Brasil a partir da investigação da crise estrutural. No capítulo 4 sobre ‘A categoria da práxis e da experiência de classe nos processos formativos da economia solidária’ exploramos essas categorias a partir da perspectiva marxista para ponderar sobre a práxis político-educativa nas experiências de classe dos grupos de economia solidária. Já no capítulo 5 ‘Instituição escolar, neoliberalismo e contrainternalização: a resistência na instituição escolar’ dissertamos sobre as contradições da instituição escolar enredada no neoliberalismo pós-1970 para mostrar que ela se constitui como

espaço de disputa política no qual as mais variadas perspectivas acerca da transformação social se embatem. No capítulo 6, ‘Processos formativos na instituição escolar e a experiência com a práxis político-educativa: o projeto de extensão GerAção solidária no IFRN/Mossoró’ dissertamos sobre as atividades realizadas com os grupos de economia solidária, através do projeto de extensão “GerAção Solidária: mulheres e jovens na economia”, o que nos permitiu compreender a economia solidária como uma experiência da classe trabalhadora na qual se processa uma práxis político-educativa militante e emancipatória.

Assim, chegamos à compreensão de que os processos formativos que emergem da relação entre educação enquanto formação humana e profissional e o movimento da economia solidária, em meio as mais diversas contradições e transformações da instituição escolar, guardam os anseios das classes populares ao produzir experiência de classe acumulada na práxis político-educativa. Não se trata de qualquer experiência de classe, é a experiência emancipatória decorrente de outro anseio, o anseio emancipatório da transformação social.

A temática da economia solidária ressurgiu no meu horizonte acadêmico nos idos do ano de 2016 como uma grande possibilidade de realizar alguns estudos deixados para trás durante minha formação. Anteriormente já havia me deparado com a proposta de economia solidária mais precisamente no ano de 2001 no fórum social mundial⁴ realizado no Brasil na cidade de Porto Alegre/RS. O fórum social mundial de 2001 apresenta a proposição preliminar de que “um outro mundo é possível” em contraposição ao fórum econômico mundial de Davos a qual cabia a função de definir as estratégias para adoção de um modelo de globalização neoliberal. O fórum social mundial é um espaço internacional no qual ocorrem assembleias e reuniões para refletir e organizar alternativas que coloquem o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados no centro das decisões em cada país.

O que mais havia chamado atenção naquele fórum foram os eixos temáticos que norteavam necessariamente as conferências, seminários, oficinas e giravam em torno da produção da riqueza e a reprodução social; o acesso às riquezas e a sustentabilidade; a afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos e o tema sobre poder político e ética na nova sociedade. Para um jovem estudante recém ingresso na faculdade de filosofia tentando me apropriar de uma bagagem cultural meio hippie dos anos 60, me apreendendo as nuances do debate acerca da preservação da natureza, sobre as bases de uma contracultura, a importância do pacifismo em meio ao perigo nuclear e defendendo a simplicidade da vida; e, ainda, uma outra faceta meio anarquista cuja preocupação era praticar a ação direta na política e como

⁴ Sobre a história dos fóruns sociais mundiais ver: LEITE, José Correia. **Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política**. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

incentivar a prática desse princípio anarquista na sociedade, esse fórum representava um grande fascínio e inquietação prática.

O fórum econômico de Davos representa a elite econômica e política do sistema capitalista, banqueiros, empresários, tecnocratas, altos funcionários e especuladores da bolsa, formavam e ainda formam uma espécie de oligarquia financeira e política que dita os rumos do mercado e a organização do poder em cada país. O fórum social mundial anuncia a necessidade e a proposta de um outro mundo, um outro formato de economia capaz de interagir com o meio ambiente e satisfazer as necessidades de toda a sociedade. Para os vinte mil participantes do fórum a importância fundamental era debater a urgência de um plano mundial na qual estivesse no centro a igualdade, a solidariedade, a fraternidade, a cooperação e ajuda mútua.

Minha formação nesse período teve seus contornos bem mais definidos. A participação em vários momentos de debates sobre os mais variados assuntos da agenda social mundial havia despertado em mim um bom senso de justiça e um potencial compromisso político com a classe trabalhadora. Ocorreram no espaço do fórum social muitos debates essenciais para a compreensão da dinâmica da vida social. Os temas eram vastos e explorados de uma maneira tão inusitada para mim que até hoje me pego explorando um ou outro exercício para recordar a profundidade com a qual os expositores e os ouvintes realizavam a investigação de cada conceito utilizado para demonstrar as falácias econômicas utilizadas na defesa de que o modo como o mundo se organizava e se organiza até hoje é o melhor dos mundos possíveis.

As discussões realizadas pairavam sobre questões fundamentais para que a compreensão de como a sociedade se tornou o que é, fosse cada vez mais ampliada e investigada pelo prisma da totalidade histórica. Foram discutidas as questões relativas à conjuntura da situação econômica mundial; foi avaliada a perspectiva neoliberal adotada agressivamente pelo governo Bush filho; foram discutidos os limites do desmonte do serviço público e o alcance das propostas neoliberais de serviços privados; foi avaliada a situação dos organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional – FMI; Organização Mundial do Comércio – OMC; e do Banco Mundial – BM); foram debatidas as propostas que definem as regras dos mecanismos internacionais; foi debatida a dívida externa dos países considerados naquele momento como Terceiro Mundo; foi discutido como fazer o combate aos paraísos fiscais; foi avaliada a reforma agrária e o contexto da agricultura; foi debatido sobre o uso e difusão de softwares livres; foi amplamente debatido sobre o orçamento participativo e as formas de democratização do poder local e as formas de exercitar a democracia substantiva e direta; e, por último, e mais importante, foi discutido quase exaustivamente sobre os mecanismos para

implementar uma economia solidária e a luta contra a pobreza, bem como o papel do cooperativismo e do desenvolvimento local.

Não posso negar que o tema da economia solidária não tenha me provocado certa perplexidade. Como recém ingresso em uma faculdade de filosofia e membro representante de um centro acadêmico havia uma ânsia de tentar apreender as contradições de uma sociedade autodestrutiva como a sociedade capitalista. A apreensão prática-teórica dessas contradições era o de menos importante porque elas eram/são sentidas no cotidiano desigual a qual eu estava inserido. Debater sobre os elementos nefastos dessa sociedade e começar a compreender o quadro de uma proposta concreta efetivamente já praticada por inúmeros sujeitos no mundo todo se torna algo potente política e pedagogicamente uma vez que nos permite vislumbrar a configuração da vida real através de certas agências deslocadas da lógica predatória do capital sobre o trabalho, e o aprendizado social, científico e político para a formação humana é imensurável e significativo. Para um estudante recém ingresso em um curso no qual a reflexão, em grande medida, é realizada a posteriori dos fatos, a apresentação de uma análise/diagnóstico do presente sem descuidar do passado e mirando o futuro, com uma proposta que visava/visa a autogestão, a auto-organização, a solidariedade no trabalho, dentre outros princípios, soava um tanto provocativo e merecedor de atenção.

O fórum social mundial foi um acontecimento sem dúvida importante para a história da resistência ao acirramento da efetivação da proposta neoliberal apresentada como o remédio amargo para curar a ressaca da crise estrutural do capitalismo após a efêmera sensação de bem-estar no pós-guerra e pós-revolução na Rússia. Para um estudante de filosofia em que a máxima segundo a qual os filósofos têm apenas interpretado o mundo de diferentes maneiras, e que a questão agora é transformá-lo soava um tanto como um imperativo; e os princípios de uma economia solidária se revelavam como a realização potente de uma filosofia na qual a solidariedade substituiria a competição no trabalho demolindo o edifício da filosofia liberal do capital que afirma, por exemplo, a ideia de uma natureza humana marcada por uma essência exclusivamente competitiva.

Passado a experiência do fórum social mundial retorno à Universidade e as impressões do fórum dia após dia foram perdendo a tonalidade até cair no esquecimento frente ao trabalho de compreensão da filosofia especulativa. Enquanto não desvanecia, de todo, a radicalidade daquele debate experienciado outrora, minha jornada acadêmica foi desbravando as grandes proposições metafísicas da filosofia Ocidental. E a grande questão que sempre me assaltou durante esse período de formação foi “como é possível a racionalidade ser o próprio tecido da realidade?” Desde os primeiros contatos com o universo filosófico a afirmação mais

comum é a de que o ser humano, a natureza e o mundo são racionais. De uma coisa eu não tinha dúvida, é necessário buscar a verdade racional uma vez que a compreensão que havia adquirido engatinhando nas experiências políticas do fórum social mundial, no Centro Acadêmico de filosofia - CAFIL e no Diretório Central dos Estudantes – DCE, era a de que havia uma irracionalidade comandando o mundo, a natureza e o ser humano.

É certo nesse percurso que não me foi possível encontrar essa verdade racional e hoje parece indubitável que se possa encontrá-la. Mas, a irracionalidade era óbvia, salta aos olhos: há irracionalidade nos acontecimentos que marcam o século que nos precede, por exemplo, nas grandes guerras mundiais e no desenvolvimento de armas de destruição, no totalitarismo político, nas desigualdades sociais, na exploração do trabalho e da natureza etc.

Continuando os estudos da graduação realizei uma pesquisa sobre alguns elementos analíticos que permitem compreender a práxis pedagógica do professor de filosofia no ensino médio. A proposta foi problematizar alguns sentidos comuns da práxis ancorados na própria prática de ensino. O resultado da pesquisa foi apontar a proposta de uma “práxis pedagógica militante” . A práxis pedagógica militante implica em uma imersão do professor no contexto de relações existenciais e sociais na qual está inserido. Esse estudo foi muito importante para meu desenvolvimento profissional e acadêmico posterior, inclusive, incentivando a retomada da pesquisa sobre práxis nesse momento.

Durante o mestrado me debrucei sobre uma pesquisa acerca das contribuições filosóficas de Friedrich Nietzsche. Realizei o estudo das críticas de Nietzsche à modernidade e ao que ele chamou de processo de decadência atrelado ao movimento moderno. A crítica realizada por Nietzsche é um balanço geral da filosofia ocidental, mais precisamente uma crítica do que ele chama de metafísica clássica, um movimento iniciado pela concepção socrático-platônica desembocando nos grandes sistemas da modernidade (Descartes, Kant, Hegel). Para Nietzsche a modernidade se desviou de seu projeto idealizando aspirações, ao invés de afirmá-las como elevação da espécie humana. Essa denúncia na filosofia de Nietzsche soou como algo revelador da própria potência humana. O projeto da modernidade decadente foi ensejado pela ação humana marcadamente assujeitada e acuada pelo dualismo metafísico. A superação do projeto da modernidade possibilitaria o surgimento do homem do porvir, o homem ‘além do bem e do mal’, legislador da cultura e em atividade agonística constante na sociedade. Ao final da pesquisa sobre Nietzsche compreendi que sua filosofia, efetivamente, é um projeto extemporâneo, e que um século nietzschiano ainda está muito distante, sobretudo, na América Latina. Todavia, as proposições de Nietzsche como as de um ou outro filósofo, no geral, podem

nos permitir refletir, a partir de suas análises, sobre os parâmetros do humanitarismo, as relações de poder e o modo como são cultivados (educados) os sujeitos.

Em 2016, depois de ter me dedicado por quatro anos somente às tarefas do ensino de filosofia e da pesquisa sobre ensino de filosofia, participei da execução de um projeto de extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN/Mossoró. O projeto de extensão intitulado “Mulheres e Jovens: Economia Solidária como alternativa para ampliação do trabalho e renda” foi aprovado na Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE sob o Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 05/2016 MT – IFRN. A proposta surgiu após algumas organizações da sociedade civil como, por exemplo, o Centro Feminista 8 de março – CF8, a ONG Bandeira Lilás e a Rede Xique Xique de comercialização solidária apresentarem ao IFRN um projeto cujo objetivo era realizar ações no fomento, capacitação e fortalecimento dos grupos produtivos de economia solidária constituídos por mulheres e jovens de baixa renda de Natal e Mossoró do Rio Grande do Norte contando com a parceria do IFRN para que fosse possível fortalecer as ações dos grupos econômicos solidários criados e mantidos por mulheres e jovens.

Vale ressaltar que o ano de 2016 representou uma espécie de síntese da crise política brasileira vivida durante o período final do governo PT e o impeachment/golpe⁵ contra a então presidenta Dilma Rousseff. O golpe não se deu nos moldes clássicos do que há pouco tempo já havia ocorrido na América Latina entre os anos de 1960 a 1980. O golpe de 2016 no Brasil possui outra feição. De acordo com Jinkings (2016), a presidente eleita foi deposta através de um processo político alicerçado em uma interpretação extremada da Constituição Federal aliada ao ardid judiciário para demonstrar licitude no conluio entre parlamento e poder judiciário legitimado pela mídia corporativa e lacaia das elites financeiras do país.

O processo do golpe teve início em 2013 quando a extrema-direita se apropriou das manifestações legítimas contra o aumento das tarifas de ônibus e se formalizou em 2014,

⁵ Formalmente o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff iniciou em 2 de dezembro de 2015. Os juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal realizaram pedido ao ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha ajuizando que a presidenta havia cometido crime de responsabilidade através da prática de “pedaladas fiscais” e por decretos de abertura de crédito para as áreas de educação, previdência, trabalho e cultura sem a autorização do congresso. Curiosamente dois dias após impeachment de Dilma, o governo do governo Temer sanciona lei que autoriza pedaladas fiscais, a esse respeito ver: <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/02/dois-dias-apos-golpe-governo-temer-sanciona-lei-que-autoriza-pedaladas-fiscais/>. Sobre esse tema concordo com Graça Costa (2016), de acordo com a pesquisadora o Brasil vive em 2016 um golpe contra o trabalhador/a. O golpe traz em seu bojo uma reforma da previdência que eleva a idade mínima de aposentadoria e uma reforma trabalhista que subordina o legislado ao negociado, ferindo direitos consagrados na Consolidação das leis trabalhistas (CLT). O horizonte que se descortina no porvir é de um refluxo geral nas conquistas sociais dos últimos 30 anos.

quando o resultado da eleição presidencial culminou na reeleição de Dilma Rousseff. Um dos aspectos críticos de destaque no governo reeleito é que a presidenta declinou da pauta que havia sustentado durante a campanha eleitoral, abandonando uma parte considerável de sua base de apoio. A crise econômica do capital chega ao Brasil e as medidas adotadas pela presidenta foram a repetição do programa apresentado pelo seu oponente durante o período eleitoral. A situação de vulnerabilidade do governo abriu largo espaço para a ofensiva dos grupos organizados à direita do espectro político.

Esses acontecimentos recentes da história repercutem na realidade brasileira e instalam um estado de regressão social. Os indicadores sociais⁶ do período são unânimes em mostrar que a situação do país em todas as áreas (econômica, política, social, cultural, educacional, científica e ambiental) é de profunda regressão. Essa onda regressiva que estamos vivendo, afirma Sousa Júnior (2019), só pode ser compreendida no cenário sócio-histórico mais amplo. De acordo com o autor, a onda regressiva tem origem nas políticas adotadas para corrigir os obstáculos e limitações do processo de acumulação capitalista. No caso brasileiro ocorre a instauração de uma situação econômica na qual se tornou impossível a manutenção de altos padrões de lucratividade do capital ao mesmo tempo em que se mantinham políticas assistencialistas e de valorização salarial favoráveis às camadas trabalhadoras (Sousa Júnior, 2019, p. 20).

Desse modo, a pesquisa situa-se em um tempo histórico de crise⁷, um tempo que impõe dia após dia a barbárie social e a destruição da natureza⁸. Em todo caso, por ser um tempo

⁶ Síntese de Indicadores Sociais: em 2020, sem programas sociais, 32,1% da população do país estaria em situação de pobreza. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32418-sintese-de-indicadores-sociais-em-2020-sem-programas-sociais-32-1-da-populacao-do-pais-estariam-em-situacao-de-pobreza>. Acesso em 12/12/2021.

⁷ Não poderíamos deixar de anotar aqui que um dos efeitos mais danosos da crise do capitalismo atual foi a pandemia de COVID-19. O ano de 2020 será marcado na história pela tragicidade das irreparáveis perdas de vidas humanas. Tal acontecimento somente é comparável com as grandes guerras mundiais, a pandemia de *influenza* em 1918, dentre outros episódios funestos da história. Todavia, mesmo sendo preciso maior investigação, há hipóteses segundo as quais a atual crise epidemiológica que vivemos não decorre de uma causa meramente natural. De acordo com Silva & Maceno (2020), a origem da pandemia é resultado da natureza autoexpansiva, autorreferente, incontrolável e destrutiva do modo de produção capitalista. Os autores elaboram a hipótese de que a nova estrutura produtiva agropecuária é a base causal da emergência das epidemias virais que vêm ocorrendo no mundo periodicamente desde 1997. Os autores afirmam que um longo processo de estruturação global da produção de animais para a exportação foi responsável pelo surgimento de gripes como a suína, a aviária e a SARS nas suas variadas cepas. Os autores relatam que as monoculturas genéticas retiram os mecanismos de imunidade; as condições de aglomeração com alta densidade populacional de animais facilitam as transmissões; a redução da idade de abate provavelmente seleciona patógenos capazes de sobreviver a sistemas imunológicos mais robustos; o aumento da extensão geográfica do comércio e exportação de animais vivos elevou a diversidade de segmentos genômicos que seus patógenos associados trocam, aumentando a taxa com que agentes de doenças exploram as suas possibilidades evolutivas (SILVA & MACENO, 2020, p. 247-250).

⁸ De acordo com o relatório publicado pelo programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) as emissões de gases podem produzir um elevado aumento da temperatura global. Até o final do século é provável

singular de crise e exigência de transformação, é também um tempo de coragem e de organização. Não são poucas as dinâmicas sociais que se contrapõem ao modelo econômico, cultural, político e educacional em voga, e procuram imprimir à sua práxis uma perspectiva de intencionalidade tal que possa portar no seu cogito partículas concretas que vislumbre inicialmente um projeto de emancipação política da classe trabalhadora diante das proposições deterioradas na economia, na política, na cultura, na educação, enfim, contra os modelos instituídos que perduram no limiar do século XXI.

que ocorra uma elevação de 2,7° C. A previsão é completamente diferente daquela apontada nos objetivos do acordo de Paris em que a taxa prevista é ao menos manter o índice de elevação em torno de 1,5° C para assegurar a sustentabilidade das agressões sofridas no transcorrer dos séculos. Para a efetivação dos objetivos do acordo de Paris seria necessário reduzir pela metade as emissões anuais de gases de efeito estufa nos próximos oito anos (Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/sobre-onu-meio-ambiente>. Acessado em jan. 2022). Em 2021 o Secretário-geral da ONU fez uma afirmação bastante sóbria: “estamos em uma encruzilhada, com decisões importantes pela frente. Isso pode ir para um lado ou para o outro: destruição ou revolução”. Além disso, destaca que com o aumento da temperatura global de 2° C é atingido os limites críticos de tolerância para a saúde humana e o desenvolvimento da agricultura devido aos extremos de calor. (Disponível em <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/2022-meio-ambiente-em-modo-de-emergencia>. Acessado em jan. 2022).

2 SURGIMENTO HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU DESENVOLVIMENTO CONCEITUAL

Paul Singer (2002) faz uma interpretação de que a economia solidária é um movimento dos trabalhadores/as que surge espontaneamente como reação ao empobrecimento provocado pelo surgimento da máquina a vapor no contexto da revolução industrial no século XVIII. De acordo com ele, os laços de solidariedade são processados historicamente nas relações sociais de trabalho. O autor afirma que os camponeses e artesãos foram expulsos de suas terras e dos domínios senhoriais e começaram a povoar as cidades nascentes da Europa. Na Grã-Bretanha (Inglaterra, Escócia e País de Gales) ocorriam as maiores transformações. Assim, camponeses e artesãos europeus se transformaram no proletariado moderno. O trabalho explorado nas fábricas possuía um caráter destrutivo das condições de vida do trabalhador/a. De acordo com Singer,

A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar (Singer, 2002, p.24).

De acordo com o autor de “Uma utopia militante: Repensando o socialismo” (1998), a reação a esse quadro de exploração da vida dos trabalhadores/as foi imediata. De acordo com ele, é célebre a afirmação de Marx e Engels sobre o resultado da opressão do capital sobre o trabalho nesse contexto. Com base na dialética marxista, Singer (2002), afirma que a relação capital e trabalho possui uma dialética entre opressão e resistência uma vez que a relação capital e trabalho produz opressão, miséria e sofrimento, mas também promove a resistência. Singer (2002) parte da compreensão de que, conforme Marx, o capitalismo cria suas próprias condições de decadência porque engendra a classe que possui a potência para revolucionar sua estrutura. No sistema do capital, de acordo com Singer, é agudizada a acumulação de riquezas nas mãos de expropriadores dos meios de produção. Para os trabalhadores/as, nesse sentido, afirma o autor, resta senão o isolamento, a competição e concorrência. Porém, através da união dos trabalhadores em associações é possível fazer ruir as bases sobre as quais a acumulação surgida da exploração do trabalho seja transformada.

De acordo com Singer (2002), no contexto de transformações estruturais é que surgem as iniciativas da classe trabalhadora capazes de reagir à reestruturação do capitalismo. A economia solidária representa, de acordo com Singer (2002), uma dessas iniciativas por ser

um conjunto de experiências que revelam uma crítica prática ao capitalismo, por meio de formas de organização associativas e cooperativas que valorizam a auto-organização. De acordo com Bocayuva (2007),

A formação das *trade-unions* [sindicatos], como forma de organização para lutar por salários e regulamentações das condições de trabalho, a luta pelos direitos políticos por parte das correntes radicais operárias, burguesas e pequeno burguesas, além dos experimentos cooperativos e utópicos, particularmente sob a égide do socialismo utópico de Robert Owen, fazem parte de um movimento amplo de constituição da classe operária como sujeito sócio-político antagônico e crítico do capitalismo industrial em expansão na primeira metade do século XIX na Inglaterra (Bocayuva, 2007, p. 11)

De acordo com os autores, a leitura histórica da formação da classe trabalhadora na Inglaterra e na França se faz importante para compreendermos a gênese histórica da economia solidária assim como nos possibilita analisar o que aprendemos ao longo do tempo e transformar em ferramentas vivas de organização para além das relações capitalistas. Não se trata de tentar criar um cordão umbilical entre os movimentos de trabalhadores/as no início da revolução industrial e de consolidação do capitalismo como modo de produzir hegemônico, com o movimento de economia solidária que emerge no século XX como reação às crises forjadas pelo capital para ampliar o processo de acumulação. Trata-se de enfatizar que os movimentos dos trabalhadores/as do século XIX são inspiração para todos e quaisquer movimentos de trabalhadores/as que se desdobram no século XX e XXI.

Singer (1998) afirma que a formação da classe trabalhadora na Inglaterra se deu em meio ao quadro de guerra social que se verifica nas revoltas da classe trabalhadora contra as máquinas, contra as pressões por rebaixamento de salários, contra os limites condicionantes dos sistemas de assistência aos pobres, contra a duração das jornadas de trabalho de homens, mulheres e crianças. É desse quadro, diz o autor, que começam a sobressair estratégias horizontais de organização e cooperação para a produção, para o consumo e para a ação sindical.

De acordo com Singer (2002), apesar das inúmeras repressões que marcaram o período, a maior conquista foi a lei que garantia o direito de livre associação. A criação legal do associativismo fortaleceu a dinâmica de organização da classe trabalhadora. Destaca-se na Inglaterra, ainda, a contribuição do comunismo experimental de Robert Owen (1771-1858) que defendia a reforma da sociedade através de modelos coletivos cooperativistas, os quais denominava “sociedade de cooperação”.

Na França, é importante destacar as contribuições de Louis Blanc (1811-1882) e Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865). De acordo com Singer (2002, p.92), as principais contribuições dos socialistas franceses, sobretudo a partir de 1830, foram o incentivo à

formação de cooperativas de produção como arma de enfrentamento do capital. O autor afirma que Blanc e Proudhon ajudaram a criar leis em defesa do financiamento estatal de cooperativas de produção e leis sobre a criação de um salário vital e direito universal ao trabalho.

O autor destaca o contexto de 1848 como momento de grande repercussão de conteúdos educativos que surgem para suprir e estimular o quadro de gestação da classe operária. Houve grande divulgação de livros, jornais e revistas que denunciavam a condição da classe trabalhadora. Nesse sentido, afirma Singer (2002), ampliou-se a potencialidade dos novos sujeitos políticos e desenhavam-se novas perspectivas de vida. Pouco antes de 1848, o impacto da obra de Proudhon “O que é a propriedade?” criou um lugar de crítica fundamental para os/as trabalhadores/as. Para Proudhon (1809-1865), afirma Singer (1998), a produtividade do lucro do capital, ao longo da história, se encontra materializada no sistema de usura. De acordo com o socialista utópico, diz Singer (2002), o meio para destruir a usura é organizar o crédito, rompendo com o empréstimo a juros.

Essa fase inicial da história dos movimentos da classe trabalhadora, Singer (2002), denomina de “cooperativismo revolucionário”. De acordo com Singer (2002), vários experimentos de vivências solidárias marcam o período cujo maior objetivo não é melhorar a situação do assalariado, mas eliminar o assalariamento e substituí-lo pela autogestão. De acordo com Singer (2002), além das experiências de inspiração owenistas que irão marcar seus sucessores históricos, temos a experiência francesa inaugurada por Charles Fourier (1772-1837) do projeto falanstério. O principal objetivo desse projeto é dispor o trabalho de tal forma que se tornasse atraente para todos, do que deveria resultar aumento descomunal da produtividade e da produção.

A diferença entre as propostas de Owen e Fourier são de natureza essencial, afirma Singer (2002). De acordo com o autor de “Introdução à economia solidária”, o falanstério não é coletivista como a aldeia cooperativa de Owen, Singer (2002, p. 36) destaca que a marca dos falanstérios é a preservação da propriedade privada e a liberdade individual de mudar de trabalho. Permanece a ideia de os meios de produção pertencerem a todos os membros, porém sob a forma de propriedade acionária. O que torna ambos os projetos revolucionários, de acordo com Singer (2002), é a marca essencial da visão de uma outra economia, em que a solidariedade no trabalho de caráter associativista se contrapõe às vivências da concorrência e do assalariamento que são as marcas da economia capitalista. Isto é, o autor destaca que ambos os projetos utópicos e a crítica operária e socialista ao capitalismo, nesse contexto, contém os aspectos remanescente e uma ligação fundamental com a economia solidária.

De acordo com Singer (2002), a Economia Solidária resulta desse acúmulo de experiências da classe trabalhadora desde o século XIX. De acordo com o autor, a economia solidária surge como alternativa e transição para a classe trabalhadora. A invenção da Economia Solidária, é historicamente atribuída aos operários nos primórdios do capitalismo industrial como reação à pobreza, exploração extrema do capital e à invenção das máquinas e ferramentas surgidas com a revolução industrial no início do século XVIII. As cooperativas, na sua perspectiva, eram tentativas de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as forças produtivas da maquinaria. A estruturação da economia solidária, de acordo com ele, obedece a mesma lógica de valores do movimento operário, sobretudo, a igualdade e democracia substanciais, sintetizados no modo de vida e proposta econômica do socialismo.

A primeira grande vaga do cooperativismo de produção foi contemporânea, na Grã Bretanha, da expansão dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal. A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. A empresa capitalista pertence aos investidores, aos que forneceram o dinheiro para adquirir os meios de produção e é por isso que sua única finalidade é dar lucro a eles, o maior lucro possível em relação ao capital investido. O poder de mando, na empresa capitalista, está concentrado totalmente (ao menos em termos ideais) nas mãos dos capitalistas ou dos gerentes por eles contratados. O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles (Singer, 2016, p. 13).

Para Singer (2016), não há separação ente trabalho e capital na Economia Solidária. Estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da produção e não há proprietários que não realizem o trabalho produtivo. De acordo com o autor, a propriedade dos grupos produtivos é dividida por igual entre todos e todas trabalhadoras, para que tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. Grupos produtivos de economia solidária são, em geral, administrados por sócios eleitos para a função e que se pautam pelas diretrizes aprovadas em assembleias gerais ou, quando o grupo é grande demais, em conselhos de delegados eleitos por todos os trabalhadores (Singer, 2016, p. 15).

Os grupos produtivos de economia solidária não visam maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho, afirma Singer (2002). Na realidade, nos grupos produtivos não há lucro porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital. Ela pode tomar empréstimos dos próprios sócios ou de terceiros e procura pagar os menores juros do mercado aos credores (internos ou externos). O excedente anual - chamado 'sobras' nas cooperativas - tem a sua destinação decidida nas assembleias. Uma parte, em geral, destina-se ao reinvestimento e pode ser colocada num fundo 'indivisível', que não pertence aos sócios

individualmente, mas apenas ao coletivo deles. Outra parte, também reinvestida, pode acrescer o valor das cotas dos sócios, que têm o direito de sacá-las quando se retiram da cooperação. O restante das sobras é em geral destinado a um fundo de educação, a outros fundos ‘sociais’ (de cultura, de saúde etc.) e eventualmente à repartição entre os sócios, por critérios aprovados por eles (Singer, 2016, p. 16).

De acordo com Singer (2016, p. 19), na Economia Solidária os tipos de cooperativas são diversos e encontramos em geral as seguintes: a cooperativa de produção, que é a modalidade básica da Economia Solidária e as relações sociais de produção que a definem são as delineadas acima; outra é a cooperativa de comercialização, composta por produtores autônomos, individuais ou familiares (camponeses, taxistas, profissionais liberais, artesãos, etc.) que fazem suas compras em comum e, quando cabe, também suas vendas. Sendo a produção individual, o ganho também é, e as sobras das operações comerciais são em geral distribuídas entre os cooperadores em proporção ao montante comprado e vendido por cada um através da cooperativa.

Outra modalidade de empresa solidária, prossegue Singer (2002), é a cooperativa de consumo, que é organizada pelos que consomem seus produtos ou serviços. A finalidade da cooperativa de consumo é proporcionar a máxima satisfação ao menor custo aos cooperados. Mas, para ser um empreendimento solidário, não pode ocorrer separação entre trabalho e capital. Vale destacar que, dentre os tipos de cooperativas mencionados, o projeto de extensão “GerAção Solidária: mulheres e jovens na economia” desenvolvido no IFRN/Mossoró que será exposto e analisado mais adiante, realizou atividades com grupos produtivos de economia solidária organizados em associações, cooperativas de produção e comercialização. Dentre os 30 grupos acompanhados não há cooperativa organizada destinada ao consumo, há os produtores individuais, produzindo para o autoconsumo.

Assim, para Singer (2002), a Economia Solidária é um movimento social que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento e transformação social que não seja baseado na concentração da riqueza em grandes empresas e nas mãos de latifundiários, através da propriedade privada e das ações bancárias. De acordo com Singer (2002), a economia solidária se conduz tendo como horizonte um tipo de desenvolvimento para as pessoas e construído pelo povo a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

De acordo com Gaiger (2003, p. 29), as principais características da Economia Solidária são a cooperação, a autogestão e a solidariedade. Entende-se por cooperação o conjunto de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade

coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Já a autogestão é a orientação para um conjunto de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos sobre a aplicação e distribuição dos resultados e excedentes, além da definição da propriedade coletiva, dos bens e dos meios de produção do grupo. A solidariedade, diz o autor, é efetivada através de esforços mútuos entre os participantes para alcance de objetivos comuns. Ela se dá nos valores que expressam a justa distribuição dos resultados alcançados, nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes.

De acordo com Singer (2016, p.21), os grupos indígenas do atual território brasileiro já praticavam uma economia baseada nos princípios da Economia Solidária. Hoje nas áreas urbanas, a Economia Solidária vem sendo incentivada pelos movimentos populares urbanos e pelo movimento sindical, como estratégia de organização econômica e alternativa ao desemprego. Esses movimentos fazem com que as iniciativas de base solidária observem a ideia de um fortalecimento do cooperativismo popular e do associativismo de pequenos produtores individuais e familiares; a criação de clubes de troca, bancos comunitários e fundos solidários; há, ainda, a realização de Economia Solidária nos processos de recuperação de empresas que passaram por processo de falência e que são recuperadas pelos ex-empregados, em regime de autogestão.

Singer (2002, p. 67) afirma que muitas organizações sociais e econômicas se pautam e são regidas muito mais pela solidariedade do que pela competição. A Economia Solidária compreende diversos tipos de ‘empresas’, associações voluntárias, empreendimentos cooperativos com a finalidade de proporcionar a seus associados benefícios econômicos. Os grupos de economia solidária surgem devido as contradições do sistema capitalista. De acordo com Singer (2002), o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo propiciam o surgimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. Para o autor, a desigualdade social é a contradição fundamental do capitalismo. De acordo com ele, aqueles que sofrem mais com a desigualdade desenvolveram modos de viver que originam a criação de grupos produtivos solidários.

As pessoas que produzem no ritmo da Economia Solidária, diz Singer (2002) o fazem, muitas vezes, porque são colocados à margem das empresas que produzem a parte principal da riqueza social e, também, por não concordarem com os princípios de tal produção (exploração do trabalho, uso de agrotóxicos etc.)

Conforme Singer (2002), na Economia Solidária, as cooperativas se destacam porque surgem como uma defesa contra a marginalidade e a pobreza. Em dadas situações,

empresas capitalistas em vias de falência são assumidas por quem trabalha nelas e logo há a implantação e efetivação a partir da autogestão⁹. Outra maneira pela qual surge a cooperativa é devido à necessidade do próprio consumo. Dados contextos exigem que o trabalhador produza e consuma ao mesmo tempo porque o tipo de comércio regido pelo capitalismo além de intensificar a exploração é inacessível para uma parcela considerável da população.

Singer (2002) destaca que as cooperativas que mais obtiveram êxito foram as da agricultura, sobretudo, aquelas em que a organização para a comercialização foi suficientemente elaborada. Essas cooperativas são fruto da reação dos agricultores e agricultoras familiares à exploração de atacadistas e industriais que lhes compravam a produção e à exploração dos industriais que lhes vendem as sementes, fertilizantes, equipamentos e inseticidas etc.

Esmagados por oligopólios a jusante (oligopsônio) e a montante (oligopólios), a saída lógica foi organizar os pequenos agricultores em empresas solidárias que realizassem em nome deles as compras e as vendas, proporcionando-lhes com isso o que os economistas chamam de ‘poder de mercado’, ou seja, poder de barganha, além de ganhos de escala. A cooperativa de comercialização também serve a pequenos produtores urbanos: taxistas, processadores de dados, artesãos etc. O que caracteriza todas estas empresas é a escassez de capital (decorrência da pobreza) e a prática solidária (Singer, 2002, p. 72).

Nesses grupos de Economia Solidária, a solidariedade entre os trabalhadores e trabalhadoras substitui, de algum modo, a ausência do capital de investimento. Para o acúmulo primitivo, as cooperativas de produção realizam uma espécie de sacrifício inicial no processo de produção. No momento inicial, de formação das cooperativas, há uma transição difícil e fundamental. A retirada¹⁰ dos associados é muito limitada, apenas o indispensável para assegurar a subsistência; as jornadas de trabalho são de longa duração e todos participam e realizam todas as tarefas. Porém, é nesse momento que os laços de confiança mútua e solidariedade são muito reforçados (Singer, 2002).

Ao que diz respeito a remuneração dos associados, Singer (2002), afirma que há uma diferença fundamental entre a remuneração do trabalho associado e a do trabalho assalariado. Na empresa capitalista a remuneração de cada trabalhador/a é definida conforme o ajuste entre oferta e demanda da força de trabalho; por se tratar da realização de um trabalho

⁹ Em 1994, foi organizado em São Paulo, contando com a participação de representantes de seis cooperativas, o I Encontro dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão, no qual foi criada a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária) para assessorar a formação de empresas solidárias (SINGER, 2016).

¹⁰ Denominação utilizada na economia solidária para designar montante de pagamento do trabalho realizado pelos associados e cooperados dos empreendimentos de economia solidária. “A assembleia organiza um plano de retiradas mensais, que em geral são diferenciadas por critérios de habilitação profissional, responsabilidade, dedicação etc., requeridos para cada cargo (SINGER, 2002).

que estimula a rivalidade entre os trabalhadores/as, as diferenças salariais, muitas vezes, são realizadas através de aumentos disfarçados como bônus. A remuneração nos grupos de economia solidária, de acordo Singer (2002), são definidas em assembleias de acordo com a produção e a comercialização, as retiradas são decididas pelo voto individual de cada associado.

Na empresa solidária, os sócios não recebem salário, mas retirada, que varia conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente, em assembleia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas. Há empresas em que a maioria opta pela igualdade das retiradas por uma questão de princípio ou então porque os trabalhos que executam são idênticos, ou quase. Mas a maioria das empresas solidárias adota certa desigualdade das retiradas, que acompanha o escalonamento vigente nas empresas capitalistas, mas com diferenças muito menores, particularmente entre trabalho mental e manual. Muitas empresas solidárias fixam limites máximos entre a menor e a maior retirada (Singer, 2002, p. 12)

De acordo com Singer (2002, p. 35-56), uma sociedade que assume o individualismo e a competição como parâmetro para a sociabilidade corre o risco de perecer em pouco tempo. Mesmo no sistema capitalista a associação e a solidariedade são praticadas no nível do trabalho e exploradas pelo capital. É indispensável alguma interação desinteressada, alguma solidariedade para a reprodução de qualquer sociedade. O altruísmo é fundamental para manter os laços históricos de constituição da humanidade independente do modo de produção. No caso da economia solidária, esses princípios éticos devem ser o fim da produção, e não o meio.

De acordo com Singer (2001), é comum a identificação no capitalismo de dois campos distintos de princípios. De um lado, o “competitivo” que abarca parte das atividades econômicas, políticas, lúdicas etc. De outro, o “solidário”, que abrange, inicialmente, a socialização primária, isto é, as relações familiares, os amigos, a vizinhança, o coleguismo no trabalho, em equipes de esporte etc. Porém, na prática social, prossegue o autor, o que aparece é a competição feroz que ocorre entre os gigantes do capitalismo no mercado financeiro. Na gerência das firmas, a competição desencadeada para maximizar o lucro é a regra imperativa entre os setores burocráticos da hierarquia administrativa. Esse tipo de ação social se torna uma máxima universal a ser alcançada em cada meandro da totalidade social. Sempre a mesma justificativa: a competição melhora o desempenho do grupo. Porém, afirma Singer (2002), algo fica submerso nesse argumento. O que realmente predomina, diz o autor, é a cooperação entre as partes para o desempenho satisfatório do todo. O que ocorre é a transmutação da cooperação em competição a partir do momento em que há um esforço considerável para a adoção de um “espírito de equipe” ao passo que se ressalta o desempenho individual e a premiação com recompensas materiais e morais dos melhores e mais eficazes.

Prosseguindo na exposição Singer (2002), destaca que a contradição entre competição e solidariedade, que está presente na nossa vida cotidiana, aparece na vida dos/as trabalhadores/as. No trabalho, ora se exige o máximo de competição, ora o máximo de cooperação.

O problema é que a competição, ao passar de certo limite, torna-se destrutiva em relação ao fim maior que a justifica. A competição entre vendedores tem como justificativa favorecer o consumidor. Cada vendedor se esforça para agradar o comprador, oferecendo-lhe a melhor qualidade ao preço mínimo. Enquanto muitos vendedores estiverem empenhados neste esforço, tanto melhor para os compradores. Mas, se um vendedor vence a competição e elimina os outros, tanto pior para os consumidores. A competição tem como fim lógico apontar um vencedor e para que haja incentivos para competir é preciso que o vencedor seja devidamente recompensado e os vencidos punidos (Singer, 2002, p. 55).

No capitalismo, a competitividade é culturalmente condicionada a acompanhar fervorosamente os canais de competição no plano econômico, político e/ou esportivo. Singer (2002), afirma que o indivíduo não-competidor torce por um ou outro concorrente. O vencedor é celebrado meramente porque é o vencedor, sem nenhuma preocupação em observar os meios utilizados para tal. O derrotado ganha o menosprezo dos demais. O adjetivo “perdedor” torna-se um pejorativo à medida que se condena aquele como “derrotado”, “é muito feio perder”, “a derrota não tem desculpas”. Dessa forma, afirma Singer (2002, p.56), é criado o mito de que “a competição se torna um fim em si, sem competição não há progresso”. Essa supervalorização da competição e a eliminação do perdedor é o sustentáculo forjado pelo capitalismo para induzir um processo de acumulação de capital e estimular a concentração da riqueza social nas mãos dos que se consideram “vencedores”. Vencedores, nesse caso, é o eufemismo para colonizador e explorador do trabalho humano.

No entanto, de acordo com Singer (2002), o que ocorre de fato é que a posse do capital garante a realização da competição. Os proprietários não apenas dispõem de seu dinheiro, mas a sua posse lhes dá crédito para obter mais capital no atual estágio do capitalismo. Conforme o autor, o que determina a competição já é uma condição prévia, seja a posse de um diploma, as conexões sociais dos familiares, a residência situada em bairros “finos” e outros sinais exteriores de riqueza, são condições essenciais para entrar nas competições por posições de poder empresarial, financeiro, político etc. Aos despossuídos somente ocorre de participar da competição por algum talento individual: habilidade artística, científica etc. Porém, a arma dos desprovidos de capital, de acordo com Singer (2002), é a solidariedade.

O que se depreende da análise realizada por Singer (2002; 2016) é que o que denominamos hoje por Economia Solidária faz parte de um processo de desdobramento das

práticas dos trabalhadores/as em contextos históricos em que o modo de produção econômico hegemônico acirra o controle e a exploração do trabalho. Não há variações na afirmação unânime segundo a qual os movimentos operários, e as lutas socialistas tenham surgido no início do século XIX. A tese de Paul Singer (1998; 2002; 2016) é que esses movimentos do século XIX, de um lado, desembocaram nas concepções comunistas de Marx e Engels, e praticadas no contexto da revolução na Rússia, e, por outro lado, tenham dado origem ao movimento de economia solidária. De acordo com o autor, esses movimentos têm em comum a crítica do modo de produção capitalista e a crença na construção de uma outra sociedade, baseada em relações de produção associadas e solidárias.

Assim, ao que tudo indica, esses movimentos da classe trabalhadora são orgânicos e resultados da própria lógica de (super)exploração do trabalho. Ou melhor, a organização da classe trabalhadora é um fato uma vez que a dominação política e cultural do corpo e da mente do trabalhador/a têm sido a base para a exploração do trabalho ao mesmo tempo que gera contrações e resistência diante da dominação. Nesse sentido, Singer (2002), afirma que a economia solidária é um movimento de contração da classe trabalhadora ante as amarras da superexploração e dominação impostas pelo atual estágio de acumulação do capitalismo.

Hobsbawm (1996), afirma que os movimentos sociais contemporâneos são resultado do chamado tempo histórico da “Era das revoluções”. A inteligibilidade dos movimentos da classe trabalhadora não está circunscrita em uma teleologia em si mesma; a classe trabalhadora não atenta ao fim para que este possa se realizar, atenta para o fim ao qual a experiência e o contexto da organização se fizeram efetivar e, neste caso, a inteligibilidade dos movimentos está na compreensão do contexto efetivo das coisas e na valorização da experiência acumulada.

Assim, não se pode ignorar a força dos primeiros movimentos da classe trabalhadora para imprimir e orientar a organização que ocorre em cada tempo histórico, a cada transformação econômica, política e cultural desde a formatação do modo de produzir centrado na acumulação e ampliação de capital. Desde as primeiras “arruaças” da classe trabalhadora até a organização dos movimentos rurais e urbanos da atualidade no centro e na periferia do capitalismo, esses movimentos exprimem, essencialmente, o real estágio de opressão a qual estão submetidos o corpo e a mente dos/as trabalhadores/as.

As transformações provocadas pela revolução industrial alteraram não só o modo de interferir na realidade natural, provocaram alterações culturais e políticas de dimensões ainda incalculáveis. Uma das dimensões diz respeito ao processo de auto-organização da classe trabalhadora para enfrentar os constantes mecanismos e dispositivos de subjugação do trabalho.

Não se pode negar, nem afirmar, absolutamente um vínculo entre os primeiros movimentos trabalhistas e a organização da chamada economia solidária no final do século XX e início do XXI. Ao que tudo indica, nas afirmações dos autores, é que uma vez a economia solidária, sendo um movimento da classe trabalhadora, ela de alguma maneira é influenciada pelas experiências históricas do contexto do século XIX, sobretudo, dos movimentos de trabalhadores/as que organizaram cooperativas para enfrentar os desafios postos pelas transformações do próprio capitalismo (desemprego, baixos salários, precarização do trabalho etc.). Nesse sentido, a economia solidária traz na sua bagagem elementos de crítica ao capitalismo e propõe uma saída, mesmo que muito pouco amadurecida, para os conflitos, opressões e destruição da natureza, proveniente do modo de produzir capitalista.

Ora, é certo e líquido, que a revolução industrial ocorre em um contexto de efetivo fluxo de mão-de-obra excedente das aldeias europeias para as primeiras grandes cidades. Londres era visivelmente a cidade europeia que reunia as condições adequadas para receber esse contingente de trabalhadores. Ali já havia ocorrido algumas transformações políticas e o aparecimento de inovações técnicas ocorria por si mesmo. O objetivo da política governamental, do Estado moderno, era garantir o lucro privado e o desenvolvimento econômico (Hobsbawm, 1996).

A problemática agrária desse contexto encontrava uma solução prática em Londres. Muitos proprietários com espírito comercial aguçado detinham o monopólio da terra. Os arrendatários empregavam camponeses sem terra ou pequenos agricultores para cultivar as terras. No lugar das antigas economias coletivas do interior britânico surgia uma forte economia de mercado. Não se trata de um processo natural de evolução e desenvolvimento de um modelo econômico para o outro. O abandono da economia coletiva e a quase extinção do campesinato ocorreram principalmente devido aos “Decretos das Cercas” estabelecido pela burguesia em ascensão (Hobsbawm, 1996, p.22).

De acordo com Hobsbawm (1996, p. 23), com o processo de industrialização, a agricultura assumia três funções fundamentais. A primeira era aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento. A segunda é fornecer um grande e crescente excedente de indivíduos em potencial para as cidades e indústrias. E a terceira é fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser investido em setores mais modernos da economia.

Havia, ainda, outras funções secundárias para a agricultura como, por exemplo, a criação de um mercado de consumidores entre a população agrícola e o fornecimento de excedente destinado a exportação que contribuísse para garantir as importações de capital.

Estava em curso um processo de acumulação de capital para posterior investimento na construção de uma frota mercante, melhoria das estradas e vias navegáveis. De acordo com Hobsbawm (1996, p. 23), a política já estava engatada ao lucro. Os homens de negócio da cidade, embora encontrassem resistência dos proprietários rurais, fizeram prosperar o avanço da mentalidade industrial. O governo era disputado pelos industriais e o critério para participar da governança era ter bastante dinheiro.

Contudo, o capitalismo é um modo de produção sujeito a crises periódicas e regulares. Hobsbawm (1996, p. 29), destaca que as consequências mais sérias dessas crises são no campo social. As grandes depressões econômicas produzem uma massa de desempregados. As crises revelam um potencial de aprofundamento das condições vigentes ou uma profunda transformação na sociedade. O processo de transformação de um modo de produção surge em um quadro de miséria social agudo. Na Inglaterra no contexto da revolução industrial ocorreram vários levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades. Os trabalhadores, os pequenos proprietários e alguns ‘homens de negócio’ reagiam de modo imediato ao processo de crise do novo sistema destruindo as máquinas ou sendo simpáticos à atividade daquela destruição.

No campo da política ao longo de todas essas transformações inexistia o movimento socialista ou revolucionários conscientes da classe operária. No entanto, na Inglaterra de 1830 emergia uma tendência proletária independente na política e na ideologia sob a égide do “cooperativismo” de Robert Owen (Hobsbawm, 1996, p.83). Esse “movimento trabalhista”, assim denomina Hobsbawm, atraiu parte significativa dos militantes da classe operária. A doutrina do cooperativismo havia sido difundida entre os artesãos e trabalhadores qualificados desde o início da década de 1820 e almejava criar “sindicatos gerais” nacionais da classe operária. As teses de Owen são tentativas para estabelecer uma economia geral cooperativista às margens do capitalismo. Não houve uma consistência nesse movimento devido à ausência de uma estratégia política e uma liderança convincente capaz de enfrentar as ofensivas sistemáticas dos empregadores e do governo. O grosso do movimento trabalhista desse período se inspirou nos cooperativistas porque, de acordo com Hobsbawm (1996), os cooperativistas foram o modelo para a organização revolucionária das trabalhadoras e trabalhadores, deles emergiram os “sindicalistas revolucionários primitivos”. Entre 1834 e 1836, porém, o movimento trabalhista foi duramente atacado, praticamente sendo dizimado pela classe dominante.

De acordo com Hobsbawm (1996), cabe ressaltar que além das investidas violentas contra o movimento, sua derrota é fruto da ausência de uma ação programática profunda de

mudança do modo de produção e de suas relações. O programa clássico da classe trabalhadora britânica estava reduzido a uma simples reforma parlamentar. Além do mais, de acordo com Hobsbawm (1996, p. 89), o movimento é malconduzido, insuficientemente organizado e muito dividido. Havia uma incapacidade política dos líderes na condução das diferenças locais e setoriais e uma inabilidade para uma ação sistêmica e nacional.

Hobsbawm (1996, p. 90) destaca que o fracasso do movimento de trabalhadores/as na Inglaterra os fez reduzir sua organização a grupos educacionais e propagandísticos à margem das principais agitações políticas. Acuados com a ofensiva dos patrões e do governo, o movimento embrionário do socialismo, o cooperativismo de Owen, se tornou pioneiro em um movimento mais modesto, a cooperação de consumidores iniciada em Rochdale, Lancashire, em 1844.

O fato é que esses movimentos (cooperativistas, proto-socialistas, revolucionários) foram uma resposta ao grito do homem e da mulher pobre, resposta ao grito do homem e da mulher atingido pelo poder destrutivo do capitalismo. Trata-se de um movimento singular na história. Não se trata apenas de uma reação coletiva contra um sofrimento intolerável, nem somente de uma prática da greve e outras maneiras de militância social que se tornaram características da classe trabalhadora. Em perspectiva com outros movimentos organizados com o objetivo de amenizar problemas de convivência, esses movimentos que emergem no seio do século XIX trazem no seu bojo uma novidade. Esses movimentos estão organizados em torno de uma consciência de classe e possuem finalidades claras de superação do modo de produção capitalista. Havia uma clareza de que ocorria um enfrentamento entre a classe operária, trabalhadora, proletária contra a opressão do patrão ou capitalista.

A “Era das revoluções” foi imprescindível para a organização dessa consciência de classe. O processo revolucionário na França de 1879 dotou de confiança a classe trabalhadora. A revolução nas técnicas instiga os trabalhadores a se manterem permanentemente em mobilização. Passou-se a compreender que a vida em sua exuberância não dependeria apenas de um protesto circunstancial no qual a ordem e estabilidade do sistema se restabelecesse após um momento temporário de crise. A classe trabalhadora consciente de seu papel percebe objetivamente a necessidade de se manter em eterna vigilância. A organização do movimento e as atividades do sindicato, das cooperativas, dos jornais e todo e qualquer grupo de trabalhadores necessitam do elemento da agitação revolucionária constante.

De acordo com Hobsbawm (1996, p.149), a própria novidade e a rapidez da mudança social que envolvia os trabalhadores britânicos, encorajava-os a pensar em termos de uma sociedade totalmente diversa, baseada na sua experiência e em suas ideias em oposição

direta às de seus opressores. A consciência de classe surgida nesse período possuía a dimensão concreta do tipo de modelo econômico-social pretendia opor aos seus opressores. A construção de uma sociedade cooperativa e não competitiva, coletivista e não individualista através de uma revolução socialista representaria uma alternativa praticável em substituição do sistema em vigor.

Havia um sentido para a organização da classe trabalhadora na Inglaterra. O que se buscava era uma espécie de solidariedade nacional ou universal através da organização de sindicatos gerais nos quais seria possível a organização de uma grande greve geral. A organização do sindicato geral romperia com as dificuldades locais e regionais da auto-organização dos trabalhadores. O sentido da organização era criar um espaço para a classe trabalhadora sistematizar seus conceitos e elaborar suas táticas de atuação frente a devassidão da vida pelo capitalismo. O conceito e a palavra “socialismo” se tornaram de uso comum entre os trabalhadores e trabalhadoras, fato que indica o início de um processo de organização. Na Inglaterra Robert Owen era tido como grande líder desse movimento de massas. O que é importante ressaltar é que havia uma potência revolucionária se constituindo a partir da consciência de classe proletária cuja aspirações sociais apontavam para uma grande e radical transformação da organização da vida em sociedade (Hobsbawn, 1996, p.212).

As potencialidades desse movimento se expressavam na prática comum do povo através de formulações embrionárias do sentido revolucionário, da importância da organização de classe, da compreensão do caráter destruidor do capitalismo. O movimento em si da classe trabalhadora vislumbrava a organização política democrática através das comunidades cooperativas. Nesse momento emerge no palco da história atores potencialmente capazes de assumir o protagonismo das transformações efetivamente revolucionárias da sociedade. A sociedade emergente passa a ser compreendida não mais como uma ordem imutável, mas como um conjunto de relações sociais cuja relações de produção e as instituições políticas seriam responsáveis pelos conflitos socioeconômicos. As trabalhadoras e trabalhadores são esses atores capazes de inicialmente propor uma ação coletiva para exigir maiores salários, mas, sobretudo, perceber a possibilidade de superação e estabelecimento de outro modo de organização social.

Em “A situação da classe operária na Inglaterra” de 1845, Engels (2010) argumenta que os operários ingleses vivem em condições insatisfatórias e desumanas, explorados pela burguesia, que defendem seus próprios interesses. Os operários sentem-se tratados como propriedade e, por isso, desenvolvem um forte sentimento de hostilidade em relação à burguesia. O autor enfatiza que a educação intelectual que leva ao egoísmo e à busca pelo

dinheiro, comum na burguesia, não está presente nos operários. Em vez disso, eles têm paixões intensas e uma sensação de liberdade que os leva a se rebelar contra a tirania dos proprietários.

Desse modo, os operários ingleses, em busca de afirmar sua humanidade e dignidade, se opõem às suas condições de vida desumanas. Eles concentram suas energias na luta direta contra a burguesia, mesmo buscando adquirir algum nível de cultura. Engels (2010), menciona que, embora ocorra atos de violência individual, isso é uma resposta direta às condições impostas pela burguesia. A revolta dos operários contra a burguesia evoluiu ao longo do tempo, começando com ações individuais contra a burguesia, mas rapidamente perceberam que isso era ineficaz. A classe operária começou a se opor à burguesia de forma mais organizada quando se rebelou contra a introdução das máquinas na Revolução Industrial, destruindo fábricas e máquinas.

De acordo com Engels (2010), a classe trabalhadora valoriza uma "cultura sólida", desde que não seja influenciada pelos interesses da burguesia, como evidenciado pelas conferências frequentes sobre ciências naturais, estética e economia, que atraem grandes públicos e são organizadas por instituições proletárias, especialmente as socialistas. "Operários de casacos gastos discutem geologia, astronomia e outros temas de forma mais convincente do que muitos cultos burgueses" (Engels, 2010, p. 274). Eles leem obras contemporâneas de filosofia, política e poesia que marcam seu contexto; enquanto os burgueses, presos às condições sociais vigentes, geralmente presos aos seus preconceitos evitam essas obras.

A mentalidade socialista desempenha um papel significativo na educação do proletariado. Os socialistas traduzem e divulgam autores materialistas franceses, como Helvétius, D'Holbach e Diderot, junto com importantes autores ingleses. Os operários leem obras de pensadores como Bentham e Godwin, que, embora tenham seguidores na burguesia radical, extraem elementos progressistas que foram amplamente adotados pelo proletariado. Isso levou à criação de uma literatura própria do proletariado, composta principalmente por opúsculos e jornais, cujo conteúdo supera a literatura burguesa.

Engels (2010) enfatiza que os operários fabris, especialmente os que trabalham com algodão no Lancashire (especialmente em Manchester), são o núcleo do movimento operário. Quanto mais o sistema fabril se expande em uma indústria, mais ativos os operários se tornam, e passam a participar mais dos movimentos. A consciência proletária se desenvolve à medida que o contraste entre operários e capitalistas se acentua, e eles reconhecem sua importância como uma classe com princípios, interesses e concepções próprias, opostas a todos os proprietários.

Vale destacar que os atores mais ativos, militantes e politicamente conscientes não surgiram dos novos proletários fabris. Estes são, de certo modo, os intelectuais da classe trabalhadora emergente (eles fazem circular a cultura progressista, alimentam o intelecto da classe trabalhadora a partir da organização de debates, publicação de jornais, tradução de textos de outros países). De acordo com Hobsbawm (1996), são os/as artífices qualificados, os/as artesãos/ãs independentes, os/as empregados/as domésticos/as de pouca importância e outros/as que viviam e trabalhavam em situação semelhante de antes da revolução industrial é que possuíam maior compreensão da realidade destrutiva do capital. Um fato típico que comprova essa liderança é a constituição dos sindicatos. O núcleo de organização do Cartismo, diz Hobsbawm (1996), por exemplo, girava em torno da liderança de um marceneiro, um par de artífices, um vendedor de livros e um cortador de lã. Diz o autor:

Os homens que adotaram as doutrinas cooperativas de Owen eram em sua maioria estes "artesãos", "mecânicos" e trabalhadores manuais. Os primeiros comunistas alemães da classe trabalhadora foram artesãos ambulantes, alfaiates, marceneiros e impressores. Os homens que se rebelaram contra a burguesia parisiense em 1848 foram os habitantes da velha comunidade artesã Faubourg Saint-Antoine, e não (como na Comuna de 1871) os habitantes proletários de Belleville (Hobsbawm, 1996, p.153).

À medida que o mundo industrial era construído, a consciência de “classe trabalhadora” dos primeiros comunistas iria se desvanecendo e, nesse caso, os esforços do movimento trabalhista era atingido no seu processo de amadurecimento. Hobsbawm (1996), destaca a importância da criação de uma densa rede de instituições para a educação social e política da classe trabalhadora. Foram criados “Institutos dos Mecânicos”, os “Salões de Ciência” owenistas, dentre outras (Hobsbawm, 1996, p.154).

A consciência de classe construída na militância, o desprezo ao opressor era o enredo principal da existência de cada trabalhadora/trabalhador. O único fenômeno que ligava trabalhador e burguês são as relações contraditórias entre o trabalho e o capital. Tudo que possuíam de material ou imaterialmente era fruto da criação coletiva. Os próprios trabalhadores e trabalhadoras organizavam sua biblioteca, a academia de desenho, realizavam reuniões, criavam escolas infantis e organizaram uma revista literária. De acordo com Hobsbawm (1996, p. 155), essa “auto-organização” ocorre nos primeiros movimentos trabalhistas, como o cartismo, mas, a posteriori, se espalha como paradigma para a construção das diretrizes dos primeiros sindicatos. Essa dinâmica ocorre entre 1830 e 1850 marcando o surgimento de várias lojas cooperativas que se espalhavam com rapidez pela Europa. Esta disposição e força política é característico de um movimento mais do que de uma mera organização individualizada. Isso,

certamente, é o que aterrorizava as classes dominantes. A auto-organização da classe trabalhadora era temida pelos ricos devido a força organizada que representavam frente a exploração do capitalista.

Hobsbawm (1996) destaca que mais do que um instrumento de luta, o movimento trabalhista representava uma postura de vida. Além de um movimento de autodefesa, de projeto e de revolução, o movimento trabalhista era um modo de reencontrar a história de vida arrancada pela burguesia liberal. O movimento nutria a expectativa e os laços de uma vida coletiva, comunal, combativa, idealista e isolada como de outrora. Além disso, o movimento contava e lidava com os trabalhadores e trabalhadoras mais inteligentes e competentes o que, de certo modo, ampliava a força dos sindicatos.

Todavia, esses movimentos tiveram grandes dificuldades no que diz respeito a coordenação das ações e a definição de seu propósito maior. Não havia clareza do que fazer após o enfrentamento do capitalismo. O fato de não atuar com propósitos bem definidos contribuiu, além do ataque violento da burguesia, para o fracasso rápido das organizações voltadas para o combate contra o capitalismo nascente. Em muitas situações, as organizações contavam apenas com a solidariedade espontânea da classe trabalhadora, não havendo um objetivo mais amplo e capaz de sinalizar a superação da ordem vigente. Nesse sentido, Hobsbawm (1996) destaca:

Havia pouca liderança ou coordenação. A tentativa mais ambiciosa de transformar o movimento em uma organização, o "sindicato geral" de 1834-5, fracassou rápida e miseravelmente. No máximo, tanto na Grã-Bretanha quanto no continente europeu, havia uma solidariedade espontânea da comunidade trabalhadora local, homens que, como os empregados na indústria de seda de Lyon, morriam tão miseravelmente como tinham vivido. O que mantinha este movimento unido era a fome, a miséria, o ódio e a esperança, e o que o derrotou, na Grã-Bretanha cartista e no revolucionário continente europeu de 1848, foi que os pobres - famintos, bastante numerosos e suficientemente desesperados para se insurgirem - careciam da organização e maturidade capazes de fazer de sua rebelião mais do que um perigo momentâneo para a ordem social (Hobsbawm, 1996, p. 156).

De fato, o movimento trabalhista, nascido dessas organizações espontâneas contra a opressão, a fome e toda a sorte de dores, deve ser considerado um elemento concreto para afirmar que Singer (2002) faz uma vinculação e construção histórica de um processo, ainda em curso, de surgimento da proposta de uma economia solidária, em que o resultado do trabalho associado possa ser autogerido pelos próprios trabalhadores/as. A economia solidária é um movimento da classe trabalhadora, talvez, com bases e diretrizes ainda incipientes surgida do desejo do trabalhador/a de não ser dominado e controlado socialmente; mas, há algo objetivo

na economia solidária que é a sua potencialidade para dá cabo à prática de valores, sentimentos, ações, cuja formulações embrionárias possuem um tino, uma destreza, um sentido ainda não sentido, que venha a se constituir em um processo revolucionário, latente na prática comum do povo, cuja fagulha pode ser antevista no modo como homens e mulheres vem construindo movimentos de subsistência e resistência política, econômica e cultural por todo o mundo.

Outro conceito importante que pode nos ajudar a compreender alguns vínculos entre os movimentos sociais da atualidade com os primeiros movimentos coletivos da classe trabalhadora é o conceito de "Economia Moral das Multidões" desenvolvido pelo historiador E. P. Thompson em seu livro "A Formação da Classe Operária Inglesa". Esse conceito desempenha um papel fundamental na análise de Thompson sobre o surgimento da classe trabalhadora na Inglaterra durante o século XVIII e início do século XIX.

A "Economia Moral das Multidões" refere-se às normas, valores e expectativas que as pessoas comuns, em particular os trabalhadores e camponeses, tinham em relação à economia e ao seu lugar nela, durante o período de transição para o capitalismo industrial na Inglaterra. Um aspecto fundamental da economia moral era a ênfase na justiça e na moralidade na distribuição dos alimentos básicos, como grãos. Os trabalhadores acreditavam que tinham direito a um padrão de vida decente, e isso incluía o acesso a alimentos acessíveis. Quando os preços dos alimentos subiam exorbitantemente devido à escassez ou à especulação, isso era considerado uma violação da economia moral e levava a protestos e revoltas. Um exemplo importante de economia moral das multidões foi o movimento conhecido como "Food Riots" (motins da fome) que ocorreu em várias partes da Inglaterra durante o final do século XVIII. As pessoas se revoltaram contra a especulação e a exploração dos comerciantes de alimentos e buscaram garantir que os alimentos básicos, como o pão, fossem acessíveis a preços justos.

A "Economia Moral das Multidões" foi enraizada em uma série de opiniões e expectativas compartilhadas pelos trabalhadores pobres. Isso incluía a ideia de que havia um "preço justo" para os alimentos e outros bens essenciais, e que os comerciantes e as autoridades não deveriam explorar os trabalhadores elevando os preços acima desse limite. Os trabalhadores também defenderam a importância da solidariedade comunitária e da proteção mútua em tempos de necessidade.

E. P. Thompson (1998) argumenta que a "Economia Moral das Multidões" era um componente essencial da cultura popular do período e que desempenhou um papel significativo na formação da consciência da classe dos trabalhadores. Ao protestar contra a exploração econômica e a injustiça social, os trabalhadores envolvidos se engajaram em uma luta pela preservação de sua dignidade e bem-estar. Isso, por sua vez, contribuiu para o desenvolvimento

de um sentimento de solidariedade de classe e para a formação de movimentos sociais mais organizados.

Alguns pontos fundamentais da “Economia Moral das Multidões” incluem a ideia de justiça e equidade uma vez que os/as trabalhadores/as tinham noções específicas sobre o que era justo em termos de condições de trabalho. Frequentemente protestavam e reivindicavam "salário justo" que lhes permitisse sustentar as famílias e manter um padrão de vida aceitável. Outro ponto fundamental da “Economia Moral das Multidões” é a concepção de controle comunitário. Os trabalhadores acreditavam que tinham o direito de expressar suas convicções sobre as condições de trabalho e que as decisões sobre as negociações e os preços deveriam ser tomadas levando em consideração o bem-estar da comunidade.

Outro aspecto-chave da “Economia Moral das Multidões” é compreensão de que a ação coletiva (combinada e solidária) entre os/as trabalhadores/as é necessária para proteger seus interesses e preservar a dignidade. Daí surge a reação à exploração através de protestos, greves, motins, como uma tentativa de restabelecer os interesses coletivos perseguidos pela economia moral. Assim, quando as condições de subsistência dos/as trabalhadores/as eram ameaçadas, a organização coletiva visava uma ação direta, assim, foi, por exemplo, o movimento ludista de ataque às máquinas.

Por conseguinte, o conceito de "Economia Moral das Multidões" de E. P. Thompson (1998) destaca a importância das normas éticas e das expectativas culturais compartilhadas pelos/as trabalhadores/as pobres na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Essa economia moral moldou suas ações e protestos em resposta à exploração econômica e à injustiça social, desempenhando um papel crucial na formação da classe trabalhadora e no desenvolvimento de movimentos sociais. Thompson (1998) argumenta, nesse sentido, que os/as trabalhadores/as não eram jogados a própria sorte das forças econômicas, todavia, são agentes ativos que defendiam suas próprias concepções de justiça e dignidade.

Singer (2002), ao traçar as raízes históricas da economia solidária e situá-las nos movimentos cooperativistas do século XIX, não se reporta ao conceito de “Economia Moral das multidões”. Contudo, quando observamos de perto o desenvolvimento desse conceito na obra de E. P. Thompson, consideramos que ele pode contribuir com o que os historiadores da economia solidária denominam de ação solidária entre os trabalhadores e associação para produzir, bem como quando se referem à ação direta e autogestionária da organização dos grupos produtivos e o movimento político decorrente deles.

No prefácio para 1ª edição alemã de 1882 da brochura “Do socialismo utópico ao socialismo científico”, Engels faz referência a obra de Cervantes e conclui: “quando Dom

Quixote carrega com a sua lança contra moinhos de vento, essa é a sua função e esse o seu papel; mas ao Sancho Pança é impossível permitir tal coisa” (Engels, 1975, p.14). A afirmação soa um tanto esclarecedora do sentido da obra. Para Engels, os trabalhadores e trabalhadoras já possuem muito claramente seu papel de enfrentamento à modernidade burguesa. O papel de mudar o mundo cabe aos trabalhadores e trabalhadoras como a Dom Quixote cabe enfrentar moinhos e cavaleiros da ordem estabelecida, mesmo que esses moinhos e cavaleiros sejam visões oníricas e imaginativas, mas a transformação da realidade em nome de uma justiça já é o processo desencadeado pelo seu sonho de criar um outro mundo. Aos burgueses cultos cabe disseminar a impossibilidade da mudança, cultivar um tipo de racionalidade absoluta capaz de explicar a maneira pela qual somente o mundo burguês é possível. É impossível para os burgueses cultos vislumbrarem a transformação de perspectiva da organização societal seja por sua grandiosa ignorância ou pela sua incompreensão da perspectiva de produção e distribuição coletiva dos bens necessários à vida.

Assim como para Sancho Pança, aos burgueses cultos só interessa a imediata recompensa. A racionalidade burguesa vislumbra apenas o resultado imediato da exploração da realidade, do mesmo modo que interessa a Sancho Pança apenas as terras prometidas pelo fidalgo *de la Mancha*. Os burgueses cultos lançam seus empreendimentos cognitivos e práticos tão somente para a aquisição de territórios nos quais se possam lançar como governantes e mandatários do trabalho a ser explorado. A visão interpretativa segundo a qual Dom Quixote é ingênuo e ridículo em contraposição a lucidez de Sancho Pança não passa de uma artimanha hermenêutica para reduzir a dimensão dialética da realidade em seu viés de mutabilidade histórica, e para simplificar a capacidade de sonhar com outro modo de organização da sociedade.

Nesse mesmo prefácio Engels (1975) reitera que como socialista tem o orgulho de descender não só de Saint-Simon, Fourier e Owen, mas também de Kant, Fichte e Hegel. Porém, apesar de Engels considerar os socialistas utópicos os fundadores do socialismo, de acordo com ele, o estado da produção e a situação da classe trabalhadora ainda não estavam amadurecidas. A própria leitura da realidade social e nem as bases para sua transformação estavam suficientemente elaboradas. A proposição dos socialistas utópicos é que os problemas sociais fossem resolvidos a partir de alguma engenhosidade do cérebro humano, alguma teoria forjada por um gênio.

As contradições das condições econômicas se encontravam em estado latente, não havia clareza suficiente da classe trabalhadora sobre o que fazer; a condição da classe trabalhadora era incerta em face das transformações que estavam sendo operadas na

reestruturação do capitalismo comercial. A concepção de que era necessário criar um sistema novo, com outra ordem social, parecia surgir de fora para dentro da sociedade. Os socialistas utópicos se precipitavam ao apontar exemplos e experiências modelos. De acordo com Engels (1975), estes novos sistemas estavam condenados de antemão à utopia. De acordo com o autor, quanto mais elaborada a razão pensante, mais a possibilidade de se perder na pura fantasmagoria social, ou seja, nas ilusões sobre a compreensão da verdadeira natureza das relações sociais e de seus problemas e determinações.

Engels (1975), juntamente com Karl Marx, desempenhou um papel fundamental na crítica e na análise do socialismo utópico. Engels contribuiu significativamente para a formulação das ideias marxistas, que se distinguem do socialismo utópico por meio de uma abordagem mais científica e materialista em relação ao socialismo e à luta de classes. Vamos, brevemente, explorar a visão de Engels sobre o socialismo utópico e como ela se relaciona com o pensamento marxista. Engels (1975), parte de uma crítica à utopia argumentando que os pensadores Charles Fourier, Robert Owen e Henri de Saint-Simon, careciam de uma base sólida na realidade material e na análise das relações de classe. Ele criticava essas utopias por não se baseavam em uma compreensão das leis do desenvolvimento histórico e da luta de classes. Engels via o socialismo utópico como uma tentativa bem-intencionada, mas ineficaz, de imaginar uma sociedade melhor sem uma análise profunda das forças sociais reais que moldam a sociedade. Para ele, são importantes o materialismo histórico e a análise científica da sociedade como elementos centrais para compreender e transformar a realidade social. Ele argumentou que o socialismo utópico não se baseava em uma análise materialista da sociedade, mas em uma concepção idealista. Para Engels e Marx, a compreensão das forças econômicas e das relações de classe era essencial para desenvolver uma teoria do socialismo que fosse baseada nas relações sociais concretas.

De qualquer modo, Engels (1975) via o socialismo utópico como um momento necessário no desenvolvimento das ideias socialistas, mas acreditava que era insuficiente para guiar eficazmente o movimento operário em direção ao processo revolucionário. Ele argumentava que os socialistas utópicos eram visionários bem-intencionados, mas que suas ideias eram impraticáveis porque não estavam fundamentadas em uma compreensão sólida das relações de classe e das contradições do sistema capitalista. Engels construiu as bases de um socialismo científico, junto com Marx, como uma possibilidade mais realista e eficaz para a transformação social porque parte da concepção de que a transformação é resultado da ação prática dos indivíduos.

Assim, o socialismo, para Engels (1975), deveria ser uma conquista da classe trabalhadora organizada. Ele enfatizou a importância da luta de classes e da autoemancipação dos trabalhadores como motor da transformação social. Engels e Marx acreditavam que o proletariado, como classe explorada pelo capitalismo, tinha o potencial de liderar uma revolução que transformaria a sociedade.

Por fim, a crítica ao socialismo utópico ao que parece não significa o desprezo ou a recusa desses ideais. Ao contrário, tanto Marx quanto Engels destacam a importância desse movimento para o posterior amadurecimento das próprias concepções dos/as trabalhadores/as. A preocupação fundamental dos autores do “Manifesto do partido comunista”, é com relação a perda de vista, por parte do socialismo utópico, da natureza geral e essencial do funcionamento do regime capitalista que se ergue historicamente determinando a produção mercantil e a forma das relações jurídicas e políticas ligadas ao fetichismo da mercadoria. Assim, se se perde de vista essas determinações e se localiza a crítica ao aspecto da distribuição da produção, pode se incorrer em equívocos acerca do alcance destrutivo das relações de produção no capitalismo.

Em todo caso, a nossa investigação manifesta preocupação nesse momento, não com o nível de efetividade da transformação social que o socialismo utópico e a economia solidária podem alcançar. Não obstante, a preocupação que nos guia através desse caminho histórico, é com o processo de construção dessa proposta de economia solidária ter suas origens nos movimentos dos trabalhadores do século XIX, e, dessa forma, ser um movimento social robusto, forjado pelos trabalhadores/as desde aquele tempo histórico até ao atual estágio de crise estrutural do capitalismo. A preocupação em demarcar esta historicidade se dá pela necessidade de afirmar a importância da organização e auto-organização desse movimento uma vez que a lógica do capitalismo e sua força de gravitação tem feito investidas insidiosas na captura desses movimentos na realidade social do século XX e XXI.

2.1 A economia solidária no Brasil

O marco inicial da economia solidária no Brasil são as práticas ocorridas no final do século XX, precisamente nos anos de 1980, com os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) organizados pela Cáritas¹¹ Brasileira. Além da Cáritas outras entidades importantes na

¹¹ A Cáritas é um organismo da Igreja Católica presente em duzentos países e territórios, na forma de uma rede com nome de Cáritas Internationalis, sede no Vaticano e origem em 1897. Esta rede está subdividida em sete regiões: América Latina e Caribe, África, Europa, Oceania, Ásia, América do Norte e a chamada MONA (Oriente Médio e Norte da África). Nessas diversas partes do globo, a Cáritas costuma agir em parceria com organismos

organização da economia solidária e na luta pela redemocratização do país desde meados dos anos de 1960 foram o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e inúmeros grupos de Microcrédito organizadas na Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED).

Nos anos 1990 emergem no cenário brasileiro as experiências autogestionárias de empresas falidas, foi formada a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG). Entre os anos de 1996 e 1997 surge a Confederação Nacional dos Metalúrgicos, ligada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) na qual é desenvolvido o programa INTEGRAR cuja finalidade foi debater sobre os temas da autogestão, cooperativismo e economia solidária. Nos anos de 1999 a CUT promove seminários regionais preparativos para um grande Seminário Nacional de Economia Solidária. Desse seminário resulta a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) da CUT. Dos estudos realizados por esta agência é criado o Sistema Nacional de cooperativas de Economia solidária e Crédito Solidário (ECOSOL) e a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL BRASIL). Ainda nos anos de 1990 essas várias instituições organizadas pela sociedade civil começam a atuar em conjunto no campo da economia solidária e formam a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), fundada nos anos 2000 na cidade de Mendes/RJ, local também em que se realizou o I Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária. Nesse mesmo contexto é fundado o Banco Palmas em 1998 pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP) (Singer, 2002; Nascimento, 2003; Segundo & Magalhães, 2003).

Dos anos 1980 ao início do século XXI surgem inúmeros grupos produtivos organizados com base nos princípios da Economia Solidária em instituições religiosas, nos Sindicatos rurais e urbanos, nas Universidades e a partir da criação de ONGs. De acordo com Débora Nunes (2009) os pioneiros da economia solidária são grupos com variadas

nacionais e internacionais, com enfoque na questão da defesa dos direitos humanos e numa perspectiva ecumênica. Ela detém o “status consultivo geral” atribuído pelo Conselho Socioeconômico da ONU (Organizações das Nações Unidas). A chamada Cáritas Brasileira foi fundada em doze de novembro de 1956 e é reconhecida como entidade de utilidade pública federal, o que lhe permite fazer convênios com instâncias de governo” (SOUZA, André Ricardo de. O processo educativo dos projetos alternativos comunitários da cáritas. Disponível em: <http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/Anais%20-%20Grava%C3%A7%C3%A3o/arquivos%20III%20Encontro/Edu-3.htm#:~:text=Resumo%3A%20A%20C%C3%A1ritas%20%C3%A9%20um,rede%20de%20Economia%20Popular%20Solid%C3%A1ria>. Acessado em dezembro de 2021. Para aprofundamento deste contexto ver: BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da (Org.). **Veinte años de economía popular solidaria**: trayectoria de Cáritas Brasileira de los PAC's a la EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2004.

características e organizações de apoio que vêm de horizontes distintos que à medida que enraízam na sociedade são criadas políticas públicas de origem municipal, estadual e federal.

No contexto de final dos anos de ditadura, redemocratização e movimentos de luta contra a fome, como é o caso da ‘Campanha contra a fome e pela vida’, liderada pelo Sociólogo Hebert de Souza, o Betinho que coordenava o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), surgem também a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coordenação dos programas de Pós-graduação de Engenharia (COPPE) da UFRJ. Esses movimentos de incubação tecnológica nas Universidades fizeram surgir a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da COPPE/UFRJ (Nunes, 2009, p. 66-67).

Os Estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro foram importantes territórios para a organização política da economia solidária. De acordo com Débora Nunes (2009), desde os anos de 1980 há a organização de economia solidária no Rio Grande do Sul. A partir dos anos 1990, em cidades como Porto Alegre (1994) e Caxias do Sul (1997), governadas pelo Partido dos Trabalhadores, a economia solidária aumentou quantitativa e qualitativamente se espalhando por outros municípios do Estado até conseguir se tornar ação estatal a partir dos anos 2000 no governo de Olívio Dutra do Partido dos Trabalhadores. No Rio de Janeiro foi criado o Fórum de Cooperativismo Popular (FCP), fundado em 1996, e, mais tarde, se transformou em um Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GTB) fornecendo pessoas, reflexões e experiências basilares para a organização de grupos produtivos de economia solidária que se espalharam posteriormente por todo o Estado do Rio de Janeiro.

Três organizações de economia solidária são consideradas ícones no Brasil, são elas: a Cooperativa Catende Harmonia, o Banco Palmas e a Cooperativa Unidas Venceremos (UNIVENS). A cooperativa Catende Harmonia situa-se em Pernambuco, tem sua origem centenária marcada pela organização autogestionária dos trabalhadores de uma Usina de cana falida que foi recuperada. O Banco Palmas nasceu da experiência de uma Associação de Moradores no Ceará e inspira atualmente bancos comunitários no país inteiro. A UNIVENS deu origem a Justa Trama, cadeia ecológica do algodão solidário que produz roupa (Nunes, 2009, p. 69).

Foram essas organizações de economia solidária que nos anos 2000 prepararam a organização do primeiro Fórum Social Mundial. Este fórum surge como um espaço público internacional cujo objetivo é apresentar uma profunda reflexão e pontuar alternativas para se contrapor às políticas neoliberais colocando no centro de suas preocupações priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação hegemônica do mercado capitalista nos

países e nas relações internacionais (Leite, 2003). Em 2001 ocorreu o I Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre/RS no qual aconteceram muitas oficinas e seminários sobre economia solidária. Do mesmo modo em 2002 realizou-se o II FSM e a economia solidária esteve no centro do debate. A oficina ‘Economia Solidária e Autogestão’ foi umas das atividades com maior número de participantes de várias partes do mundo e um emulador para a organização da I Plenária Nacional de Economia Solidária realizada na cidade de São Paulo no mesmo ano do Fórum. O Fórum Social Mundial têm sido o centro de convergência no qual são produzidas as pautas, reivindicações e propostas dos movimentos sociais de economia solidária.

No final de 2002, o Grupo de Trabalho Brasileiro (GTB) de economia solidária apresentou uma carta aprovada na I plenária de economia solidária ao então vencedor das eleições presidenciais Luís Inácio Lula da Silva, denominada ‘Carta ao governo Lula’. Essa carta definia diretrizes para a formulação de uma política nacional de fortalecimento da Economia Solidária e reivindicava a criação de um órgão governamental para levar a cabo essas diretrizes. Nesse mesmo contexto foi criado Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) organização composta por grupos de economia solidária, assessorias e gestores públicos responsável atualmente pela interlocução com a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES (Goulart & Marin, 2002).

Em julho de 2003 foi realizado em Brasília a III Plenária Brasileira de Economia Solidária na qual foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), aprovada uma ‘Carta de princípios da economia solidária’ e uma ‘Plataforma de lutas do movimento da economia solidária’. Na carta de princípios¹² aprovada nessa plenária consta que a economia solidária representa as práticas surgidas das relações de colaboração solidária, orientadas por uma cultura que coloca o ser humano como sujeito. De acordo com a ‘carta’ a economia solidária surge como retomada da luta histórica dos trabalhadores/as contra a exploração do trabalho constituindo-se como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais e as relações com a natureza.

sob diversos títulos – economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc., têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo (Carta de princípios da economia solidária).

¹² Para o contato na íntegra com carta de princípios e as plataformas de luta acesse: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>

Essas práticas de economia solidária exigem como plataforma de luta, como consta na carta de princípios, a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores/as, que as políticas neoliberais pretendem eliminar.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e os Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES) são organizações informais do movimento de economia solidária responsáveis por articular e organizar os grupos produtivos de economia solidária no sentido de elaborar uma pauta comum, planejar e organizar as formações e a sistematização dos conhecimentos e debater a orientação para a atuação política. Em todos os Estados da Federação foram criadas essas organizações. Nesse processo de organização e auto-organização da economia solidária, a criação dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES) se constituem como instrumentos fundamentais da organização da economia solidária como movimento social. Destaca-se, nesse contexto, a importância do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) para a construção e efetivação desses fóruns. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), encaminhou via Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), as orientações para a criação desses fóruns.

Após a sua criação, o Fórum realizou, em 2004, o I Encontro Nacional dos grupos produtivos de Economia Solidária com representação de todos os Estados. Participaram 2.500 pessoas, na maioria delegados de todos os Estados da nação (2.300 delegados), representando cerca de 15 mil grupos organizados de Economia Solidária. Em 2006 foi realizada a I Conferência Nacional de Economia Solidária, ação coordenada pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), reuniu 15 mil pessoas vinda de todos os Estados e eleitas em Conferências nos Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES). Essa Conferência Nacional resultou na criação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), instância criada por decreto em 2003 e implementada em 2006 pela SENAES.

Entre 2001 e 2006 a Economia Solidária obteve avanços significativos no âmbito de criação, ampliação e fortalecimento de políticas públicas no âmbito Federal, Estadual e municipal. Foram criadas legislações específicas em Estados e municípios¹³ ao mesmo tempo que foi organizada a Rede Nacional de Gestores de Políticas de Fomento à Economia Solidária. Esses gestores públicos de Economia solidária se articularam e criaram, durante I Fórum Social Mundial em 2001, a “Carta da rede de gestores”.

¹³ As construções do debate sobre economia solidária como política pública se apresentam desde os anos 1980, e as primeiras experiências de ações governamentais foram dadas pelos municípios de Porto Alegre – RS, Belém – PA, Santo André – SP e, posteriormente, Recife – PE e São Paulo – SP, que podem ser consideradas as mais emblemáticas, sendo o Governo do estado do Rio Grande do Sul o pioneiro, em duas gestões consecutivas nos anos 1990, na implementação de políticas estaduais. A esse respeito ver: PRAXEDES, Sandra Faé. **Políticas Públicas de Economia Solidária:** novas práticas, novas metodologias. Revista Mercado de Trabalho, n. 39. maio, 2009 (IPEA).

O que se infere desse breve histórico da construção da organização do movimento social de Economia Solidária é que os grupos associados e cooperativas das mais diversas matizes e níveis de produção tomaram corpo a partir da percepção de diferentes correntes políticas dentro do Partido dos Trabalhadores (PT) sobre a densidade da economia solidária. Nesse sentido, foi criado dentro do partido um setorial de economia solidária para abordar estrategicamente a construção de políticas públicas para esses grupos. Percebe-se também vínculos entre os movimentos sindicais urbanos e rurais na construção e impulso dos princípios da Economia Solidária. Entre 2003 e 2014, a economia solidária se depara com um amplo espaço político e maior acesso aos recursos públicos devido aos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 2005, a Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), cria uma Oficina Nacional de Formação, em parceria com a SENAES. A I Oficina Nacional de Formação ocorre em outubro de 2005 com a participação de 40 representantes de organizações com experiências de formação que preencheram uma ficha de reflexão sobre a sua prática. Nessa I oficina criou-se o Grupo de Trabalho (GT) Nacional de formação com representantes de todas as regiões do país.

Em 2006, publica-se o “livrinho verde”, como resultado da sistematização da I oficina de formação em economia solidária. Assim, no documento final da Conferência Nacional de Economia Solidária foi criado um item específico sobre Formação e Assistência Técnica e Tecnológica no qual constava uma extensa proposta para a política pública nacional. Entre dezembro de 2006 e fevereiro de 2007 foram realizadas cinco oficinas regionais sobre formação mobilizando através de um processo de seleção cerca de 150 experiências por todo país. De acordo com Débora Nunes (2009),

Desse processo de articulação nacional e de troca de experiências e saberes entre formadores da Economia Solidária, está resultando um paulatino alinhamento de conceitos e metodologias que têm por inspiração a educação popular. Além disso, este processo está estimulando a criação, pela SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, dos Centros de Formação em Economia solidária, em parceria com entidades de formação nas cinco regiões do país e do Centro Nacional de formação em Economia Solidária (Nunes, 2009, p. 77)

Os centros de formação criados em todas as regiões do país são responsáveis por coordenar as ações de formação em Economia Solidária. No caso do Nordeste do Brasil, o Centro de Formação em Economia Solidária (CFES) tem apresentado propostas para políticas públicas e ações para serem efetivadas e desenvolvidas pelas Universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A avaliação do CFES/NO é de que ocorreram avanços importantes na consolidação de políticas públicas de educação em Economia Solidária

na região nos últimos anos. Nesse sentido, destacam: a construção da concepção de educação em Economia Solidária como sendo uma educação entendida como construção social que compreende a formação, assessoria técnica, elevação da escolaridade, inclusão digital, acesso às tecnologias sociais; a constituição da identidade do educador em Economia Solidária; a articulação dos/as educadores/as em economia solidária através de coletivos estaduais; a interiorização do debate sobre a economia solidária a partir da ação dos/as educadores/as; a articulação com outras redes e movimentos sociais e a compreensão de que a produção do conhecimento em economia solidária se dá através da sistematização de experiências com o protagonismo dos/as trabalhadores/as da economia solidária.

De acordo com a proposta política-pedagógica e metodológica apresentada pelo Centro de Formação em Economia Solidária (CFES) os desafios na área de educação em Economia Solidária dizem respeito a efetivação de alguns aspectos fundamentais, principalmente, sobre a articulação das ações de formação, assessoria técnica, elevação da escolaridade, inclusão digital e acesso às tecnologias sociais; desafio no sentido de que a concepção de educação em economia solidária deve ser construída levando em consideração o território; desafio de refletir uma perspectiva feminista e racial na concepção político-pedagógica e nos conteúdos e, sobretudo, o desafio de contribuir para erradicação da fome e da pobreza (CFES/NO, 2012-2017).

Assim, a prática educativa defendida pelos Centros de Formação em Economia Solidária – Nordeste (CFES/NO) parte da premissa de que todo o processo de ensino-aprendizagem é construído e reconstruído tomando como ponto de partida os saberes dos/as participantes relacionando com os saberes historicamente construídos que consideram as culturas próprias e sistematizadas pela sociedade. Desse modo, é estimulado a emissão de opinião dos/as participantes, o respeito e a vivência do simbólico e a criação de um ambiente lúdico e amigável.

Esses Centros de Formação em Economia Solidária (CFESs) espalhados por todas as regiões do país são organizações essenciais para o movimento de Economia Solidária e para sua institucionalização como política pública. Produzindo e acumulando referencial fundamental para o próprio movimento, os CFESs fortalecem o movimento social da economia solidária. Assim, a institucionalização da Economia Solidária através da criação de políticas públicas para apoiar os grupos produtivos de economia solidária experimenta um salto essencial a partir da criação da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária).

A SENAES, fruto da reivindicação dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES) e do Fórum Nacional de Economia Solidária (FBES), possui um orçamento limitado e faz parcerias fundamentais com outras Secretarias de outros Ministérios para promover ações

de formação e criação de grupos de economia solidária em todo Brasil¹⁴ durante o período de 2003-2016. Dentre essas ações vale a pena destacar: o Programa Nacional de Incubadoras de cooperativas populares (PRONINC) com a financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); O Programa de Qualificação Profissional e o Microcrédito produtivo Orientado e Primeiro Emprego (Ministério do Trabalho e Emprego); O Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Ministério do Desenvolvimento Agrário); Inclusão Produtiva e Proteção Social Básica e Acesso à Alimentação (Ministério do Desenvolvimento Social); Brasil Alfabetizado e Educação para a Diversidade e Cidadania (Ministério da Educação e cultura); Resíduos Sólidos Urbanos (Ministério das Cidades), dentre outros (Nunes, 2009, p. 80).

A questão da institucionalização das políticas públicas de economia solidária aborda dois aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito à transformação dessas políticas de meras políticas de governo para políticas de Estado. Isso implica que uma economia solidária passa a ser vista como uma possibilidade de que as políticas governamentais se tornem permanentes, sendo incorporadas pela estrutura do Estado, e não apenas vinculadas à equipe de governo. O segundo aspecto envolve a integração da economia solidária no âmbito dos direitos, na construção de assuntos com direitos e nas obrigações públicas, estabelecendo os deveres do Estado para garantir esse conjunto de direitos (Schiochet, 2009).

Assim, o movimento brasileiro de Economia Solidária vai ao Congresso Nacional com o objetivo de formar uma Frente Parlamentar em defesa da Economia Solidária. Em maio de 2007, na Câmara dos Deputados, com participação de 184 congressistas, a partir de requerimento do Deputado Federal Eudes Xavier (PT-CE), foi criada a Frente Parlamentar. O principal objetivo dessa frente parlamentar é a criação do marco legal da economia solidária e a criação de fundo nacional de recursos para investimentos em geração de trabalho e renda para trabalhadores/as associados e autogeridos. Em vários Estados brasileiros também foram criadas frentes parlamentares em defesa da economia solidária a partir da movimentação dos fóruns municipais, estaduais e nacional de Economia Solidária.

Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de sua sucessora, Dilma Rousseff (2011-2016), as políticas de economia solidária no Brasil foram fortalecidas e ampliadas. A contribuição de Paul Singer desempenhou um papel significativo na consolidação das políticas públicas em Economia Solidária.

¹⁴ A SENAES estabeleceu parcerias com o Banco do Nordeste, no apoio a fundos de projetos produtivos solidários na região Nordeste e com o banco do Brasil, no programa de Desenvolvimento Regional Sustentável, e na consolidação de grupos autogestionários, com ênfase na recuperação, pelos trabalhadores/as, de empresas falidas. (Nunes, 2009, p. 79)

No governo de Lula (2003-2010), houve um aumento significativo no reconhecimento e no apoio à economia solidária. Algumas iniciativas notáveis incluem a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que teve Paul Singer como seu primeiro secretário. Esse desempenho da secretaria é um papel fundamental na formulação e implementação de políticas voltadas para a Economia Solidária. Foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O governo expandiu o PRONAF, promovendo o acesso ao crédito para cooperativas e empreendimentos de economia solidária na agricultura. Incluem, também, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA foi criado para estimular a agricultura familiar e os empreendimentos de economia solidária, conectando produtores diretamente com compradores do setor público. Além disso, a Política Nacional de Economia Solidária foi instituída. Esse plano forneceu um quadro legal e institucional para apoiar o desenvolvimento da economia solidária.

Com a chegada de Dilma Rousseff à presidência (2011-2016), o apoio à economia solidária continua, com destaque para o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). Houve uma expansão das linhas de crédito e do apoio técnico para empreendimentos de economia solidária na agricultura. Além disso, foi dado um impulso às compras públicas de produtos de economia solidária, ajudando a aumentar o rendimento dos grupos e a promover a inclusão social.

A contribuição de Paul Singer para a consolidação dessas políticas foi notável devido ao seu papel na formulação e promoção da economia solidária como uma abordagem viável para o desenvolvimento econômico e social. Como secretário da SENAES, Singer desempenhou um papel fundamental na definição das diretrizes e na criação de estruturas institucionais que permitiram a expansão das políticas de economia solidária no Brasil durante esses governos. Suas ideias e influência foram cruciais para elevar o perfil e a importância da economia solidária na agenda política do país.

As políticas de economia solidária durante os governos Lula e Dilma tiveram uma importância significativa para o movimento. Elas ajudam a criar empregos, reduzir a desigualdade e fortalecer comunidades marginalizadas em todo o Brasil. Na formulação das políticas públicas de economia solidária desses governos são traçados os desafios com relação a necessidade de maior formalização e apoio técnico aos grupos produtivos e à continuidade dessas políticas sob governos subsequentes. Assim, as políticas públicas de economia solidária são políticas consideradas inovadoras nos governos Lula e Dilma e representaram um avanço relevante na promoção da inclusão econômica e social no Brasil. Não há dúvida que os governos Lula e Dilma consideram a importância da economia solidária como uma abordagem que valoriza o trabalho coletivo e a autogestão. Embora tenham enfrentado desafios, essas políticas

desenvolvidas para o fortalecimento do setor de economia solidária no país deixaram um legado concreto na busca por um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo, conforme é destacada na formulação dessas políticas.

Todavia, nesses governos se observou, também, que à medida que foram sendo implementadas as políticas públicas de economia solidária, também ocorreu uma continuidade de políticas econômicas aprovadas por setores financeiros, latifundiários, oligopolistas e transnacionais. Embora tenham sido criadas instituições como a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e apesar da abordagem em programas sociais como o Bolsa Família, há críticas à manutenção de políticas econômicas de corte neoliberal.

O governo de Lula é descrito por Novaes (2015, p.81) como uma fusão de dois grupos de poder. De um lado, havia técnicos e intelectuais associados ao Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), disfarçados de banqueiros, e, por outro lado, uma elite de dirigentes do partido que se tornou operadora dos fundos de previdência, hegemônica no Partido dos Trabalhadores (PT). O fator unificador desses grupos foi o acesso e o controle dos fundos públicos. Dessa forma, diz Novaes (2015), houve certa continuidade na política econômica de cunho neoliberal, meio que mistificadas através de políticas sociais como o Fome Zero e o Bolsa Família. As políticas econômicas aprovadas com os interesses do capital financeiro, incluindo o pagamento significativo da dívida externa, privatizações, reforma da previdência e promoção de parcerias público-privadas.

Não se pode negar, no entanto, que ocorreram algumas mudanças notáveis, como a criação de empregos, a implementação do Bolsa Família para combater a pobreza e o estímulo ao consumo dos/as trabalhadores/as. Isso foi chamado de "melhorismo" em comparação com o governo anterior, embora não tenha resolvido completamente os problemas sociais do Brasil. Em síntese, durante os governos de Lula e Dilma, houve uma mistura de políticas sociais com elementos de continuidade da política econômica neoliberal, resultando em avanços modestos na área social, mas mantendo desafios significativos em relação à distribuição de riqueza e ao modelo econômico do país.

Para se ter uma ideia do que ocorreu com a economia solidária, Novaes (2015), identifica limitações nas políticas existentes, destacando a falta de atenção dada ao conceito de adequação sociotécnica. Isso significa que não houve um esforço suficiente para adaptar a tecnologia convencional aos propósitos dos movimentos sociais. Novaes (2015) também aponta que Paul Singer, secretário de Economia Solidária, baseava sua abordagem em uma visão neutra e evolucionista da tecnologia. Além disso, observaram que o Ministério da Ciência, Tecnologia

e Inovação (MCTI) estava relutante em se envolver em diálogos com a economia solidária e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Essa falta de comunicação pode ser um sintoma da baixa integração entre as políticas científicas e tecnológicas e as políticas de promoção do associativismo. Nesse contexto, Novaes (2015) também enfatizou que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) brasileiro destinava apenas 1% do orçamento para tecnologias sociais.

É neste cenário de alívio nas taxas de desemprego e melhores oportunidades habitacionais educacionais, ainda que questionáveis, de acordo com Novaes (2015), que os patamares de exploração do trabalho, de endividamento e de mercantilização exacerbada na sociedade brasileira chegam a níveis alarmantes. Assim, as políticas com potencial emancipatório desenvolvidas pela SENAES, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) nos governos Lula e Dilma, de acordo com Novaes (2015), transfigurando-se em cooptação e neutralização das lutas sociais.

Assim, é possível afirmar que o governo Lula e Dilma não atribuíram um papel estratégico significativo à economia solidária. De acordo com Novaes (2015), a principal ênfase desse governo concentrou-se na ampliação do capital financeiro e na manutenção da superexploração da força de trabalho. Isso ocorreu paralelamente à implementação de programas sociais e à distribuição pontual de renda a segmentos empobrecidos da população.

De toda forma, destinando poucos recursos, durante o período de 2015 a 2016, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) implementou diversos programas e ações para promover a economia solidária. Alguns dos principais programas e iniciativas incluíram o Programa Nacional de Promoção do Cooperativismo e Associativismo (PNPCA) que visava fortalecer cooperativas e associações por meio de assistência técnica, capacitação e acesso a recursos financeiros; foi criado o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC) cujo objetivo foi apoiar a criação e o desenvolvimento de cooperativas populares, fornecendo orientação técnica e infraestrutura; o Programa de Fomento às Iniciativas de Economia Solidária (ECOSOL), este programa promove ações para fortalecer a economia solidária, incluindo a capacitação de empreendedores e a articulação de redes de cooperação; o Programa de Apoio à Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PRONAF) no qual são incluídas medidas para apoiar a agricultura familiar por meio de crédito, assistência técnica e incentivos à produção sustentável; o Programa Nacional de Finanças Solidárias (PNFS) que tinha o objetivo de disponibilizar serviços financeiros inclusivos para grupos de economia solidária, como cooperativas e associações; o Programa de Comercialização Solidária que buscava criar canais de comercialização para produtos produzidos por grupos de economia

solidária, promovendo o consumo consciente e a geração de renda; o Programa de Economia Solidária na Escola focado na educação, este programa visa sensibilizar os jovens para os princípios da economia solidária e promover a formação de valores cooperativos; e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (PADEES), este oferece recursos e assistência técnica para o fortalecimento e expansão de grupos de economia solidária.

Esses programas e iniciativas representaram os esforços da SENAES para promover a economia solidária, apoiar grupos autogestionários e criar condições para o chamado desenvolvimento sustentável e inclusivo em várias regiões do país durante os anos de 2015 e 2016. Uma das últimas ações da SENAES no apagar das luzes do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, foi o lançamento de um edital destinado a selecionar Universidades e Institutos Federais para desenvolver propostas de intervenção junto aos grupos de Economia Solidária nas cinco regiões do Brasil. No Nordeste o projeto apresentado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) foi aprovado. O projeto intitulado ‘Mulheres e Jovens: Economia Solidária como alternativa para ampliação do trabalho e renda em Natal e Mossoró no Rio Grande do Norte’ foi aprovado para realizar, conforme a minuta do projeto, “uma série de ações no fomento, capacitação e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários constituídos por mulheres e jovens de baixa renda de Natal e Mossoró do Rio Grande do Norte”. No segundo movimento desta pesquisa iremos descrever e comentar as ações desse projeto desenvolvido pelo IFRN em parceria com outras instituições e com os movimentos sociais de Economia Solidária do RN.

A força social do movimento de Economia Solidária é robusta quando se observa a organização que se desdobra da ação coletiva mantida no Brasil e no mundo. As instâncias políticas do movimento podem ter uma compreensão da realidade voltada para questões urgentes e imediatas da vida dos/as trabalhadores/as. Isso não significa que exista uma simplificação ou limitação de perspectiva quanto ao alcance e destreza desse movimento para a transformação social. Pelo que a história desse movimento aponta há um compromisso político e ético com a organização da classe trabalhadora. Inicialmente, é um compromisso para se manter de pé, criando possibilidades de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora, e é um compromisso com a transformação social uma vez que sintetiza outra cosmovisão diante da realidade social, embora pouco amadurecida nos seus meios e fins, como veremos adiante. Assim, esse resgate histórico da economia solidária é um guia essencial para que possamos compreender mais adiante os processos formativos decorrente de sua práxis e experiência de classe.

Enfim, no Brasil, a economia solidária aparece na década de 1980 como uma resposta dos trabalhadores à crise social causada pela crise econômica e pela reorganização do processo de acumulação capitalista. No entanto, ela ganha visibilidade na década seguinte ao incorporar o debate sobre o potencial transformador intrínseco à luta popular e à classe trabalhadora. A resposta dos/as trabalhadores/as e das comunidades empobrecidas herdou um caráter emancipatório. Como acompanhamos, a agenda política se baseia em práticas econômicas concretas. Trabalhadores/as desempregados/as ocuparam fábricas fechadas e reiniciaram a produção por meio de organização coletiva e autogestão. Agricultores familiares e assentados da reforma agrária estabeleceram cooperativas de crédito, produção e serviços como alternativa à dependência da agroindústria capitalista. Comunidades urbanas e rurais formaram grupos de produção, realizaram compras coletivas e instituíram fundos solidários e esquemas rotativos de crédito. Populações de catadores de lixo, tanto em lixões quanto em áreas urbanas, organizaram a coleta e reciclagem de lixo por meio de associações e cooperativas. Esses exemplos ilustram a prática de economia solidária no país, onde iniciativas de autogestão, cooperação e solidariedade surgem como uma resposta concreta ao processo de crises econômicas e sociais, destacando-se como uma alternativa progressiva e transformadora.

2.2 Economia solidária: em busca de uma definição

O conceito de economia solidária refere-se às atividades econômicas em que os trabalhadores se associam e praticam a autogestão de forma coletiva. O professor Paul Singer destaca duas especificidades que, em sua perspectiva, fundamentam as características das organizações econômicas solidárias. De um lado, há o estímulo à solidariedade entre os membros, progresso por meio das características da autogestão. Por outro lado, existe uma prática de solidariedade na relação com a população trabalhadora em geral, com uma ênfase especial na assistência aos menos favorecidos. Por outras palavras, a economia solidária é um movimento que busca justiça social através da organização do trabalho associado e solidário com o objetivo de produzir as condições de vida em consonância com um processo de preservação da natureza e a transformação do modo de produção capitalista.

A principal e primária contradição no capitalismo é a contradição entre indivíduo e sociedade. O indivíduo é tratado como uma unidade isolada desprovido de uma vida coletiva na multiplicidade da sociedade. Na definição apresentada acima a economia solidária parece propor a superação da contradição do indivíduo e sociedade à medida que o indivíduo participa de uma organização, de um movimento em que cada um mobiliza seus esforços para produzir

a existência material de modo coletivo. Ao que indica a definição geral, trata-se da realização do trabalho associado em que os laços de associativismo são atados pelo princípio da solidariedade entre trabalhadores e trabalhadoras. O que não fica muito claro na afirmação é um entendimento mais preciso acerca do significado de preservação da natureza e a questão da justiça social. Mais adiante iremos abordar essas temáticas da justiça social e da preservação da natureza para tentar problematizar alguns elementos que os constituem.

Levando em consideração a compreensão histórica e inserindo o papel da atividade humana transformadora, ou seja, o local da práxis na produção da história, é possível afirmar que existem outros modos de produzir a existência. A produção da vida material é realizada historicamente e a cada tempo no devir há uma processualidade ocorrendo e sendo alimentada pela luta política, isto é, os processos sociais ocorrem concretamente a partir da atividade humana em sociedade.

Estes outros modos de produzir a existência são apresentados conceitualmente como um modo de produzir a vida material em que suas forças produtivas e relações de produção coabitam ao mesmo tempo com as relações de produção e forças produtivas do modo de produção capitalista. Outra perspectiva, considera que os pressupostos e conceito da economia solidária estão relacionados com um modo de produzir a vida em que predomina uma relação de interdependência entre aquelas outras formas de produzir a riqueza e o capitalismo.

Nesse sentido que se fala em economia plural, economia popular, economia solidária, economia feminista, economia social, economia do trabalho, economia para a vida. Ora os autores defendem que essas concepções econômicas marginais coabitam com o modo de produção capitalista, ora apontam que não só coabitam, mas mantêm uma relação de interdependência com ele.

Assim, a economia plural, por exemplo, coabita e é interdependente das relações capitalistas; a economia plural, definida por França Filho e Lavelle (2004), parte do pressuposto de que as relações dos produtores entre si, e dos produtores com a natureza são definidas por princípios econômicos plurais, inclusive princípios do capitalismo, sintetizados através da criação de diversas instituições capazes de impor limites ao processo de acumulação ou expansão do capital. De acordo com os autores, quando a economia de mercado não conhece limites resulta em uma sociedade de mercado.

A economia para a vida, definida por Hinkelammert & Jiménez (2003), parte da compreensão de que o ser humano é um sujeito corpóreo, natural, vivendo em um reino de necessidades. O reino da necessidade não é o simples reino das preferências e gostos particulares, o reino da necessidade é o reino das leis que determinam a existência. Nesse

sentido, o ser humano não pode ser colocado acima das leis naturais sendo que é parte integrante da natureza.

A economia para a vida pondera sobre os princípios da economia neoclássica, sobretudo, o aspecto da teoria da ação racional que reduz a economia a uma teoria da relação meio-fim. Lança seus questionamentos ao modelo de racionalidade instrumental, notadamente impregnada de utilitarismo, e ao conjunto de relações comerciais como relações centrais na organização social.

De acordo Hinkelammert & Jiménez (2003), a humanidade se encontra envolta de uma crise de sustentabilidade que hoje ameaça a sobrevivência humana e da própria natureza devido ao rebaixamento de toda a reflexão teórica e de toda a práxis humana ao modelo de racionalidade instrumental. A economia para a vida dirige sua atenção para a descoberta das possibilidades e potencialidades do ser humano. A preocupação central dessa proposta de economia é a reprodução da vida humana em sociedade a partir da reprodução das condições materiais de vida. Seu campo de atuação é a investigação dos processos econômicos, principalmente da produção e do consumo, e destes em relação ao ambiente natural; a economia para a vida, assim, busca harmonizar as condições de possibilidade de vida em sociedade com o ambiente natural do qual o ser humano também faz parte.

A economia social diz respeito ao conjunto de experiências econômicas que conjugam traços de um processo de democratização da riqueza social, isto é, democratização econômica como define Defourny (2009). A economia social encerra uma racionalidade híbrida em que os elementos mercantis convivem com os elementos não-mercantis e não-monetários formando empresas e organizações com finalidades não lucrativas. Fazem parte da economia social empresas com finalidade social mesmo que não organizadas no formato de cooperativas; sociedades do tipo mutualista; organizações associativas, cujos princípios são a prestação de serviços aos membros da coletividade deslocando o lucro para um segundo plano; outro princípio é a gestão autônoma; o controle democrático da empresa realizado pelos membros e primazia das pessoas sobre o capital no momento de distribuição dos excedentes (Defourny, 2009, p. 156-159).

A economia do trabalho é realizada por organizações de trabalhadores e trabalhadoras cujo princípio da autogestão e a busca por autonomia e emancipação frente o sistema de produção tradicional dota o indivíduo da possibilidade de sujeito da produção.

De acordo com Coraggio (2009), a economia do trabalho nos empreendimentos familiares, trabalho comunitário e doméstico, associações, consórcios e cooperativas organizam as condições de vida para melhorar os termos de troca e enfrentar os problemas do trabalho

assalariado no capitalismo. Nesse caso, a economia do trabalho coabita o mundo com o capitalismo e se posiciona como um antípoda das relações de trabalho assalariado. Assim, a economia do trabalho propõe possibilitar a realização social dos indivíduos enfrentando as duras consequências do trabalho fragmentado, alienado, organizado pelo capital. A economia do trabalho não seria apenas um somatório das atividades realizadas pelos trabalhadores/as, direta ou indiretamente subordinadas à lógica do capital, mas, nas palavras de Coraggio (2009), trata-se de um subsistema econômico articulado com centralidade no trabalho com lógica própria, diferenciada e diretamente oposta à economia do capital.

A chamada economia feminista visa, de acordo com Lina Coelho (2009), identificar as omissões da ciência econômica tradicionalmente atribuídas a realidade específica das mulheres; a ênfase da economia feminista é o valor do trabalho não remunerado no seio da família e nos contratos tácitos ou explícitos entre os sexos em cada comunidade. Assim, a economia feminista tem se ocupado com as questões relativas à organização da produção, do poder, o problema da pobreza, do desemprego, e, também, aos cuidados da saúde e da educação dos membros da família. É um tipo de economia invisível para os modernos métodos da ciência econômica e coabita o mundo da produção e da reprodução da vida, mantendo-se distanciada do mundo do valor capitalista.

A economia popular, afirma Icaza & Tiriba (2003), é entendida como um conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelas classes trabalhadoras cujo objetivo é assegurar a produção e reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos meios disponíveis. A economia popular coabita no mundo da produção com o modo capitalista de produzir, todavia, recusa e resiste às operações realizadas por ele. Dessa forma, procura manter independência da maneira de produzir voltado para a acumulação e o lucro.

Nesta pesquisa há a opção de denominar de economia solidária toda a economia (economia plural, economia para a vida, economia social, economia do trabalho, economia feminista, economia popular) que é efetivada por grupos associados de trabalhadores/as com a finalidade de assegurar as condições objetivas de vida e de vislumbre de outra forma de organização econômica e social. Optamos pela denominação Economia Solidária devido ao contato com os grupos produtivos que se autodenominam de grupos de Economia Solidária aqui no Estado do Rio Grande do Norte e que, mais adiante, serão descritos e analisados como fonte empírica para a discussão de alguns elementos desta tese.

Nesse sentido, a economia solidária é definida como uma atividade de natureza associativa cujas práticas são a cooperação e autogestão. A terminologia vem sendo utilizada

pelo menos desde 1990 quando grupos de pessoas se associaram com intuito de superar as condições econômicas, políticas, culturais e educacionais, enfim, de vida, vividas no contexto de experimentação neoliberal nas ‘veias abertas da América latina’. De lá para cá, a economia solidária se expande abrangendo diversas categorias sociais e modalidades de organização, sejam informais, associações de produtores e consumidores, sistemas de trocas, comunidades produtivas, cooperativas de bens, serviços, comércio e de crédito, criadas e movidas pela necessidade de resistir aos procedimentos de pilhagem e dispositivos de espoliação do capitalismo central, considerado desenvolvido, sobre o capitalismo periférico, subdesenvolvido, da América latina (Singer, 2002; Galeano, 2010; Gaiger, 2013).

A economia solidária traz no seu escopo uma visão de sociedade na qual predomina o princípio da igualdade. De acordo Singer (2002), para o surgimento de uma sociedade em que predomine a igualdade social, é preciso inicialmente construir relações de produção capazes de superar a competitividade no trabalho e estabelecer relações solidárias para que as forças produtivas possam ser transformadas apontando para a construção da sociedade da igualdade social.

Para Singer (2002), a economia solidária é outro modo de produção que condiciona o processo em geral da vida social, política e cultural. O modo de produção da economia solidária, de acordo Singer (2002), é baseado na propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual¹⁵. Esta seria a fórmula segundo a qual seria possível uma transição socialista via um Estado de redistribuição de renda para assegurar a reprodução da vida social igualitária e solidária. Para que a economia fosse solidária, nesse caso, Singer (2002) advoga a existência de um poder público capaz de organizar a produção e a distribuição da riqueza social.

Trouxemos para esse momento da investigação uma amostra das definições conceituais dessa economia que se faz à espreita e a partir da economia capitalista com intuito inicial de apresentar as mais diversas concepções resultantes e constituídas a partir de um movimento concreto da realidade histórico-social. Além disso, tomando como ponto de partida a realidade concreta de grupos organizados para produzir suas condições de vida e considerando

¹⁵ Importante destacar que o que Paul Singer define como liberdade individual não diz respeito aquilo que no contexto do neoliberalismo é tratado como liberdade de mercado e competição. Nesse contexto, a liberdade individual é vista principalmente como a liberdade de ação econômica e a capacidade de tomar decisões individuais em um mercado desregulado. A liberdade individual para Paul Singer é vista em um contexto mais amplo, é vista como uma dimensão fundamental da vida humana, mas é considerada em conjunto com outros princípios e valores, como igualdade e a justiça.

os elementos conceituais ora apresentados, consideramos importante adotar uma definição para essas experiências econômicas-sociais tendo em vista uma compreensão dialética.

Nesse sentido, às experiências econômicas-sociais concretamente existente na realidade material e conceitualmente discutidas pela ciência, a arte e a filosofia, optamos, ainda, por chamar de economia solidária por entender essa denominação como uma síntese em que ao mesmo tempo em que possui uma negação da economia capitalista, viabiliza os fundamentos incipientes e iniciais de um processo de superação da economia capitalista hegemônica na medida em que engloba elementos conceituais suficientemente capazes de promover um processo de reflexão e práxis ante os fundamentos do capitalismo levando em consideração, por exemplo, a compreensão de trabalho associado ou coletivo.

Desse modo, a opção conceitual adotada nesta investigação é de que a economia solidária diz respeito a um tipo de relação social em que ocorre um processo de auto-organização e autoformação dos/as trabalhadores/as com o objetivo de garantir a produção e reprodução da vida em meio ao ritualístico desenrolar das crises do capitalismo.

A economia solidária, nesse sentido, reúne uma vasta experiência da classe trabalhadora cujas ações práticas diante das crises do capitalismo são acumuladas pelos trabalhadores e trabalhadoras para que se possa experimentar em dadas situações miúdas da vida social outro modelo societal. O entendimento de economia solidária, nesse caso, está relacionado às experiências do povo trabalhador, sendo que o termo “solidária” aponta para a relação social de cada trabalhador livre entre si. Essa definição de economia solidária opera a partir de uma inversão contraditória dos termos da economia capitalista de modo que economia solidária sintetiza os processos contraditórios advindos do caráter opressivo, autoritário e déspota das relações capitalistas, sendo que “solidária” é a unidade surgida das contradições que marcam a organização do trabalho nas relações capitalistas de produção da vida. De modo que a economia solidária forja relações de poder democráticas a partir do desdobramento das relações de trabalho assentadas na associação e cooperação entre trabalhadores e trabalhadoras.

A apresentação desse universo conceitual sobre a economia solidária se faz importante para que possamos constatar a preocupação rigorosa e relevante dos pesquisadores e dos militantes da economia solidária no sentido de se dedicarem a refletir e construir as bases e fundamentos das experiências econômicas-sociais com potencial para indicar as configurações de outro modelo societal alicerçado pela ação transformadora do trabalho humano livre, associado e dotado de uma racionalidade ecológica.

Essa racionalidade ecológica carrega em si a potência para imprimir à ação humana a inteligibilidade para engendrar um modelo de organização da vida social em que o trabalho

se dê como um processo entre o ser humano e a natureza guiado por uma racionalidade desprovida da mentalidade calculista e dominadora. Assim, o elemento distintivo entre os humanos e animais, que é a capacidade de fazer a história, de criar elementos linguísticos, simbólicos e culturais, ou seja, esse ponto de distinção, que é a ação humana mediada pelo trabalho que antecipa e projeta criando o mundo social, passa a compreender a finitude das ações e o perecimento do mundo social e natural como horizonte provável.

Podemos afirmar que as diferentes definições se projetam a partir de uma propositura confluyente no que diz respeito ao trabalho livre e associado e a indicação da recusa do predomínio do capitalismo como modo de produção hegemônico, ou seja, cada definição se dirige à identificação de grupos sociais organizados com vistas a questionar as relações de produção cuja centralidade é baseada no lucro. A outra economia que surge, e se faz, descentra a exploração do trabalho e a opressão política em nome da centralidade, ora da solidariedade, ora do trabalho, ora da vida, visando se constituir como outro modo de produzir a existência social e material.

Outro fato que nos faz acreditar que essa outra economia possui uma materialidade é a existência de uma práxis que se realiza e se consolida na realidade social para pelos menos 1.423 milhão de pessoas no Brasil. Há, ao menos, 20.634 mil grupos cadastrados como Empreendimentos Econômicos Solidários de acordo com o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL)¹⁶ produzindo os mais diversos produtos e serviços. De acordo com Geiger (2020), existe alguns traços básicos para que os grupos produtivos possam se enquadrar na Economia Solidária e serem cadastrados no CADSOL, são eles: os grupos devem possuir natureza primordialmente econômica; possuir caráter permanente e suprafamiliar; formado e dirigido pelos/as trabalhadores/as; ter a presença minoritária de pessoas não associadas. Esses traços de algum modo remetem a caracterização de grupos autogestionários de produção econômica organizados por trabalhadores e trabalhadoras associados, evidenciando, de acordo com o CADSOL, uma quantidade razoavelmente considerável da prática de economia solidária no Brasil.

Tanto as definições apresentadas, como a presença empírica dessas organizações na nossa realidade, nos permitem afirmar que essas formas econômicas-sociais, modos de

¹⁶ A esse respeito ver: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/noticias-e-conteudo/repositorio-de-noticias-trabalho/trabalho/ultimas-noticias/economia-solidaria-tem-mais-de-20-mil-empreendimentos-cadastrados-no-brasil>. No site do governo federal os grupos – intitulados Empreendimentos de economia solidária – existem no campo e nas cidades. São organizações coletivas de trabalhadores (associações e grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de coleta e reciclagem; empresas recuperadas assumidas pelos trabalhadores; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito; clubes de trocas; entre outras).

produzir materialmente a vida, possuem uma fatualidade tal que não podem ser desconsideradas no processo de avaliação do modo de produção capitalista e construção de outra perspectiva social. Todavia, a presente investigação não se propõe a discutir o estatuto epistemológico-conceitual da economia solidária.

Embora a existência material e a busca da definição epistemológica da economia solidária se comportem na sua trajetória como um importante elemento de discussão sobre o estatuto próprio dessa experiência econômica-social, nosso processo de investigação a partir daqui assume proporções mais modestas. O fio de Ariadne, a ser perseguido, trilha pela seguinte ponderação: qual o papel da economia solidária, como experiência econômica-social, diante da crise estrutural do capitalismo? De outro modo, diante do processo de acumulação ilimitada de capital, da mercantilização de todos os aspectos da vida social, da exploração em nível inaceitável do trabalho e da natureza que vem prenunciando o declínio da humanidade em dimensões inimagináveis comprometendo a condição histórica, qual a potência da Economia Solidária frente a esse processo destrutivo?

O que é certo no que diz respeito aos elementos que constituem esse modo de existência da economia solidária é que ele possui traços do modo de produção atual, modo de produção capitalista, ao passo que traz de modo germinal algumas marcas que podem ser consideradas fundamentais na construção de outro modo produção da vida social. Nesse sentido inicial, a virtude mais visível dessas formas econômicas-sociais é a experiência acumulada pela classe trabalhadora poder vir a se tornar referência e, de alguma maneira, antecipar determinados conflitos que porventura venham ocorrer durante a superação e a construção de um novo modo de viver.

Mais adiante iremos retomar esse debate sobre a potencialidade da economia solidária. Nossa intenção a partir de agora é discutir os elementos que constituem o sistema socioeconômico hegemônico do capital e caracterizar o processo de crise estrutural a qual esse sistema está submetido bem como apontar os rudimentos do debate acerca da ruptura entre capitalismo e uma certa democracia de massas.

3 CRISE DO CAPITALISMO E EDUCAÇÃO: O PROBLEMA DA EMANCIPAÇÃO

Neste capítulo apresentamos os meandros da crise estrutural do capitalismo desenvolvido, suas implicações e amplitude no Brasil a partir da investigação da crise estrutural do capital de Mészáros (2011); bem como recorreremos à análise de Streeck (2018) acerca da ruptura entre capitalismo e uma certa compreensão de democracia.

Para compreender a dinâmica do capitalismo brasileiro, analisamos as relações de dependência com as economias consideradas mais desenvolvidas para mostrar a chave de entendimento do subdesenvolvimento da nossa economia atualmente (Dowbor, 1982; Fernandes, 1975). Este capítulo visa fazer uma caracterização do modo de produção capitalista e contextualizar o processo de crise estrutural demonstrando as implicações da crise na realidade social brasileira; apresentar a hipótese segundo a qual a práxis da economia solidária assume um papel de destaque para uma educação emancipatória.

3.1 Modo de produção capitalista e crise estrutural do capital

Do mesmo modo que procuramos definir os processos econômicos-sociais marginais ao modo de produção hegemônico, iremos continuar nossa investigação apresentando as linhas gerais do capitalismo a partir de uma visão crítica. Estas linhas gerais da investigação serão mais adiante confrontadas com os elementos gerais que compõem os pressupostos da economia solidária. Se o nosso interesse é demonstrar a potência desse outro modelo de economia, é importante mostrar como o modelo atual capitalista se encontra em seu processo de expansão, inclusive, apontando as fissuras que surgem em dados contextos de suas dobras e crises. Dessa forma, os objetivos específicos desse tópico são: definir o capitalismo; caracterizar seu processo de crise e o cenário atual da crise estrutural e as implicações na realidade social brasileira.

De modo geral, a economia se organiza na forma de um sistema econômico. Esse sistema articula a força de trabalho e os meios de produção. O modo como a produção, a circulação e o consumo de mercadorias é realizado determina a maneira como as relações sociais irão se estabelecer. Desse modo, no sistema econômico capitalista os meios de produção são transformados em propriedade privada de uma classe e a força de trabalho é transformada em mercadoria. Dessa forma, as relações de produção no sistema capitalista produzem e reproduzem relações de dominação de classe. De outro modo, a riqueza produzida é

concentrada por uma classe social que domina através da força outra classe social detentora apenas da sua força de trabalho. Nesse caso, o sistema capitalista é um sistema que promove desigualdades sociais, ou melhor, a desigualdade social é fruto de um sistema econômico cuja riqueza produzida é concentrada nas mãos daqueles que detém o capital expropriado violentamente ao longo da história.

Tal sistema gera uma divisão entre aqueles que produzem de fato a riqueza e os senhores da mais-valia, isto é, a divisão entre aqueles que realizam o trabalho de transformação da natureza e os que vivem da exploração do trabalho. De acordo com Marx (2017), a força de trabalho é explorada através da extração da mais valia. A mais valia é a disparidade entre o que o trabalhador e trabalhadora recebem de remuneração como assalariados e o que efetivamente produzem. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com o que o vendedor trabalhe produzindo além daquilo que é socialmente necessário; sendo assim, a produção de determinada mercadoria é realizada gerando sempre um mais-valor. Esse processo de extração do mais valor é o responsável pelo engendramento das desigualdades e da miséria. Os senhores da mais-valia são movidos exclusivamente por um desejo, qual seja, o lucro como valor absoluto.

Desse modo partimos do entendimento segundo o qual o capitalismo é definido como um sistema socioeconômico em que os meios de produção são propriedade privada de uma classe social em contraposição a outra classe, a classe trabalhadora, não-proprietários dos meios de produção. O capitalismo manifesta efetivamente uma contradição entre a produção social e a apropriação capitalista. Dessa contradição intrínseca do modo de produção capitalista começou a surgir as multidões dos que trabalham a vida inteira por um salário-mínimo. O divórcio entre os meios de produção concentrados nas mãos dos capitalistas, por um lado, e por outro, os produtores reais que nada possuem, a não ser sua própria força de trabalho, resulta em um profundo antagonismo de classe, gerando um conflito entre classe trabalhadora e burguesia.

Na obra 'O capital' de 1867, Karl Marx chama de produção de mercadorias à fase econômica em que as coisas produzidas não são apenas para o uso dos produtores, mas também para a troca, isto é, as coisas passam da sua condição de valoração de uso para mercadoria; o processo de produção de mercadorias perdura na história até os dias de hoje de tal modo que seu pleno desenvolvimento ocorre a partir do momento em que o capitalista, o proprietário dos meios de produção, emprega a troco de salário, pessoas que não possuem nenhum meio de produção, exceto a sua própria força de trabalho, e embolsa o excesso resultante do preço da venda da produção sobre os custos da produção.

Para o modo de organização capitalista da vida, a existência coletiva é um constrangimento supérfluo na medida que o indivíduo é concebido como um átomo solitário,

desintegrado, sem laços comuns com outros indivíduos. A singularidade do indivíduo enquanto ser social é capturada e transformada em mercadoria através do processo de fetichização.

O caráter fetichista da mercadoria retira das coisas sua finalidade intrínseca e a submete a um valor estranho e diverso daquele que é o valor em si mesmo, assim surge o valor da mercadoria, o único valor importante no capitalismo. Dessa forma, os indivíduos, ao invés de se integrarem na composição da sociedade, são tomados apenas como mercadorias capazes de produzir as coisas fetichizadas.

Nesse processo de produção, as relações entre as pessoas no trabalho não aparecem como relações sociais. As relações entre os indivíduos no capitalismo são reduzidas a relações reificadas, ou seja, os indivíduos passam a ser tratados como coisas, perdendo sua potência ativa, vontade e consciência; e as coisas, por sua vez, assumem o protagonismo das relações sociais.

Desse modo, a produção capitalista se organiza em torno da existência de uma grande massa de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. O movimento para chegar a essa produção ocorre a partir de um círculo vicioso no qual a acumulação de capital supõe a criação de mais-valor, este faz surgir a produção capitalista. Falamos de capitalismo como se fosse algo dado, uma substância pura causa de si mesmo, e nos esquecemos de inquirir, por exemplo, qual a origem mesmo do modo de produção capitalista? O modo de produção capitalista é resultado, no seu ponto de emergência, de um movimento de acumulação primitiva que ocorreu no final sociedade feudal.

A acumulação primitiva não se deu devido as virtudes morais, o empenho pessoal, a maior capacidade cognitiva ou pela paciência de um grupo unido que deliberou por fazer fortuna enquanto uma corja de arruaceiros destruía tudo ao seu redor. A acumulação primitiva não foi um ato de pureza, mas, um ato de rapina, de subjugação do trabalho, de conquista bélica e usurpação de riqueza. De outro modo, a acumulação primitiva se deu por um procedimento violento.

O dinheiro e a mercadoria subsistem em todas as sociedades, assim como os meios de produção e de subsistência. A transformação disso em capital ocorre, como dissemos acima, quando duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadoria se encaram. As relações que se estabelecem em dadas circunstâncias é que são responsáveis pelo surgimento do capitalismo. De um lado, há os possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência cujo objetivo é comprar a força de trabalho. De outro, há os trabalhadores, vendedores da própria força de trabalho. A existência dessas duas espécies é a condição fundamental da produção capitalista. A separação entre essas duas espécies precisa ser

conservada, reproduzida e ampliada para que o capitalismo se sustente como modo de produção predominante. Desse modo, o capitalismo é a transformação direta dos produtores em trabalhadores assalariados. Daí se pode afirmar inicialmente que a acumulação primitiva é o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção.

O fato de essa acumulação primitiva ter sido marcada como o momento emergencial do surgimento do capitalismo não implica dizer que ela cessou no final da sociedade feudal. Para Marx (2017, p. 786), “a assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção”. Ao definir a acumulação primitiva de um processo histórico Marx (2017) aponta duas linhas interpretativas. A primeira diz respeito ao caráter histórico propriamente dito, segundo o qual a acumulação primitiva possui um ponto de origem e foi realizada pela ação humana. Por outro lado, sendo a acumulação primitiva histórica, ela se realiza como um acontecimento encadeado que nos permite compreender os eventos na atualidade como resultados de lutas, forças, potências, assim como também indica a compreensão dos eventos enquanto projeto no porvir. Quer dizer, há uma continuidade e ligação entre o processo de acumulação primitiva, histórica e constante, com a divisão de classes sociais. O caráter de continuidade da acumulação é quem garante a fluidez do ciclo do capital.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista não se restringe a uma generalizada utilização do dinheiro como meio de troca e a intensificação das atividades comerciais, é preciso o embate permanente entre aqueles que “acumularam” recursos para comprar a força de trabalho como mercadoria e os homens que só possuem a força de trabalho para vender. As aspas contidas no vocábulo ‘acumularam’ funcionam como um destaque para chamar a atenção para o caráter sanguinário experimentado no início e no transcorrer da formação do modo de produção capitalista. A expropriação das terras, a criação de legislações para castigar grupos resistentes, o saque colonial e a escravidão de indivíduos de outras nacionalidades marcam não só o momento de emergência do capital, mas possuem a potência da resignificação ao longo do processo histórico. É assim que a manutenção da expansão constante do capital ocorre. É através de um arrojado e violento processo de acumulação constante e pela conservação da divisão de classes sociais que o capitalismo enquanto modo de produção hegemônico vem mantendo sua duração no devir das mais diversas sociedades.

Daí resulta que o capitalismo seja uma organização da sociedade constituída historicamente na qual a terra, as fábricas, os instrumentos de produção pertencem a um pequeno número de proprietários, ao passo que a massa do povo é desprovida de propriedade e, portanto, deve vender a sua força de trabalho.

Nesse sentido, a acumulação capitalista é alimentada diretamente pela subjugação do trabalhador. Tal acumulação exige uma posição servil das massas populares e o enriquecimento de uma burguesia nacional resultando no brutal empobrecimento do povo.

A ação do capitalista, dessa forma, é marcada pela diferença entre a circulação mercantil simples ($M \Rightarrow D \Rightarrow M$, onde M = mercadoria, D = dinheiro e M = outra mercadoria) e a circulação mercantil capitalista ($D \Rightarrow M \Rightarrow D'$, onde D = dinheiro, M = mercadoria e D' = dinheiro acrescido). Na circulação mercantil simples o produtor tem o dinheiro como meio de troca e cujo objetivo é a aquisição das mercadorias necessárias para sua existência, ou seja, ele produz e vende para comprar mercadorias para a manutenção e reprodução de sua existência. Já o capitalista usurpa a produção (adquire dinheiro com o processo de acumulação sanguíneo) com o intuito de comprar mercadorias para vender e conseqüentemente obter mais dinheiro. O movimento do capital tem o seu ponto de partida e chegada no dinheiro.

De acordo com Marx (2014) o processo cíclico do capital apresenta-se em três estágios. No primeiro estágio, o capitalista aparece no mercado de mercadorias e no mercado de trabalho como comprador e seu dinheiro se converte em mercadoria. No segundo estágio, o capitalista consome produtivamente a mercadoria comprada. A atuação do capitalista é como produtor capitalista de mercadoria, ou seja, seu capital entra no processo de produção. Daí resulta uma mercadoria de valor maior que seus elementos de produção. No terceiro estágio, o capitalista retorna ao mercado como vendedor e sua mercadoria é transformada em dinheiro. O resultado desse último estágio é a fórmula: $D \Rightarrow M \dots P \dots M' \Rightarrow D'$ (onde D = dinheiro, M = mercadoria, P = produção, M' = mais mercadoria e D' = mais dinheiro). Nesse estágio, não há uma explicação de como o capitalista adquiriu o dinheiro inicial para entrar no processo de produção e comprar mercadoria para gerar mais dinheiro.

É através da realização da investigação histórica e crítica da economia política clássica que Marx desmonta o caráter natural que se impõe como explicação causal simples entre a potência para explorar o trabalho, devido um dispositivo necessário na relação possuidor e despossuído dos meios de produção, e a obtenção de mais-valor em todo processo de produção, circulação e consumo do capital. Marx (2011), já nos *Grundrisse* de 1857, destaca que a investigação histórica é resultado da análise do concreto. Para o autor, a realidade é concreta e efetiva e, nesse caso, é o pressuposto da ciência crítica. O concreto, assim, é assimilado pelo sujeito da prática social como uma representação. A partir dessa representação da realidade é possível alcançar os conceitos e ideias que permitem compreender o conjunto de causas e efeitos presentes na realidade social. Através do processo de organização dos conceitos

abstraídos da realidade social é possível chegar ao conjunto de determinações que compõem o tecido social.

Nos *Grundrisse* de 1857, Marx (2011, p.54) afirma “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações”. Essa afirmação elucida objetivamente o processo de compreensão crítica da realidade concreta. O que nos deparamos ao inquirir a realidade social é com o processo de unidades produzidas pelo sujeito social ao se deparar com os conceitos abstraídos das representações concretas da realidade histórica. O processo de diversidade encontrado na realidade social produz unidades sociais as quais podem ser experimentadas como representações caóticas de um todo. Nesse caso, as relações concretas na sociedade aparecem como ponto de partida da investigação e não como resultado de um processo de síntese. As unidades sociais, sintetizadas através do pensamento, produzidas pelo sujeito histórico, são estudadas por Marx não como ponto de partida da explicação social, mas como resultado das determinações contidas no tecido social. É por isso que ele afirma que toda e qualquer representação da realidade social é resultado de uma determinação concreta. Somente através da compreensão do concreto como resultado da síntese das múltiplas determinações as quais a realidade social está envolta é que podemos questionar o processo de produção e reprodução da vida concreta. Dessa forma, a realidade é causa e efeito das relações sociais que se constituem como “uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (Marx, 2011, p. 54).

A análise realizada por Marx (2011) além de desvelar o caráter social do modo como a riqueza é distribuída assimetricamente, decompõe toda a lógica de funcionamento da expansão histórica do capital. A acumulação de capital é imprescindível para a produção e reprodução do capital. Há, inicialmente, um processo de reprodução simples segundo o qual o mais-valor adquirido através do investimento de capital-monetário na produção de mercadorias resulta em mais capital-monetário que é consumido na manutenção da existência do capitalista.

Porém, no processo de reprodução simples não há a reprodução do capital. O capital é ampliado no processo de reprodução ampliada. Este processo se dá pelo investimento de parte significativa do mais-valor na produção de mercadorias. Isso ocorre, por exemplo, quando o capitalista destina parte do acréscimo de dinheiro, gerado na exploração do trabalho, na compra de novas máquinas e/ou contratação de mais força de trabalho. O que ocorre é a transformação do mais-valor em capital propriamente dito caracterizando a reprodução ampliada e, portanto, a acumulação de capital. Esse ciclo de ampliação do capital se desdobra como um rolo compressor no qual são esmagados aqueles que não procedem com ampliação da produção de mercadorias através da aplicação do mais-valor acumulado.

A questão que se coloca do ponto de vista do desdobramento do capitalismo ao longo da história é acerca do resultado das ações de produção e reprodução de mercadorias e, conseqüentemente, criação de mais-valor, nas relações sociais. A reprodução das relações sociais de exploração é condição necessária para a reprodução histórica do capitalismo. Para a manutenção do capitalismo se faz fundamental a relação entre sujeitos que podem comprar força de trabalho e aqueles que vendem sua força de trabalho para sobreviver. Nesta relação social, o resultado da produção é marcado por uma diferenciação essencial. Ocorre que quem compra a força de trabalho o faz com a finalidade de gerar mais-valor. O mais-valor gera ampliação do capital. Este capital ampliado gera acumulação de riqueza para o capitalista e, para o outro lado, da divisão de classe, gera acumulação de miséria para o trabalhador.

Como resultado da acumulação de miséria, o trabalhador é embrutecido, escravizado e degradado do ponto de vista moral. Ou melhor, no processo de acumulação do capital, é engendrado um modelo societal no qual a riqueza social produzida é assimetricamente distribuída, corroborando para o exponencial aumento da pobreza social.

Outro aspecto bastante atual da análise de Marx sobre o capitalismo, dentre outros, é o destaque para o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica. A ciência e a tecnologia são capturadas pelo modo de produção capitalista, assim como a educação, a ética, a política etc. Mas, no que se refere ao desenvolvimento da ciência e a aplicação tecnológica podemos afirmar que há uma ligação muito estreita entre o surgimento e manutenção do modo de produzir do capitalismo com as alterações das forças produtivas de trabalho à medida que ocorrem o aumento no grau de controle sobre a natureza promovida pela ciência moderna aliada com a tecnologia. Foi assim que uma economia orientada exclusivamente para o mercado conseguiu, tomando por base o desenvolvimento científico-tecnológico, um patamar de abundância material incomparável a qualquer modo de produzir anterior.

Marx (2017), na obra ‘O capital’ de 1867, já indicava essa interrelação do novo modo de produzir com os demais aspectos frutos das transformações da modernidade ocidental nas ciências, técnicas, artes e filosofia. Quando relaciona a grandeza do valor da mercadoria ao tempo de trabalho requerido para sua produção, Marx afirma que esse tempo muda de acordo com alterações na força produtiva do trabalho. Essas mudanças nas forças produtivas só são possíveis devido às múltiplas determinações que ocorrem circunstancialmente na ordem geral da sociedade. Assim sendo, à força de trabalho e, conseqüentemente, o valor da mercadoria, estão necessariamente relacionados tanto as destrezas dos trabalhadores e trabalhadoras como ao grau de desenvolvimento das ciências e aplicação da tecnologia, considerando a totalidade

da organização social do processo de produção, o volume dos meios de produção e as condições naturais para se produzir.

É desta forma que os modos de produção organizam o processo de transformação da natureza e do trabalho. Ocorre, por certo, que no modo de produção capitalista a produção social é expropriada dos que produzem e o processo de transformação da natureza é tão profundo a ponto de não conseguirmos hoje dimensionar os impactos e imbricações da destruição ambiental; além disso, a transformação do trabalho no capitalismo possui uma dimensão brutal de tal maneira que se prolifera o trabalho análogo à escravidão, o subtrabalho, o sobretrabalho e o desemprego.

Isso não quer dizer que a ciência e a tecnologia podem ser tomadas como causa principal das mudanças na sociedade ou entendidas como condição basilar para a sustentação do padrão de organização social. As mudanças e transformações da sociedade ocorrem através das transformações das forças produtivas como um todo. O que queremos destacar, nesse momento, é que a justificativa constante utilizada para defender a manutenção do modo de produção capitalista vinculada ao sofisma de que somente o modo de produção capitalista é capaz de atender às demandas da vida material em um processo de contínuo desenvolvimento, é uma justificativa parcial, porque a ciência e a tecnologia são expropriadas pelo capitalismo, mas podem vir a contribuir com outro tipo de desenvolvimento em qualquer modo de produção.

O fato é que a possibilidade de aperfeiçoamento máximo das forças produtivas, seja como for, engendra um processo de crise permanente cuja inerência com o sistema do capital é inseparável. Marx, na obra 'O capital', identifica no capitalismo uma força de expansão desmedida. De acordo com ele, a expansão revela-se como uma necessidade do capital de se propagar qualitativamente e quantitativamente. A expansão qualitativa está relacionada com o aprimoramento das forças produtivas, ao passo que a expansão quantitativa se relaciona com o aspecto de elevação da produção atrelado ao melhoramento das forças produtivas. Porém, a potência de expansão do mercado capitalista se realiza de modo mais comedido uma vez que a ampliação de seus limites não é qualitativa, nem quantitativa, mas, é extensiva e intensiva. Desse modo, as relações de consumo, da venda, e da troca de mercadorias podem parar de fluir devido ao ritmo diferente entre a expansão das forças produtivas e a expansão do mercado.

A crise permanente no capitalismo possui uma periodicidade na qual todo o processo produtivo (produção, consumo, distribuição e circulação) sai dos eixos. Engels (1975), no livro 'Do socialismo utópico ao socialismo científico' de 1880 chega a afirmar que as crises no capitalismo possuem uma periodicidade circular e ocorrem de dez em dez anos. De acordo com ele, nessas crises o comércio fica congestionado de mercadoria, os mercados ficam

saturados, os produtos não vendem, o dinheiro torna-se invisível, o crédito se dissipa, as fábricas paralisam suas atividades e a classe trabalhadora fica “à mingua de meios de subsistência por terem produzido meios de subsistência em excesso, as bancarrotas sucedem-se umas às outras, as vendas judiciais umas às outras” (Engels, 1975, p. 107).

O processo de crise inerente ao capitalismo e diagnosticado desde seu surgimento é descrito por Marx (2017), na obra ‘O capital’ de 1867, como uma crise de superabundância. Há uma superabundância dos meios de produção, de meios de vida, de trabalhadores e trabalhadoras disponíveis, enfim, um excesso de todos os elementos da produção e da riqueza geral. Todavia, essa superabundância torna-se fonte da necessidade, pobreza e miséria, da classe trabalhadora porque a superabundância impede a transformação dos meios de produção e de vida.

Na sociedade capitalista os meios de produção somente atuam, entram em atividade, quando são transformados em capital para explorar a força de trabalho. Dessa forma, a superabundância ora demonstra a incapacidade do capitalismo para continuar a administrar as forças produtivas em expansão, ora ela pode parir um processo de superação das relações contraditórias dessas forças e as relações de produção, rebelando-se contra o processo da qualificação de capital para o reconhecimento da força produtiva como uma força social como um todo. Ocorre que historicamente a superabundância na produção vem sendo apenas uma sinalização de acúmulo de capital para os proprietários dos meios de vida, ao passo que para a classe trabalhadora a representação da superabundância é de penúria e mais exploração.

As crises periódicas do capitalismo do século XIX analisadas por Marx na obra ‘O capital’ são correntes também no século XX. Mészáros (2002) realiza uma profunda investigação do capitalismo no século XX e constata que os processos de crise a qual Marx se referiu até o final do século XIX se tornaram mais graves, a ponto de aquilo que foi denominado por crises cíclicas do capitalismo ter avançado para um processo de crise estrutural do capital. De acordo com Mészáros (2002), no livro ‘Para Além do capital - rumo a uma teoria da transição’ de 1995, há uma diferença no processo de crise resultante do aperfeiçoamento das forças produtivas e a crise estrutural a qual estamos vivenciando no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

As crises cíclicas, também conhecidas como crises de superabundância como definidas acima, em termos gerais e simples, afetam somente algumas partes do complexo social, e independente do grau de austeridade, com relação a parte afetada do complexo social, não põe em risco a continuidade da estrutura global. De outra forma, afirma Mészáros (2002, p. 797), “contradições parciais e “disfunções”, ainda que severas em si mesmas, podem ser

deslocadas e tornadas difusas”. Porém, na crise estrutural, as suas manifestações “podem ser identificadas em suas várias dimensões internas, bem como nas instituições políticas” (Mészáros, 2002, p. 798). Ou melhor, a crise estrutural, dita de modo genérico, acomete a totalidade do complexo social em todas as relações e partes constituintes nas quais estão articuladas a estrutura global. A crise estrutural parece se apresentar com um tom demasiado dramático, todavia, questiona Mészáros (2002, p. 800), quem afirma que a crise estrutural possui esse tom, deveria olhar em todas as direções e indagar se “é possível encontrar qualquer esfera de atividade ou qualquer conjunto de relações humanas não afetado pela crise?”.

Ao esmiuçar um pouco mais o processo de crise estrutural do capital a partir da análise de Mészáros, talvez, a partir do significado desse processo de crise estrutural, possamos adentrar e identificar o sentido mais preciso do que consideramos ser a potencialidade de uma economia solidária. Mészáros (2002) ao realizar a análise crítica do sistema sociometabólico do capital constata que ao longo do século XX o capitalismo, não possuindo limites no seu processo de expansão, caminha em rota destrutiva uma vez que a produção e o consumo supérfluo determinam um processo de degeneração do trabalho. A decadência do trabalho resulta em sua agressiva precarização e crescimento exponencial do desemprego estrutural¹⁷. Além disso, o filósofo destaca, ainda, como derivativo desse atual estágio de produção e consumo, a violenta destruição da natureza¹⁸ em termos globais nunca atestada anteriormente na história. Não se trata mais, afirma Mészáros (2011, p.795-796), de uma crise cíclica do sistema metabólico do capital, estamos experimentando fundamentalmente uma crise estrutural.

¹⁷ De acordo com a OIT, estima-se que o desemprego no mundo deve atingir 220 milhões de pessoas em 2022 (disponível em: www.oit.com acessado em jan.2022). De acordo o DIEESE, no Brasil, o emprego não é uma prioridade do atual governo. O governo federal ajuíza que o mercado vai solucionar o problema sozinho (Disponível em <https://www.dieese.org.br/> acessado em jan.2022). Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam que o Brasil teve a 21ª pior taxa de desemprego do mundo em 2020, em ranking com 111 países. Em 2020, a taxa média do desemprego foi de 13,5%, sendo a maior desde 2012, em 2019 foi 11,9% (Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/11/22/brasil-tem-a-4a-maior-taxa-de-desemprego-do-mundo-aponta-ranking-com-44-paises.ghtml> acesso em jan,2022. Acessado em jan. 2022).

¹⁸ De acordo com o relatório publicado pelo programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) as emissões de gases podem produzir um elevado aumento da temperatura global. Até o final do século é provável que ocorra uma elevação de 2,7° C. A previsão é completamente diferente daquela apontada nos objetivos do acordo de Paris em que a taxa prevista é ao menos manter o índice de elevação em torno de 1,5° C para assegurar a sustentabilidade das agressões sofridas no transcorrer dos séculos. Para a efetivação dos objetivos do acordo de Paris seria necessário reduzir pela metade as emissões anuais de gases de efeito estufa nos próximos oito anos (Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/sobre-onu-meio-ambiente>. Acessado em jan. 2022). Em 2021 o Secretário-geral da ONU fez uma afirmação bastante sóbria: “estamos em uma encruzilhada, com decisões importantes pela frente. Isso pode ir para um lado ou para o outro: destruição ou revolução”. Além disso, destaca que com o aumento da temperatura global de 2° C é atingido os limites críticos de tolerância para a saúde humana e o desenvolvimento da agricultura devido aos extremos de calor. (Disponível em <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/2022-meio-ambiente-em-modo-de-emergencia>. Acessado em jan. 2022).

As crises não são acontecimentos especiais no capitalismo. As crises são o modo de ser da existência do capital; o capitalismo progride suas barreiras para além de sua condição imediata e ampliam sua esfera de operação e dominação através de intensas e duradouras crises. O que há de especial, nesse momento histórico, afirma Mészáros (2011), é que essa crise é estrutural porque possui um caráter universal, seu alcance é global, sua escalada no tempo é permanente e extensa e seu modo de se desdobrar é rastejante mesmo diante da mais sofisticada maquinaria de “administração da crise” e de “deslocamento” temporário de suas crescentes contradições.

Esse processo de deterioração do trabalho e a degeneração da natureza colocam em risco a historicidade da humanidade. Para Mészáros (2011), trata-se de uma constatação evidente, todavia, a prática social parece estar embebida pela grande mistificação disseminada correntemente pelos órgãos de propaganda pertencentes à classe que pretende “salvar o sistema” de produção.

No fundo, a tentativa de salvar o sistema é parte de um receituário no qual as medidas adotadas são direcionadas apenas a um aspecto da crise, a crise do setor financeiro, ou seja, a “liquidez dos bancos, das hipotecas e seguros”. Esse aspecto, mesmo assim, é muito limitado. Ora, as autoridades políticas e financeiras empregam quantias vultosas para salvar os bancos, mesmo sabendo que essas quantias apenas atendem algumas necessidades do sistema bancário a ser salvo. À medida que ocorrerem oscilações no mundo dos mercados de ações essas necessidades passam a exigir quantias cada vez mais incontáveis. Sem mencionar a crise da indústria na qual, por exemplo, a indústria automobilística estadunidense mesmo recebendo subsídios de toda espécie parece não encontrar solução para sua falência (Mészáros, 2011, p.25).

O processo de expansão do sistema capitalista é tomado como sinônimo de crescimento econômico. Essa compreensão mistifica o entendimento lógico dos agentes sociais sobre o caráter de finitude da natureza e, por conseguinte, da humanidade. Esse é o processo de crise a qual o capitalismo está submetido, isto é, a crise é forjada pela ânsia de expansão que pode levar o mundo natural e humano ao fim. Se não ocorrer um processo de transformação na rota que o sistema segue, a vida pode estar efetivamente comprometida no planeta terra. Mészáros (2011), afirma que a verdade é que pode não haver caminho de volta para as contradições suicidas do capital sem uma mudança radical do nosso modo de reprodução socio-metabólico. Nesse caso, a transformação prefigura a adoção de práticas capazes de vislumbrar a finitude que o caminhar e o caminho projetam nesse início do século XXI.

Outro autor que investiga o processo de desenvolvimento e crise do capitalismo é Wolfgang Streeck (2018) na obra ‘Tempo comprado – a crise adiada do capitalismo democrático’ publicada em 2013. Em ‘Tempo comprado’ Streeck (2018), descreve uma sequência de crises que ocorrem entre o fim da guerra (segunda Guerra mundial) e o fim do pós-guerra (crise econômica de 2008), sua constatação é de que o Estado de bem-estar social e o ativismo político que o sustenta foi uma perda histórica porque no fim do pós-guerra há o avanço rumo ao caminho da normalidade capitalista (espoliação dos meios de produção, expropriação do trabalho, guerras etc. etc.).

É importante destacar que as crises as quais o capitalismo é submetido não constituem acontecimentos isolados e estanques. As crises do capitalismo fazem parte de uma sequência histórica. Para Streeck (2018), a crise atual do capitalismo faz parte de uma sequência de crises recentes que podem ser divididas em três fases. A primeira fase está relacionada com a inflação nos anos de 1970; a segunda fase corresponde aos anos 1980 em que ocorreu o emergente endividamento estatal; a terceira fase corresponde aos anos de 1990 em que ocorre um endividamento dos orçamentos privados (empresas, setor industrial e financeiro). Essa última fase possui um lastro de duração até pelo menos 2008 quando o Estado é convocado para salvar os orçamentos privados à custa dos direitos fundamentais das pessoas. Às três fases é comum o fato de ao término de uma crise logo se irromper uma nova faceta de instabilidade.

Outro aspecto comum às crises do capitalismo é causa por detrás dos acontecimentos que provocam o desequilíbrio estrutural do sistema. As crises atuais são formadas no âmbito de um conflito distributivo da riqueza resultante do fim do crescimento econômico do pós-guerra. O conflito distributivo é consequência, diz Streeck (2018), de uma crescente incapacidade do sistema econômico capitalista em concretizar as demandas construídas pelas sociedades democráticas após a guerra.

No pós-guerra, as demandas sociais prometidas nem sempre foram plenamente realizadas. O pleno emprego, a seguridade social, autonomia no trabalho, tempo livre, o fim da pobreza material e, mesmo, o ocaso das crises cíclicas foram o apanágio de um Estado capaz de pautar uma política econômica cujo objetivo era o crescimento por meio da distribuição de quem tem mais para quem tem menos. Contudo, o Estado capitalista de bem-estar social fracassou. Ao invés de pleno emprego surgiu o desemprego estrutural; no lugar de autonomia no trabalho, tempo livre, um processo de precarização do trabalho se instalou; a promessa do fim da pobreza material deu lugar aos números crescentes da desigualdade; e o fim das crises cíclicas não se concretizou, ao contrário, as crises se intensificaram.

Mas afinal, em que consiste a tese do “tempo comprado” de Streeck (2018)? Entre os anos do pós-Guerra até 1970 ocorreu um processo de democratização do capitalismo nos territórios ocidentais do mundo, principalmente, na América do Norte e na Europa Ocidental. Nesse período, a expansão do capitalismo precisou ser monitorada por um controle político amplo a fim de impedir o livre mercado de restringir a democracia, mas também de dosar a forma e o conteúdo da própria democracia. É possível caracterizar esse capitalismo democrático, de acordo com Streeck (2018), a partir de dois princípios fundamentais que ora se alternam na sua efetivação ou são praticados ao mesmo tempo; o primeiro princípio é pautado no jogo de forças definidos pelo livre mercado; o segundo princípio do capitalismo democrático é aquele que se baseia nas necessidades ou direitos sociais definidos coletivamente. Como não é preciso uma grande quantidade de amostragem, percebe-se claramente a olho nu que o capitalismo democrático é uma espécie híbrida resultante da tentativa de conciliação entre o capital e o trabalho. Trata-se da aplicação das proposições econômicas de John Maynard Keynes (1883-1946). Em linhas gerais, a ideia de Keynes era manter o capitalismo em expansão criando um Estado de bem-estar social na qual a classe trabalhadora teria o livre direito de negociação coletiva e a garantia do pleno emprego.

O que se depreende dessa análise de Streeck (2018) é que no estágio atual o capitalismo é marcado pela relação dinâmica de troca entre os espaços de classes e de interesses e os grupos organizados e instituições políticas. Esta dinâmica anima o capitalismo na sua constituição essencial, qual seja, o capitalismo como uma sequência de crises, um tipo de economia advinda de uma “política do mercado” na qual a expansão dos mercados é apresentada como estratégia para reconfiguração da sua própria lógica de exploração.

Tomando como ponto de partida a ideia segundo a qual o capitalismo é um processo histórico alicerçado em uma sequência de crises, Streeck (2018) analisa as crises como uma operação maquinal e de caráter mitológico tal como a narrativa de Sísifo, de acordo com a qual ele sofre uma condenação eterna para repetir uma operação de alçar uma pedra até o cume de uma montanha e antes de alcançar o topo, a pedra retornava novamente para o ponto de partida regida por forças transcendentais. Ao que parece, o capitalismo como máquina de criar e segregar as riquezas, funciona assim, promete criar uma sociedade de abundância, no entanto, o que sobressai é o desamparo da maioria dos indivíduos e, conseqüentemente, retorna para o momento de crise inicial em que é retomada todo o processo de acumulação primitiva.

Ocorre que somente na aparência é assim, ao menos no que diz respeito ao seu caráter de eternidade e da regência de forças transcendentais e invisíveis. O capitalismo é uma condenação histórica, não uma condenação eterna como narra o mito de Sísifo. As forças que

regem sua dinâmica não podem ser inferidas de um caráter atemporal. As forças que, em última instância, regem o capital, são as forças sociais atreladas as concepções ideológicas forjadas no embate cravado na história entre os/as trabalhadores/as assalariados/as e os proprietários dos meios de produção.

No início dos anos 1980, por exemplo, ocorre um endividamento do Estado devido a inflação gerada pelo aumento dos juros, e conseqüentemente, nos anos de 1990 foi impulsionado o endividamento dos orçamentos privados. Esse movimento circular engendrou um sistema integrado de expansão da economia financeira cuja dinâmica atual se processa a partir de um devir regressivo de arrocho do trabalho pelo capital com a devida vênua, complacência e intervenção do Estado nacional. Conforme Streeck (2018):

Em todos esses acontecimentos reside um conflito distributivo subjacente, que resultou, com o fim do crescimento do pós-guerra, na crescente incapacidade do sistema econômico capitalista, ou seja, na má vontade ou na relutância de suas elites em concretizar demandas das democráticas sociedades pós-guerra, isso não foi descoberta minha: as análises contemporâneas político-econômicas de inflação, endividamento estatal e financeirização levam mais ou menos [...] à atual fase de desenvolvimento do capitalismo global (Streeck, 2018, p. 11).

O capitalismo contemporâneo, nesse sentido, retrocede ao seu sentido originário de aumento da desigualdade de distribuição de renda e a elevação do endividamento geral. A lógica atual perpassa o inchaço do mercado financeiro, o regresso do crescimento econômico nos países centrais, o aumento inflacionário e o endividamento estatal. A economia capitalista contemporânea, mais do que em outros contextos, é responsável por uma instabilidade social constante. A crise é a regra do capital e visa afetar de modo profundo os indivíduos e, nesse movimento de crise, se desdobrar como solução. A exceção é constituída pelos poucos contextos nos quais os milagres econômicos assumem a cena social e há a garantia de alguns direitos à classe explorada.

De acordo com Streeck (2018), no final do ciclo bélico no século XX, as relações de poder entre as classes são equilibradas de modo único na esteira da história. Há uma pactuação entre ordem econômica, voltada para o lucro a qualquer custo, e a ordem social voltada para as necessidades do homem médio. O contexto a qual o autor se refere vai de 1930 a 1970 e é marcado pelo pleno emprego, tempo livre, seguridade social, e fim da pobreza material nos países centrais.

O fato é que havia uma ideia de progresso social incontestável, seja devido a organização dos sindicatos e seu poder de mobilização, seja pelo próprio modelo econômico

em que a busca do desenvolvimento passava pela distribuição da riqueza de cima para baixo. Porém, esse “sonho de verão” possui uma duração passageira e descamba em nova crise. O “sonho de verão” foi chamado de Estado de bem-estar social pautado por uma política intervencionista e a vivência de um ativismo político no contexto, digamos, de uma espécie de capitalismo regenerado. De fato, o Estado de bem-estar social sofre uma derrota e os resquícios dessa derrota atingem diretamente “os de baixo” e são estes que novamente se veem sem emprego diante da precarização do trabalho e da pressão da competitividade crescente.

O capitalismo contemporâneo rompe o véu que mascara o caráter de naturalidade e eternidade no qual ele havia se metamorfoseado até então. A partir de 1970 é assumida a concepção econômica do capital como política. O que isso quer dizer? Isto quer dizer que as leis econômicas assumem a potência de projetar as relações sociais de poder como já havia sido anunciado por Marx.

O que marca o capitalismo contemporâneo desde 1970 até os dias atuais é uma espécie de revolta do capital contra uma “economia mista” do pós-guerra, uma economia que, ao mesmo tempo, se pretendeu atender às necessidades de dois tipos de indivíduos, os indivíduos “dependentes de salários” e os “dependentes de lucros” (Streeck, 2018, p.53). Há uma mudança na configuração político-econômica desse período pós-guerra, marcadamente assentada no desvelamento da incongruência entre capitalismo e democracia.

Em “Tempo comprado” de Streeck (2018), esse endividamento privado e do Estado é analisado como uma faceta da própria dinâmica do capitalismo. De acordo com o autor, o capitalismo se encontra em plena expansão a medida em que avança a concentração da propriedade privada e aumenta cada vez mais o fosso entre o resultado do trabalho e aqueles que efetivamente produzem. Este processo de expansão é ancorado na prática social vigente na ordem do capital. A ordem do capital é guiada por um único princípio e fim, qual seja, o crescimento elevado dos lucros dos proprietários de capital. As questões referentes a justiça social, equidade são devidamente contornadas e atreladas ao aumento da produtividade e sua efetiva concentração nas mãos da classe que depende do lucro. Desse modo, o endividamento do Estado não é resultado do uso do orçamento com a integração social. A própria lógica de acumulação privada de capital é responsável pelo endividamento do Estado. O próprio caráter social da produção no capitalismo entra em choque com as relações de propriedade.

Para Streeck (2018, p. 54), o capitalismo não perdeu sua hegemonia quando se encontrava em queda livre no início do século XX, porque através do Estado liberal, comprou, com dinheiro, tempo de sobrevivência para manter as suas relações societárias de pé, porém, seu processo decadente não foi eliminado. Muitos truques foram engendrados para mascarar a

decadência do modo de produção capitalista. O primeiro truque foi criar uma “ilusão monetária” na qual se dava a impressão de que havia um crescimento econômico. Em decorrência desse crescimento econômico, foi garantido outro truque: o pleno emprego e a concessão, aos que “dependem de salário”, de acesso à senha de consumo na sociedade do espetáculo mercadológico. De posse da senha do consumo, a paz social e a harmonia entre as classes estavam asseguradas por algum tempo.

Todavia, alerta Streek (2018), o aparente crescimento da economia decorre de depósitos estatais de recursos adicionais na economia. Os processos inflacionários apresentam na virtualidade um aumento econômico a curto prazo. O aspecto ilusionista da prosperidade consumista deslocou tanto os que “dependem de salários” quanto os que “dependem de lucro” de suas reais motivações de classe. Foi só quando a queda do valor do dinheiro ocorreu, e os investidores e sua habilidosa artimanha de predadores sociais iniciaram um processo de moderação do investimento e, muitas vezes, de retirada dos investimentos de um Estado nacional para outro, é que a ilusão do crescimento desmanchou no ar.

Dito de outra maneira, a fórmula do capitalismo democrático propõe um acordo entre os mercados capitalistas e a classe trabalhadora organizada em troca de democracia política. De um lado, os mercados capitalistas asseguram seus direitos de propriedade e exploração; do outro lado, a classe trabalhadora participa politicamente e garante seguridade social e melhoria constante de seu padrão de vida.

Essa fórmula funcionou bem para amenizar os conflitos internos de cada país envolvido diretamente na segunda guerra. Por mais de duas décadas esses princípios foram sendo assegurados de tal maneira que a percepção das populações foram se convertendo em expectativas políticas. Ora, certo progresso econômico pagava a conta do acesso aos direitos de uma cidadania democrática. Os governos foram coagidos a continuar cumprindo as demandas sociais mesmo no período de desaceleração da economia, porém, cada vez menos capazes de cumpri-lo.

Nos idos de 1960 já se manifestam algumas incompatibilidades entre capital e trabalho. Quer dizer, já começava a ruir a conciliação momentânea entre capital e trabalho e o processo de crescimento da economia estagnou uma vez que crescimento econômico só é possível a partir da maior extração de lucro. Através de uma análise mais profunda se compreende que esse aumento do lucro é originário da exploração do trabalho. Daí, se a exploração do trabalho é mascarada e pouco enfática ocorre um processo de desaceleração da economia. Com a estagnação da economia, de acordo com Streek (2018), a inflação cresce rapidamente por todo o Ocidente, e ocorre um declínio do crescimento econômico.

Já no final dos anos 1960, ficou cada vez mais difícil manter a combinação de expansão do capitalismo e aumento do padrão de vida da classe trabalhadora. O resultado foi uma torrente mundial de movimentos da classe trabalhadora impulsionados pela ideia de participação política e a expectativa de melhorar a vida. Os governos de vários países do mundo ocidental tiveram que enfrentar a questão de como lidar com as reivindicações dos sindicatos. Nesse período, diz Streeck (2018), é claro o esforço desses governos para não descumprir a promessa Keynesiana do pleno emprego. Afinal, permitir o aumento do desemprego seria colocar em risco a própria sobrevivência desses governos e a estabilidade da democracia capitalista. A saída encontrada, afirma Streeck (2018), pelos governos ocidentais foi a criação de uma política monetária acomodatória capaz de manter a coexistência da livre negociação e o pleno emprego pelo menos até 2008. Essa política acomodatória foi a estratégia para prolongar a crise do capitalismo democrático dos anos pós-guerra, ou seja, foram desenvolvidas ações para “comprar tempo”, foram realizados investimento dos governos para adiar o embate entre capitalismo e democracia.

Essa política de investimento público para salvar o endividamento de orçamentos privados não foram ações cujo objetivo era o bem-estar da classe trabalhadora. O que Streeck (2018) afirma é que essas tomadas de decisões políticas dos anos de 1970 a 2008 foram desencadeadas como tentativa de salvação do capitalismo a partir da cimentação da criação de um “Estado de Consolidação”. Esse Estado de consolidação passa a ser reconhecido como Estado neoliberal. As premissas desse Estado de consolidação são, em suma, a tentativa de “desdemocratização da economia” e uma “deseconomização da democracia” tendo em vista a promulgação de um processo de participação política restrita e o estabelecimento de uma justiça de mercado em substituição ao modelo de justiça social. O “tempo comprado” de 1970 até os dias atuais foi a cobertura política necessária para a transição do Estado de bem-estar social, nesse caso, Estado endividado, para o Estado de consolidação, o Estado neoliberal, na qual predomina a justiça de mercado como fundamento da “democracia de fachada” (Streeck, 2018, p. 114-212).

Contudo, o período considerado áureo do capitalismo avançado, o Estado de bem-estar social de 1945-1970, só foi “idade de ouro” para os países europeus. As economias dependentes sofreram rigoroso controle financeiro e foram transformadas em mercadorias ultralucrativas.

3.2 Dependência econômica do Brasil e crise estrutural

O capitalismo no Brasil não possui uma autenticidade, não se pode esperar ou exigir que o capitalismo brasileiro seja esse ou aquele, não há uma singularidade que distinga o capitalismo no Brasil do capitalismo dos países considerados avançados e desenvolvidos, a não ser a sua posição de subalternidade. O capitalismo no Brasil papagaia mimeticamente¹⁹ o capitalismo ora dos Estados Unidos da América, ora da Europa, com uma diferença, qual seja, um atraso temporal, um lapso histórico. Trata-se, por outras palavras, de um capitalismo dependente. O propósito deste tópico é mostrar o cenário social sob o qual o enredo da dependência é encenado; fazer uma caracterização dessa dependência apontando suas causas e consequências, bem como a reação diante da crise estrutural do capital.

A sociedade brasileira é plena de contradições aparentes e cheia de espinhosos problemas políticos. A média e a pequena propriedade rural no Brasil não pertencem ao trabalhador da terra, mas é propriedade de pequenas oligarquias locais que cobram o aluguel da terra através da expropriação de metade da produção e de serviços gerais desenvolvidos por esses trabalhadores/as. As oligarquias não só extraem seu próprio sustento à custa do trabalhador/a que vive no limite da privação de suas necessidades básicas, como ainda conseguem realizar acumulação de capital.

Esse contexto resulta em um profundo período de estagnação histórica e absoluta decadência do espírito, na qual o senso crítico dos indivíduos é em inteireza entorpecido. Esse contexto possui outra faceta. Na cidade, por exemplo, existe uma racionalização da produção e do trabalho realizada através da força e da persuasão. De um lado, a força atuante diretamente sobre qualquer tentativa de organização dos trabalhadores/as, especialmente os sindicatos,

¹⁹ Quando me refiro ao aspecto de *mimesis* no capitalismo brasileiro é para destacar o aspecto de subalternidade e dependência da maneira como o capital se realiza na América Latina, especialmente no Brasil, e não apenas para afirmar que ele repete mecanicamente o que acontece na ordem do capital central. Mas, que essa condição de dependência é consideravelmente estratégica para o processo de exploração de matéria prima para produção e para a dominação do trabalho. O capitalismo dependente sugere que esses países periféricos estão integrados na economia global de forma desigual, dependendo da economia dos países centrais para investimento, tecnologia e mercado. Essa dependência cria relações de poder assimétricas e mantém esses países em uma posição de subordinação. Segundo Otávio Ianni, as sociedades latino-americanas são organizadas com base nas relações com os países centrais, ou seja, as relações são determinadas a partir dos processos econômicos e políticos que operam no coração do sistema capitalista mundial. Assim, as perspectivas político-econômicas do capitalismo periférico são determinadas pelo centro de irradiação do capitalismo central. Atualmente a contradição centro-periferia irradia dos EUA para a Europa e de lá para a América Latina. A própria reprodução ampliada do capital a nível mundial ao internacionalizar o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão social do trabalho, internacionaliza também as relações, processos e estruturas de dominação política e expropriação econômica. Esse movimento, cria uma contradição, conforme Ianni (1988), entre sociedade nacional e economia dependente gerando constante instabilidade do sistema político na América Latina devido ao mimetismo econômico.

criminalizando as lutas coletivas e perseguindo violentamente as organizações dos trabalhadores/as. E, do outro lado, existe uma retórica persuasiva para amansar os trabalhadores e trabalhadoras utilizando os expedientes da propaganda ideológica e política aliada com uma política de assistencialismo individual e, às vezes, aumentos progressivos dos salários de alguns trabalhadores e trabalhadoras.

Florestan Fernandes (1975), destaca que o Brasil é fruto de um tipo moderno de colonialismo, um neocolonialismo organizado e sistemático. O processo de dominação externa através do colonialismo atinge as esferas da sociedade, a economia, a cultura, através da incorporação maciça e direta das facetas do crescimento econômico e do desenvolvimento sociocultural da metrópole do capitalismo, e é assim que na América Latina o capitalismo dependente surgiu como realidade histórica.

De acordo com Florestan Fernandes (1975), o Brasil faz parte do dilema latino-americano. Os países latino-americanos enfrentam uma realidade duplamente ríspida. De um lado, as transformações do capitalismo são absorvidas pelas estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas, porém, não possuem um desenvolvimento autônomo e carecem de uma integração nacional. Por outro lado, a dominação externa encoraja a modernização e o crescimento, nos períodos avançados do capitalismo, mas impede a revolução nacional e o processo de autonomia real do processo econômico, sociocultural e político. Essa dupla realidade se traduz como uma só faceta tanto de fatores estruturais e das dinâmicas internas e externas, isto é, a dependência e o subdesenvolvimento da América latina é resultado da ação recíproca dos setores sociais que possuem o controle do capital cá entre nós, na colônia, e dos setores do capitalismo avançado, europeu e norte-americano.

Dessa forma, as economias desenvolvidas norte-americana e europeia dirigem, controlam, se apropriam e expropriam as economias dependentes. A população trabalhadora e a população excluída, nesse caso, é explorada e dominada duplamente uma vez que o processo de dominação externa é filtrado pela dominação interna para que se possa garantir os privilégios resultante da partilha do excedente produzido com as economias dominantes. Esse processo de apropriação e expropriação dupla é possível dentro das relações de dominação de classe. O papel da classe social dominante, da burguesia nacional, como sócia da burguesia externa é fundamental para manter essa relação de dependência da América latina com relação a Europa e os Estados Unidos da América, mesmo na condição de sócia subordinada. Além disso, a intensidade da exploração de classe, isto é, a exasperação da exploração do trabalho, é o fermento das relações de dependência.

De outro modo, para Florestan Fernandes (1975) a sociedade brasileira, não diferente da realidade latino-americana, é subdesenvolvida e atrasada não por ser pobre, mas por ter um capitalismo dependente, sendo que teria condições de ter uma produção econômica auto-suficiente e autônoma. Quer dizer, é praticada uma economia de mercado subsidiária cuja função é operar a estrutura e a dinâmica reprodutiva do excedente econômico das economias centrais e desenvolvidas. Nas palavras de Florestan Fernandes (1975),

A dominação externa é uma realidade concreta e permanente, a despeito do seu caráter como processo puramente econômico. Os efeitos estruturais e históricos dessa dominação foram agravados pelo fato de que os novos controles desempenham uma função reconhecida: a manutenção do *status quo* ante da economia, com o apoio e a cumplicidade das classes exportadoras (os produtores rurais) e os seus agentes ou os comerciantes urbanos (FERNANDES, 1975, p.16).

Assim, podemos compreender que a dominação externa não enfrenta nenhum processo de resistência para alterar esse mecanismo de dominação e exploração dos países dependentes. Florestan Fernandes (1975), enfatiza que não há um esforço necessário para alterar a operacionalização dessa realidade econômica; ao contrário, no caso brasileiro, existe um apoio e cumplicidade dos setores sociais dominantes e operadores da economia interna no sentido de perpetuar as estruturas econômicas de dominação e exploração já experimentadas desde o sistema colonial.

Para o autor de ‘Capitalismo dependente e classes sociais’ de 1969, a docilidade dos setores sociais que controlam a economia latino-americana no trato dos interesses internos não se restringe ao modelo estratégico da economia dominante do capitalismo central. A economia interna, no caso, da economia brasileira, por exemplo, diz Florestan Fernandes (1975, p.25), é constituída por um componente dinâmico que possui lastro na tradição colonial e traz a marca da subserviência no que diz respeito os fins econômicos. Além disso, há o estímulo à uma visão limitada, uma “cegueira nacional”, das reais potencialidades da economia interna, por um lado, e, por outro lado, mecanismos de controle da economia são produzidos para retardar e impedir o desenvolvimento autônomo dos processos econômicos próprios na realidade brasileira e latino-americana.

Do mesmo modo, Dowbor (1982), no seu livro ‘A formação do capitalismo dependente no Brasil’ publicado no Brasil em 1982, questiona por que a modernização das estruturas e a industrialização do Brasil não consegue levar à ruptura das estruturas do subdesenvolvimento. Para o autor, o processo de modernização e industrialização brasileira se

realizou engendrando governos autocráticos e militaristas. A burguesia nacional não teve vocação para romper as bases agrolatifundiárias da dominação oligárquica e não promoveu a emancipação das relações de subordinação aos países de alta performance capitalista. Ao contrário, com o processo de modernização e industrialização, o que aparece no contexto contemporâneo latino-americano e, principalmente brasileiro, são novas e muito mais graves modalidades de dependência internacional que não mudaram essencialmente a qualidade de vida social e política na América latina.

Desse modo, para Dowbor (1982), o sistema capitalista na sua formação estrutura as sociedades de acordo com as exigências do seu crescimento. Isto quer dizer que a situação de dependência, ou seja, a relação de subordinação aos países dominantes, implica tanto no modo de relação dos países latino-americanos com os países europeus, quanto desemboca no modo como a organização interna é realizada nas suas dimensões sociais, econômicas e políticas.

Dowbor (1982, p. 27) caracteriza o caráter dominante das determinações econômicas do capitalismo central sobre as determinações econômicas dos países periféricos como causa e efeito de uma “extroversão econômica de economia dependente”. De acordo com ele,

É evidente que a dominância das atividades extrovertidas constitui simultaneamente uma causa e um efeito da divisão internacional capitalista do trabalho; esta, sendo efetuada sob o signo das necessidades de acumulação no centro, não se tratava de um ajustamento recíproco, mas da submissão de um às necessidades do outro. À medida que a divisão progredia, a acumulação no centro aumentava, a produção e as necessidades encontravam-se aumentadas e as economias periféricas reforçavam a sua "especialização". Constituindo o capitalismo do centro o elemento motor do conjunto, a periferia especializava-se em função destas necessidades (Dowbor, 1982, p. 28).

Dowbor (1982), explica que este caráter extrovertido da produção na América latina, isto é, a dominância do setor exportador sobre a produção para consumo interno, resulta na dominância das esferas da circulação capitalista do centro sobre a produção na periferia, ocorrendo através da aquisição de matérias-primas a melhor preço para aumentar a capacidade de produção no centro do capitalismo. Como indica a citação acima, o motor do capitalismo na sua totalidade é o centro desenvolvido em relação dialética direta com a periferia subdesenvolvida.

Nesse plano dialético dominador, o centro do capitalismo expropria as matérias-primas, exaspera o trabalho necessário para a criação de mercadorias na periferia do capital e imprime um processo de controle e subordinação dos países periféricos. Não se trata de um

processo mecânico, afirma Dowbor (1982), é o próprio modo de manutenção da expansão e acumulação do capital de tal forma que a sua totalidade é dada pela relação recíproca dominante e dominado, do centro com a periferia, do desenvolvido e subdesenvolvido. Assim, por exemplo, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento constituem dois polos do mesmo processo de acumulação capitalista mundial de tal forma que a arquitetura dessa totalidade possui um componente dominante. Desse modo, o arco dominante da economia produz e reproduz os caracteres fundamentais sob os quais se sustentam os processos sociais dos países da periferia.

Ora, países do centro e da periferia constituem formações sociais em que a atividade econômica é organizada segundo modos de produção concretos. "A especificidade da relação de dominância", escreve Beneffi, "exprime a particularidade histórica da conexão das partes numa dada sociedade. É assim porque o sistema confere à totalidade o seu próprio estatuto. Já que numa economia capitalista subdesenvolvida o sistema produtivo dominante é capitalista, a economia no seu conjunto tem uma natureza capitalista (Dowbor, 1982, p. 36).

Em se tratando da realidade brasileira, a dependência econômica, nesse sentido, é parte da evolução histórica e das contradições forjadas pelas exigências presentes das economias dominantes e pelas contradições da realidade social herdada das exigências de outrora. "Constituída em função de necessidades sucessivas do desenvolvimento do capitalismo nas economias dominantes, a economia brasileira revela uma sobreposição de setores econômicos parcialmente incoerentes" (Dowbor, 1982, p. 45) porque no limite do sistema dominância-dependência há uma relação entre forças diferentes. Assim, prossegue Dowbor, para compreender o Brasil é necessário pôr os olhos fixados nas determinações externas e internas do processo de transformação da sua função no sistema capitalista a partir do desenvolvimento histórico, bem como para compreender o processo de industrialização do Brasil, é necessário atentar para o fato de que se trata de uma economia dependente extrovertida e não de uma nação pré-industrial na ânsia de se industrializar.

As análises de Florestan Fernandes (1975) e Dowbor (1982) apontam para um cenário atual da realidade social brasileira alicerçada em uma ambiguidade. De um lado parece florescer uma autonomia política, todavia, por outro, há insistência na dependência econômica. Por mais que o país assuma qualquer protagonismo no ordenamento político da totalidade capitalista modernizando as instituições políticas com base em uma visão postulada na prática progressista, a posição de dependência em relação ao cenário internacional é notória uma vez que o país mantém uma economia baseada na exportação de produtos primários.

Esta abordagem da dependência econômica do Brasil, por geral que seja, abre caminho para a análise mais precisa das implicações da crise estrutural do capitalismo na realidade brasileira, ao mesmo tempo que nos permite retomar a questão principal desse capítulo acerca da potencialidade de uma economia solidária frente este cenário de crise estrutural.

Ao colocar os olhos fixos nas determinações externas e internas do processo de transformação do sistema capitalista a partir de seu desenvolvimento histórico, podemos apontar alguns elementos que podem nos fornecer algumas indicações para compreensão dos impactos da crise estrutural do capitalismo na realidade brasileira.

A crise estrutural, como analisamos acima, é uma crise sem precedentes. De acordo com Mészáros (2002), não se trata de uma crise cíclica do capitalismo, extensa em sua duração ou intensa em alguma parte do sistema produtivo, é uma crise da estrutura do capital. É uma crise sem precedentes porque afeta toda a humanidade impondo como condição da manutenção da vida transformações fundantes.

Mészáros (2002), menciona alguns acontecimentos econômicos importantes decorrentes da tentativa de superar a crise estrutural do capital cujo impacto aumenta a sua (ir)racionalidade e já compromete sua capacidade de enfrentar os problemas da acumulação e expansão do capitalismo. O impacto devastador da taxa de lucro em declínio fez com que a ação política tradicional fosse reduzida ao tamanho da simples execução servil das necessidades mais imediatas e urgentes do capital em expansão. Foi assim que foram adotadas políticas consideradas racionais para a totalidade das classes.

Nesse sentido, Mészáros (2002) destaca algumas dessas políticas de tentativa de salvar o capital. Em linhas gerais, foram adotadas políticas de desenvolvimento da economia de consumo das massas; foram criadas as chamadas estratégias Keynesianas e aceitação da nacionalização da economia no pós-guerra; adoção de uma economia mista e a adaptação flexível do capital; política de criação de um sistema monetário internacional e a respectiva criação de instituições multinacionais para gerir o sistema monetário nos continentes; o alinhamento entre as ações do Estado nacional burguês e os interesses das multinacionais.

Nesta empreitada para proteger o capital, a única ofensiva possível para expandir seus domínios e ampliar a acumulação se deu com relação ao chamado “terceiro mundo”. De acordo com Mészáros (2002), desde os primórdios da crise estrutural, há uma operação bem-sucedida de dominação do “terceiro mundo” que o mantém em uma paralisante condição de dependência. A dependência é a válvula de escape para a expansão do capital, a fonte de

recursos para a ampliação da produção capitalista, mas, sobretudo, geradora de rendimentos vultosos capazes de compensar a queda da taxa de lucro nos países de capitalismo central.

No Brasil, país considerado de “terceiro mundo” e com uma economia devotamente dependente, verifica-se, a partir dos anos de 1990, a intensificação do envolvimento do Estado para promover a abertura dos mercados e liberar o acesso do capital às atividades consideradas prioritariamente estatais, como, por exemplo, o caso da saúde, educação, e a previdência. O movimento do capital em busca de expansão e acumulação estimula a disseminação da ideia de um Estado mínimo, pois, advoga que a intervenção estatal é o elemento causador da chamada crise fiscal responsável por frear o crescimento econômico e impulsionar o desemprego.

Esse modo de conceber o Estado defende a sua ausência em detrimento de um poder autossuficiente e autorregulador como áurea do mercado. O entendimento parece ser simples, o capital convoca o Estado para assumir o protagonismo da regulação capitalista, é a implementação do Estado neoliberal, o Estado agenciador dos apetites insaciáveis do capital.

Este processo de crise estrutural do capital promoveu transformações significativas nas últimas décadas que marcam de modo determinante a realidade brasileira, principalmente, com a implementação do Estado neoliberal. De acordo com Antunes (2011, p. 39), o cenário atual é caracterizado como nefasto. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva que ocorreu a partir da acumulação flexível desenhou um modo de existência, para a maioria da população mundial, que trouxe em seu bojo um caráter altamente destrutivo. Basta observar os números do desemprego, a precarização²⁰ do trabalho, a degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, a lógica de sociabilização que prima pela transformação de tudo em mercadoria.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os estudos realizados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), estima-se que 1,6 bilhão de trabalhadores já na informalidade podem perder seus meios de sobrevivência. Estes números são preocupantes uma vez que representam mais da metade da totalidade dos 3,3 bilhões de trabalhadores/as no mundo, e constam entre os 2 bilhões de pessoas trabalhando na situação de informalidade (OIT, 2020).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD)²¹ registrou o aumento do desemprego de modo que

²⁰ Os estudos de Antunes (2018) partem do questionamento acerca da forma de sociabilidade que desemprega ou precariza mais de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas, algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha, conforme dados da OIT.

²¹ A este respeito ver: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=destaques>

se verificou o número de 13 milhões de pessoas desempregadas, sendo que fora dos dados oficiais relativos aos desempregados ainda consta algo em torno de quase 5 milhões de pessoas que se somam à chamada população supérflua, em situação de desalento, ou seja, trabalhadores que desistiram de buscar emprego. Cabe destacar que cerca de 40% dos trabalhadores brasileiros estão em condição de informalidade, quase 40 milhões de pessoas não contam com o sistema de proteção social.

O que se percebe é que a crise estrutural ataca o trabalho de modo muito agressivo. A retomada da taxa de lucro nos patamares exorbitantes somente é possível a partir de um processo de superexploração do trabalho. Nesse sentido, novas facetas da precarização do trabalho se realizam à medida que o aumento da mais-valia relativa e o aviltamento dos salários são postos em prática enquanto resposta à decadência da taxa de lucro da produção capitalista. Nesse caso, há a intensificação da exploração da força de trabalho ao mesmo tempo que cria uma força de trabalho excedente de desempregados e prontos para realizarem trabalho em tempo parcial, intermitente e com baixa remuneração. Assim, a crise estrutural do capital tem produzido um tipo de trabalhador desprovido de qualquer direito social.

Para Antunes (2018), toda a sorte de infortúnio decorrente da crise estrutural do capital encontra solo fértil nas crises recentes do capitalismo, principalmente, as crises de 1968-1973 e a crise de 2008-2009. Nesses períodos, marcados pela alta decadência da taxa de lucro e palco aberto do antagonismo de classe, foi pavimentado um chão social que permitiu a retomada do processo de acumulação via intensificação da exploração do trabalho imprimindo ritmos cada vez mais extenuantes. Além disso, o processo de destruição acelerado da natureza e a conseqüente degradação do mundo rural resultando no agronegócio e zonas de extração predatória.

Outra implicação da crise estrutural, desse modo, é a promoção da segregação urbana e social. Antunes (2018), menciona o aumento das pesquisas no campo da eugenia social, o aumento das posturas racistas, a opressão de gênero, o sexismo, a xenofobia, a homofobia. O mais preocupante, nesse caso, é o culto à ignorância manifesto no desprezo e relativização da ciência sob o qual se revela um grande passo para trás no que diz respeito a percepção dos fenômenos naturais e sociais. O conjunto dessa problemática, seja a tentativa de retomada das altas taxas de lucro através da superexploração do trabalho, seja o incentivo do atomismo social e culto da intolerância e da ignorância se revelam parte de uma mesma faceta, o processo destrutivo atrelado ao processo de crise estrutural do capital que visa restabelecer o enriquecimento privado das classes proprietárias, preservando a propriedade privada e o poder de decisão nas mãos das grandes corporações.

Neste cenário, tenta-se buscar o consentimento e a adesão dos trabalhadores, no interior das empresas e órgãos públicos para viabilizar um projeto que é aquele desenhado e concebido segundo os interesses exclusivos do capital. Trata-se de uma forma de alienação ou estranhamento que diferenciando-se do despotismo fordista, leva a uma interiorização ainda mais profunda do ideário do capital, avançando no processo de expropriação do *savoir-faire* do trabalho.

Montam-se falácias de toda a natureza com o intuito de agregar essa adesão sem crítica. De modo geral, atribui-se a todos os aspectos da vida discursos lacunares que visam esconder seus reais e profundos sentidos. “Seja produtivo, senão não terá sucesso”, “Eficiência e eficácia farão de você o melhor”. Estas falácias que visam conquistar a adesão dos trabalhadores/as são disseminadas através de vários mecanismos e procedimentos sociais. Um dos principais dispositivos sociais para a disseminação desses discursos lacunares é a educação.

Na educação, por exemplo, a falácia mais atual trata da questão da “qualidade total” e da “excelência” em educação. Fala-se muito, tanto nos documentos oficiais da educação ou nos discursos das autoridades educacionais sobre a questão da qualidade na educação, todavia, essa “fala” não define com precisão qual o sentido dessa qualidade. Do mesmo modo que se constroem proposições no âmbito da educação remetendo ao caráter de excelência, porém, não fica claro nessas proposições para quem a educação será excelente. É por isso que essas afirmações, antes de se constituírem como elementos balizadores para se pensar a educação, devem ser submetidas ao questionamento sobre o tipo de sociedade a qual elas darão sustentação.

De outro modo, estas afirmações são produzidas de forma a ocultar e entorpecer o senso crítico sobre vários problemas que elas carregam. Porém, o objetivo final é claro, se prestam a embasar de maneira diversa as reais motivações da visão de educação sob o jugo do capitalismo. Tanto o discurso da qualidade total quanto o da excelência são o *leitmotiv* da educação sob os mecanismos e procedimentos do capital. Neste caso, a educação com qualidade total é a educação praticada para uma dada parcela das pessoas que podem pagar por ela e gerar lucro e rendimentos capitalizáveis. Da mesma forma que a excelência é encontrada apenas na educação destinada à classe proprietária.

É por isso que há um debate nesse âmbito cujo propósito é construir uma educação com qualidade e excelência, mas que a qualidade e excelência esteja expressa no sentido da qualidade e excelência social, isto é, ao invés de gerar os melhores resultados para o capital, esteja a serviço da emancipação humana. Trata-se, enfim, de desmistificar a educação como um bem de todos e para todos somente no espaço do interesse individual.

As consequências desse modelo dependente de economia, e, sobretudo, dos resultados do processo de crise estrutural, são tão sutis que aparecem vinculadas a atividade e ação individual. Porém, o que percebemos é uma crescente redução do trabalho estável, o incremento de terceirizados, subcontratados, aumento significativo do trabalho feminino (motivado pelos baixos salários pagos); há a exclusão dos jovens e dos idosos do mundo do trabalho, principalmente nos países centrais, mas não somente neles; há uma inclusão precoce de crianças nos países latino-americanos e países asiáticos. De acordo com Antunes (2011, p. 42) um novo *ethos* do trabalho se configura, pois, “esta forma flexibilizada de acumulação capitalista, baseada na reengenharia, na empresa enxuta, para lembrar algumas expressões do novo dicionário do capital, teve consequências enormes no mundo do trabalho”.

Se não bastasse as consequências para o mundo do trabalho oriundas da crise estrutural do capitalismo em nível global, o processo de devastação sistemática e a contínua acumulação do poder de destruição da natureza também são consequências diretas da crise a qual o capital sofre estruturalmente. O imperativo da autorreprodução cada vez maior do capital para retomar a taxa de crescimento do lucro tem significado um processo de degradação da natureza pondo em risco as condições básicas da reprodução sociometabólica do ser humano com a natureza. São problemas na área de geração de energia; problemas na administração dos recursos naturais e dos potenciais químicos do planeta e seus impactos na agricultura global; o problema da devastação em grande escala das florestas, e, principalmente, a maneira irresponsável de tratar da questão da água potável como apenas mais um recurso para gerar lucro.

As implicações ambientais na realidade brasileira são bem danosas. Ao país é reservado o quarto lugar mundial na emissão de gases do efeito estufa. O dióxido de carbono emitido na atmosfera brasileira é consequência das grandes queimadas e desmatamento no norte do país de acordo com relatórios produzidos pelo Greenpeace Brasil²². A produção de produtos primários para exportação incentiva ao agronegócio que é o setor responsável pela maior parte das queimadas e desmatamento.

Na mesma toada, a pecuária brasileira tem sido uma das atividades econômicas que mais degradam o meio ambiente. As mais de 170 milhões de cabeças de gado no Brasil ocupam pelo menos 172 milhões de hectares de terra. Essa área ocupada tem seu ecossistema ambiental destruído, e os biomas mais importante do país, por exemplo, o do Cerrado, e a Floresta Amazônica devido a expansão da fronteira agrícola estão sob ameaça direta de destruição. Além

²² GREENPEACE. **Relatório Anual 2021.** Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/publicacoes/relatorio-anual-2018/>. Acesso em Out. de 2021.

disso, podemos mencionar o problema da poluição atmosférica resultante tanto do processo industrial como do descarte irregular dos resíduos sólido; a poluição dos recursos hídricos e a erosão do solo gerada pela atividade garimpeira de minério do país (Relatório Greenpeace).

A crise estrutural do capital, nesse sentido, promove o acirramento da destruição da natureza uma vez que a ambição desmedida do capital procura transformar tudo que existe em fonte de recurso para geração de lucro. O processo de esgotamento da natureza não é avaliado pelo capital como um paradoxal processo destrutivo na qual o próprio capitalismo pode vir a sucumbir. Ao contrário, cada vez mais o capitalismo assume para si seu poder de destruição. Basta observar os governos eleitos por indicação e incentivo do grande capital mundial. Estes governos estão imbuídos, principalmente, em retomar os patamares de acumulação e expansão do capital. Para isso, não medem esforços para que se possa ampliar a exploração do trabalho e a destruição da natureza. No caso brasileiro, o governo mais recente²³ tem se ocupado em extinguir o potencial de fiscalização do Estado frente as agressões ao meio ambiente; têm incentivado uma postura antiambientalista e anti-indigenista e estabelecido vínculos entre Estado e organizações ilícitas de destruição e exploração da natureza²⁴.

O breve quadro traçado até aqui sobre os elementos que constituem o sistema capitalista e a caracterização do processo de crise estrutural a qual o sistema do capital está imerso ocasionando o divórcio entre capitalismo e democracia de massas, bem como as implicações desse contexto de crise estrutural para a realidade brasileira, nos permite apontar considerações no sentido de desvelar a potência e o papel da economia solidária neste cenário nefasto e destrutivo de crise profunda do capitalismo.

3.3 A potência da economia solidária

Como apontado anteriormente, a marca definidora do capitalismo é a mercantilização direta da nossa experiência social. O que compramos no mercado são cada vez menos objetos materiais que queremos possuir. A compra no mercado é de experiência de vida, compramos experiências de sexo, de comidas, de bebidas, de comunicação, de produtos culturais, compramos um estilo de vida. De outro modo, não compramos mais produtos, compramos o tempo de nossas próprias vidas. Ocorre, nesse caso, um desvio de nossas pulsões civilizatórias na direção de pulsões fetichizadas, marca indelével do capitalismo neoliberal.

²³ Referência ao governo Michel Temer (2016-2018) e ao governo de Jair Bolsonaro (2018-2022).

²⁴ Ver: MURADIAN, Roldan. **Antiambientalismo à brasileira**. *IN*: Jornal dos economistas. Disponível em: <https://www.corecon-rj.org.br/anexos/13AAE0A62EAA1E6B75ABB2B7A4A1A664.pdf>. Acesso em Jan. 2022.

Além disso, as massas revoltadas com toda a sorte de infortúnios e desamparo no final do século XIX e início do XX foram ideologicamente convencidas das promessas de consumo do neoliberalismo. Com o esgotamento das promessas neoliberais, chegamos a uma fase tardia da democracia. Como constata Streek (2018), a democracia se encontra em estado de esterilização na medida em que se encontra reduzida a uma combinação de Estado de direito e entretenimento público. A ideia de justiça social é simplificada na fórmula mágica de uma justiça de mercado. Trata-se, desse modo, de uma radical regressão da democracia liberal, da igualdade e da liberdade, de modo tão incisivo que se desfaz os laços entre economia capitalista e intervenção democrática.

De acordo com Streek (2018, p. 92), se não for criada nenhuma ilusão de crescimento ou milagre econômico, o futuro do capitalismo é manter-se sem a varinha mágica da paz construída nos alicerces de um consumismo financiado a crédito. Daí, os Estados nacionais se reorganizarão com base em uma “despolitização da economia política”, regidos por mecanismos internacionais cujo poder se concentra em torno de uma diplomacia governamental acima da participação democrática do povo. Contudo, a população que aprendeu a considerar justa a noção de bem-estar no pós-guerra ou compreende que não há alternativa para o modo de expansão capitalista não se contentará com a regressão da democracia neoliberal e esse descontentamento poderá vir a ser a força motriz de movimentos contestatórios e emancipatórios.

Dessa forma, ante a crise inaudita que abala a estrutura de acumulação de capital nos países ricos reverberando nas economias dependentes, como é o caso da economia brasileira, é possível antever no horizonte movimentos auto-organizados e cômicos da constituição falaciosa contida na ideia de justiça de mercado; movimentos estes herdeiros historicamente das posições contrárias à exploração capitalista e, principalmente, movimentos recentes herdeiros das lutas por justiça social surgidos no período pós-guerra. A justiça social é uma expectativa difusa, todavia, tem alimentado movimentos que não são tragados pelo *laissez-faire* neoliberal. Esses movimentos são de diversos matizes, “organizados” nos mais diversos países, são movimentos de protesto aberto contra os resultados da crise estrutural do capital; ou são movimentos propositivos em torno dos quais se organizam alternativas econômicas, dentre elas, a economia solidária.

A economia solidária pode ser inserida no rol dos movimentos sociais que se reconfiguram na segunda metade do século XX com o objetivo de organizar parte da população da cidade e do campo diretamente afetados pelas crises capitalistas. Consideramos a economia solidária como um movimento social porque ocorrem na esfera da sociedade civil e constituem

um campo dinâmico das forças sociais. Como anteriormente caracterizada, a sociedade do capital é uma sociedade movida pelo antagonismo de classe resultando em constante conflito social. Nesse sentido, de acordo com Damasceno (1990), os movimentos sociais partem da luta hegemônica que visa à ampliação do espaço do Estado mediante uma maior participação social dos setores populares, ou seja, da própria sociedade civil com sua variada pauta de reivindicações.

Além disso, a economia solidária é um movimento social porque visa a ação coletiva, consciente e projetada de transformação da realidade. Para Gramsci (1989), a tarefa dos movimentos sociais é criar as condições de as classes despossuídas de meios de produção poderem alcançar o nível da consciência crítica e histórica para que possam participar do processo de produção e apropriação da riqueza produzida e participar ativamente, dessa forma, da construção de uma sociedade igualitária e livre.

Mais adiante iremos caracterizar 30 (trinta) grupos de economia solidária organizados coletivamente, conscientes de suas necessidades e que visam a transformação da realidade. Estes grupos se colocam como tarefa primordial a criação de condições para que cada participante seja capaz de compreender de modo crítico a história da sociedade, o processo de produção e apropriação da riqueza e a importância de participar ativamente da construção de um modelo de sociedade anticapitalista.

Nossa proposta de investigação, nesse momento, é apresentar algumas considerações sobre uma possível resposta para questão do potencial da economia solidária frente ao movimento de crise estrutural do capitalismo, isto é, apontar o papel que a economia solidária possui diante da demasiada exploração do trabalho e da destruição sistemática da natureza.

O sistema sociometabólico do capital se desloca em rota destrutiva tendo em vista que o trabalho e a natureza, pilares da exploração capitalista, estão sendo degenerados e destruídos de modo muito acelerado, como foi analisado anteriormente. Na economia solidária, em tese, o trabalho resulta da associação livre dos trabalhadores/as com vistas a produção econômica daquilo que é necessário para a vida. Nos grupos de economia solidária estudados nesta pesquisa não há relato de exploração e precarização do trabalho nos grupos produtivos; pelo contrário, o trabalho é concebido como a tarefa fundamental de cada indivíduo a ser desenvolvido em harmonia com os processos da natureza e visa superar o desemprego promovido deliberadamente nas sociedades capitalistas através da formação de um exército de reserva, exército de desempregados.

Do mesmo modo, na economia solidária a maneira como é concebida a relação sociometabólica com a natureza é diferente da economia capitalista; há uma atenção com os números da produção e do consumo. Isso ocorre porque a própria concepção de economia na economia solidária é diretamente oposta a concepção capitalista. A economia, na economia solidária, retoma o sentido originário da economia na qual a atividade econômica é aquela realizada com vistas a organização do lar, cuidado com a casa. E, nesse caso, a organização do lar e o cuidado com a casa são concepções ampliadas que se estendem para além de si mesmas, situando-se na organização da vida em sociedade e cuidado com o planeta.

A economia solidária em seus propósitos mais essenciais defende a existência de um governo popular constituído através de um Estado democrático sob o qual tanto o poder como a produção material das riquezas possam vir a ser distribuídos entre todos os membros da sociedade (SINGER, 2000; 2002). Esta proposição enfrenta o problema do ‘tempo comprado’ a qual se refere Streek (2018). Segundo este autor, os Estados capitalistas lançaram moeda na economia para que fosse possível assegurar a mais-valia, o lucro, dos capitalistas e ao mesmo tempo garantir a reprodução da vida dos trabalhadores/as através do aumento real dos salários, o estímulo ao consumo, ou seja, para a criação da sensação de bem-estar geral, em uma democracia vigiada.

De acordo com Singer (2002), a economia solidária supõe um modelo de organização do poder no qual o controle político é aberto e participativo, sem mão invisível, com o povo radicalmente organizado, para que o mercado não sufoque a forma e o conteúdo da democracia. A compreensão advinda da economia solidária é a de que todas as sociedades produzirão riquezas e serão dotadas de mercado. Tanto o mercado como as riquezas não são identificadas com as práticas do mercado capitalista e/ou de riqueza concentrada. Ao contrário, a riqueza é um bem social, pertencente a todos aqueles que a produzem, bem como o mercado é apenas o espaço na sociedade para que a riqueza circule.

No caso da realidade brasileira, como a economia solidária pode vir a se contrapor ao problema da dependência? A análise anterior sobre a dependência econômica brasileira nos permitiu admitir que o processo de dependência é fruto da evolução histórica e das contradições surgidas a partir das exigências das economias dominantes e das próprias contradições internas. A relação de dependência, assim, é mantida porque não há uma atenção para um processo autônomo de produção e reprodução da vida que se volte para as necessidades internas. A indústria brasileira atua como suporte do sistema capitalista na sua totalidade e somente avança conforme as transformações desse sistema em nível global.

Uma economia solidária no seu processo de amadurecimento e ascensão pode apresentar algumas medidas cujo objetivo é contribuir para um desenvolvimento antípoda do desenvolvimento do capital, isto é, uma perspectiva de desenvolvimento da vida humana em detrimento ao desenvolvimento do capital. As medidas mais imediatas, relacionadas à industrialização brasileira, por exemplo, seriam no sentido de alterar a rota da sua finalidade, ou seja, ao invés de a indústria se organizar na órbita de atendimento das necessidades do capitalismo internacional, seus interesses e finalidades podem mirar as necessidades do povo, do mercado interno.

Através do mesmo raciocínio outra medida aparentemente simples pode vir a ser aplicada na realidade social para que ocorra o desenvolvimento da vida. Trata-se de compreender a produção agrícola como um processo cujo objetivo é a circulação interna. A atividade da agricultura pode ser realizada visando o abastecimento do mercado interno, e o excedente da produção, nesse caso sim, poderia ser convertido para a circulação externa. Conforme Dowbor,

Num país onde a agricultura produz para exportar antes de satisfazer as necessidades básicas da população que permanece na miséria e onde a indústria produz para o consumo de luxo antes de produzir o necessário, não há grandes mistérios quanto às medidas econômicas fundamentais necessárias para vencer o subdesenvolvimento (Dowbor, 1982. p.15).

Dentro do horizonte de nossa compreensão, ao que parece, a resposta para a questão do potencial da economia solidária frente ao processo de crise estrutural do capital, e conseqüentemente à crise do capitalismo dependente na realidade social brasileira, não pode ser dada levando em consideração somente os problemas imediatos ocasionados pela crise. Se assim fosse, o modo como apresentamos os elementos constituintes da economia solidária simplesmente poderiam ser contrapostos diante do fracasso da economia capitalista. E, neste caso, bastava que o trabalho assalariado fosse substituído pelo trabalho associado; bastava compreender que a relação com a natureza é destrutiva e violenta, podendo ser substituída por uma relação ecológica; bastava contrapor às relações de poder autocráticas e/ou corporativas do capitalismo por relações de poder horizontais, populares e democráticas; bastava suprimir desenvolvimento do capital e pôr no lugar desenvolvimento da vida e, enfim, bastava dotar cada sistema de produção econômica de autonomia suficiente para olhar para as necessidades internas, antes de qualquer aventura de produção para o mercado externo, internacional.

Entretanto, a resposta sobre o potencial da economia solidária não pode ser apresentada através da pura e simples artimanha de uma dada racionalidade. Os homens forjam a história, e muitas vezes não a forjam como desdobramento de sua vontade, já nos advertia

Marx (2011) no seu ‘O 18 de brumário de Luís Bonaparte’ de 1852, contudo, a história não deixa de ser tecida. O modelo social e econômico do capital é resultado de um processo histórico determinado e engendrado pela ação humana, acumulado enquanto experiência de classe, compondo a práxis social; nesse sentido, o potencial de outro modelo antípoda ao do capital só pode ser confrontado, em todas as suas dimensões, através da existência histórica de processos que desencadeiem uma práxis social suficientemente amadurecida.

Outra observação sobre o potencial da economia solidária que se desdobra da anterior é sobre o desenvolvimento das forças produtivas e o surgimento de novas relações de produção ainda nas sinuosidades da velha sociedade. Marx (2008), em sua ‘Contribuição à Crítica da Economia Política’ de 1859, adverte:

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir (Marx, 2008. p. 58).

As forças produtivas já dão sinal de um grandioso desenvolvimento nos países centrais de capitalismo considerado avançado. Nos países periféricos de economia dependente ainda existe uma dívida quantitativa e qualitativa no salto das forças produtivas. Em todo caso, as condições materiais se movem através da ação humana, da práxis social; tais condições materiais não surgem como as flores na primavera, elas são construídas passo a passo através de um movimento, muitas vezes lento, das práticas humanas. Nas palavras do próprio Marx (2008), as condições materiais precisam já serem plantadas no seio das velhas estruturas da sociedade.

De outro modo, a relação sociometabólica estabelecida entre homem e natureza no sistema do capital é uma relação histórica e social como esboçamos anteriormente. Sendo uma relação histórica e social o processo de transformação do sistema do capital se dá mediante a realização de uma práxis social determinada.

3.4 Práxis e experiência de classe na economia solidária, educação e emancipação humana

Nas ‘Teses sobre Feuerbach’ escritas em 1845, Marx (1996) faz uma crítica a todo o materialismo produzido até Feuerbach, e constata que há um defeito nessa concepção filosófica segundo a qual a realidade, os objetos sensíveis, são compreendidos não como objetos em si (Gegenstand), como produtos da práxis humana, mas como resultado dado pelos sentidos (Objekt). Ao apontar esse defeito, Marx (1996) defende uma compreensão conforme a qual a realidade objetiva é uma realidade sócio-histórica construída a partir da atividade humana prática transformadora. A partir daí é que chegamos à denominação de práxis como uma atividade social e humana capaz de dar cabo à realidade humana. Ou melhor, a práxis social é a atividade humana capaz de produzir a história e, nesse ponto, somente à práxis humana é permitida a transformação histórica da sociedade capitalista.

A práxis social capaz de apresentar e efetivar outro desdobramento histórico para o conjunto da humanidade, contraposto ao capitalismo, é uma práxis necessariamente pautada por anseios nutridos ponto a ponto, no mínimo, em oposição direta ao individualismo atômico difundido na socialização capitalista, assim como a práxis social advinda das relações sociais de produção no capitalismo foi sendo pouco a pouco tecida e impressa historicamente nas relações sociais nos últimos séculos. Outra práxis social pode emergir historicamente como produto da incapacidade do capitalismo em resolver seus dilemas. Nesse caso, em se tratando de uma transformação do capitalismo, sua antítese é uma sociedade na qual o trabalho não é subjugado pelo capital e os eixos básicos para a sua fundação seriam construídos pelos sujeitos históricos ao inaugurar outro modo da práxis.

Ora, a práxis em geral, seja ela a práxis social emergente do capitalismo ou de outro modo de organização da vida social no porvir, não é um dado atemporal que pode ultrapassar as ações e se fixar de modo imutável nas relações sociais. Tampouco, a práxis social é o resultado de uma razão pura na qual são produzidos os conceitos lógicos; a práxis social vem à tona a partir do movimento da história em que o devir é alimentado pela transformação social e só *a posteriori* acumulado pela razão e encarnado como categoria teórica.

Por isso que não se pode colocar à margem do devir a potência de uma práxis social na qual os indivíduos podem vir a escolher o caminho das opções coletivas devido a própria inviabilidade de continuação da práxis social marcada pelo individualismo. Mais adiante nos debruçaremos mais detidamente à análise da categoria da práxis como conceito fundamental para compreendemos a envergadura, não só da economia da solidária organizada pelos

movimentos dos trabalhadores, mas, da práxis como elemento, dispositivo, essencial da transformação constante do mundo. Nosso intento neste tópico é apresentar o geral e o principal do que alguns autores da economia solidária definem como sendo sua práxis e, sobretudo, sendo a práxis como experiência da classe trabalhadora.

É nesse sentido que o contexto atual parece ter feito os movimentos revolucionários à esquerda deslocarem a rota da práxis social. A própria economia solidária é uma amostra desse giro dos movimentos sociais. Ao que parece, os movimentos organizados pela classe trabalhadora têm aderido ao entendimento de que é possível buscar um processo de desenvolvimento econômico gradual, caminhando em direção ao encontro do apoio popular para pisar no solo de uma revolução silenciosa dentro da ordem social ainda em vigor. A proposta desta investigação não é avaliar o quanto isso pode ser importante para a luta social ou não. A pesquisa vem destacar que há uma singular potência na ação daqueles que se auto-organizam para garantir a sobrevivência de tal modo que pode ser sinalizado como uma potência emancipatória.

Desse ponto de vista, os referenciais têm demonstrado que as proposições de uma economia solidária se apresentam como elementos das novas relações de produção. E concordamos que há elementos dessas novas relações nas organizações dos trabalhadores, porém, se encontram construídas de modo muito germinal, com uma necessidade de compreender as determinações mais profundas do capitalismo. Singer (2002), por exemplo, afirma que a economia solidária pode vir a se constituir como um paradigma da produção de riqueza, porém, reconhece as próprias limitações impostas pelo modo de produção capital.

O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. [...]A questão que se coloca naturalmente é como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção intersticial, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal (Singer, 2002, p. 112-116).

Mesmo contendo elementos para a organização de novas relações de trabalho e de distribuição da riqueza produzida, a economia solidária é pouco amadurecida no campo da prática social de modo que seu alcance efetivo se realiza dentro das linhas da acumulação capital com vistas a formatação de um Estado democrático capaz de promover lucratividade para os senhores da mais-valia e alguma sensação agradável de consumo e segurança para os trabalhadores/as.

No livro ‘Introdução à economia solidária’ Paul Singer (2002, p. 21) afirma que a efetivação da economia solidária, cujos princípios são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, regido por um Estado democrático, une todos os que produzem em uma única classe de trabalhadores/as. Em outros termos, o resultado dessa efetivação é a solidariedade e igualdade “cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda”.

Conforme exposto na citação acima, dentre os fundamentos da economia solidária consta uma oposição ao modo de produção dominante. Todavia, Singer (2002) não deixa de chamar atenção para o fato de que as unidades produtivas ou “empreendimentos solidários”, como ele denomina (2002, p. 11), na sua grande maioria, são organizados nas frestas e interstícios do modo de produção capitalista. Na atualidade, prossegue Singer (2002), mais precisamente na segunda metade do século XX e início do século XXI, essas unidades de produção surgem como respostas às crises no capitalismo que afetam empresas gerando desemprego e exclusão social.

Como se percebe, a partir da própria concepção de Singer (2002), a economia solidária não representa ainda a proposta ordenada e sistemática para a superação do modo de produção baseado no sociometabolismo do capital, uma vez que sua existência enquanto movimento social tem se pautado por tentativas de corrigir a lógica destrutiva da natureza e, por conseguinte, corrigir a superexploração do trabalho. As proposições da economia solidária são proposições de inclusão dos indivíduos na lógica do próprio capitalismo. Embora seu léxico remonte à elementos centrais para a superação do modo de produção capitalista, como trabalho associado, auto-organização dos/as trabalhadores/as etc., sua práxis econômica reproduz o viciado status de criação de mercadorias e exploração do trabalho à medida que preserva a indumentária da concepção de empresa, indústria.

Além disso, a economia solidária, enquanto movimento real dos trabalhadores/as, não detém uma cosmovisão sistemática como um modo de produção²⁵, com uma totalidade

²⁵ Marx ao definir modo de produção evidencia que, num determinado período, a ênfase recai não tanto no que a humanidade produz, mas sim na forma como a humanidade se organiza para realizar essa produção. Em outras palavras, para compreender o conceito de modo de produção, é fundamental considerar esse elemento central: as relações específicas que são instauradas pelos seres humanos em uma sociedade, com o propósito de produzir e manter sua subsistência material. Essas relações sociais de produção contribuíram para um estágio particular de desenvolvimento de forças produtivas e, simultaneamente, exercem influência sobre o seu próprio progresso. Além disso, essas relações sociais de produção estão entrelaçadas com outras estruturas que derivam delas e mantêm interações recíprocas durante os processos de reprodução. A reprodução é possível por essa interação das estruturas, embora a esfera econômica exerça sempre a determinação final. Isso implica que as relações sociais de produção sempre operam sob uma estrutura jurídico-política (englobando a forma de Estado, o sistema jurídico e o conjunto de leis, bem como o aparato repressivo) cujo papel é legitimar e garantir a continuidade do modo de

própria e determinações efetivamente opostas e sintéticas de outra dimensão da produção de riqueza. De outro modo, a economia solidária têm sido uma tática importante, sem dúvida, para a sobrevivência e organização política da classe que depende do trabalho, quando é organizada pelos/as trabalhadores/as enquanto experiência de classe; porém, isso não quer dizer que podemos inferir que ela é um modo de produção que coexiste com o modo de produção capitalista. Ao contrário, a teoria do valor-trabalho, por exemplo, indica que sob o modo de produção capitalista, o trabalho pode até desejar ser trabalho associado, mas, não deixa de ser a mercadoria força de trabalho, e assim permanece a ocultação da exploração do trabalho e dos recursos naturais. De qualquer forma, a economia solidária apresenta soluções imediatas para os problemas de superfície do capitalismo, seja através da organização dos/as trabalhadores/as para produzirem riqueza suficiente para a garantia da própria sobrevivência; seja na criação de mecanismos que permitam o retorno dos indivíduos ao solo do capitalismo, é o que se denomina por inclusão social.

Assim, podemos estar diante de movimentos cuja pretensão é a crença de que é possível aperfeiçoar o capitalismo através de uma reconfiguração da política estatal capaz de ajustar a forma e o conteúdo do processo econômico e da transformação sociocultural. Singer (2002), mais uma vez, é quem faz a indicação de que o avanço de uma outra perspectiva econômica, como é o caso da economia solidária, não prescinde do apoio do Estado e do fundo público. De acordo com o autor é por isso que há um ressurgimento da perspectiva dos “utópicos” segundo a qual uma nova sociedade é fruto da união de uma produção industrial com a organização comunitária da vida social (Singer, 2002, p. 115); esse ressurgimento ele denomina de economia solidária. Essa união da produção econômica com a organização comunitária, afirma Singer (2002), seria mantida através de um Estado cuja organização prezasse pela harmonia entre a produção social e a sociedade.

Depois de afirmar que a economia solidária é oposta a economia capitalista na citação acima, Singer (2002) propõe um questionamento importante tendo em vista o alcance

produção, assegurando as condições essenciais para sua perpetuação, inclusive por meio da supressão da organização política das classes antagônicas. Além disso, a estrutura ideológica desempenha a função de criar representações das práticas em si e da inserção dos grupos e indivíduos nessas práticas, a fim de tornar essas relações aceitáveis aos olhos das classes, permitindo, assim, a coesão social, a acessibilidade passiva e a capacidade plena da classe dominante de exercer sua dominação. Em resumo, pode-se afirmar que um modo de produção é um “conjunto complexo com um elemento predominante”. Isso implica que um modo de produção é caracterizado pela presença de pelo menos três estruturas distintas: a econômica, a jurídico-política e a ideológica, sendo a estrutura econômica sempre a instância determinante na última análise. Sobre modo de produção em Marx ver: POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Porto: Portucalense, 1971. Ver também: ROLO, Márcio. **Modos de produção da vida: o ensino das ciências e a teoria do valor de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

da economia solidária. O autor indaga como a economia solidária pode superar o modo de produção capitalista, uma vez que a existência da economia solidária possui uma atuação restrita nas fendas e espaços mínimos da produção capitalista. Trata-se de um problema importante para esta investigação. Se nesse primeiro momento buscamos antever o potencial da economia solidária, é fundamental que possamos dimensionar o atual contexto da economia solidária para apontar onde ela se encontra e avaliar a viabilidade de uma possível ultrapassagem.

Paul Singer (2002) indica algumas noções com as quais se pode tentar responder ao problema da força da economia solidária na sociedade dividida em classes. Afirma que os grupos produtivos precisam se agregar em uma totalidade econômica consistente, é o que denomina de formação de redes capazes de se entrelaçar até formar um todo consistente de todos aqueles que desejam trabalhar e viver cooperativamente. De acordo com o autor não é possível de uma noite para o dia decretar uma organização econômica da sociedade baseada no trabalho associado e cooperativo. A formação dessa totalidade é um processo. Esse processo implica uma compreensão da transformação social como uma atividade constante, permanente em que o estopim é sempre o dia presente.

Além disso, é possível pensar que não é factível à economia solidária se consolidar como um modo de produção social sem a suplantação do modo de produção capitalista e a construção de um sistema de geração e difusão de conhecimento. No sistema capitalista, como abordado anteriormente, o conhecimento científico-tecnológico é uma força produtiva determinante para que a hegemonia do capitalismo se mantenha. A economia solidária possui um conjunto de conhecimentos difusos e fragmentados. A produção científica sistemática e acumulada historicamente é produzida nas Universidades, Institutos científicos e alinhada às finalidades do capitalismo. A economia solidária pode vir a fazer frente ao capitalismo quando os conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente estiverem à disposição dos anseios populares. Afinal, os modos de produção historicamente determinados possuem seus instrumentos e mecanismos sociais para a formação dos sujeitos tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista político e ideológico.

Enfim, a economia solidária pode vir a se tornar um modo de produção capaz de contrapor o capitalismo quando for possível reunir todas as características de um modo de produção (capacidade para produzir e reproduzir forças produtivas e as relações de produção) e, assim, oferecer condições concretas para atender as necessidades da população. De outro modo, para que a economia solidária deixe de ser apenas um paliativo do efeito imediato das crises do capitalismo, diz Singer (2002), é imprescindível que a produção da economia solidária

possa alcançar níveis de eficiência em todo o processo produtivo comparáveis ou superiores aos da economia capitalista. Nesse caso, o investimento estatal e o suporte científico-tecnológico devem ser reconfigurados de uma tal maneira que os anseios do mercado possam dar lugar aos anseios populares.

Além disso, é preciso reiterar que alguns pesquisadores incorrem em erro crasso ao tentar menosprezar e desconsiderar a economia solidária como força social materialmente pulsante na realidade social e relegar sua história e suas conquistas para a organização da classe trabalhadora. A economia solidária não é um movimento menor ou tão-somente um projeto social para amenizar os efeitos do desemprego e gerar renda. É isso também, mas, o potencial de comparação analítica e crítica anticapitalista que pode ser acumulada pelo conjunto dos/as trabalhadores/as garante, na atualidade, um *locus* de destaque e condição objetiva, isto é, a economia solidária possui materialidade ao delinear seus propósitos de oposição às noções do capital, assim como apresenta sua relevância enquanto movimento social surgido das mais profundas tradições de organização coletiva dos/as trabalhadores/as como práxis política e práxis produtiva com a finalidade de garantir a existência material.

Emergindo das organizações dos trabalhadores desde o século XVIII passando pelos movimentos do século XIX e reaparecendo na atualidade conforme afirmam Thompson (1998) e Singer (2002), a economia solidária se propõe construir uma reconfiguração da sociedade, sobretudo, uma reconfiguração na organização da vida social baseada na organização comunitária e ação popular. Thompson (1998) afirma que o avanço da economia de mercado já no século XVIII foi o início do colapso da economia moral das multidões. A economia moral das multidões é o conceito que Thompson (1998) utiliza, como visto antes, para explicar o comportamento do povo ao defender direitos e costumes populares, como, por exemplo, a ação popular para definir fixação de preços, ou quando vários grupos comunitários organizaram motins de subsistência na Inglaterra do século XVIII.

Singer (2002) afirma que vários movimentos e organizações que surgem no século XX são herdeiros do movimento dos primeiros socialistas, os socialistas utópicos, e, nesse caso, a multiplicação de organizações não-governamentais (ONGs), os movimentos de libertação em geral, principalmente, os que lutam pela preservação do meio ambiente natural, pela biodiversidade, pelo resgate de certa dignidade humana dos oprimidos e esmagados pelo capital, os movimentos de comunidades cuja preocupação é a luta para melhorar as condições de vida, são movimentos que visam, muitas vezes como única possibilidade, renovar as tradições culturais das lutas históricas dos trabalhadores/as desde a ascensão do modo de

produção capitalista. Os grupos de economia solidária estudados nesta pesquisa poderão mais adiante nos fornecer maiores dados para que essas interpretações apresentem plausibilidade.

Retomando o problema acerca da potencialidade da economia solidária frente ao cenário de crise estrutural do capital, reafirmamos que as proposições e fundamentos desse outro modo de produzir riqueza e produzir cultura se constituem de elementos que trazem consigo de modo germinal as categorias práticas das novas relações de produção conforme estamos demonstrando. Isso não quer dizer, por certo, que a economia solidária possa se contrapor e superar imediatamente o modo de produção capitalista. Todavia, a ação humana, a práxis social, contida na organização da vida social nas unidades produtivas de economia solidária se nos apresenta como portadora de um acúmulo de experiência de classe capaz de amadurecer historicamente e confrontar o modo de produção capitalista de existência. E não se contrapõe e supera o modo de produção capitalista imediatamente porque a práxis social da economia solidária se depara com algumas limitações históricas, especialmente, limitações na práxis política e, em vista disso, limitações quanto ao desenvolvimento das forças produtivas.

A "experiência de classe" é um conceito fundamental na obra de E. P. Thompson (1987), especialmente em seu livro "A Formação da Classe Operária Inglesa", publicado em 1963. A ideia central por trás da "experiência de classe" em Thompson é que a classe não é somente uma categoria econômica, mas também uma categoria social e cultural. O argumento de que uma classe trabalhadora não pode ser entendida apenas por meio de estatísticas econômicas ou categorias abstratas, mas deve ser vista como um grupo de pessoas com experiências, culturas e identidades próprias. Thompson (1987) busca reconstruir a vida cotidiana dos trabalhadores do século XIX na Inglaterra, examinando como eles vivenciaram as mudanças sociais e econômicas da Revolução Industrial. Ele estava interessado em como os trabalhadores formaram uma consciência de classe e como resistiram à exploração por meio da ação coletiva, como greves e a organização de sindicatos. De acordo com Thompson (1987),

A noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. A mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe, como tampouco um do amor ou da submissão. A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram — ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a

consciência de classe. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (Thompson, 1987, p. 9-12)

Assim, a experiência de classe, vivida por dentro, síntese da práxis humana, cria a história. A análise concreta da classe em dado tempo e lugar faz o movimento investigativo saltar cada abstração, e ouvindo no registro histórico a voz da classe, observando o que os homens e as mulheres de uma classe fizeram em determinadas situações. A experiência de classe cria história porque nos permite ter ciência do acúmulo de forças e das condições para a promoção da ação transformadora da realidade social. Dessa forma, é importante ouvir as "vozes de classe" e entender a história a partir da perspectiva das pessoas comuns que vivem essas experiências. O autor argumenta que a história não pode ser reduzida apenas às estruturas de classe ou estatísticas, mas deve incorporar a experiência vívida dos membros da classe trabalhadora. O autor enfatiza, assim, a importância da experiência de classe, ao mostrar que a classe trabalhadora conquista e possui voz capaz de afirmar e sustentar uma narrativa social e histórica pautada na consciência de classe e na ação coletiva surgida das experiências e vivências cotidianas dos sujeitos.

Assim sendo, esta investigação se depara com um *locus* de destaque da economia solidária à medida que se aproxima de sua práxis social através da investigação da experiência de classe. Com isso não pretendemos pressupor que as determinações as quais estão submetidas a economia solidária limitam-se simplesmente ao espaço interno da sua organização gozando de uma absoluta autonomia histórica, muito menos divagar sobre uma independência geral da economia solidária diante do modo de produção hegemônico ou conjecturar que os sujeitos da economia solidária pairam acima da realidade fechados nas suas experiências sem o menor convívio social. Ao contrário, a investigação, em sua inteireza, é alimentada por um grande sentimento de suspeita diante da possibilidade do estabelecimento da verdade geral e absoluta, bem como é nutrida pela suposição segundo a qual a consciência social é construída pela participação do ser social. Dessa forma, desprezamos o medo pela evidência empírica ao enfatizar a importância do questionamento sistemático sobre a realidade social sem tentativas de refúgio em tocas teóricas, como afirma Thompson (1981) no seu estilo polêmico em 'A miséria da teoria'.

O *locus* de destaque da economia solidária vislumbrado nesta pesquisa não é o seu potencial para revolucionar o modo de produção capitalista imediatamente, todavia, compreendemos que na atualidade histórica do início do século XXI, a economia solidária é um movimento social que permite aos seus sujeitos sociais participar de um processo de

construção revolucionária que visa a se entropor entre a dinâmica social do capitalismo e a negação do modo de produção em si, contribuindo com a formação de um novo sujeito. Por isso, o enfoque da pesquisa é, especialmente, os processos formativos que ocorrem na práxis social dos indivíduos que experenciam a consciência de classe na economia solidária.

A formação de um novo sujeito não está sendo gestada na instituição escolar e tampouco somente pela economia solidária. A formação de um novo sujeito é realizada no âmago da luta dos/as trabalhadores/as a partir de sua práxis concreta, práxis produtiva, reprodutiva, política e revolucionária. Desde o título dessa pesquisa é enfatizado a importância da experiência de classe dos sujeitos pertencentes aos movimentos sociais; no caso aqui, o movimento social da economia solidária, como um movimento no qual a experiência da classe trabalhadora constitui componente substancial. Esse conceito da experiência de classe faz toda a diferença ao nos debruçarmos sobre o fenômeno da economia solidária. De acordo com Menezes (2007), há no movimento de economia uma perspectiva que é expressão de uma das manifestações do chamado terceiro setor²⁶ que se caracteriza pela busca de equilíbrio entre as classes sociais e é avesso à ruptura com a ordem do capital. Nesse sentido, esse movimento, ao invés de apontar suas forças em direção à superação e supressão do capitalismo, vela e mistifica as contradições e tensões inerentes ao capitalismo ao mesmo tempo em que assume como tarefa a inexecutável humanização do capital.

Nesta pesquisa nos reportamos aos grupos de economia solidária cuja práxis é regida pelos/as trabalhadores/as e produzem experiência de classe. Dessa forma, os grupos produtivos de economia solidária que nos interessa são aqueles em que homens e mulheres são sujeitos, pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos para, em seguida, tratar essa experiência em sua consciência e na sua cultura de variadas e complexas maneiras e, assim, agir sobre as situações determinadas.

Nesse sentido, o movimento de economia solidária no qual discorremos até aqui é aquele movimento situado concretamente e fundado na luta e organização da classe trabalhadora, isto é, é o movimento social cuja experiência de classe é o elo fundante de sua práxis. Muitos grupos que se denominam de economia solidária podem e estão sendo factualmente criados ou cooptados pelos tentáculos estruturais do capital e não podem oferecer

²⁶ De acordo com Menezes (2007), o movimento do Terceiro setor que já se chamou caridade e mais modernamente recebeu a denominação de “responsabilidade social”, movimentou no Brasil bilhões de reais por ano. Neste montante de recursos estão incluídas doações individuais por fundações ligadas às grandes corporações e igrejas (Menezes, 2007, p. 90)

nada mais à classe trabalhadora do que a despolitização e a mistificação da exploração do trabalho. Daí a importância da evidência empírica, a relação direta com os sujeitos concretos e a avaliação concreta da experiência de classe dos grupos de economia solidária as quais se está se reportando. De acordo com Thompson (1981), ao recusar a investigação empírica, a mente está para sempre confinada aos limites da própria mente, e a crítica, em vez de radical, passa a representar o amontoado de vaidades conceituais.

Assim sendo, cabe evidenciar o sentido de processos formativos como sendo o modo pelo qual a educação se realiza. Nesse caso, o entendimento de educação se encontra ampliado, caracterizando todo e qualquer processo de formação e transformação humana que se efetiva na vida prática dos sujeitos. Esse entendimento ampliado da educação nos permite buscar os nexos perdidos entre instrução e educação propriamente. Assim, podemos partir da compreensão de processos formativos cuja finalidade é a instrução, bem como de processos formativos gerais para os quais a finalidade é dotar os sujeitos de uma cosmovisão.

Ocorre que isolar instrução de um lado, e educação/formação de outro, procede-se com uma espécie de bipartição entre os conhecimentos da escola e a formação da vida como se fossem categorias estáticas. A instrução é indissociável da educação/formação em geral do mesmo modo que a educação/formação indica algum nível de instrução, por exemplo, a instrução moral. Além disso, é crível que a instrução na escola, por exemplo, sobre as leis naturais, em alguma medida reflete na educação/formação dos sujeitos acerca das leis que regulam a vida em sociedade. Então, tal distinção ganha sentido apenas através de um procedimento abstrato dissociado do campo da prática social. Por outras palavras, fazer essa ramificação entre instrução e educação só possui validade através de um procedimento da ideia; na materialidade da vida concreta e histórica estamos imersos em processos formativos constantes e permanentes que tanto nos instruem como nos apresentam a visão de sociedade e a visão de ser humano predominante no modo de organização no qual estamos inseridos, o que parece tornar impossível instruir sem educar ou educar sem instruir.

Se faz necessário essa constatação para que possamos atentar para o fato de que os processos formativos analisados nesta pesquisa dizem respeito tanto a apreensão de ciência sobre o mundo natural e social, como aos processos que orientam a ação dos indivíduos diante desse mesmo mundo natural e social. Os processos formativos, dessa forma, são o ponto de partida e o ponto de chegada da vida em sociedade porque a todo momento o ser humano cria, aprende e entende o mundo. As pessoas que vivem e se organizam a partir da economia solidária acumulam sensações, noções cognitivas, experiências, educam o gosto no processo de transformação prática da natureza e nas socializações entre si. Dessa forma, do mesmo modo

que o trabalho assalariado na sociedade capitalista forma, ensina e aprende a partir de uma práxis, a experiência de trabalho associado e livre ensina, aprende e forma, alicerçado em uma dada práxis, os sujeitos na economia solidária.

Ao examinar os processos formativos na órbita da instituição escolar, é factível que a instrução e a educação geral dos indivíduos, realizadas no intercâmbio entre a instituição e os grupos de economia solidária, qualifica a práxis educativa. A realização de reuniões, de seminários, de oficinas, de feiras, de congressos, a escrita e divulgação acadêmica, enfim, todos os processos formativos realizados no âmbito da reaproximação da educação com os anseios populares funda uma práxis que supera a práxis hegemônica da sociabilidade do capital. É o que pudemos constatar ao analisar os processos formativos no âmbito do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN com a práxis militante dos grupos de economia solidária. Trata-se de mediações alternativas da práxis. Essa relação entre as atividades formativas da instituição escolar com as atividades formativas nos movimentos sociais caracteriza a manifestação de uma práxis emancipatória.

Iremos abordar de maneira um tanto pormenorizada os recônditos gerais da práxis e da experiência de classe enquanto categorias fundamentais na tradição marxista para preparar o outro movimento da pesquisa, qual seja, uma amostra da análise da práxis política-educativa dos grupos de economia solidária. Do mesmo modo, em seguida, faremos uma breve reconstrução de uma perspectiva do debate acerca da instituição escolar com o intuito de compreendê-la como espaço agonístico no qual as forças sociais se confrontam e se efetivam.

4 A CATEGORIA DA PRÁXIS E DA EXPERIÊNCIA DE CLASSE NOS PROCESSOS FORMATIVOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A compreensão a qual aderimos para analisar o fenômeno educacional possui um sentido suficientemente preciso, a educação é um fenômeno social da superestrutura, conforme Ponce (2001). Assim sendo, a inteligibilidade dos fatos educacionais se faz a partir do entendimento do conjunto da análise socioeconômica a qual pertence. Com isso não se quer afirmar que há uma relação determinista entre a estrutura socioeconômica e a educação. A educação possui uma dinâmica tão mutável, tal como a sociedade de modo geral, que é difícil delimitar quais são as outras forças, além daquelas que a fundam no modo de produção de mercadorias, que atuam entre si para provocar alterações em uma ou outra. As energias sociais (o processo produtivo, a linguagem, a ciência, a cultura, os conflitos, as relações de exploração e subjugação etc.), ou seja, a práxis social, que compõem a totalidade social atuam umas com as outras, ou umas contra as outras, para engendrar o movimento da realidade histórica. Nesse caso, tanto a estrutura como a superestrutura social tomam forma e conteúdo a partir de variadas e múltiplas relações portadoras de mediações e determinações que ora se sobressaem no emaranhado social, umas mais, outras menos, para definir a maneira como é constituído o tecido histórico.

É certo que a principal característica da educação em geral desde tempos imemoriais é a divulgação (para não dizer vulgarização) da cultura das classes hegemônicas em dada sociedade. Notoriamente que a educação, enquanto instrução e visão de mundo, foi sendo historicamente calculada na medida que serve para favorecer determinadas classes sociais. O cálculo, evidentemente, dosava mais instrução e uma sistemática visão de mundo para uma dada classe do que para outra.

As transformações econômicas pelas quais passaram variavelmente todas as sociedades são decisivas para que um número cada vez maior de indivíduos tivesse acesso aos bens culturais, principalmente, aos bens educacionais (instrução e visão de sociedade, visão de ser humano, isto é, ciência e cosmovisão). No entanto, as transformações econômicas não são obras apenas do espírito da história, elas são resultado da práxis social, isto é, das façanhas, das lutas, da ação dos indivíduos, das transformações econômicas e políticas, ou melhor, são resultado da ação prática transformadora dos indivíduos sobre a realidade social.

Nesse sentido, esta investigação sobre o fenômeno educativo é a investigação das ações que os indivíduos engendraram no sentido de estabelecer qualquer emancipação em relação às classes dominantes. Ou melhor, esta investigação é uma investigação sobre a luta pelo acesso à cultura, ao conhecimento, produzido historicamente. Quer dizer, precisamente

esta é uma investigação sobre os processos formativos na instituição escolar com grupos organizados de economia solidária. A hipótese investigativa, como mencionado, é que a práxis político-educativa, emergente da relação que ocorre entre os processos formativos da instituição escolar e os processos formativos da economia solidária, é qualificada desvelando uma potência emancipatória no horizonte da transformação social. Para que se possa alcançar o fio de interpretação dessa hipótese a proposta segue a partir de algumas considerações sobre a categoria da práxis e o conceito de experiência à luz de alguns representantes do marxismo que abordam os conceitos diretamente, bem como de alguns apontamentos gerais de alguns autores que abordam a práxis político-educativa presente nos processos educativos realizados nos grupos produtivos de economia solidária.

4.1 A categoria da práxis no materialismo histórico-dialético

Constantemente estamos sendo desafiados a reexaminar nosso patrimônio teórico e nossos instrumentos conceituais. No caso do nosso patrimônio teórico, o marxismo, é indispensável afirmar sua expressividade na atualidade uma vez que suas constatações permanecem acertadas apesar do acúmulo de equívocos e mal-entendidos acerca da sua obra. A obra marxiana é pouco lida. Alguns intérpretes mal-intencionados se valem da extração de trechos, alguns artigos, um ou outro livro.

De qualquer forma, o patrimônio teórico da obra marxiana está aí, é uma abordagem suficientemente rigorosa e metódica da realidade social. O ponto de partida das reflexões de Marx ocorre na filosofia através do contato com o idealismo clássico alemão. É necessário fazer essas considerações sobre o patrimônio filosófico do materialismo histórico-dialético para ficar mais clara a importância e o sentido da categoria da práxis e da experiência de classe no contexto de análise e síntese da pesquisa em educação, especialmente, nos processos formativos que envolvem a economia solidária.

Na sua tese de doutorado escrita em 1841, ‘Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e Epicuro, Marx (2018) faz uma análise comparativa entre dois filósofos materialistas da Antiguidade grega clássica, Demócrito (460 a.C.) e Epicuro (341 a.C.). De acordo com ele, Demócrito defendia que o conhecimento da natureza, do peso e da forma de todos os átomos de que as coisas são constituídas permitiria conhecer todos os movimentos dos próprios átomos e de todas as coisas em geral, seja no passado, presente ou futuro. Demócrito, dessa forma, de acordo com Marx (2018), era religiosamente determinista. Já Epicuro, diz Marx (2018), se opunha ao seu mestre Demócrito ao afirmar o papel da contingência por considerar

impossível preestabelecer o movimento de todas as coisas. Assim, a diferença essencial entre as posições filosóficas de Demócrito e Epicuro consistia na recusa do determinismo por este último. Marx nesse debate acaba aderindo a posição epicurista de recusa do determinismo rígido por vislumbrar a possibilidade de surgimento do novo na realidade, uma vez que sua preocupação era com as implicações das concepções filosóficas na realidade social.

Do idealismo alemão clássico Marx se insere no debate proposto principalmente por Kant (1724-1804) e Hegel (1770-1831). Kant, autor de ‘Crítica da razão pura’, realizou uma investigação acerca do papel do intelecto dos sujeitos no plano epistemológico e demonstra que a consciência não é um registrador passivo de sensações e impressões provenientes do mundo exterior, tendo em vista que o ser humano existe e intervém ativamente na realidade externa a ponto de construir suas próprias representações sobre o mundo. A análise de Kant impressiona bastante Marx, mas Hegel, autor de ‘Fenomenologia do Espírito’, influencia de maneira mais aguda a compreensão de Marx sobre os fenômenos principalmente porque Hegel desloca a descoberta kantiana para um plano mais radical, ou seja, passa do plano epistemológico (o plano do conhecimento), para o plano ontológico (o plano do ser). Hegel, nesse sentido, afirma que o sujeito humano não cria somente as suas representações sobre o mundo, ele transforma de modo ativo a realidade, o mundo e a si mesmo, através do trabalho.

Da tese de doutorado até o contato com Hegel, é possível notar algumas preocupações centrais na formação do pensamento de Marx. A primeira é com relação as contingências da realidade; seguindo o pensamento dialético apreendido no contato com a filosofia clássica, Marx reconhece a infinitude da realidade e a recusa do determinismo absoluto. Nesse mesmo contexto Marx anda preocupado, ainda, com a relação entre o todo e a parte, entre o individual e o coletivo, de tal maneira que diante de uma inaceitabilidade da absorção diluidora do espaço da liberdade individual por uma comunidade compacta, e diante da inaceitabilidade da postura individualista que se conforma com os limites do indivíduo privado, Marx fica perplexo com a ausência de uma luta para transcender, para se completar e universalizar no plano de uma existência comunitária. Assim, a síntese das preocupações de Marx é, no seu contexto histórico, perguntar como seria possível que a filosofia, o conhecimento, poderia ajudá-lo a resolver o dilema da sua vida, qual seja, como promover a reconquista da dimensão comunitária da vida?

Ao levar essas preocupações às últimas consequências compreendeu que a filosofia idealista, principalmente de Hegel, é bastante abstrata ao considerar o papel do trabalho e da ação humana. Para Marx o homem não é somente autoconsciência, afirma Konder (1995), mas, essa autoconsciência é resultado, inclusive, do movimento de uma realidade humana bem

abrangente. Para Marx, afirma Konder (1995), Hegel só reconhecia o trabalho abstrato e tendia a identificar apenas o lado positivo do trabalho como uma sucessão de vitórias sobre as forças naturais; porém, para Marx havia um lado negativo do trabalho, a qual Hegel não atentou, que são as distorções impostas pela luta de classe, a exploração esgotante do trabalho e apropriação da riqueza pelos monopolizadores da propriedade.

Para Marx (1993), nos ‘Manuscritos Econômicos-filosóficos’ de 1844, a concepção de ser humano está vinculada ao entendimento segundo o qual o ser se faz a si mesmo através do trabalho. Nesse caso, o trabalho do ser humano é completamente diferente das atividades biológicas que rege a vida dos demais animais. O homem se afasta, toma distanciamento, da natureza para imprimir um sentido para a sua ação. Há uma teleologia no trabalho humano que não há na atividade dos outros animais. Essa teleologia permite ao ser humano antecipar os resultados e consequências da sua atividade na sua cabeça enquanto autoconsciência da sua existência. Assim é que surge no homem a capacidade de agir/refletir/agir a qual aos outros animais não é possível. Nesse sentido, Marx constata que o ser humano não se entrega inteiramente aos seus instintos e regularmente é solicitado a escolher, tomar decisões e seguir ou renunciar aos caminhos que se dispões a trilhar.

Todavia, o trabalho deixou de ser um meio para autoconsciência e autorrealização do ser humano quando ocorre, de acordo com Marx (1993) nos ‘Mnuscritos de 1844’, a divisão social do trabalho, o aparecimento da propriedade privada dos meios de produção, a formação das classes sociais cujos interesses se opõe, a exploração do trabalho engendrando nas relações sociais um estranhamento, uma alienação, entre produtor e produção.

Em seguida, Marx (1996) na ‘A ideologia alemã’ de 1844-1845, juntamente com Engels, esclarece, ainda, que na medida em que vivemos, agimos e pensamos, pertencendo à sociedade dividida em classes, a nossa perspectiva de ação, pensamento e vida é deteriorada. Esse deterioramento leva o sujeito a acreditar que está pensando, agindo e vivendo conforme as exigências de universalidade e objetividade da realidade humana. No entanto, seu modo de pensar, agir e viver, aborda as questões que lhe interessa de uma perspectiva plenamente limitada, parcial e unilateral, porque é o modo de agir, pensar e viver, de uma classe que domina materialmente a sociedade na qual se está inserido. Konder (1995, p.81), ler ‘A ideologia alemã’ e confirma: “a classe que detém o poder material controla igualmente a vida espiritual da sociedade”. Assim, a compreensão dos indivíduos sobre a realidade social, impossibilitada de reagir contra essa dominação individualmente, sente, age e vive, conforme as amarras das meias-verdades das classes dominantes, o que Marx denomina de dominação ideológica, isto é, dominação da maneira de sentir, agir e pensar, da classe trabalhadora. Dessa forma, o

materialismo proposto por Marx e Engels consiste em reconhecer os traços desse estranhamento e dominação ideológica e, acima de tudo, procurar empreender o desmascaramento e apontar as consequências da situação de alienação da classe trabalhadora resultante da dominação ideológica.

O materialismo que surge com Marx e Engels se notabiliza pela afirmação da práxis social como elemento essencial da constituição do sujeito humano. Isso não quer dizer que a consciência seja relegada ou desprezada como elemento também fundamental da construção histórica do ser social. A consciência humana no materialismo de Marx e Engels é ativa, projeta e constrói a materialidade histórica, registra e acumula as impressões e representações derivadas da realidade objetiva, mas, sobretudo, é o elemento que forja a cultura e define a intenção da práxis social. Assim, o que se percebe é que o hegelianismo não é abandonado na perspectiva de Marx e Engels, é incorporado através do procedimento de uma síntese dialética na qual ocorre um processo de superação (*Aufhebung*) em que a práxis social vai adornando a consciência histórica. Nesse sentido, a compreensão hegeliana de que o sujeito humano é ativo e criador da realidade social é devidamente integrada e ampliada por Marx e Engels de modo a compreenderem que “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras, o que importa é transformá-lo” (Marx e Engels, 1996, p. 14). Desse entendimento do sujeito como ativo se desdobra a proposição segundo a qual a história é resultado da práxis social e está relacionada com a iniciativa do ser social. Com a indiferença e imersão dos sujeitos somente na práxis produtiva, o processo histórico pode ser obstruído ou corrompido. Daí a importância da consciência teórica para o processo histórico, ou seja, a importância de uma práxis política que adentra o entendimento da práxis produtiva para desempenhar um papel decisivo no processo histórico.

Para Marx e Engels o protagonismo da ação histórica em tempos de hegemonia do capitalismo deve ser da classe trabalhadora. No capitalismo a única racionalização que interessa para a classe dependente de lucro é a racionalização da produção. Essa tentativa de racionalização engendra contraditoriamente um resultado irracional no que diz respeito a divisão social da produção uma vez que gera abundância produtiva para uns e a miséria do real produtor. De toda forma, essa tentativa de racionalização da produção possuía um aspecto importante na perspectiva de Marx e Engels. Para eles, com o objetivo racional de gerar mais lucro, as grandes empresas capitalistas concentravam os trabalhadores nos seus espaços e, de alguma maneira, forçava esses trabalhadores a se organizarem em função de alguns interesses comuns.

Dessa forma, quando a classe trabalhadora alcança a consciência da dinâmica social e de sua posição na história ela deixa de ser meramente uma “classe em si” e passa a ser uma “classe para si”²⁷, ou seja, nesse estágio a classe trabalhadora adquire consciência da sua condição de classe explorada e oprimida e se organiza em torno de seus interesses essenciais. Konder (1995), explica que na obra ‘A ideologia alemã’, Marx e Engels argumentam que os indivíduos formam uma consciência de classe quando compreendem a sua condição de exploração e se comprometem na luta comum contra a classe responsável por essa exploração. Quando a classe alcança esse nível de compreensão, ela, conforme os autores, alcança o estágio denominado de “classe para si”; o contrário ocorre quando a classe trabalhadora imersa na dominação ideológica e inteiramente alienada do seu trabalho é incapaz de compreender sua situação sócio-histórica e de se organizar e lutar por uma existência comunitária, é o que Marx e Engels definem como a “classe em si”.

Evidentemente que Marx e Engels não tratam dessa questão da consciência de classe como um problema meramente da subjetividade de cada indivíduo tendo em vista se tratar expressamente de uma questão político-social. A proposição diz respeito a superação coletiva das contradições da sociedade capitalista. Nesse caso, a passagem da “classe em si” para “classe para si” é um salto vinculado à organização da sociedade. Konder (1995) reforça que passar da classe em si para a classe para si é uma operação que depende da capacidade da classe trabalhadora esclarecer-se a si mesma, saber orientar politicamente suas aspirações mais genuínas, compreender as contradições da sociedade atual para definir com coerência sua perspectiva histórica de classe diante dos dilemas que a sociedade do capital encerra. De acordo com ele,

Marx estava convencido de que não bastava a “consciência” espontânea, o estado de espírito efetivo dos trabalhadores, era necessária uma “consciência acrescentada”, crítica, autocrítica, capaz de “corrigir” a estreiteza da percepção empírica e de fundar, teoricamente, uma perspectiva estratégica (Konder, 1995, p. 103).

O desafio que Marx e Engels se propunham, nesse sentido, pode ser sintetizado na busca por respostas acerca dos procedimentos, tarefas as quais a classe trabalhadora poderia executar e cumprir para superar as distorções e inversões promovidas pelo discurso ideológico

²⁷ Aqui estão algumas das estratégias e conceitos que Marx e Engels desenvolveram para realizar a passagem do “em si” em direção ao “para si”: análise crítica da sociedade; a conscientização sobre a situação da classe trabalhadora; a ideia de que a classe trabalhadora deve se organizar em sindicatos, partidos políticos e outras formas de associações para fortalecer sua capacidade de luta coletiva; crítica à ideologia dominante que promove a conformidade e a alienação dos trabalhadores e a crença em um processo revolucionário. Eles acreditavam que a emancipação dos trabalhadores só poderia ser alcançada através da transformação revolucionária da sociedade.

e reconhecer a dimensão histórica essencial da realidade, ou seja, reconhecer as condições atuais como resultado das experiências históricas. De acordo com os autores de ‘A ideologia alemã’, não podemos pensar a história como um processo externo à existência social e apartada da práxis ativa de cada indivíduo enquanto sujeito social. A intervenção do sujeito nos acontecimentos históricos, no mínimo, permite a compreensão de como nos tornamos o que somos na atualidade, bem como, aliado à intervenção, realizar o exame da práxis histórica da humanidade, e, assim, pode nos possibilitar descortinar a significação histórica das condições materiais e o quadro social em que nos movemos hoje.

A composição teórica de Marx e Engels possui uma finalidade bem objetiva. No nosso entender, a mobilização e sistematização teórica dos conhecimentos sobre a realidade social visam a realização da vida social pautada em uma política de desvelamento das contradições sociais. Dessa forma, a vida política depende da práxis humana, das capacidades subjetivas, que não estão atreladas a uma concepção de história que, em nome da economia ou do determinismo econômico, possuem a pretensão de previsão ou predeterminação da ação das forças políticas. Daí a importância de analisar os acontecimentos e fenômenos a partir da realização da práxis humana no sentido de captar a racionalidade, o sentido, dessa práxis.

Dessa forma, o desenvolvimento do pensamento de Marx e Engels culmina na criação de uma filosofia da práxis. A filosofia da práxis não pode ser interpretada como mera atividade teórica contraposta à prática. A práxis é uma atividade real, transformadora do mundo. Na filosofia da práxis, a teoria e a prática são momentos indissociáveis; mesmo a teoria como crítica social, ela encontra sua materialidade na prática social. Nesse sentido, qualquer interpretação que afirma que o objetivo da teoria é traçar o caminho e as metas da prática soa completamente idealista.

É meio que consenso entre os leitores de Gramsci o entendimento de filosofia da práxis como um conceito codificado no cárcere cujo emprego substituíra o termo marxismo. Além disso, a definição de filosofia da práxis pode ser considerada pelo modo como Gramsci internaliza, complementa e desenvolve as categorias marxistas, e cria seus próprios conceitos; bem como, também, pode ser entendida como a análise que o autor faz do pensamento de sua época; há, ainda, a compreensão segundo a qual Gramsci utilizou o conceito de filosofia da práxis para delimitar um espaço de afastamento das concepções mecanicistas de interpretação das ideias de Marx e Engels (Vásquez, 1977, p. 59).

Em Gramsci (1989), a ‘filosofia da práxis’ é uma expressão que distingue o marxismo da filosofia em geral e do materialismo mecanicista tendo em vista que ambos parecem deslocados da história real e da atividade prática humana, especialmente, deslocada da

política como atividade que promove o encontro de homens e mulheres entre si na coletividade social. À grosso modo, Gramsci (1989), propõe que, em Marx, o indivíduo possui uma potência subjetiva substantiva diante da história real, da consciência e da atividade social como um todo, principalmente, da atividade política. A atualização dessa potência subjetiva se dá no encontro com outras subjetividades através da organização de movimentos que visam o debate coletivo sobre os desdobramentos da vida em sociedade (movimentos sociais em geral, coletivos organizados, partidos, sindicatos etc. etc.).

O destaque que Gramsci (1989) faz do papel da subjetividade é no sentido de se contrapor a um marxismo do início do século XX que somente atribuía aos fatores objetivos e ao desenvolvimento das forças produtivas o papel da transformação social, relegando, assim, a função da atividade prática, da política, como potência da transformação da sociedade. Evidentemente que Gramsci (1989) realiza esse debate em meio a tomada de decisões práticas e políticas do início do século XX; porém, de modo algum, Gramsci (1989), parece indicar que há uma dualidade entre ciência e ideologia, ou seja, que os fatores objetivos da ciência estariam de um lado, ao passo que a subjetividade humana estaria de outro.

Para o autor de ‘Concepção dialética da história’, a ciência e a ideologia são duas faces da mesma moeda, de modo que a ciência promove a elucidação dos fenômenos e se populariza em ideologia para guiar a prática humana no sentido de as ideias produzidas no embate com a realidade material seriam as que orientam a ação. O que parece ocorrer, tanto na filosofia em geral quanto no marxismo mecanicista, é que a ciência comporta explicações puras da realidade que se afastam inteiramente da vida do povo trabalhador de tal maneira que o conhecimento a qual a classe trabalhadora tem acesso é apenas aquele conhecimento necessário para a produção de mercadorias no sistema do capitalismo.

A filosofia da práxis, desse modo, é concebida como elemento essencial para rearticular ciência e ideologia, isto é, conhecimentos objetivos da realidade material humana e natural com as ideias que chegam até o povo. Essa desarticulação já havia sido diagnosticada por Marx e Engels ao explorar os recônditos das condições de vida na realidade da classe trabalhadora. A cisão entre a ciência capturada pelo capitalismo e o conhecimento disponível à classe trabalhadora é uma das formas de dominação mais específicas do modo de produção capitalista. Quando Gramsci (1989) se questiona sobre a superação dessa dominação, ele encontra na ‘filosofia da práxis’ a resposta mais plausível. De acordo com ele, a dominação da classe trabalhadora nas relações sociais e de produção no capitalismo pode ser superada quando a classe trabalhadora elevar o seu conhecimento sobre sua própria práxis cotidiana e desmistificar os laços ideológicos disseminados pelas classes dominantes.

A filosofia da práxis é uma reforma e um desenvolvimento do hegelianismo, é uma filosofia libertada (ou que busca libertar-se) de qualquer elemento ideológico unilateral e fanático, é a consciência plena das contradições, na qual o mesmo filósofo – entendido individualmente ou como grupo social global – não só compreende as contradições, mas coloca a si mesmo como elemento da contradição, eleva este elemento a princípio de conhecimento e, conseqüentemente, de ação. [...]A filosofia da práxis tem duas tarefas: combater as ideologias modernas em sua forma mais refinada, a fim de poder constituir o próprio grupo de intelectuais, e educar as massas populares (Gramsci, 1989, p. 104/114).

O conceito filosofia da práxis, além de evitar a censura aos escritos no Cárcere, reitera a importância concedida por Gramsci ao materialismo histórico e dialético, enquanto filosofia da ação consciente dos sujeitos protagonistas da história. Do ponto de vista epistemológico a filosofia da práxis afirma que toda ‘a verdade’ tida como eterna e absoluta teve suas origens práticas e representou um valor temporal (histórico). E, de acordo com o pensador, é preciso compreender que tal assertiva também é válida para a própria filosofia da práxis, sem, no entanto, deixar que esse entendimento possa paralisar a ação. Assim, a filosofia da práxis sustenta que os sujeitos adquirem consciência de sua posição social no terreno das ideologias. Dessa forma, ela precisa investigar objetivamente o que os sujeitos pensam de si mesmos e dos outros para assimilar que o modo de pensar não é eterno. Portanto, a tarefa de toda a filosofia da práxis é contribuir com a modificação das fases culturais.

O ponto de partida da filosofia da práxis, de acordo com Gramsci (1989), são as cadeias de sínteses que se originam das transformações dialéticas, que é o momento catártico, ou seja, o momento que indica a saída da condição puramente econômica para um lugar ético-político. Isto ocorre através da (re)elaboração da estrutura social em superestrutura subjetiva dos afetos humanos. É nesse momento catártico que ocorre a passagem do estado de necessidade para um estado de criar das condições de liberdade com relação às determinações do modo de produção que são mais voltadas para a economia do que para a existência propriamente dita. As estruturas do modo de produção econômico exterior que subjuga o sujeito e o assujeita, transforma-se, no momento catártico, em modo de produção da existência capaz de criar um novo modo de agir individual e social (ético-político).

O momento catártico identifica os estágios de contradição na existência do mundo material e imaterial. A contradição é, para a filosofia da práxis, o conceito que melhor possibilita compreender a realidade social, e nele, todo o universo do trabalho humano, da atividade humana. A percepção da contradição amplia o entendimento, mostrando que as relações com o mundo e com os outros homens são determinadas pela realidade em seu devir. Nas sociedades capitalistas, as contradições têm como base a luta de classes e é através da

exploração e da dominação que a totalidade fica impossibilitada de aparecer como algo articulado.

As transformações que podem ser operadas na realidade social, se realizam inerentes à compreensão das contradições uma vez que o movimento contraditório desvela os momentos dialéticos de destruição/criação das concepções que alimentam a dinâmica da história. De acordo com o autor de ‘Concepção dialética da história’, a realidade social é ordenada e sistematizada por uma *dynamis* de superação e transformação permanente. A filosofia da práxis aposta nesse conjunto de forças e fluxos que ocorrem na realidade material e social para impelir/impulsionar o movimento da realidade para o campo da possibilidade, ou seja, levando em consideração o movimento dialético entre o real e o potencial, a filosofia da práxis visa ordenar, sistematizar, engendrar, um movimento para na atual realidade social se revele algo que pode vir a ser uma singularidade histórica.

A filosofia da práxis em Gramsci (1989) reconhece que a formação da classe social é realizada de modo dialético de tal maneira que é simultâneo a atuação da estrutura econômica e da superestrutura ideológica, jurídica, religiosa, científica e filosófica, mesmo que o elemento fundamental na determinação em última instância seja o papel dominante da estrutura e da luta de classes. Daí a necessidade da organização das forças sociais para que no processo de avanço ou recuo na luta de classes pela cosmovisão social ocorra desvelamento da dominação ideológica levada a cabo pelas forças e fluxos antagônicos ao trabalho, isto é, Gramsci chama a atenção sobre o papel da filosofia da práxis no enfrentamento da estrutura econômica (Gramsci, 1989, p. 45-55).

A organização das forças sociais tendo em vista a compreensão da dialética entre os fatores econômicos e as ideologias oriundas desses fatores, forma um bloco histórico. De acordo com Gramsci (1989), o bloco histórico é uma situação concreta, é o momento em que uma classe se torna dominante e exerce o poder hegemônico sobre outra dominada, é dominação exercida pela cosmovisão dominante na orientação dos sujeitos sociais. O bloco histórico exercendo sua atuação na estrutura se depara com uma superestrutura cindida em dois aspectos, a sociedade civil e a sociedade política. A sociedade civil se move através de um conjunto de relações consideradas privadas como, por exemplo, na igreja, nas escolas e sindicatos, cujo papel é o exercício da hegemonia através de mecanismos de conformidade harmônica. Já a sociedade política, é o governo de uma dada forma de organização do Estado que possui os mecanismos de burocracia, administração, polícias e exército, para a efetivação de um processo de dominação direta com a atuação coercitiva-jurídica.

A manutenção e sustentação da sociedade civil e da sociedade política é realizada pelos chamados 'intelectuais' que são grupos sociais que articulam e manejam a ideologia. O papel que esses intelectuais exercem é o de organizar a hegemonia de um grupo social. São eles, os funcionários de Estado, os organizadores da cultura, os líderes partidários, os técnicos, engenheiros etc, etc. Esses intelectuais não são frutos apenas dos processos subjetivos da formação da consciência, eles emergem do sistema de produção por aderência ou por ingrediência, uma vez que eles criam a homogeneidade e a alma da própria função de intelectuais ao atuarem nas situações concretas da vida social (economia, cultura e política). Os intelectuais são os portadores da ideologia hegemônica do governo político ou da sociedade civil que atuam exercendo a expansão dos dispositivos de hegemonia da classe (Gramsci, 1978, p. 3-20).

Barata-Moura (1991) considera que Gramsci forneceu o núcleo ideológico de uma forma alternativa de organização societal que, todavia, nunca existiu como movimento político, menos ainda como um regime efetivo. A filosofia da práxis de Gramsci implica em uma teoria política e em um plano de ação de uma política prática. Daí, a necessidade de ler Gramsci como um pensador e não como um autor de dogmas. Evidentemente que a filosofia da práxis possui um vetor militante cuja formulação parte da compreensão de que para transformar é não apenas preciso conhecer, mas também organizar e dirigir as forças sociais capazes de protagonizar e de materializar na prática de diferenciadas situações os comportamentos revolucionantes (Barata-Moura, 1991, p. 20-25).

Enfim, constatamos que a filosofia da práxis em Gramsci parte da compreensão segundo a qual a classe trabalhadora é explorada, oprimida e foi inteiramente privada dos conhecimentos da ciência e da tecnologia. O Estado, comitê da classe dominante, institucionalizou um modelo educacional com a finalidade de manter a divisão de classes. Assim, a escola, universidade e qualquer instituição de ensino do povo, é organizada de modo a manter os sujeitos distante das ciências gerais. Desse modo, o trabalhador/a sempre é levado a desvalorizar os conhecimentos, e se considera ignorante, incapaz e hesita em expressar seu ponto de vista porque sempre foi persuadido de que seu ponto de vista é inferior. Há uma internalização na subjetividade do trabalhador/a, construída historicamente pelo hábito, segundo a qual ele não tem a função de também produzir ideias, criar proposições, ter voz participativa; ao contrário, é reforçado, através de todos os dispositivos da sociedade política, que as ideias, as propostas, mais bem elaboradas são as dos outros.

Retornando ao pressuposto segundo o qual as proposições de Marx e Engels culminam em uma 'filosofia da práxis' cujo elemento principal não é a atividade teórica, mas,

a atividade real de transformação da realidade material e das condições de existência, embora essas atividades estejam indissociáveis, podemos afirmar que ela possui como fio condutor o entendimento de que o ser humano não é uma materialidade dada, pronta e acabada; a filosofia da práxis parte da concepção de que o ser humano faz-se na história e faz história no seu próprio fazer-se. Marx e Engels (1996), na ‘Ideologia alemã’, afirmam que o primeiro pressuposto de toda a existência humana é o de que todos os seres humanos devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Para viver, dizem os autores do ‘Manifesto comunista’, precisam, antes de qualquer coisa, de comida, bebida, moradia, vestimentas etc. etc.

Nesse sentido, a primeira práxis histórica é a práxis produtiva, os indivíduos produzem os meios para garantir as condições de viver, para a satisfação das suas necessidades imediatas. A práxis produtiva é uma das condições fundamentais de toda a história e, a cada hora, ainda hoje, desde tempos imemoriais, é cumprida diariamente simplesmente com a finalidade de manter cada um de nós vivos. De acordo com Marx e Engels (1996, p. 39), “mesmo que o mundo sensível seja reduzido [...] a um cajado, a um mínimo, ele pressupõe a atividade de produção desse cajado”. Assim, a satisfação de dessa necessidade inicial, a práxis envolvida para essa satisfação e o resultado adquirido com essa satisfação, acarreta o surgimento de novas necessidades contribuindo para o surgimento da primeira práxis histórica. Outra condição para a práxis histórica se realizar é o acúmulo dessa experiência prática ser ensinada/apreendida pelas gerações a fio na história. Esses três aspectos da atividade social, afirmam Marx e Engels (1996), são os três aspectos que coexistem entre si desde os primórdios da humanidade para que os indivíduos se façam na história e façam história no seu próprio fazer-se.

Para Marx e Engels, Hegel (1770-1831) é o autor, no seu tempo, que eles tomam por antípoda da filosofia da práxis. O idealismo hegeliano é descrito e definido pelos autores como sendo uma filosofia da atividade da consciência. De acordo com Vázquez (1977, p.120), “a filosofia de Hegel, é incompatível com uma autêntica filosofia da práxis, da ação, da transformação revolucionária do real”. Para Hegel, a finalidade e o resultado da filosofia visam conciliar o pensamento, o conceito, com a realidade. A partir da contestação desse entendimento é que a filosofia de Marx e Engels ultrapassa o idealismo.

Todavia, além de ultrapassar o idealismo de Hegel, é também necessário suplantar o idealismo da “esquerda hegeliana”, o qual faz a exigência de uma filosofia que seja prática enquanto pensar, isto é, sem sair dos limites do filosofar, a partir da compreensão da filosofia como crítica dos elementos irracionais da realidade. Para Marx e Engels, a esquerda hegeliana dota a filosofia de uma capacidade de por si mesma, pelo poder das ideias, de transformar o

mundo. No entanto, para os autores, trata-se, ainda, de uma atividade teórica, atividade da consciência e, portanto, idealista, o que torna o desafio de transformar o mundo uma atitude inofensiva frente à totalidade e materialidade do capital.

A reviravolta radical da concepção de Marx e Engels se dá a partir da apreensão do significado do trabalho humano enquanto práxis transformadora da realidade concreta. O trabalho humano é a dimensão essencial do ser humano e de sua formação; portanto, é a atividade transformadora por excelência da realidade material. Através do trabalho o ser humano se distancia do reino da necessidade natural e cria a realidade social. Mesmo na sociedade burguesa na qual o trabalho é abstraído e alienado, há a dimensão transformadora e criadora da existência social. Vázquez (1977, p.123) destaca que “não faltam, enfim, aqueles que descubram a reviravolta radical na formação do marxismo no ‘Manifesto do Partido Comunista’, onde se traça clara e expressamente a teoria da ação revolucionária dos proletários que devem levar a cabo essa transformação”. O fato é que fica demarcado no entendimento de Marx e Engels que cabe à práxis do proletariado a missão histórica de transformação do real. A filosofia por si mesma, como crítica do real não muda a realidade. Para mudar a realidade, a filosofia tem que realizar-se. Vázquez (1977, p.128) prossegue,

A crítica radical começou com Feuerbach; graças a ela, o homem tomou uma verdadeira consciência de si mesmo. Mas a crítica da religião – “premissa de toda a crítica”, como reconhece Marx – é crítica radical no plano teórico. A passagem da crítica radical do plano teórico ao prático é precisamente a revolução (Vázquez, 1977, p.128).

Nesse sentido, a práxis é a atividade contínua de transformação constante do devir. É através dela e a partir dela que o proletariado cria as condições de sua emancipação. Inicialmente há a emancipação humana do reino da natureza, e, posteriormente, a classe trabalhadora, pode vir a se emancipar das relações de subjugação de classe explorada. A teoria por si mesma não pode emancipá-lo, tampouco somente o ato de sua existência por si só emancipa. Assim, é necessária a passagem do teórico ao prático, é preciso que o povo trabalhador adquira a consciência crítica da sua condição e consciência da necessidade de sua emancipação. A travessia da compreensão teórica ao plano da prática social é a missão da classe trabalhadora. A tarefa principal para realização desse salto passa pela superação da alienação produtiva e social. Isso se dá pela compreensão da práxis como fundamento de toda relação humana. A partir dessa compreensão da práxis é possível que o indivíduo adquira o impulso para avaliar as condições sob as quais a história tem se dado e promover uma superação qualitativa no curso do devir.

Para Vásquez (1977), esse entendimento da práxis está relacionado ao modo como Marx e Engels enxergam o papel do sujeito histórico para a constituição da realidade social. O ser humano passa a assumir um papel de atividade e criação da realidade social à medida que transforma o mundo na sua consciência, mas, sobretudo, transforme a si mesmo e ao mundo praticamente, efetivamente. Desse modo, a transformação da natureza através da práxis do trabalho é a expressão da própria transformação do ser humano. É isso que faz da práxis, de acordo com Vásquez (1977), a categoria central do marxismo.

É a partir da categoria da práxis, afirma Vásquez (1977, p. 36) que se pode “abordar os problemas do conhecimento, da história, da sociedade e do próprio Ser”. Analisando a segunda tese sobre Feuerbach de Marx, Vásquez (1977) enfatiza que os problemas filosóficos precisam ser formulados em relação à atividade prática humana porque a realidade ou irrealidade do pensamento é uma questão escolástica à margem da práxis. O primado da categoria da práxis não se dá apenas no campo antropológico ou histórico dado que a história é a história da práxis humana ou porque o ser humano passa ser o que é em e pela práxis. Vásquez (1977) aponta que o marxismo coloca a práxis em lugar de destaque como categoria fundamental porque para Marx a práxis é também uma categoria epistemológica e ontológica à medida que ela é o fundamento, objetivo e critério de verdade do conhecimento, bem como nas questões que surgem entre pensamento e ser, é nela que se pode encontrar alguma inteligibilidade.

Para Marx E Engels (1996), toda a vida social é necessariamente práxis. A totalidade prático-social é formada de diferentes partes conforme o ser humano exerce sua práxis diante dos objetos ou da materialidade social. Nesse sentido, Vásquez afirma a existência de diferentes níveis de práxis à medida que a ação e criação humana sobre a matéria corrobora para o surgimento de uma nova realidade humanizada.

É nesse sentido que Vásquez (1977) menciona e classifica a práxis como criadora e reiterativa; práxis espontânea e práxis reflexiva. A práxis criadora é aquela com a qual o ser humano age diante de uma determinada situação em que não existe um precedente histórico; trata-se de uma práxis que cria as condições de existência do indivíduo no momento em que ele se depara com novas necessidades. Vasquez (1977, p. 247) afirma que “o homem é o ser que tem de estar inventando ou criando constantemente novas soluções”. Faz parte da práxis criadora, por exemplo, o processo revolucionário, a criação artística; já a práxis reiterativa inicia quando as soluções apresentadas diante das necessidades precisam ser reiteradas antes que surjam novas necessidades para satisfazer. Como afirmado antes, é através da práxis que o ser humano faz o mundo humano e se faz a si mesmo. Ao fazer o mundo humano cria as condições

de vida, e faz, dessas condições, história que é reiterada até que surja necessidades que ainda não foram enfrentadas e para as quais ainda não há uma solução.

Para Vásquez (1977), a práxis reiterativa ou imitativa parece possuir um estatuto de falseabilidade e desimportância diante da práxis criadora. Para o autor, a práxis reiterativa é uma espécie de cópia e simulacro da práxis criadora conforme sua argumentação platônica. Tomando como referência essa classificação de Vásquez, que é importante sem dúvida, mas, que merece atenção, questionamos por que a práxis reiterativa não possui o mesmo estatuto da práxis criadora uma vez que sem ela o ser humano deixaria de produzir história tendo em vista que não seria possível ter consciência das soluções apresentadas ante os problemas com os quais os seres se deparam para construir sua existência.

Na classificação apresentada pelo autor, a práxis reiterativa pode ser compreendida como uma práxis que toma por base uma práxis criadora anteriormente exercida sobre o mundo e acumulada enquanto projeto e experiência de vida para o por vir. Assim, sem a práxis reiterativa parece não ser possível ao humano concentrar conhecimentos e experiências para a manutenção, mesmo que transitória, de um mundo social capaz de manter uma relação com a natureza. O fato de não propor uma mudança qualitativa imediata na realidade não a invalida e a anula como mera cópia do que foi criado; ao contrário, as soluções reiteradas podem ser o caminho para a criação e aperfeiçoamento da humanidade. Evidentemente que a práxis criadora do trabalho alienado sob a insígnia do modo de produção capitalista se constitui como um problema ao ser reiterada; e é por ser um problema que é possível ao ser humano atentar para novas configurações e criações nas quais se possa dotar o trabalho de um outro sentido, contrário ao sentido reificado e alienado legitimado historicamente.

Outros dois níveis da atividade prática humana, Vásquez (1977) denomina de práxis espontânea e práxis reflexiva. De acordo com o autor, o papel desempenhado pela consciência prática determina muito a atuação para a efetivação de projetos, objetivos e esquemas dinâmicos da existência em geral. Essa consciência prática é a consciência tal como ela se insere na prática social para transformar um resultado ideal em real. É a consciência surgida diante das situações problemas que exigem a atuação da práxis criadora. “A consciência prática só qualifica a consciência na medida em que seus produtos ideais se materializam” (Vásquez, 1977, p. 285). Não há qualificação na consciência se a consciência prática resultar em uma atividade teórica alheia a prática social.

O que Vásquez (1977) pretende desdobrar dessa questão da consciência prática é que a consciência não só projeta objetivos e constrói coisas, a consciência conhece a si mesma como uma consciência projetada, isto é, a consciência também pode vir a ter ciência de que a

atividade realizada é produto dela; a consciência, assim, se projeta e às vezes até adquire consciência da atividade através do desejo de realização ou da intenção para a efetividade. Vásquez (1977) amplia o entendimento da consciência para que seja possível distinguir os dois tipos de práxis que se manifestam na materialidade social a partir da compreensão segundo a qual a práxis criadora e reiterativa são compostas, cada uma ao seu modo, de um nível de consciência prática ou de consciência da prática.

Nesse caso, a consciência prática é a consciência presente no processo ativo de construção da realidade social; já a consciência da prática é a consciência que qualifica e amplia a si mesma porque é consciente da sua participação no processo ativo de construção da realidade social. Ambas ocorrem no mesmo nível e plano durante a criação da realidade prática, porém, diz Vásquez (1977), pode ocorrer de a consciência prática se encontrar rebaixada em relação a consciência da práxis. O autor exemplifica esse fenômeno mencionando o exemplo de um trabalhador dotado de certa consciência de classe, consciência das condições de dominação e exploração no capitalismo, que realiza um trabalho mecânico, parcelado e monótono. Assim sendo, a consciência prática para a realização do trabalho ocorre concomitante com a consciência da prática alienada do trabalho, embora o nível de consciência de uma para outra seja indubitavelmente qualificado e ampliado.

Ocorre, nessa perspectiva, que a consciência da práxis pode contribuir para o enriquecimento da atividade real, material, e contribuir para a elevação da consciência prática porque a consciência da prática, expõe Vásquez (1977), move-se como uma autoconsciência prática. Dessa maneira, de acordo com o grau de manifestação da autoconsciência prática é possível distinguir os dois níveis de atividade prática do ser humano: a práxis espontânea e a práxis reflexiva.

A práxis espontânea e a práxis reflexiva, anuncia Vásquez (1977), se diferenciam não devido a posse ou não de consciência; ambas são realizações da consciência prática, o que as torna diferente é o grau de consciência que se expressa na atividade prática exercida pelos sujeitos. No caso, a práxis espontânea possui um nível de consciência baixo ou quase nulo na realização e configuração da atividade; no caso da práxis reflexiva é possível contemplar um nível de consciência mais elevado. O autor afirma não se tratar de uma dualidade mecânica na tipologia da práxis, no sentido de que a práxis reflexiva tivesse correspondência com a práxis criadora e a práxis espontânea correspondesse à práxis reiterativa. De acordo com Vásquez (1977), p. 289), não é a ausência de consciência, por exemplo, que define uma práxis espontânea; o que pode vir a faltar na atividade não é a consciência, mas sim, certa consciência da práxis.

O que interessa sobre esses dois níveis de práxis, diz Vásquez (1977), é o tipo de relação prática que pode existir resultante da práxis espontânea e da práxis reflexiva bem como o percurso pelo qual se tem que trilhar praticamente para passar de um nível ao outro; ou melhor, o autor destaca que é importante enveredar na investigação das implicações da práxis na consciência dos sujeitos tendo em vista que o resultado dessa relação através da práxis espontânea não é o mesmo alcançado pela práxis reflexiva.

Na relação prática da política, por exemplo, é exigido um nível de elevada consciência da práxis para que ela possa ser considerada uma práxis reflexiva. Vásquez (1977) explica que é esse o sentido da última das “Teses sobre Feuerbach”, uma práxis reflexiva que avança rumo a necessidade de transformação das condições políticas e sociais; é também o sentido, afirma Vásquez (1977, p. 291), da formulação de Lênin: “sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário”. Observa-se que a relação entre o espontâneo e o reflexivo no campo da prática parece campear pelo que o autor denomina de extremos perniciosos uma vez que em um ou no outro caso haveria uma tentativa de superestimação seja da consciência prática ou da consciência da prática resultando seja na depreciação da função da teoria ou na desconsideração do papel da espontaneidade que surgem no início ou durante o processo prático-social.

A elevada consciência da práxis parece ser um elemento fundamental para a práxis política transformadora e emancipatória da classe trabalhadora, pois, é ela que promove a travessia da consciência prática para a consciência da práxis. A práxis reflexiva, assim, é interligada com a práxis espontânea, não há como despegar uma da outra, o que se pode verificar é que elas são mobilizadas mais ou menos para uma ou outra coisa/fenômeno à medida que se deparam com a materialidade da realidade social. Por exemplo, a práxis espontânea no trabalho realizado no sistema de produção capitalista possui seus tons de reflexão não mais e não menos do que a práxis reflexiva quando espontaneamente realiza e efetiva essa ou aquela decisão política.

O fato é que, por serem interligadas, práxis espontânea e práxis reflexiva, ação-consciência-ação, ao invés de ser considerada um extremo pernicioso, como diz Vásquez (1977), podemos compreender que o percurso entre elas cria uma área de adjacência promissora, uma vez que precisamos atentar para as formulações de Marx e Lênin com um olhar menos dualístico. Nesse caso, quando Marx afirma que os filósofos se limitaram a interpretar o mundo e que o importante é transformá-lo, não podemos limitar a proposição do autor a uma conclusão unilateral em que a teoria seja dispensável, e a transformação prática seja as “sandálias voadoras de Perseu”. Do mesmo modo, que há, na afirmação de Lênin, uma

adjacência promissora entre a teoria revolucionária e a prática revolucionária, e não a supervalorização da teoria como o “fio de Ariadne” para a prática social. De outro modo, entre a teoria e prática existe uma linha de aproximação inquebrantável, adjacente; somente sendo diluída por um procedimento de dominação social; o entendimento desses laços da dominação prometem transformações nas práticas sociais ainda insondáveis.

Kosik (1976) observa que o grande conceito da moderna filosofia materialista é conceito de práxis. Todavia, sua constatação é de que a práxis é mais do que um conceito, a práxis é uma categoria de análise da qual se desdobram representações, compreensões e sentidos da história e da realidade social. A proposta de Kosik é que a realidade humana pode ser compreendida por uma teoria da dialética da sociedade que tem na categoria da práxis seu elemento fundamental de leitura das mediações e contradições. É nesse sentido que Kosik (1976, p. 199) afirma que “a práxis não é um conceito filosófico, mas uma categoria da teoria dialética da sociedade”.

De acordo com o autor de ‘Dialética do concreto’, é impossível pensar a existência da sociabilidade humana sem atentarmos para o devido entendimento segundo o qual o agir, a atividade, o projetar, a memória, a linguagem, enfim, o conjunto dos traços de humanidade que distingue o animal humano dos demais animais, é marca definidora sob a qual se ergue a realidade social. Os resultados alcançados a partir da efetivação da ação são acumulados e orientam outras atividades do humano na busca de garantir sua existência. Esse procedimento decorre e implica em uma tomada de consciência acerca da realidade objetiva e subjetiva, impressa na memória, compartilhada através da linguagem possibilitando ao humano projetar sua história para além dos limites dos dados imediatamente da realidade vivida.

A categoria práxis como uma categoria de análise permite uma investigação da realidade em que as imagens, representações e conceitos não são compreendidos como reproduções espirituais da natureza como ocorre nas abordagens idealistas. À luz da práxis, as imagens de mundo, as representações da realidade e os conceitos criados para a explicação dos fenômenos são concebidos como processos materiais decorrentes de projeções sociais expressas na posição social do ser humano a partir da realização de sua humanidade e de sua existência. A partir da demonstração de Kosik (1976), podemos assimilar que a práxis torna possível tanto a objetivação e o conhecimento objetivo do mundo social, quanto a abertura, ou seja, o caráter projetivo do compreender, do ser humano para o ser das coisas.

Em outro momento de sua argumentação ele vai afirmar que a práxis não é somente um conceito filosófico; o autor afirma que a dimensão adequada da práxis no que diz respeito ao seu caráter de categoria é que ela se encontra indissociavelmente colada ao agir humano.

Isso quer dizer que é impossível conceber a existência do mundo social sem atentarmos para a intervenção ativa do homem em face das condições objetivas nas quais o ser social vive e transforma essas condições conforme uma teleologia que visa a manutenção da existência social.

Desse modo, a práxis para Kosik (1976) possui um caráter ativo, é uma atividade que se produz historicamente. Assim, a práxis é o conjunto da ação humana que é transmitida de geração para geração se aprimorando a cada ciclo histórico e a cada geração a práxis humana é reconfigurada no transcorrer do processo histórico-social. O que se constata é que a práxis continuamente se reconfigura como unidade do ser humano e do mundo à medida que as condições materiais da existência e a capacidade de se formar, de apreender a realidade social, começam a se deparar com novas questões e respostas, ao passo que as respostas levantam outras questões em um fluxo contínuo.

A categoria da práxis, desse modo, pode ser entendida como uma categoria capaz de desvelar respostas para os problemas que estão colocados na dimensão da vida cotidiana. Os seres sociais estabelecem relações entre si coletivamente a fim de encontrar respostas para os conflitos sociais de produção e reprodução da existência formando a sociabilidade. A sociabilidade humana é colocada em movimento pela práxis que medeia a relação humana com a natureza e as relações humanas entre si.

O trabalho humano faz parte de uma faceta da práxis, como veremos, e no processo histórico ocorre um processo de cooperação entre os seres sociais com o intuito de criar as condições de existência e assim possibilitar saltos de qualidade para espécie humana. Todavia, o trabalho como práxis histórica determinada tem perdido essa capacidade de mediar a cooperação humana devido ao próprio modo de organização e divisão do trabalho conforme o modo de produção. No caso do modo de produção capitalista a práxis do trabalho humano perde a condição de possibilidade de cooperação e solidariedade na realização das atividades em detrimento da interiorização do sentido de trabalho como algo competitivo e dominador.

A compreensão dialética de Kosik (1976) é de que a realidade e o sentido material das coisas e fenômenos são relações e produtos sociais resultado da práxis do sujeito como unidade do existente e seus significados. O contrário dessa compreensão conduz à imagem falseada da realidade social, da consciência humana e da natureza uma vez que retira da práxis a dimensão do criar e substituir a realidade social, assim como diminui a consciência ao mero uso do impulso e reação diante das intempéries da realidade social. Para o autor de 'Dialética do concreto', a consciência humana é a atividade do sujeito que cria a realidade humano-social; não se trata, nesse caso, diz o autor, de reivindicar uma transcendental autonomia da razão para

justificar a atividade humana propriamente da práxis. Para ele há uma separação da materialidade da práxis humana evidente porque os valores e os significados humanos não são inscritos na cadeia causal da natureza.

Para Kosik (1976), a problemática da práxis na filosofia materialista não se sustenta em uma tipologia que distingue dois campos da atividade humana, nem é decorrência somente da relação prática do homem com a natureza. A práxis é posta em discussão com a tradição basilar do idealismo, sintetizada na filosofia platônico-aristotélica, para afirmar seu autêntico sentido de criação da realidade social e, nesse sentido, possuindo um caráter ontológico. A práxis é ativa, pois cria a realidade histórico-social e determina a existência humana como elaboração da realidade social. Nesse sentido, o trabalho é parte da práxis e com ela se articula de modo essencial, a práxis não determina apenas alguns de seus aspectos ou características. Para Kosik (1976, p. 221-225), a práxis se articula com o todo do homem e o determina em sua totalidade.

Kosik (1976), compreende que sem a problemática filosófica os conceitos são vazios. De acordo com o autor de ‘Dialética do concreto’, “de dramático cenário da verdade [a filosofia] se transforma em cemitério de categorias mortas” (1976, p.215). A pesquisa filosófica sacode a certeza do mundo comum e da realidade fetichizada. A consciência comum toma como óbvio aquilo que a filosofia desvelou, tirando-o da ocultação, do esquecimento e da mistificação e tornando-o evidente. Da grande descoberta da filosofia materialista resta, na consideração acrítica, apenas a ideia de que a práxis é algo incomensuravelmente importante e que a unidade de teoria e práxis tem o valor de postulado supremo (Kosik, 1976, p.217-218).

De acordo com Kosik (1976), ocorreram algumas modificações históricas, às quais o conceito ‘práxis’ foi submetido. Em primeiro lugar, a práxis foi entendida como socialidade e a filosofia materialista foi concebida como doutrina da “sociedade do homem”. Em seguida, a práxis tornou-se mera categoria que passou a desempenhar a função de correlata do conhecimento. E, por último, a práxis passou a se identificar com a técnica em que foi praticada como manipulação, técnica no agir, arte de dispor homens e coisas. Kosik (1976), no entanto, destaca que a problemática da práxis na filosofia materialista não é explicável partindo da relação teoria-práxis, ou contemplação-atividade, quer se proclame o primado da teoria ou contemplação (Aristóteles e a teologia medieval) ou, ao contrário, o da práxis ou atividade (Bacon, Descartes e as ciências naturais modernas). Para o autor, a problemática da práxis na filosofia materialista nasce como resposta filosófica ao problema filosófico: quem é o homem, o que é a sociedade humano social, e como é criada esta sociedade? (Kosik, 1976, p. 219)

O conceito de práxis constitui o ponto culminante da filosofia moderna. A práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade humano-social e que, portanto, compreende a realidade humana e não-humana, a realidade na sua totalidade. A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade social (Kosik, 1976, p. 221-222).

Em “Dialética do concreto” Kosik (1976) adverte que é necessário atentar para a obscuridade conceitual das definições de práxis e de trabalho. Conforme o autor, ocorre uma imprecisão conceitual quando o trabalho é definido como práxis, e a práxis, nos seus elementos característicos, é reduzida ao trabalho. A práxis se articula de modo essencial ao Ser do homem em todas as suas manifestações. Assim, a práxis compreende – além do momento laborativo – também o momento existencial: ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança não se apresentam como experiência passiva, mas como parte da luta pelo reconhecimento, isto é, do processo da realização da realidade humana. “A práxis é tanto objetivação do homem e domínio da natureza quanto realização da liberdade humana” (Kosik, 1976, p. 225). Na práxis se realiza a abertura do homem para a realidade em geral, ou seja, no processo ontocriativo da práxis humana se baseiam as possibilidades de uma ontologia, isto é, de uma compreensão do Ser (Kosik, 1976, p. 226).

Desse modo, se a práxis é a determinação da existência humana como elaboração da realidade concreta, e se ela compreende, além do momento laborativo de produção, também o momento existencial, quer dizer, se ela se manifesta tanto na atividade objetiva do trabalho humano, que transforma a natureza, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como angústia, a alegria, o medo, a esperança não se apresentam como experiência passiva, mas como parte da luta do processo de reconhecimento da realização da liberdade humana.

Para Leandro Konder (2018, p. 109), “o conceito de práxis no pensamento de Marx e Engels só pode ser elaborado depois que o filósofo encontrou no proletariado o portador material da revolução capaz de superar a sociedade burguesa”. Para Konder (2018), a práxis é um poder de decisão. O autor parte do entendimento de que o ser humano, ao contrário do animal que se deixa guiar pelos instintos, dispõe de um poder de decisão que provém do trabalho humano, da atividade produtiva da existência, enfim, da própria condição humana. Konder (2018, p. 111), afirma que “pelo trabalho, o ser humano se contrapõe ao objeto e se afirma como

sujeito num movimento realizado para dominar a realidade objetiva: modifica o mundo e se modifica a si mesmo”.

Konder (2018, p.112) chega a essa concepção de práxis a partir da constatação de Marx de que a história da humanidade não é senão a produção do ser humano realizada pelo trabalho para a transformação material da realidade social. O ser humano produz sua humanidade e objetos e, conseqüentemente, altera sua própria maneira de estar na realidade objetiva e compreendê-la, tecendo sua própria história. De acordo com Konder (2018), a noção de práxis foi mais bem desenvolvida por Marx nas ‘Teses sobre Feuerbach’, de 1845. Nelas se encontra a síntese mais vigorosa da perspectiva filosófica de Marx. Konder retoma uma afirmação de Engels em que se afirma que as ‘Teses’ são o primeiro documento em que se coloca “o germe genial da nova concepção de mundo” materialista e dialética na qual a práxis figura em destaque (Konder, 2018, p. 119).

Ao analisar as ‘Teses sobre Feuerbach’ redigidas em 1845 por Marx, Konder (2018) afirma que a filosofia da práxis é uma ruptura com todo o materialismo elaborado até então. O autor de ‘O futuro da filosofia da práxis, de 1992’ faz uma análise de cada tese para demonstrar a radicalidade inovadora do pensamento de Marx.

Na análise da primeira tese, Konder (2018) afirma que a perspectiva materialista até então, especialmente a de Feuerbach, se detinha a uma dimensão do conhecimento a qual a consciência aparecia como mera receptora incorporando passivamente o que derivava de fora dela. Konder (2018), nesse sentido, interpreta a primeira tese como sendo uma crítica dessa concepção de consciência passiva de Feuerbach, uma vez que para Marx a consciência é sempre a consciência de um ser ativo cuja ação diante do mundo é de transformação constante da realidade material. Assim, o materialismo anterior a Marx, diz Konder (2018), é um materialismo incapaz de entrever a importância e significado da atividade real e concreta do ser social. É nessa primeira ‘Tese’ de Marx, diz Konder (2018, p. 123), que é formulada a definição de práxis como uma “atividade concreta pela qual os seres humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e transformando-se a si mesmos”.

Na segunda ‘Tese’ Konder (2018) chega a conclusão de que não há uma separação entre sujeito e objeto à medida que a verdade é comprovada na práxis. Na terceira ‘Tese’ há a constatação segundo a qual o ser social só modifica as condições exteriores a ele, modificando-se a si mesmo através da modificação das condições em que vivem. Essa constatação brota da contraposição ao materialismo de Feuerbach no qual se afirmava que o ser humano é produto do meio ou produto da educação. De acordo com Marx, diz Konder (2018), o materialismo anterior a ele esquece que os seres humanos transformam as circunstâncias e que os próprios

educadores precisam ser educados. O conteúdo dessa ‘Tese’ de Marx é importante para combater demasiado elitismo no qual é afirmado que alguns homens excepcionais possuem a condição de se elevar acima das condições circunstanciais e orientar as massas deseducadas. Ao combater esse elitismo defende que a ação transformadora não é reservada apenas a alguns homens, assim como defende que tanto as circunstâncias como a educação são passíveis de transformação.

Na quarta ‘Tese’ afirma Konder (2018), fica evidente que o vigor da crítica realizada por Feuerbach à alienação religiosa não possuía o aprofundamento das efetivas condições terrenas, quer dizer, não houve uma disposição de Feuerbach de elevar a crítica ao processo prático que engendra a alienação religiosa. Esse exame de Marx é fundamental para indicar que o conteúdo material, as implicações desse conteúdo, criam as condições de toda e qualquer alienação. A quinta ‘Tese’ vai nessa mesma direção ao apontar que a análise crítica para chegar na condição humana precisa ir até a atividade prática, humano-sensível. A partir daí a compreensão, seja da alienação ou de qualquer outro fenômeno humano, passaria a ser encontrada nas teias de relações que configura a essência social da existência humana, ou seja, em sua radicalidade há a necessidade de entender, conforme a sexta e a sétima ‘Tese’, que a essência humana e os indivíduos são o resultado do conjunto das relações sociais e pertencem a uma determinada forma de sociedade.

No conjunto de proposições de Feuerbach havia uma compreensão do ser humano desvinculado da vida concreta e da dinâmica social. Marx afirma na oitava ‘Tese’, de acordo com Konder (2018), que não é possível entender o que as pessoas sentem e pensam sem saber como elas vivem e o que fazem porque a vida social é essencialmente prática. Os limites da compreensão de Feuerbach são os limites correspondente aos pontos de vista de uma classe. É nesse sentido que na nona ‘Tese’ há a referência ao alcance do materialismo contemplativo de Feuerbach que é limitado pela razão evidente de somente enxergar os indivíduos isolados da sociedade burguesa. O olhar de Marx, enfatiza Konder (2018), se empenha em descortinar as relações existentes entre os indivíduos para apontar a perspectiva de uma humanidade a partir de um horizonte mais vasto. E é esse o conteúdo que a décima ‘Tese’ traz como elemento essencial, a possibilidade de vislumbrar as condições concretas de uma sociedade no futuro, uma “humanidade socializada” (Konder, 2018, p. 138). Todavia, o ponto de vista dessa humanidade socializada, engendrada a partir da superação concreta da sociedade atual, não será fruto somente da análise e exame sobre a materialidade social; consiste na decisão de intervir no mundo transformando-o conforme indica a ‘Tese’ onze sobre Feuerbach.

A investigação de Konder (2018) sobre a “Teses sobre Feuerbach” indica que a práxis é a mais importante descoberta de Marx, pois, demarca um ponto crucial pelo qual todas as concepções teóricas e práticas, de um jeito ou de outro, terão que passar a partir do século XX. Esse poder de decisão do ser humano que é, portanto, sua práxis, não ocorre às cegas, há uma teleologia; essa teleologia pode está atrelada ao puro e simples gesto de manutenção e reprodução da espécie humana, até o mais sofisticado poder de decidir entre essa ou aquela forma de organização societal, por exemplo. Naturalmente, no que diz respeito a decisão por essa ou aquela organização societal, que o ser humano enfrenta uma disputa de forças sociais nas quais estão presentes desejos antagônicos de dominação ou de libertação.

Todavia, o que se pode inferir dessa análise de Konder (2018), é que práxis, enquanto poder de decisão prático entre os seres sociais e diante do mundo, não pode ser entendida como um aceno ao abandono da teoria através da imersão em um pragmatismo da ação em geral, e da ação política particularmente. Assim, a práxis necessariamente interpreta o mundo à medida que o transforma e o transforma à medida que o interpreta, sem limitações de nenhuma natureza.

Há, ainda, nas contribuições analíticas de Konder (2018), uma preocupação importante sobre a redução de práxis ao trabalho. Para Konder, o trabalho é a forma que a práxis assume necessariamente na sua origem. A práxis nasce do trabalho, vai além dele afirmando potencialidades que se multiplicam num sujeito que se diferencia. “O trabalho, conforme a teoria desenvolvida em ‘Manuscritos de 1844’, é a forma que a práxis assume necessariamente na sua origem (Konder, 2018, p. 133). Assim, a práxis une a dimensão social à dimensão subjetiva na medida exata que extrapola o reino da necessidade e cria o reino das possibilidades para o processo histórico.

Assim, a vitalidade do poder da práxis, como o poder de decisão do ser humano na construção da história, passa nesse início de século XXI, afirma Konder (2018), pela compreensão da sua capacidade de atualização teórica assim como pela capacidade da sua presença na ação política. Dessa forma, a atualização teórica não significa que a categoria da práxis seja colocada em uma redoma e exposta nos recintos solenes das academias científicas, mas, também, não pode excomungar a reflexão teórica e a tornar apenas um meio instrumental para a realização de algum culto. É, nesse sentido, que a capacidade da práxis na ação política passa pelas capacidades das forças humanas de assimilarem os valores de um dado pluralismo social, diz Konder (2018). Esse pluralismo social vem se estruturando ao longo do século XX e é mais visível agora no século XXI devido as grandes transformações ocorridas nos vários âmbitos da organização social. De acordo com o autor de “O futuro da filosofia da práxis”, o

pluralismo é uma realidade que “há tantas décadas têm estado entregues à habilidade dos liberais” (Konder, 2018, p. 145).

Barata-Moura faz opção pela utilização do termo ‘prática’ ao invés de ‘práxis’ ao realizar estudos sobre a categoria da práxis. Essa opção de Barata-Moura não é um capricho intelectual. De acordo com Sousa Júnior (2021), a opção adotada por Barata-Moura representa uma demarcação intelectual, pois revela uma posição filosófica contraposta a concepções dos filósofos do leste europeu denominados *Praxisphilosophen*, principalmente as concepções de Petrovic e Markovic²⁸. Petrovic parece distinguir prática e práxis levando em consideração uma elevação da ação humana. Assim, as atividades prosaicas e rotineiras estariam vinculadas à ‘prática’, enquanto outras atividades, mais elevadas, seriam da ordem da práxis. Já para Markovic há uma justificação filosófica para a utilização de ‘práxis’ e ‘prática’. De acordo com Sousa Júnior (2021), a ‘práxis’ para Markovic diz respeito a atividade humana não-alienada, e a ‘prática’ estaria vinculada a qualquer atividade humana, mesmo alienada, que transforma um objeto. Para Barata-Moura (1986), fazer a diferenciação entre ‘prática’ e ‘práxis’ empobrece, mistifica e remete o conceito para a esfera do idealismo.

Para efeito desta pesquisa não nos dispomos a tratar dessa distinção entre ‘prática’ e ‘práxis’ devido a uma concordância direta com a afirmação de Sousa Júnior (2021, p. 15) segundo a qual a diferenciação não encontra nenhuma base de sustentação em Marx e Engels²⁹. Mesmo nos referindo a Barata-Moura iremos optar por utilizar a categoria ‘práxis’ devido ao seu uso comum no terreno do debate científico e filosófico brasileiro. O termo ‘prática’, na terra que “tem palmeiras onde canta o sabiá”, possui uma carga conceitual negativa em que predomina um afastamento e ruptura com a teoria muito difundida pelo pragmatismo. Assim, levando em consideração que o conceito marxiano de práxis não é uma abstração utilizada para dividir a totalidade do processo social entre menor ou maior, mais elevado ou menos elevado, optamos por sempre utilizar o termo práxis como a realização do conjunto das atividades humanas sejam elas relacionadas às necessidades primárias dos seres humanos ou a criação de uma obra de arte, pois, em todo caso, essas atividades são atividades sociais. A categoria da práxis, no âmbito desta pesquisa, dar conta de compreender as atividades realizadas pelo humano enquanto ser real e concreto que produz sua existência e cria as condições para participar do mundo com os demais sujeitos sociais.

²⁸ A esse respeito ver: SOUSA Jr. Justino. **Práxis, ontologia e formação humana**. Lisboa, Portugal: editora Lisbon International Press, 2021.

²⁹ Para o devido aprofundamento dessa questão ver: SOUSA Jr. Justino. **Práxis, ontologia e formação humana**. Lisboa, Portugal: editora Lisbon International Press, 2021. Ver especificamente a 1ª parte: Práxis e ontologia: questões de primeira ordem.

Em Barata-Moura (1994), os fundamentos da práxis podem ser encontrados na atividade material de transformação. Isso quer dizer precisamente que a práxis é uma mediação histórica do ser na qual se realiza as coletividades humanas. A práxis, nesse caso, possui um poder de reconfiguração à proporção que se efetiva enquanto atividade material de transformação. Desse modo, a práxis é uma categoria decisiva para compreender e transformar a realidade, enquanto horizonte da nossa existência concreta.

Outro aspecto importante para esta tese é que a práxis possui um sentido forte e um sentido fraco na sua efetividade no devir histórico. O sentido fraco da prática se dá a partir da sua compreensão setorizada ou pontual da ação, isto é, o sentido fraco possui um sentido atinente à particularidade da sua dimensão. Uma categoria possui um sentido forte à medida que avança em uma região que vai além da densidade que surge do seu próprio conteúdo. A categoria com sentido forte, assim, ocupa o espaço de surgimento de abordagens diferentes capazes de reunir áreas específicas de interesse aparentemente desconectados. Desse modo, a categoria com sentido forte diz respeito ao destaque e a operacionalização teórica capaz de se converter em dispositivo gerador de inteligibilidade. Nesta acepção forte, a práxis é compreendida primordialmente como “atividade material de transformação” (Barata-Moura, 1994, p.88). Esta compreensão assimila dois aspectos principais. A prática enquanto atividade material transformadora é eminentemente ação cujo traço determinante é a mediação material, objetiva de transformação do ser. Outro aspecto da práxis é o enfrentamento e esclarecimento de problemas que se manifestam ou decorrem de muitas abordagens da realidade.

A *práxis* ou prática para Barata-Moura (1994), desenvolve e consoma um grande poder de reconfiguração da multiplicidade da totalidade concreta. As determinações e as relações da complexidade múltipla e suas contradições permeiam o desenvolvimento das reconfigurações da realidade. Assim, a práxis possui uma “ingrediência” em si e por si mesma não havendo dualidade de nenhuma natureza.

Outro aspecto importante no qual alude Barata-Moura (1994) diz respeito a compreensão da práxis como ação sensível diferente do pensar e atividade real. De acordo com o autor, a práxis remete a transformação das circunstâncias, e, nesse caso, atentar para o fato de que não se trata da transformação pensante das circunstâncias. Assim, nem toda atividade humana é práxis no sentido forte, uma vez que não efetiva seu poder transformador das circunstâncias. Para que não se tenha dúvida, o autor afirma: “a prática [práxis] é o acto material de convergência da transformação de um contorno objetivo e da accionalidade (subjativa) que a opera; mas, no processo (concreto) da transformação material, em unidade, transforma-se a circunstância e o próprio agente (Barata-Moura, 1994, p. 90). A relevância da práxis como ação

direta e objetiva de transformar as circunstâncias, é deter a potencialidade de apontar outro modo de estar no mundo uma vez que sua forma e conteúdo estão atreladas a esse poder transformador da materialidade da realidade social.

Assim sendo, a práxis é objetiva, é uma atividade sensivelmente humana, se apresenta aos sentidos e seu conteúdo é constituído de materialidade. À práxis não se pode atribuir a atividade da consciência meramente como atividade do pensamento e/ou atividade ética, embora também faça parte. Para Barata-Moura (1994), a atribuição de práxis requer uma atividade exterior resultando em ser material. A pura interioridade do pensamento é componente próprio da tradição aristotélica e dos idealismos clássicos cravados no processo histórico. A práxis possui o caráter objetivo, afirma o autor, porque resulta e se realiza nas condições materiais e complexas do emaranhado social.

Isso não quer dizer que a práxis seja cega. Barata-Moura (1994) afirma que ao redor da práxis, acompanhada de vontade intencional e consciência, baila o emaranhado ideológico. Esse emaranhado ideológico é assimilado a partir de um procedimento crítico ou assimilado acriticamente pelos agentes singulares e coletivos na sua realização no mundo. O alcance e determinação da práxis assume um caráter de relativa independência em relação a deliberação volitiva do indivíduo e, nesse caso, é possível falar em “caráter material dos processos sociais” (Barata-Moura, 1994, p.95). A materialidade social, assim, possui uma dimensão objetiva na qual a atividade exterior produzida é a realização dos processos sociais na política, nas leis, na cultura, na arte, na ciência, enfim, na produção e reprodução da vida em toda sua inteireza.

Para Barata-Moura (1994), a importância de demarcar o caráter objetivo da práxis está situada na possibilidade de transformação objetiva da realidade. A realidade material, nesse caso, não é alterada, transformada naturalmente. A transformação da realidade material é realizada não como ideia ou desejo, mas, como atividade materialmente revolucionária. No entanto, não se trata do exercício de uma atividade objetivamente positiva, o caráter objetivo não prescinde da intervenção do fator subjetivo. Há um caráter não absoluto na atividade prática e objetiva. A atividade prática é abalada durante sua realização a partir das próprias contradições internas tecidas na totalidade social. A existência de uma objetividade na realidade social somente é possível devido a atividade humana.

Dessa maneira, o entendimento ontológico e epistemológico de Barata-Moura (1994) sobre a práxis é de que ela é resultado e construção da atividade material transformadora. O mundo sensível no qual estamos envolvidos, não nos é dado imediatamente desde sempre e igual a si próprio. O ser e o conhecer são produto histórico resultado da atividade humana desde tempos imemoriais. Cada geração imprime sua marca no mundo erguendo-se sobre os ombros

uns dos outros em um longo e demorado processo de aperfeiçoamento na qual a mudança obedece ao curso das transformações das necessidades humanas.

A práxis possui algumas configurações com as quais se pode analisar melhor sua condição ontológica. De acordo com Barata-Moura (1994), o trabalho é uma figura particular da práxis; a experimentação é uma figura particular da práxis e a ação política é uma figura particular da práxis. Esses contornos externos, essas configurações da práxis constituem não apenas sua exclusiva modalidade de explicação e descrição imediata na realização da transformação material da realidade, mas permite realizar elucidaciones conceituais na maneira como são consideradas no universo social.

Ao que diz respeito a configuração da práxis no trabalho, Barata-Moura (1994) destaca que o trabalho é uma relação prática, real e histórica do humano com a natureza, ou seja, o trabalho é a transformação material na qual o humano realiza a transformação da natureza exterior a ele ao passo que transforma simultaneamente sua própria natureza. Observe que trabalho não é sinônimo de práxis, o trabalho converte a manifestação da prática na sua dimensão essencial de produção e reprodução da vida em sociedade. O trabalho faz revelar uma prática ao mesmo tempo estrutural e estruturante, isto é, a prática se revela no conjunto das determinações e, ainda, na realização da atividade humana para constituição da sociedade. É nesse sentido que Barata-Moura (1994, p. 101) afirma que “toda a vida social é essencialmente prática porque globalmente ela possui um caráter material de transformação”.

Do mesmo modo, a experimentação é apenas um dos contornos da práxis porque ela, esclarece Barata-Moura (1944), é a produção de algo ou de alguma coisa. Importante destacar que a experimentação ou experimento é diferente de experiência. A experiência é a realização teórica da consciência quando ocorre a recepção empírica de algo que se mostra, é acumulada e se relaciona com a capacidade de projetar do ser social. O experimento não é a exibição de algo que se mostra. O experimento é prático, um fazer efetivo, uma realização da produção de algo ou de alguma coisa. Citando Engels, Barata-Moura (1994, p. 100), afirma que “a demonstração ou a prova da necessidade reside na atividade humana, no experimento, no trabalho”.

Dentre os modos de configuração da práxis, a ação política é considerada por Barata-Moura (1994) um privilegiado instrumento prático na transformação da materialidade social. A ação política é o efetivo poder de materialização e transformação das ideias e das consciências. A realidade prática emana expressão efetiva da existência alienada oriunda do modelo capitalista. Essa alienação de modo prático, objetivo precisa ser superada uma vez que o modelo societal oriundo do modo capitalista de produção da vida não resolve os problemas e

conflitos sociais de modo prático, sobretudo, o problema da desigualdade social política e o conflito sobre os resultados do trabalho.

O processo de superação da alienação, conforme alude Barata-Moura(1994), passa pelo processo de realização do núcleo constitutivo da práxis, ou seja, da ação política. Os homens empregam o poder prático para derrubar as forças que imprimem a dominação social do trabalho e da participação política, ou seja, esse poder prático não advém apenas do conhecimento, e das ideias, mas, sobretudo, da atividade humana movida no sentido de desmontar a alienação social, política e cultural impregnada na existência social dominada pela exploração do trabalho. A tarefa prática, a ação política, que se coloca na ordem dos tempos passa pela exigência de criação de um processo de remodelação da sociedade.

O que se depreende da concepção de práxis de Barata-Moura (1994) é que a transformação da sociedade capitalista não será realizada pelo movimento giratório das ideias produzidas na cabeça de alguns indivíduos, mas, em um processo dialético-prático de cunho público e coletivo cujo motor é a ação dos indivíduos organizados a partir da percepção das contradições do modo de viver.

Como elemento constitutivo do ser, a práxis, enquanto atividade de transformação material da realidade, aponta para a especificidade da ação do indivíduo. Dessa forma, ao olhar a ação humana e compreender os vínculos éticos, é possível observar que a práxis reitera o compromisso em promover um valor essencial segundo o qual está sintetizado no entendimento de que habitamos em conjunto o mundo. A não observância desse valor tem levado a realidade social ao seu esgotamento.

À vista disso, a práxis em Barata-Moura (1978) diz respeito ao processo que modifica, transforma a realidade objetiva. Em 'Ideologia e prática', Barata-Moura (1978), destaca que a práxis é o processo de vida material da sociedade em que a humanidade permanentemente se mantém e se desenvolve. Desse modo, pertencem ao processo da práxis a produção e reprodução da vida, o trabalho, a política, a luta de classes, a atividade política, enfim, a vida social. E, nesse caso, fica evidente que, para Barata-Moura (1978), o trabalho faz parte da práxis como processo transformador, todavia, a práxis não possui uma única dimensão que se realiza somente no trabalho, a práxis possui uma dimensão ontológica também em Barata-Moura à medida que é a condição de realização do ser do ser humano enquanto ser social.

A categoria da práxis é fundamental para examinar processos formativos por várias razões. A práxis envolve uma dimensão crítica, onde o ensinar/aprender refletem sobre suas ações e experiências práticas. Isso promove uma compreensão mais profunda da realidade

social e ajuda a amadurecer, desenvolver e fortalecer a concepção de mundo. Ao incorporar a práxis nos processos formativos, os sujeitos se tornam participantes ativos em seu próprio processo de apreensão da realidade e dos fenômenos. Isso pode aumentar e ampliar o engajamento social, econômico, cultural e político, pois cada indivíduo passa a ver a relevância do que é capaz de produzir, organizar e transformar. Através da práxis, homens e mulheres podem adaptar a ação e os conhecimentos adquiridos na sua produção da realidade social a contextos específicos e situações objetivas de sua condição sócio-histórico.

Com base no que foi apontado acima, a partir dos autores que compõe essa tradição da concepção marxista, a práxis é crucial para a compreensão e transformação da sociedade. A práxis desempenha um papel fundamental na transformação da sociedade. A ação prática consciente dos indivíduos é necessária para superar as contradições e desigualdades sociais. A práxis implica uma consciência crítica das condições sociais e econômicas. Os indivíduos devem entender as estruturas de poder e opressão para agir de maneira eficaz na busca por mudanças. Desse modo, há uma importância primordial com o diálogo constante e ininterrupto entre teoria e prática. A teoria fornece o quadro conceitual necessário para entender o mundo, enquanto a prática fornece as experiências que enriquecem e ajustam essa teoria.

Enfim, ao analisar a posição dos autores, compreendemos que a práxis na tradição marxista está relacionada à luta por justiça social e igualdade. Ela envolve uma mobilização de indivíduos e grupos para desafiar as estruturas de poder existentes e buscar uma sociedade justa. Assim, a práxis transformadora, síntese da práxis marxista, desempenha um papel fundamental na luta por uma sociedade justa através da ação consciente e coletiva dos indivíduos na transformação social, guiada por uma consciência permeada pelo horizonte da necessidade e da possibilidade social.

4.2 A categoria da experiência de classe no materialismo histórico-dialético

Thompson (1981) apresenta o conceito de experiência humana como um conceito que falta, está ausente, nas análises marxistas. Para o autor de “Miséria da teoria”, a experiência humana coloca homens e mulheres como sujeitos. Não apenas como sujeitos autônomos, livres, ilesos às determinações e mediações, mas como sujeitos que experimentam suas relações produtivas determinadas como consequência de antagonismos, interesses e necessidades. Uma vez a experiência sendo experimentada, ela é administrada, pelo sujeito na sua consciência e na sua cultura de maneira profunda o que faz com que atuem sobre o contexto determinado.

Thompson (1981), propõe o conceito de experiência como parte do método de investigação para abordar materiais históricos. Esse método testa hipóteses observando sua estrutura. O método consiste em promover o diálogo entre conceito e evidência. Trata-se de um diálogo aberto entre hipóteses sucessivas e a empiria concreta.

Por "lógica histórica" entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores ("instâncias", "ilustrações"). O discurso histórico disciplinado da prova consiste em um diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro (Thompson, 1981, p. 49).

De acordo com Thompson (1981), a categoria da experiência promove uma possibilidade de investigação aberta do mundo e do ser humano em que o diálogo investigativo entre conceito e confrontação empírica, ou seja, entre a teoria e a investigação dos fatos e evidências, produza um conhecimento provisório, incompleto, seletivo e limitado levando em conta que se refere à experiência histórica.

Com o conceito de experiência os sentidos empíricos não são obstruídos, assim como os órgãos morais e estéticos diante da realidade social não são reprimidos. Somente em um sistema fechado é que a curiosidade é sedada, afirma Thompson (1981). O que Thompson (1981) chama atenção com essa argumentação, beirando a poesia, é que a investigação munida da experiência humana produz conhecimento histórico. Esse conhecimento histórico se processa através da interrogação das evidências manifestas da vida porque para o autor os conceitos, inclusive os do materialismo-histórico, carecem de uma operacionalização permanente para não correr o risco de se cristalizarem como ideologia.

De acordo com Thompson (1981), ao abordar a realidade em termos da experiência constata-se que a estrutura é transmutada em processo e o sujeito é recolocado na história. Assim, por exemplo, o conceito de classe é ampliado a partir do reexame de toda a complexidade social, sobretudo, das suas partes. Isso ocorre porque a experiência é produzida na vida material, estruturada em termos de classe e, evidentemente, a experiência mostra que o ser social determina a consciência social.

Com a categoria da experiência revela-se que a investigação histórica não pode excluir nenhuma manifestação e expressão da vida social. Assim, na análise histórica é de uma riqueza incalculável a interrogação sobre os mais variados aspectos desde a vida familiar até a vida social. A investigação do parentesco, dos costumes, das regras explícitas ou não que regulamentam a vida social, as relações de poder, a hegemonia, a autoridade, a dominação, a

resistência, a fé religiosa, as instituições, as ideologias, de tudo que faz parte do processo histórico como experiência humana é alimento da lógica histórica.

A experiência não é um dado do pensamento, uma percepção abstrata indicadora de uma realidade. A experiência não indica a realidade, é a manifestação da realidade social. O ser social não experimenta sua própria experiência apenas na dimensão da ideia, no âmbito do pensamento. A experiência é materializada na sensação e organizada enquanto cultura. Daí é que as normas, as obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, os valores, a arte e a religião são sensações da experiência materializadas e organizadas como cultura.

Entendida por essa perspectiva, a experiência nos faz ter uma compreensão de como é construída a racionalidade em determinadas realidades e diante de dados fenômenos. O conceito de experiência afasta o racionalismo ingênuo do horizonte de entendimento da realidade social. Esse tipo de racionalidade ingênua reduz todas as dimensões da vida social a uma racionalidade fabricada, deslocada da experiência vivida. Dessa forma, o racionalismo ingênuo, por exemplo, mede a ideia de crescimento econômico como um assunto científico, ao passo que, mede, analisa, os fenômenos estudados pela ciência social e pela filosofia como sendo um assunto da alçada do ‘pessoal’, a partir daí são criadas um conjunto de antinomias (valor/fato) forjadas como se fossem apenas o resultado de “uma área autônoma de escolha” (Thompson, 1981, p. 193).

Levando em consideração que a experiência humana é um fenômeno que determina e tece, de muitas maneiras, a realidade social porque é o que constitui a prática vivida e não somente a prática pensada, Thompson (1981) afirma que a experiência possui um vínculo com a vida material de tal natureza que sem ela não poderíamos aprender a produção social e a vida social e, assim, é possível que a sociedade humana e social deixasse de existir. A experiência acumulada é responsável por consequências materiais suficientemente mensuráveis desde os primeiros aprendizados na família, com a internalização dos valores e normas, até o aprendizado no trabalho, com a produção da vida material. A experiência humana vivida que manifesta a prática da existência social é responsável pelo aparecimento, construção e efetividade da atividade humana.

Além de possibilitar a produção da vida material, a experiência humana vivida resulta em valores universais e necessários para cada sociedade e cultura. Thompson (1981), nesse sentido, argumenta que o ser humano discute, escolhe, interroga os valores adquiridos na formação de sua humanidade por vias racionais. Com isso, afirma que não procede com um deslocamento e distanciamento dos valores em relação ao embate e estruturação das classes sociais. Ao contrário, os valores são instituídos pela classe, incorporados na cultura,

vivenciados na prática social a partir de uma congruência entre eles e a visão de mundo internalizada. Thompson (1981), faz esses esclarecimentos acerca da experiência humana para demonstrar que homens e mulheres são tão determinados e tão sujeitos de seus valores, ideias, ações, consciência afetiva e moral, quanto da sua história geral.

A preocupação de Thompson (1981) é com relação ao exame e análise científica que se faz a respeito da realidade material. De acordo com o autor, a investigação científica não pode deixar de considerar o modo de vida, as relações produtivas e familiares das pessoas sob pena de comprometer parte considerável da totalidade social ou, até mesmo, de sucumbir frente as proposições idealistas. Nesse sentido, afirma Thompson (1981, p. 196), o exame da totalidade social através do materialismo histórico tem na experiência humana um conceito substancial para analisar a constância material da cultura social.

Ao examinar, por exemplo, os sistemas de valores (valores familiares, valores do capitalismo insurgente, os valores dos pequenos proprietários – artesãos, tecelões e de trabalhadores de fábrica) a partir da experiência desses agrupamentos humanos é possível se deparar, diz Thompson (1981), com focos de conflito de toda natureza. Para a construção social desses sistemas de valores não ocorreram somente imposições direta de um Estado sobre a consciência dos indivíduos. Ocorre que existem sistemas de valores que coexistem uns com os outros e, em suas bases de atuação prática, entram em conflito. Esses conflitos por si mesmo, em muitas situações históricas, são conflitos inarticulados, subarticulados, sublimados, complexos, violentos, em sua contestação de validade, mas que são corporificados através de um processo de aprendizagem histórica para se tornar uma cosmovisão hegemônica. Isso ocorre porque,

Consciência afetiva e moral se desvela a si mesma na história e nas lutas de classes, por vezes como uma inércia mal-articulada (costumes, superstição), por vezes como um conflito articulado entre sistemas de valores de classe alternativos (a “economia moral” da multidão, a confrontação em torno das Leis dos Pobres de 1834), por vezes ainda como um embate deslocado, confuso, mas ainda assim “real” e apaixonado, no âmbito das formas religiosas (metodismo, milenarismo), por vezes como a imposição brutal de um “moralismo” pela Igreja ou pelo Estado (a queima santificada de hereges, os “julgamentos” santificados do Estado stalinista), e por vezes como uma das mais rigorosas e complexas disciplinas conhecidas da cultura intelectual – o pleno descobrimento dos valores, e a discussão racional entre valores, exemplificada na literatura e em certo tipo de crítica moral disciplinada (Thompson, 1981, p. 198).

Dessa perspectiva, Thompson (1981) argumenta que é a experiência humana capaz de demonstrar que a consciência afetiva e moral são desdobramentos da história como lutas de

classe a partir de conflitos de natureza diversa. Assim, se constata, por exemplo, que os costumes e superstições de um povo não estão vinculados ao prévio desígnio de uma entidade metafísica ou somente como uma determinação econômica na qual sua materialidade é uma ideação. Os costumes e superstições se manifestam ao longo da história a partir de conflitos, em algumas ocasiões, mal articulados. O mesmo ocorre com os valores alternativos de classe que se apresentam para disputar o modelo de cosmovisão a ser adotada na sociedade; dadas as devidas ponderações, os conflitos de classe são conflitos articulados. Cada proposição alternativa apresentada carrega uma visão de vida segundo a qual pode vir a se tornar uma experiência humana a ser acumulada para fins de reprodução da existência. Ou seja, Thompson (1981) está nos apresentando uma compreensão da experiência como elemento capaz de nos possibilitar o conhecimento indispensável da prática humana, da atividade material, realizada nas sociedades e produzido de modo “real e apaixonado” pelos homens e mulheres ao longo das lutas de classe e das transformações históricas.

De acordo com Magalhães & Tiriba (2018), quando Thompson discorre sobre o conceito de experiência ele está se referindo a experiência vivida, a experiência percebida e, sobretudo, a experiência modificada inseridas no processo histórico a partir de condições objetivas e subjetivas em que homens e mulheres elaboram, criam e efetivam seu fazer-se enquanto classe trabalhadora.

A partir desse entendimento é que Thompson (1981) chega à compreensão segundo a qual a experiência é o termo médio entre o ser social e a consciência social. Essa compreensão, evidentemente, possui lastro na proposição de Marx e Engels na obra escrita entre 1845-1846 e publicada em 1930, ‘A ideologia alemã’, na qual é afirmada a conhecida máxima “não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, pelo contrário, seu ser social é que determina sua consciência” (Marx & Engels, 1996, p.25). Assim, Thompson (1981) insiste no caráter dialético da realidade material e das relações sociais, principalmente, ao considerar uma relação indissociável entre os pares conceituais e efetivos que não se excluem, mas, ao contrário, coexistem na realidade concreta num processo mútuo de determinação. É o caso de Ser social e consciência social, bem como mundo da produção e mundo da cultura, e infraestrutura e superestrutura; ambos são pares conceituais presentes concretamente na vida social nos quais em dados contextos assumem a posição de determinante ou determinado.

Importante destacar que o conceito de experiência enfatizado por Thompson (1981), não é um conceito autônomo em relação ao modo como a realidade social é constituída. Thompson (1981) não ignora e não se afasta da teoria marxista expressa no ‘Manifesto do partido comunista’ de 1848 que defende que “a história de todas as sociedades até agora tem

sido a história das lutas de classe” (Marx & Engels, 2008, p. 10). Ao contrário, Thompson (1981), enfatiza o papel das lutas de classe na experiência de constituição da classe trabalhadora, sobretudo, demonstrando que as lutas de classe integram a vida material e cultural tecidas na história através do acúmulo de experiências vividas pela classe trabalhadora no seu desejo de não ser dominada.

Indiscutivelmente, o conceito de experiência não tem tido um lugar central para o materialismo histórico como uma categoria de análise para compreender a realidade social. Isso pouco importa, é claro. O que nos interessa nesta pesquisa é que o conceito de experiência nos é essencial para analisar o movimento social da economia solidária e sua relação com a educação, assim como analisar esse movimento da economia solidária como movimento capaz de apresentar experiência política, de organização do trabalho etc. etc. sugestivas para a sistematização dos elementos fundantes para a constituição de um modelo societal que possa emergir dos anseios populares.

O conceito de experiência é utilizado por Thompson (1981) não como mera empiria, embora a empiria seja um ponto de partida. O conceito de experiência diz respeito, como afirmado antes, à ação dos homens e mulheres que filtram suas sensações diante do mundo, inseridas nas relações produtivas determinadas, administram essas sensações em sua consciência a partir da lente da sua cultura para agir nas dadas circunstâncias sociais.

Marx e Engels (1996) em ‘A ideologia alemã’ ao realizar a crítica do idealismo presente na filosofia alemã afirmavam que a realidade possui determinações materiais ontológicas, axiológicas e epistemológicas na sua constituição. Nesse sentido, a compreensão da realidade social parte da análise do processo concreto de produção da existência. Não é possível compreender a totalidade social considerando apenas o pensamento e o discurso do ser social. Lombardi (2018), afirma que o conceito de experiência é uma herança da obra de Marx e Engels e marca forte presença na concepção materialista dialética da história. Para o autor está presente na tradição marxista o entendimento segundo o qual o ser humano para pensar e para expressar seu pensamento é necessário que ele esteja vivo, exista, e, nesse caso, para viver ele produz a sua própria existência em sociedade. O modo como é produzida a existência pode ser conhecido através dos traços concretos que expressam as relações e ações reais entre os indivíduos na materialidade social; cada traço da existência social pode ser compreendido e verificado pela via empírica, pela via da experiência que os seres sociais acumulam ao produzir as condições materiais de existência. A experiência humana e social elaborada, criada ou apenas vivida, é uma fonte importante para verificar a constituição da humanidade ao longo das transformações históricas.

De fato, a observação e análise da experiência na prática social contribui para incorporar a concretude das relações e ações de homens e mulheres. Por exemplo, a experiência de classe e a cultura social podem ser conhecidas através da experiência de homens e mulheres que vivem essas relações na sociedade. De acordo com Tiriba (2018), existem atividades sociais cujo sujeitos da classe trabalhadora efetivam sua práxis a partir de uma racionalidade econômica vinculada mais com os processos de reprodução ampliada da vida do que da reprodução ampliada do capital. É o caso, diz a autora, das experiências de trabalhadores/as da economia solidária. Essas práticas, embora o objetivo imediato seja a renda, possuem na sua essência a manifestação da solidariedade, do companheirismo, entre os membros da família, amigos e vizinhos, bem como também apresentam ações coletivas organizadas na comunidade para reproduzir a unidade de produção doméstica e a melhoria da vida. Em várias situações se auto-organizam em redes de convivência e produção e passam a se denominar de grupos produtivos, grupos de produção associada e comunitária, associação e cooperativa etc. etc. Essas experiências constituem em experiência da classe trabalhadora nas quais seus itinerários e percursos procuram apontar caminhos não capitalistas para a organização da vida social.

Tiriba (2018) destaca que as atividades individuais e associadas, mesmo dispersas, da economia popular remetem a experiências de trabalho, evidentemente contraditórias e precárias como tudo sob a tutela da hegemonia do capital, fundadas em relações econômicas-culturais e educativas diversas e opostas àquelas praticadas e experienciadas no capitalismo. Assim, por exemplo, as experiências de fábricas, cooperativas populares, associações, grupos de produção comunitária, grupos de produção associada, empreendimentos de economia solidária, organizações solidárias, diz Tiriba (2018), são movimentos e organizações em que predomina outra cultura do trabalho e nos proporciona uma qualitativa aprendizagem acerca de arranjos societários capazes de apontar rotas anticapitalistas.

Ao nos debruçar sobre a experiências desses grupos ou indivíduos que organizam a vida produtiva através de parâmetros afastados do lastro capitalista, podemos encontrar evidências de movimentos sociais que carregam na sua potência a atualização de um novo modo de organizar a vida social. Tiriba (2018) é enfática ao afirmar que a singularidade do trabalho e da cultura de homens e mulheres, sem prejuízo para a totalidade social, contribui para verificarmos que a produção social da existência engendra transformações no ser social, isto é, produzem experiência modificada na qual essas práticas passam a determinar a consciência social através da proposição de questões em que a experiência possa ser acumulada porque essas experiências são históricas e estabelecem processos educativos que implicam na formação de classe. Dessa forma, depreende-se dessas evidências reveladas por Tiriba (2018) que o

formar-se, ou seja, os processos formativos, proveniente das relações produzidas no âmbito dessas experiências de trabalho associado podem irrigar efetivamente a práxis de outro modelo societal. E, nesse caso, afasta o risco de vir à tona experiências nas quais as transformações na esfera do trabalho e da vida social, como um todo, sejam forjadas a partir de deliberações assimétricas e verticais no contexto de uma transformação da hegemonia social.

Ramos (2018), destaca que a experiência é apresentada por Thompson como uma resposta do indivíduo ou grupo social ao produzir uma resposta mental, emocional e prática aos acontecimentos ou repetições de acontecimentos da vida social; destaca que a experiência em Thompson não é apenas uma mentação que produz um senso comum imediato ao considerar que os indivíduos em geral não são capazes de produzir experiências elaboradas porque “os comuns mortais são estúpidos” (Ramos, 2018, p. 154). Pelo contrário, argumenta Ramos (2018), a experiência não está situada em um nível inferior de mentação porque pode ser atribuída à matéria-prima ideologicamente contaminada; a experiência é válida e efetiva porque é a expressão prática da vida social. Nesse sentido, compreendemos que, mesmo situada no âmbito de determinados limites, a experiência nos afasta de generalizações apressadas e nos proporciona conhecer as inúmeras nuances da vida social.

Assim, esta pesquisa se apoia também nessa categoria da experiência porque ela permite adentrar a materialidade estruturada da realidade em termos de classe. A categoria experiência permite realizar pesquisas nos mais diversos temas sociais tais como, por exemplo, na educação, na política, na economia, no direito, na administração, na psicologia, no trabalho, de tal modo que o sentido da experiência se origina da busca da integração dialética da pesquisa com as ações práticas dos indivíduos. A experiência proporciona apreensão da realidade a partir dos seus próprios elementos constituidores, de modo que compreender o fenômeno é também agir diante dele e contribuir com a sua transformação.

É dessa ótica que o conceito de experiência alimenta uma reflexão investigativa sobre o trabalho, a educação, as classes e a luta de classes inteiramente vinculada à própria vida humana engendrando dimensões históricas indissociáveis. Para Vendramini (2018), existe uma relação íntima entre o pensamento e a realidade. Citando Thompson, a autora afirma que a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento, seu surgimento é a marca da condição humana como ser racional que refletem e age sobre o que acontece a si e ao mundo ao redor. Dessa compreensão não é difícil perceber que a categoria experiência recoloca o sujeito e as suas relações na cena social. A experiência é bússola que orienta a não opor a objetividade da realidade e a objetividade epistemológica.

No que diz respeito a relação da experiência com a educação, ou seja, do contexto no qual são produzidas experiências e das aprendizagens obtidas a partir das condições objetivas e subjetivas de vida, é importante registrar que a experiência nos orienta nas elucubrações e captura da práxis no trabalho, na instituição escolar e nos movimentos sociais como espaços educativos. Vendramini (2018, p. 219), afirma que, além disso, a experiência, de acordo com Thompson, nos alerta para a necessidade de distanciamento das “generalizações abstratas” para encontrar as evidências dos conflitos sociais contidos na experiência.

No caso da nossa investigação, a análise parte do debate da relação da escola com as formas atuais de produção e reprodução da vida no campo e na cidade face ao contexto de desemprego, precariedade e informalidade do trabalho, isto é, a investigação proposta nesta pesquisa, conforme informado acima, trata das relações de uma instituição escolar de ensino profissional e as experiências da classe trabalhadora organizada em torno da economia solidária perante o cenário de crise estrutural do capitalismo. Quais as consequências dessa relação? Quais as experiências educativas extraídas das relações na economia solidária que podem contribuir para outra experiência da instituição escolar? Essas são algumas questões abordadas no próximo capítulo desse estudo. O que não pode deixar de ser dito, nesse momento, é que as diversas lutas travadas pela economia solidária enquanto movimento social e popular nos permite analisar e captar as relações que cada movimento particular possui com a dinâmica da totalidade social. A experiência de trabalho associado e solidário, a formação política, as reivindicações diante do Estado (por saúde, educação, transporte, escola, preservação dos recursos naturais, praças públicas etc. etc.), as experiências de coletividade e comunitarismo, as estratégias para sobrevivência e a organização política, são elementos pertencentes a singularidade da organização desses movimentos que possuem efetiva sintonia com as questões que atravessam a totalidade da realidade social. Nesse sentido, afirmamos que é através dessas experiências com a classe trabalhadora que a educação se conecta com os anseios populares e reconfigura sua prática política.

Assim, temos concordância com Thompson (1981) e Vendramini (2018) no que diz respeito a afirmação segundo a qual a experiência de classe é a base sustentadora da consciência de classe. Nessa perspectiva, as lutas sociais, os movimentos, as organizações coletivas como experiência de classe são essenciais para a elaboração e investigação de outra visão de educação e de escola. Tiriba & Magalhães (2018) destacam, nesse sentido, que é pela capacidade de agir/pensar/agir que se dá a viabilidade de criação e recriação da realidade humano-social.

A categoria da experiência, como afirmam Tiriba & Magalhães (2018), nos proporciona o exercício de compreender a ‘história vista de baixo’ ou ‘pelos de baixo’. Para

isso, se faz preciso reconhecer as experiências passadas e presentes da classe trabalhadora; atinar para as condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora no seu contexto real em que essas experiências emergem. O que nos faz acreditar que a relevância de analisar a ação humana, a práxis dos sujeitos, compondo suas experiências, e o seu papel ativo no processo de produção da vida social é fundamental. A economia solidária, por exemplo, possui experiências que podem ser revisitadas, como, por exemplo, o trabalho associado, formação política e auto-organização, e a partir daí constitui balizas para se revigorar os processos de formação humana apontando-os como sementes em germinação para superação das condições econômicas, sociais e políticas, bem como sementes de outro modelo de civilização porque trata-se do 'fazer-se' da classe trabalhadora.

O mundo social é resultado das experiências humanas enquanto práxis. Não se trata de tentar estabelecer prioridade ontológica, hierarquizar ou dualizar, a realidade para demonstrar uma anterioridade metafísica procurando a partícula mais elementar de constituição da matéria ou da ideia. Para a pesquisa social, portanto, não-metafísica e não-teológica, é fundamental atentar para as experiências humanas e, especificamente, as experiências humanas da classe trabalhadora, devido ela possuir a chave para a compreensão da práxis de homens e mulheres que vivem seu tempo histórico com o desejo universal de não se deixar dominar. A práxis acumulada em experiência, e observem, práxis e experiência são momentos concomitantes da materialidade social, podem nos fornecer o sentido profundo das relações a serem abolidas ou fomentadas para uma organização societal.

O conceito de experiência, nesse sentido, a partir das contribuições de Thompson, assume um papel importante nesta pesquisa. Levando em consideração que a economia solidária apresenta um lastro histórico considerável tanto como experiência acumulada, quanto como experiência presente de uma parte significativa da classe trabalhadora, é que reforçamos a pertinência de analisar as experiências com a práxis educativa contida na íntima finalidade da economia solidária como movimento da sociedade em que estão presentes elementos que podem contribuir para a organização de outro modo de viver socialmente. Mais adiante iremos apresentar os principais elementos dessa experiência com o intuito de compreender a potencialidade da economia solidária no que diz respeito o aprendizado de outro modo de ser na economia, na política, na cultura, enfim, um outro modo de ser humano. De outro modo, a economia solidária pode vir a proporcionar à instituição escolar uma compreensão do conjunto das relações humanas e sociais de uma perspectiva crítica. A instituição escolar pode aprender com as experiências da economia solidária que o modo de produção capitalista é falho na sua

tentativa de organização societal porque promove a exploração do trabalho humano e gera riqueza privada resultando em extremas assimetrias e desigualdades sociais.

Evidentemente que a economia solidária é um movimento contraditório. A organização de experiências de autogestão, formação de cooperativas de produção agroecológica, enfim, a busca de saídas coletivas para sobrevivência se depara com sua negação nas relações marcadas pela apropriação privada da riqueza e pela subjugação do trabalho ao capital. Todavia, é na proposta de uma economia solidária que estão contidos em ato os elementos fundamentais capazes de suplantar o modo como temos organizado a vida econômica, cultural, política, social no atual contexto histórico. Os sujeitos da economia solidária têm experienciado, com grande dificuldade, óbvio, afinal a totalidade social nega inteiramente qualquer um dos princípios da economia solidária; mas, ela tem experienciado, e acumulado experiências que compõem a sua práxis, elementos concretos de formação humana integralmente significativos para que as relações de exploração e opressivas inerentes do capitalismo sejam subvertidas.

O que a economia solidária pode oferecer, por exemplo, para a educação profissional formal nas instituições escolares é algo ainda indimensionável. O fato é que a economia solidária chama a atenção para uma questão imensamente relevante no que diz respeito à mudança social, qual seja, a mudança econômica precisa ser acompanhada da mudança da cultura. As experiências da economia solidária carregam na sua práxis ingredientes culturais imprescindíveis para a configuração de um modelo societal com menor poder destrutivo. Mais adiante iremos nos reportar a alguns desses ingredientes como, por exemplo, a função do trabalho, o papel da mulher, a formação da juventude, a postura diante da natureza. São questões atreladas diretamente à produção e reprodução da vida no capitalismo, todavia, com a necessária mudança e suplantação do capitalismo, é primordial, sobretudo, outra racionalidade humana. Essa racionalidade necessariamente não pode ser imposta de cima para baixo através de procedimentos políticos autoritários; são construções culturais, corporais, artísticas, científicas, enfim, fazem parte do cultivo da nova humanidade.

Dessa forma, a investigação disciplinada da experiência de classe acumulada da práxis da economia solidária constitui a base epistemológica desta pesquisa e o movimento que parte da abstração teórico-conceitual e de conexão com a realidade empírica, suas incursões e recortes, sínteses e rigor oferecem a esta pesquisa seu caráter de plausibilidade levando em consideração o que foi afirmado da práxis social e da experiência de classe.

A compilação realizada sobre a categoria da práxis nesta pesquisa é fundamental para que a partir dela, e de suas variáveis dimensões, possamos compreender a dinâmica da

potencialidade das relações entre educação e economia solidária. É através dessa categoria que podemos apreender e desvelar as configurações objetivas e subjetivas da ação humana uma vez que é através da práxis que desnudamos a realidade material concreta. “É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade” (Marx & Engels, 1996, p. 17). A práxis é uma categoria de análise ao passo que é a própria realização da atividade humana transformadora da realidade social. A práxis contém um grande poder de reconfiguração da totalidade concreta. A práxis possui um papel essencial para a compreensão das determinações e contradições que permeiam a constituição da realidade humana. A práxis remete à transformação das circunstâncias e pode emergir como capacidade e potência humana de remodelação da vida social.

Além disso, é na práxis social que se surge a experiência de classe. A experiência de classe é também uma categoria crucial para capturar o entendimento das conexões e vínculos que podem surgir entre educação e economia solidária tendo em vista que a fonte da experiência é a práxis social. A frequência da práxis e sua interação na comunidade se constitui como experiência. O elo que garante a ligação entre a práxis e a experiência é ação transformadora. A ação transformadora do ser humano é atestada pela capacidade de o ser humano ultrapassar o reino da necessidade e construir o reino da liberdade.

A ação transformadora, realizada pela práxis humana, acumulada em experiência, é marca fundamental da história da humanidade; contudo, em uma sociedade dividida em classes, as ações transformadoras da classe trabalhadora são escamoteadas, ocultadas para não exortar as transformações efetivas. As ações da classe trabalhadora carregam um potencial para alterar o curso histórico. Essa afirmação longe de ser apenas uma constatação sobre os registros das ações da classe trabalhadora é uma observação no sentido de colocar a experiência da classe trabalhadora como ponto de partida e de chegada do processo de investigação sobre a educação de classe a fim de se descortinar alguns lugares comuns nos estudos sobre os meios e os fins da educação.

No caso desta pesquisa, é preciso dizer que o lugar mais comum da investigação crítica sobre a educação profissional é o de apontar a sua inviabilidade emancipatória na sociedade capitalista. Ao realizar esse percurso comum caminha-se para esmagar experiências de classe capazes de antecipar equívocos históricos na construção da sociedade socialista; além disso, as potencialidades emancipatórias na sociedade capitalista são fundamentais para alterar a rota dos caminhos unidimensionais do modo de vida capital. Desta feita, o olhar atento para esses movimentos sociais da classe trabalhadora pode nos indicar o caminho para alcançar as transformações que visam a emancipação humana.

Evidentemente que desvelar as configurações das experiências da classe trabalhadora tomando o conteúdo de sua práxis como elemento imprescindível para a construção de guias, apontamentos e roteiros hermenêuticos é algo, até certo ponto, absolutamente indispensável para a investigação científica da realidade humana, social e histórica. Ao efetivar esse procedimento de desvelamento da experiência de classe podemos encontrar significados ainda inexplorados indicados pela práxis humana.

4.3 Os processos formativos da economia solidária como práxis e experiência de classe

Feita essas considerações a respeito da categoria da práxis e do conceito de experiência, nosso propósito segue a partir daqui apontando os possíveis encontros e desencontros entre a práxis político-educativa da classe trabalhadora e o processo educativo na sociedade dividida em classes de modo a indicar a proposta de um processo de formação capaz de ultrapassar as demandas da sociedade reificada. Conforme apontamos antes, a práxis forja o sujeito e cria a realidade social constituindo a história.

A intervenção social através das mais diversas manifestações da práxis marca a presença do humano no mundo de tal modo que a ação humana cria a abertura para o acúmulo das experiências históricas com as quais temos condições de compreender como nos tornamos o que somos na atualidade social. Em outras palavras, o contato com as práxis humanas de tal maneira, como notado anteriormente, pode propiciar o entendimento acerca das condições materiais e o quadro social resultante dessas condições no tempo atual. Daí que a análise dos acontecimentos e fenômenos sociais, a partir das práxis, pode nos fornecer a forma e o conteúdo da racionalidade que rege a realidade e promove a formação do ser social.

Mesmo que a instituição escolar se configure como uma esfera fora do controle dos trabalhadores/as e se constituindo, assim, como espaços de disputa, muitas vezes, destoante dos interesses da classe trabalhadora, a escola é um instrumento de educação elementar e indispensável na qual se pode instituir dispositivos de contrainternalização e estruturar outra concepção de ser social, trabalho, mundo e natureza. Evidentemente que a efetivação de dispositivos de contrainternalização, de certos padrões e práticas, no capitalismo somente terão êxito quando viabilizados a partir das propensões próprias da classe trabalhadora.

A práxis político-educativa da economia solidária pode ser apresentada como elo entre a instituição escolar e a concepção de trabalho que ela traduz, e a partir daí promover rupturas ético-políticas essenciais em relação à lógica destrutiva do capital. Embora tal proposição pareça inglória porque a disputa hegemônica já é contrabalanceada pendendo para

o quinhão da classe dependente de lucro, a articulação entre escola, trabalho e a práxis político-educativa da economia solidária se apresenta como uma rota alternativa de base concreta e sustentável em que pode surgir um novo tipo humano, uma visão de ser humano coerente e fundamentada capaz de responder aos anseios populares.

Em que consiste essa práxis político-educativa da economia solidária? A partir daqui iremos apresentar as considerações de alguns autores que se dedicam a pesquisar economia solidária a fim de compreender o que podemos denominar por práxis político-educativa da economia solidária.

A práxis político-educativa da economia solidária traz elementos importantes para a ação diante do mundo (a ação transformadora da natureza e ação política) bem como ingredientes para a formação de um tipo novo de humanidade. Tiriba (2001) destaca que um dos elementos que indicam uma nova cultura do trabalho nos grupos de economia solidária é que as relações de doação, cooperação e reciprocidade persistem mesmo diante da força imperante do capital. Essa característica da solidariedade é própria da convivência e dos laços dos setores populares. De acordo com a autora, independentemente de como predicamos a solidariedade é ela que surge nas relações em que predomina o senso de comunidade. Contudo, enfatiza que não se pode idealizar a economia solidária uma vez que os integrantes dos grupos podem manifestar distintos graus de solidariedade com relação ao processo de trabalho e com relação à distribuição da produção entre aqueles que fazem parte dos grupos. As normas, regras de convivência, condutas, são indicadores do grau de solidariedade conforme estabelecidas no cotidiano do trabalho. Assim, é possível se falar de uma solidariedade localizada, que somente possui materialidade na relação social do grupo produtivo; ou de uma solidariedade ampliada que começa no grupo produtivo e se expande pelos demais espaços das relações sociais. De qualquer forma, diz a autora, é preciso analisar os vínculos do grupo produtivo com a comunidade local. Só assim é possível conceber em que consiste a cooperação, a solidariedade de forma genuína.

Os processos pedagógicos na economia solidária, afirma Tiriba (2001), fazem parte da cultura do trabalho como mediação das condições objetivas e subjetivas do processo produtivo. “Tratando-se de uma empresa capitalista ou de uma organização econômica popular, a dinâmica da produção é fonte de saberes práticos adquiridos e produzidos no processo de trabalho” (Tiriba, 2001, p. 358). Ao se reportar aos processos pedagógicos da produção associada a autora evidencia que os grupos produtivos se encontram desprovidos do contato com as tecnologias e com os fundamentos teóricos-metodológicos, e isso inviabiliza e impossibilita a articulação entre teoria e prática. No caso, a maioria dos trabalhadores não tem

acesso à educação básica. Sendo assim, é na divisão do trabalho que aprendem o que podem mobilizar para o trabalho. Isso engendra dificuldades de toda ordem para a dinâmica dos grupos produtivos.

De acordo com Tiriba (2001), essas dificuldades decorrentes da práxis político-educativa são o “calcanhar de Aquiles” dos grupos de economia solidária. Quando os trabalhadores/as se encontram afastados dos bancos da escola se torna muito mais difícil o acesso aos fundamentos políticos e econômicos do trabalho, os pressupostos filosóficos, as determinações históricas. O controle social da educação no capitalismo tem produzido efeitos deletérios para a maioria dos trabalhadores/as, especialmente, dos trabalhadores/as da economia solidária, ao não permitir o acesso aos conhecimentos filosóficos e científicos-tecnológicos relacionados ao mundo da produção, da cultura e da vida em sociedade.

O que se depreende do que a autora aborda é que a cultura e o conhecimento por si só não podem ser tomados como os aspectos de salvaguarda dos grupos de economia solidária e da sociedade, ou seja, não se trata de uma questão da redenção da sociedade através somente das luzes do conhecimento. A questão da cultura e da educação, ou seja, da socialização do conhecimento, é fundamental para a constituição de um trabalho livre. Não se trata, contudo, de uma “pedagogia da fábrica” que incute a cultura da polivalência e dota o trabalhador/a de múltiplos domínios técnicos da maquinaria, mas, de uma cultura politécnica que dota o trabalhador/a de uma capacidade de compreender os fundamentos científicos das diferentes tecnologias. Isso quer dizer que o problema dos trabalhadores/as dos grupos de economia solidária não é de qualificação, mas, de colocar o problema em termos de superação da dicotomia entre fazer e pensar, e isso implica uma formação ampliada e integrada, capaz de mobilizar os aspectos cognitivos-intelectuais tanto para a vida social quanto para a vida político-social. É nesse processo que a autora aponta uma pedagogia da produção associada presente nos grupos de economia solidária como sendo o ponto de partida para elevar a práxis político-educativa da escola em um movimento dialético qualitativo de retorno para os grupos de economia popular. Esse movimento dialético constitui uma proposta para efetivação do trabalho como princípio educativo em que ação no trabalho associado passasse por um processo de reflexão sistematizante para retornar para a ação na vida social.

Aníbal Quijano (2002), em ‘Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista’, ao tratar das vertentes do atual debate latino-americano em torno da questão das formas alternativas de produção, nos dá pistas de uma práxis política-educativa na economia solidária ao afirmar que as cooperativas organizadas conforme os princípios da economia solidária contribuem de maneira significativa para a autoeducação dos trabalhadores/as. De

acordo com este autor, na economia solidária são formadas instituições cooperativas que organizam ou possuem a potência para organizar os sujeitos para sistematicamente articularem-se com um mercado local e que requerem uma divisão social do trabalho clara, transparente, democrática e um processo de administração eficaz para a sua reprodução e expansão.

De acordo com o autor, a diferença da práxis político-educativa na economia solidária não se diferencia da práxis político-educativa da economia capitalista devido a divisão do trabalho, a relação com o mercado, a função do salário ou pela administração hierarquizada. A diferença reside, especialmente, no fato de os sujeitos da economia solidária se identificarem, explicitamente, com o sistema de autogestão dos trabalhadores, autogestão da força de trabalho, autogestão dos instrumentos, dos recursos e objetos da produção e dos produtos. Nesse caso, a diferença na práxis político-educativa está situada no campo ideológico e político uma vez que há explicitamente uma contraposição da práxis da economia solidária com relação à práxis do capitalismo. Assim, a distribuição de produtos, bens, serviços e benefícios da comercialização é feita ou deve ser feita conforme a produção de cada trabalhador/a com a finalidade decidida por cada participante. Quijano (2002, p. 490), destaca que a economia solidária preza por “retomar a autonomia das pessoas coletivas no que se refere à posição central e fundamental do trabalho vivo e da cidadania”.

Para França Filho & Laville (2004), colocam a questão da práxis político-educativa presentes nos grupos de economia solidária a partir da questão segundo a qual se esses grupos da economia solidária representam meros complementos do sistema socioeconômico do capital ou apontam um sistema completamente diferente em estado embrionário de outro modo de produzir e de outra sociabilidade. Os autores partem do questionamento sobre a possibilidade de ser somente o Estado e o mercado capitalista capazes de criar e distribuir riquezas e, nesse caso, se não há outro modo de “fazer economia”. De acordo com eles, existe outra economia que vem se gestando no próprio capitalismo em várias partes do mundo a partir de iniciativas de natureza cooperativistas e associativistas, próprias da sociedade civil e dos meios populares. São grupos que se configuram de inúmeras maneiras, seja criando um circuito de produção e autoconsumo, sejam de emulação de cadeias socioprodutivas autônomas e, certos casos, baseadas em relações não-monetarizadas, e grupos que mantem relações com o mercado capitalista e desenvolvem diferentes parcerias com os poderes públicos. Assim, formam cooperativas de produção e prestação de serviços, bancos populares, clubes de trocas e associações de serviços, cooperativas sociais, empresas sociais e espaços de sistemas de trocas locais. O fato é que esses grupos são fenômenos que possuem traços comuns e que estão

emergindo no cenário social de modo mais incisivo desde o contexto de crise do Estado de bem-estar social.

A práxis político-educativa desses grupos de economia solidária, afirmam França Filho & Laville (2004), podem ser circunscritas desde as estratégias precarizadas dos grupos populares para garantir a sobrevivência nas sociedades marcadas por um processo de profunda exclusão e opressão, até no modo inédito de organizar ações públicas fundadas pela ampliação das formas de solidariedade. Essa práxis constitui, para os autores, uma forte tendência contemporânea para reorganização dos movimentos sociais. De acordo com eles, a vocação desses grupos é combinar a ação pública de uma solidariedade de engajamento em projetos coletivos com a força dos laços comunitários da solidariedade tradicional praticada em pequenos grupos que se autobeneficiam, resultando em movimentos comunitários abertos à alteridade ou que se projetam no espaço público criando novos espaços de proximidade entre os sujeitos. O que se desdobra das investigações dos autores é que a práxis político-educativa da economia solidária pode ser mais bem apreendida enquanto fenômeno em suas singularidades. Dificilmente essa práxis será compreendida a partir de determinações gerais. É preciso mobilizar um esforço qualitativo dos pesquisadores para encontrar caminhos hermenêuticos que deem conta da dinâmica interna dessas experiências a partir da apreensão da racionalidade específica que rege a interação nesses grupos.

Já Gadotti (2009), afirma que a economia solidária se caracteriza por ser um modo de produzir que possui a peculiaridade de subordinar a produção à vida. O eixo a partir do qual a economia solidária impulsiona seu devir é construído pela cooperação no trabalho e pela representação de que é possível viver melhor juntos, em comunidade. Os sujeitos da economia solidária não se compreendem e não são representados como um recurso e meio com a finalidade de trabalhar e produzir riquezas das quais não podem desfrutar. Os sujeitos da economia solidária, corrobora Kruppa (2005), aspiram uma mudança qualitativa, na postura diante da vida e da organização da sociedade,

Vincular o pensar e o fazer. Assumir-se como sujeito exige recuperar a fala, que reproduz o conhecido, e o ato de nomear, que elabora novos conhecimentos. É por isso que, na formação de grupos cooperados, são tão importantes três perguntas: o que cada membro do grupo faz, o que eles sabem fazer e o que eles gostariam de fazer juntos. Essas perguntas abrem espaço para a fala sobre o vivido e sobre a realidade, tal como é percebida coletivamente pelo grupo, mas, principalmente, abrem espaço para nomear as novas alternativas, que podem, assim ser concebidas (Kruppa, 2005, p. 29)

A práxis político-educativa que orienta os grupos de economia solidária, nesse sentido, representa, às vezes até involuntária e inconscientemente, um fazer refletido sobre a

realidade. Essa práxis é involuntária porque não há como se realizar de outro modo senão como o espaço em que cada participante fala e nomeia sua ação diante da realidade. Ao falar e nomear a ação que incide diretamente sobre o mundo, representa, de modo latente, que alguns problemas possam ser identificados. Neste momento, surge a possibilidade de criação de alternativas e rotas já experimentadas, ou não, para que a resolução dos problemas que a realidade apresenta seja pensada coletivamente. Os problemas identificados são levados para a cena pública, e os personagens, em algumas circunstâncias mediados, apontam os caminhos de interesse comum. Esse formato de organização representa avanços consideráveis levando em consideração o processo de isolamento e atomização dos sujeitos na organização social derivada do modo de produção capital. Fazer junto, refletir junto, viver junto, são ações experienciadas em muitas organizações cooperadas com base na economia solidária.

Essa postura diante da vida e diante da organização social da práxis político-educativa da economia solidária concebem processos formativos muito mais sofisticados em relação aos processos experienciados na práxis político-educativa no capitalismo. Os sujeitos da economia solidária estabelecem relações entre os participantes dos grupos de caráter fortemente coletivas. Das decisões mais ordinárias às mais complexas são decisões de todos os participantes. Todas as perspectivas são levadas em consideração e avaliadas conforme o que for melhor para a manutenção do grupo.

A economia solidária, mais do que um modo de produção, é um modo de vida. O espírito da economia solidária é cooperar, viver melhor juntos. Ela nos obriga a ver as pessoas sob outro olhar. Todos pensam juntos, todos decidem juntos. Os ganhos não são só materiais. São também não materiais. O espírito da economia solidária é empoderar as pessoas pela dissolução do poder nelas, em todos e todas. Por isso, a educação é essencial. [...] O movimento por uma outra economia não está separado de um conjunto de movimentos sociais e populares que, em diversos campos, têm lutado por um outro mundo possível e reinventado modos de vida (Gadotti, 2009, p. 48-56).

O autor analisa a práxis político-educativa da economia solidária destacando o processo político que ela promove. Os sujeitos da economia solidária produzem sua materialidade necessária ao passo que procuram desaprender as relações de poder internalizadas no processo de formação capitalista. O papel dos processos formativos de caráter crítico do processo de desigualdade desencadeado pelo capitalismo e a defesa de um processo educativo capaz de traduzir a ciência no contexto através dos elementos políticos-ideológicos, culturais, relações de poder, ou seja, nos conflitos de classe, proporcionam uma tomada de consciência sobre o mundo vivido.

Conforme Gadotti (2009), a práxis político-educativa da economia solidária possui um alcance mundial que nasceu entre aqueles cujo trabalho não é valorizado e visibilizado no mercado capitalista, são os oprimidos e novos e velhos excluídos. Estes sujeitos não possuem acesso ao capital, à crédito de nenhuma natureza e nem às tecnologias. A práxis político-educativa é forjada por eles mesmos e por ativistas a partir do desejo, a aspiração de um novo paradigma de organização da economia e da sociedade. Nesse sentido, para o autor, a economia solidária não se resume a um objeto, produto ou serviço. A práxis político-educativa se institui enquanto sistema que vai além dos próprios grupos, ela busca se legitimar como um conceito. Na sua práxis político-educativa está contida os princípios de respeito ao meio ambiente, produção sem mão de obra infantil, respeito a cultura local e luta pela participação política e social e pela igualdade social. Tais princípios, enfatiza o autor, implicam na realização da cooperação associada, comércio justo, segurança no trabalho, trabalho comunitário, igualdade de gênero, consumo sustentável, respeito pelo bem-estar animal na produção.

Paul Singer no prefácio do livro de Moacir Gadotti (2009) sobre a “economia solidária como práxis pedagógica”, afirma que a economia solidária é um processo contínuo de aprendizado. De acordo com ele, dia após dia os sujeitos da economia solidária aprendem como praticar a ajuda mútua, a igualdade de direitos, a solidariedade no trabalho. Aprendem com o objetivo de melhorar o que produzem, de melhorar as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação da natureza. O aprendizado não se dá apenas produção, ele também ocorre durante a comercialização. Dessa forma, afirma Singer, eles aprendem o comércio justo para praticar entre os grupos produtivos e entre fornecedores e consumidores de produtos. Além disso, afirma Singer, na economia solidária se aprende as práticas de participação na política e na cultura do país, da região e do mundo.

Paul Singer, no mesmo prefácio, faz uma colocação muito pertinente acerca da diferença da aprendizagem no modo de produção capitalista e na economia solidária. De acordo com ele, cada pessoa está sujeita a um contínuo aprendizado uma vez que de qualquer forma se ela se encontra economicamente ativa, ela está aprendendo algo. Todavia, aqueles que estão aprendendo como trabalhadores assalariados no modo de produção capitalista não participam das decisões sobre os caminhos da empresa que o emprega. Na economia solidária, continua o autor, o aprendizado contínuo é amplo, vai desde o aprendizado das relações sociais comunitárias até a luta por uma sociedade mais justa, mais ecológica. Assim, a pedagogia da economia solidária, complementa Gadotti (2009), é uma necessidade tendo em vista que as pedagogias clássicas e burguesas não dão conta da realidade que se descortina com o advento

de expansão de uma economia solidária global. Essa pedagogia da economia solidária não se restringe a oferta de cursos, trata-se de uma formação de valores e cultura.

Em ‘Novas configurações do trabalho e economia solidária’, Isabel Georges & Márcia Leite (2009), assinalam que a relevância da práxis político-educativa dos grupos de economia solidária é potencializada devido às próprias transformações históricas que se precipitam desde meados do século XX. A emergência do fenômeno da globalização, a reestruturação econômica, as mudanças no papel do Estado, as metamorfoses no mundo do trabalho, o surgimento de novas formas de organização da sociedade civil, as mudanças na organização sexual do trabalho, surgimento de novas configurações de gênero e de família e as novas características dos movimentos sociais, são eventos que se cruzam com a insurgência da expansão de outros modos de organizar a produção econômica. Ao longo do texto é destacado que as iniciativas e as mobilizações populares desses grupos de economia solidária revelam não só um acúmulo de ações educativas, mas, exercem a função de produzir influxos ético-políticos com grande potencial para reunir os sujeitos sociais afastados devido a lógica neoliberal. A práxis político-educativa desses grupos de economia solidária carregam um forte *ethos*³⁰ de movimentação social capazes de engendrar nas novas gerações um desejo de conceber outras confluências sociais.

Adams (2010) considera que a práxis político-educativa da economia solidária está situada na íntima relação ente a socialização epistemológica, a comunidade aprendente e a formação do *ethos*. De acordo com o autor, as comunidades rurais e as periferias urbanas são marcadas pela fragmentação dos laços sociais, ausência de um sentido profundo de utopia e um desenraizamento sociocultural. A práxis político-educativa, nesse contexto, é um processo de transformação da subjetividade (consciência) que ocorre no espaço de produção objetivo cuja mediação pedagógica é realizada no próprio ato de organização para a satisfação das necessidades básicas. O processo educativo-político, nesse sentido, engendra um *ethos* comunitário em que subjetividade e objetividade são transformadas dialeticamente mediados pelas condições de existência. Assim, a práxis político-educativa se dá pela socialização dos saberes confrontados à prática dos sujeitos dos grupos de economia solidária. Partindo da compreensão de que a educação ocorre em variados espaços e maneiras supõe-se que todos os

³⁰ De acordo com Chauí (1994), o termo *ethos* significa: costume, uso, hábito; também significa: caráter, maneira de ser de uma pessoa, índole, temperamento, disposições naturais de uma pessoa segundo seu corpo e sua alma, os costumes de alguém. *Ethos* se refere ao costumeiro; o caráter de alguém ou de alguma coisa. O *ethos* é tratado pela ética, que estuda as ações e paixões humanas segundo o caráter ou a índole natural dos seres humanos. A esse respeito ver: CHAUI, Marilena. **Introdução à história da filosofia: Dos pré-socráticos à Aristóteles**. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1994.

atores envolvidos aprendem e ensinam de modo que os saberes fluem de quem detém mais conhecimento e experiência, sobre determinado aspecto ou fenômeno, para quem teve menos oportunidades de aprender.

Novaes *et al* (2018) ao pesquisar sobre as empresas recuperadas pelos trabalhadores no Brasil afirma que ao analisar as assembleias democráticas e a formação de comissões rotativas constatou que os problemas da fábrica foram resolvidos sem a necessidade dos gestores, tecnocratas ou dos donos do capital, forjando, assim, novas relações sociais no microcosmo produtivo. Do mesmo modo, constatou que quando os trabalhadores/as se tornaram proprietários dos meios de produção estavam realizando uma tarefa fundamental da classe revolucionária que é a expropriação dos expropriadores. Assim, afirma o autor, as novas formas de organização do trabalho, da produção e distribuição do excedente, nos convida a pensar sobre as formas de produção que, em alguma medida, superam o trabalho alienado; assim como a recuperação e reprojeto da maquinaria e as técnicas de fabricação nos fazem ponderar sobre a não neutralidade da ciência e da tecnologia; do mesmo modo que o papel dos pesquisadores-extensionistas nos faz refletir sobre o função social dos pesquisadores na sociedade de classes. Assim, a práxis político-educativa intrínseca no microcosmo produtivos dos grupos autogestionários de trabalho associado nos oferece elementos para dimensionar o alcance potencial e os limites frente as determinações do capitalismo. No que diz respeito ao potencial, é bastante razoável observar que os trabalhadores/as (re)aprendem a participar dos processos coletivos, não só da produção, mas, inclusive, da deliberação. De acordo com os autores a práxis político-educativa dos grupos produtivos se resume em uma pergunta desestabilizadora e pedagógica ao mesmo tempo, qual seja, “se nosso fim é o socialismo, mas o que fazer antes?” (Novaes *et al*, 2018, p. 150).

Partindo da concepção de Paulo Singer segundo a qual a economia solidária é um ato pedagógico na medida em que propõe uma nova prática social e o entendimento dessa prática, Cláudio Nascimento (2020), afirma que a práxis político-educativa da economia solidária se origina na autogestão. De acordo com este autor, se a única maneira de construir a economia solidária é praticando, então a prática político-educativa ocorre nesse processo de experimentação da autogestão para a construção e manutenção do seu grupo produtivo. O processo da autogestão é político educativo porque produz/ensina nova cultura ao passo que alimenta modos de ação na sociedade. O aprendizado prático de novas relações de trabalho articulados com outros campos de luta política constituem o arcabouço da pedagogia da autogestão.

Pelo visto há uma práxis político-educativa que se efetiva nas mais variadas formas de organização cuja denominação recai para as proposições de um modelo econômico que supere o sistema do capital e sua incapacidade de enfrentar os conflitos sociais que se manifestam no processo de sua própria realização. Assim, se é possível à práxis político-educativa da economia solidária e sua concepção de trabalho associado ser um elo de orientação da práxis político-educativa da instituição escolar, se faz importante conhecer a formação histórica dessa instituição atualmente.

A investigação segue a partir daqui com a intenção de refletir sobre a articulação da educação com a emancipação demonstrando o papel objetivo e essencial da práxis no processo para a emancipação humana. Esse processo de reflexão parte do pressuposto de que na instituição escolar ocorre um processo entrópico de troca das experiências. São as disfunções, conflitos e mediações presentes na instituição que a marcam como uma arena dinâmica, agonística, determinada e determinante das relações sociais, isto é, que sofre influências ao mesmo tempo que é capaz de influenciar a sociedade através da práxis dos sujeitos.

5 INSTITUIÇÃO ESCOLAR, NEOLIBERALISMO E CONTRAINTERNALIZAÇÃO: A RESISTÊNCIA NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

A instituição escolar é o local formal onde ocorre os processos formativos. O contexto a qual nos reportaremos é aquele em que a instituição escolar, em geral, tem se transformado em uma organização flexível cuja seleção das suas finalidades e as medidas de aprendizagem se alinham aos objetivos e contornos das relações flexibilizadas da produção capitalista a partir do final dos anos de 1970. Ao mesmo tempo, no entanto, compreende-se que a escola se constitui em um espaço de disputa política no qual as mais variadas perspectivas acerca da transformação social se embatem.

5.1 A instituição escolar: a escola empresa e a crise da escola no Brasil

Mészáros (2008, p.23) fazendo referência a Paracelsus (1493-1541) afirma que “a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte, ninguém passa dez horas sem nada aprender”. O curioso dessa afirmação é a abrangência da situação educacional que perpassa toda a vida dos indivíduos. Essa abrangência, nesse caso, reforça nosso entendimento acerca da ampliação da concepção de educação em que os processos formativos se dão como base para produção e reprodução da vida social. Esses processos formativos iniciam com os primeiros contatos sociais, nas instituições sociais educacionais e se complexificam nos variados encontros e desencontros na totalidade da existência.

Não obstante, merece destaque reiterar que a instituição escolar é um local privilegiado e de maior visibilidade para a realização dos processos formativos. É na instituição escolar que internalizamos e tomamos ciência da história dos conhecimentos, das práticas e leis da sociedade de forma sistematizada. Ocorre que essa função social de internalização da cultura social deságua, na sociedade dividida em classes, em um dispositivo pelo qual é canalizado a potência de dominação social da classe que se apropriou das forças produtivas e manuseia as relações de produção.

É nesse processo de internalização que reside o perigo, no sentido Heideggeriano (2012), o perigo como o processo de compreensão da essência da técnica. No nosso caso, fazendo uma analogia, da compreensão da essência da escola, a essência da escola habita o processo de internalização, e é nesse processo que reside o perigo. Todavia, Heidegger (2012) citando o poeta Hölderlin (1770-1843) afirma, em um trecho bastante conhecido do mesmo

texto, que “onde mora o perigo é lá que também cresce o que salva” (2012, p.37). Ora, se a função da escola é fornecer a internalização da cultura, e o perigo mora nesse processo de internalização, então, a salvação realmente está contida na essência da escola, e o processo pelo qual ocorre o que pode salvar está lá também, na essência da escola, só que, nas palavras de Mészáros (2008), a salvação consiste em confrontar a internalização através de uma contrainternalização. Esse processo de contrainternalização será melhor definido mais adiante.

Dessa forma, o que segue é uma problematização a respeito de algumas características gerais da instituição escolar. A análise parte da compreensão histórica da escola passando pela investigação de algumas contribuições de Laval (2004), no livro *A escola não é uma empresa*; contribuições de Mészáros no livro *A educação para além do capital*. Após essa análise nos dedicamos à investigação da categoria práxis e experiência para apresentar a importância dessas categorias para construir o sentido da emancipação humana.

Historicamente a escola foi, na maior parte do tempo, uma instituição elitista. Todavia, ela possui, na outra parte do tempo, um caráter dialético. Ora é local onde ocorre a reprodução social do modo de produção capitalista, ora se notabiliza pelo seu aspecto agonístico de contribuição para a transformação social. No que diz respeito a reprodução social é notória a sua finalidade para formar a classe trabalhadora para o trabalho produtivo ao passo que forma a classe detentora dos meios de produção para o exercício do poder.

Nos primórdios de sua oficialização como instituição formal, a escola atende aos interesses burgueses de promoção do ensino das técnicas especializadas. À medida que as ciências são transformadas em tecnologias para ampliar a produção capitalista, a instituição escolar amplia seu repertório para formar as aptidões necessárias para que os indivíduos possam se inserir no mundo do trabalho. Essa adaptação histórica da escola é a chave de compreensão da sua missão contraditória de contribuir para a manutenção da ordem estabelecida e/ou promover algumas condições para romper com ela.

Para manter a ordem estabelecida, a escola, no sistema capitalista, transmite as técnicas, mas, da mesma forma, transmite os valores burgueses. As técnicas são transmitidas para que ocorra a ampliação da produção capitalista. Os valores, tais como liberdade, igualdade e fraternidade, são transmitidos para se contrapor aos ideais absolutistas das monarquias. Essa mobilização de técnicas e valores foram e são possíveis devido aos processos revolucionários políticos e científicos (revoluções burguesas e revolução industrial na Europa). A promessa de igualdade, liberdade e fraternidade ensinada nas escolas pós-revoluções aos poucos foi perdendo o colorido.

Os ideais revolucionários foram se materializando apenas para a classe detentora dos meios de produção e exploradora do trabalho. À classe trabalhadora restou apenas a mudança do status social, deixaram de ser escravos para se tornarem assalariados. De outra maneira, as transformações ocorridas na sociedade beneficiaram apenas uma parte da classe revolucionária durante a transformação do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. A partir dessas transformações na sociedade, a escola foi se configurando como o local para onde as promessas da liberdade, igualdade e fraternidade foram sendo transferidas. No entanto, esses valores assumem um tom formal e as promessas apenas orbitam o mundo das ideias. A liberdade, igualdade e fraternidade, assim, são componentes da formação da classe trabalhadora apenas hipoteticamente, o que prevalece, em determinados contextos, é a instrução técnica para o trabalho.

No limiar do século XXI a instituição escolar escancara sua sujeição à razão econômica. O propósito da instituição escolar é formar indivíduos para a atuação em empresas e se curvar escatologicamente ao princípio da utilidade econômica. Laval (2004), afirma que o modelo escolar atual, no mundo ocidental, possui o ideal pedagógico da formação do homem flexível e do trabalhador autônomo.

Os elementos principais atinentes à caracterização do caráter serviçal da educação à economia se acirraram. A concorrência dos mercados configura os padrões educativos desde a educação infantil à superior. É exigido dos indivíduos para se tornarem trabalhadores e trabalhadoras altos padrões de qualificação para atuarem desde a concepção, produção e comercialização das mercadorias. A definição e fiscalização desses padrões educativos e da qualificação da classe trabalhadora é realizada por várias organizações internacionais (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE; Banco Mundial; Fundo Monetário Internacional - FMI etc.). Essas organizações internacionais entoam seus preceitos para educação escolar em cada Estado-nação. Em cada país as diretrizes desses mecanismos são incorporadas pelos setores empresariais, industriais, e se tornam políticas públicas a serem implementadas no cotidiano escolar para contribuir com a necessidade de expansão do mercado capitalista (Laval, 2004, p. 43-46)

A escola de acordo com Laval (2004), passa por três períodos históricos: o primeiro coloca a escola como elemento fundamental da integração moral, linguística e política à nação; no segundo período, a finalidade da escola é definida pela produção industrial; a fase atual da escola é marcada pelas determinações diretas da sociedade de mercado.

A constatação de Laval (2004) sobre a atual fase da escola é de que há uma relação entre ‘formação-emprego’. De acordo com o autor os ideais educativos são cultivados em

função das necessidades esperadas e determinadas pelas empresas. Apoiada em um discurso modernizador e segundo o lema de que “a escola não é nada se não prepara para a vida” (Laval, 2004, p. 11), a instituição escolar se transforma em uma indústria do ensino. O ensino é dividido em várias etapas com o mesmo compasso da indústria de massa e as categorias econômicas é que a regem. Assim, eficiência, produtividade, metas são palavras de ordem que ressoam nas salas de aula e nos movimentos oficiais da instituição escolar.

Isso posto, diz Laval (2004), a função da escola moderna está situada em três frentes principais: a formação de mão de obra qualificada; a mudança cultural que prevalece sobre a herança cultural, e a formação de cidadãos responsáveis. Para o autor, a escola atual decreta a morte do humanismo clássico uma vez que centra cada vez menos esforços nos estudos das antigas Humanidades, ao passo que abraça a técnica moderna como única fonte de conhecimento.

A escola atual é nomeada por Laval (2004), como escola neoliberal. O propósito a qual se destina toma por elemento essencial a pretensão de elevar a qualidade da força de trabalho sem contar com as despesas públicas. De acordo com o autor para isso não há fórmula mágica, o modelo implementado segue a lógica da empresa. O primeiro passo é instalação de uma “gestão moderna”. Essa gestão não assume a postura de pensar pedagogicamente a instituição, a atuação é gerencial. Na lógica gerencial o que predomina é a “redução da cultura” ensinada, isto é, o que se ensina é reduzido às competências necessárias a empregabilidade dos assalariados e assalariadas.

O contexto a qual está assinalada a emergência desse modelo de escola está escrito em um quadro geral das transformações no modo de produção capitalista vivenciadas ao menos desde os idos de 1980 na Europa e, conseqüentemente, tem se espreado por todo o mundo ocidental. Esse contexto é marcado pela mundialização das trocas, financeirização das economias, desengajamento do Estado, privatização de empresas públicas, mercantilização do lazer e da cultura (Laval, 2004, p. 14). A face nova do capitalismo contemporâneo tem na filosofia neoliberal sua caricatura mais própria. Seus trejeitos assumem as mais diversas expressões, seja de eliminação de qualquer “rigidez” até a cega adaptação às mais diversas situações enfrentadas pelos indivíduos tanto no trabalho quanto na sua existência em geral na sociedade. O único valor social legítimo é eficácia produtiva e o sucesso individual uma vez que a economia de mercado é eleita o aspecto determinante da vida individual e coletiva.

Nesse sentido, conforme Laval (2004), a escola adquire um formato “flexível”. Isso significa que a referência fundamental para formação dos indivíduos está vinculada a imagem do trabalhador flexível. Os cânones do gerenciamento da instituição já não se satisfazem com

o assalariado de obediência passiva. É preciso formar o indivíduo capaz de manusear com desenvoltura as novas tecnologias e formar um trabalhador capaz de compreender o processo de produção e/ou de comercialização. A escola flexível, diz Laval (2004), novo modelo que entra em vigor no mundo todo, rejeita a hierarquia burocrática do fordismo e taylorismo.

O tipo de regulação a ser incorporado pelos indivíduos construídos na escola se dá a nível de definição dos objetivos e metas a serem efetivados. Assim, o controle do trabalho não se dará somente através da vigilância do horário de entrada e saída dos trabalhadores e trabalhadoras, mas se dará através da observação do cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos pela produção. As competências celebradas nesse modelo de escola estão relacionadas a capacidade de lidar com a incerteza, relacionadas ao grau de liberdade, iniciativa e autonomia. Assim, Laval (2004) afirma que o empregador deseja o indivíduo formado capaz de discernimento e espírito analítico para preceituar a si mesmo uma conduta eficaz ao invés de um sujeito que segue ordens cegamente. As próprias mutações do capitalismo sugerem impositivamente alterações no corpo da instituição escolar.

Desta feita, mais do que cultura científica, a escola dota os indivíduos da competência de auto-aprendizado, daí o lema “aprender a aprender”, ou seja, concede ao indivíduo formação para auto disciplina, para que incorpore as maneiras de fazer, produzir, comercializar, de acordo com a nova lógica do capitalismo. Portanto, a escola flexível forma o trabalhador e a trabalhadora flexível. O trabalhador e a trabalhadora devem se munir dos mais variados conhecimentos e competências ao longo de toda sua vida. Imediatamente não ocorre ao trabalhador e a trabalhadora a compreensão de que uma vez tendo uma formação flexível para um trabalho flexível também os seus direitos serão flexibilizados.

Prosseguindo com Laval (2004), este afirma que a nova linguagem da escola flexível e neoliberal preza pelo abandono dos ideais da escola republicana. Ao invés de formar o trabalhador e a trabalhadora, instruir o cidadão e educar para o desenvolvimento da humanidade, a escola flexível neoliberal possui a intenção de formar recursos humanos e consumidores satisfeitos. Nesse caso, a finalidade da instituição escolar é internalizar o capricho da produtividade como ideal a ser alcançado pelo formando na mesma medida que aumenta a lucratividade dos grandes conglomerados industriais e financeiros. Os valores celebrados pela escola-empresa são a eficácia e eficiência produtiva negando a formação do cidadão e ator social. Dessa forma, compreende-se que a escola-empresa possui uma intencionalidade política e cultural bem definida para a formação dos sujeitos. Assim expressa Laval,

A instituição escolar não encontra mais sua razão de ser na distribuição, o mais igualmente possível, do saber, mas nas lógicas de produtividade e rentabilidade do mundo industrial e mercantilista. Essas lógicas de eficácia que se impõem não são “axiologicamente neutras” como dizem os gerentes que pretendem conhecer filosofia e sociologia, elas não são somente técnicas, mas, ao contrário, profundamente culturais e políticas (Laval, 2004, p. 44).

Sob a égide do neoliberalismo, ao que se percebe, diz Laval (2004), as mutações da instituição escolar no capitalismo contemporâneo alteram o léxico da gestão da escola. Trata-se agora de uma “empresa educativa” na qual o “pensamento gerencial” forma produtores de renda sofisticados, autônomos e eficazes. Esses adjetivos não são apenas qualificadores ideais ou valores neutros adquiridos na escola. Cada um desempenha uma potência material para o desenvolvimento do capital. Por exemplo, a sofisticação da máquina e do trabalho de concepção das mercadorias é materializada ao assegurar mais e mais o aumento da produção; a autonomia do trabalhador e trabalhadora desresponsabiliza o capital, e a eficácia de cada trabalhador e trabalhadora toma corpo na geração de maior lucratividade. Nesse caso, a ciência pedagógica se reduz ao tamanho de um “projeto de gestão”.

Os pilares da educação para o século XXI³¹ expressam essa mudança no léxico do entendimento da escola. Os quatro pilares da educação: “aprender a ser”; “aprender a fazer”; “aprender a viver em grupo” e “aprender a conhecer” aparentemente, à primeira vista, podem até soar como pilares oriundos da concepção humanista de escola e de educação; todavia esses pilares são apenas o leque de orientações gerais para compor os princípios do mundo do trabalho no capitalismo e, nesse caso, cada pilar desse sustenta o corpo da escola. Os quatro pilares evocados como valores e atitudes do século XXI são definidores, dessa forma, das competências fundamentais ligadas a formação de recursos humanos na escola. Nesse caso, a escola é organizada a partir desses pilares para formar os futuros assalariados.

Quando observamos esses pilares com maior atenção iremos compreender que eles expressam competências técnicas sob as quais se fundamenta a formação do trabalhador e da trabalhadora na escola para a organização flexível do trabalho. Cada um desses pilares: “aprender a ser”; “aprender a fazer”; “aprender a viver em grupo” e “aprender a conhecer”, representa uma competência, por exemplo, “aprender a ser” está atrelado a compreensão das complexidades nas relações humanas, exige a formação de um sujeito dócil, capaz de pensar rápido sobre as dificuldades ao redor; “aprender a fazer” significa aquisição e utilização de

³¹ A esse respeito consultar: DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez - Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

informação; “aprender a viver em grupo” está relacionado à trabalho em equipe; “aprender a conhecer” pode estar relacionado com o uso e manusear diversos tipos de tecnologia.

Como se percebe, a missão da escola é exclusivamente instrumental, ou seja, ela dedica-se à promoção de instrução unilateral e à visão de mundo segundo a qual produz um processo de naturalização das relações de poder, e, dessa maneira, seu objetivo primordial é somente a formação dos sujeitos para o mercado de trabalho. Com isso fica claro que a escola perpetra uma concepção de educação cuja finalidade é diminuir o sentido da vida ao modelo de vida estabelecido pelas determinações sociais do capitalismo. Na escola-empresa, os sujeitos são vistos apenas como meio para um fim. No caso, são formados para produzir riqueza com maior presteza e excluídos, por exemplo, do processo de tomada de decisão política. Os sujeitos da educação, assim, são reduzidos a autômatos criativos cumpridores de ordens e tarefas. Incontestavelmente, a referência é feita ao aspecto geral da escola em que seus elementos basilares estão constituídos nesse formato escola-empresa/formação-emprego, no entanto, nas relações práticas é possível que essa finalidade da educação possa ter sua rota alterada.

Essa formação ultrapassa os parâmetros do fordismo e taylorismo em que o contexto profissional exige apenas atividades simples, mecânicas e repetitivas; agora, a escola forma o profissional flexível capaz de realizar atividades mais complexas, capaz de receber e comunicar mensagens. Conforme Laval (2004), trata-se de dotar a classe trabalhadora da competência reflexiva, porém, essa capacidade de reflexão somente é permitida a partir de determinados limites. A formação reflexiva dos sujeitos é limitada a resolução dos problemas ideais ou reais das empresas nas quais o trabalhador e a trabalhadoras irão desempenhar suas competências. Não deixar de notar que esse modelo de escola problematizado por Laval (2004) é a escola francesa no seio do capitalismo desenvolvido. Esse modelo de escola, porém, diz Laval (2004), é o modelo definido pelo capitalismo contemporâneo para se espriar de modo sistêmico, em suas bases fundamentais, para os demais continentes.

É nessa perspectiva que os organismos internacionais, como por exemplo a OCDE, produzem documentos para orientar as políticas públicas de educação. Essas orientações são uma espécie de transmigração do espírito da empresa para a escola. Dessa forma, a escola, ao invés de local de socialização dos conhecimentos produzidos historicamente e produção cultural, se torna local de aquisição de certas disposições, competências e atitudes, tais como: aptidão para resolver problemas, flexibilidade, capacidade de adaptação, exercício de responsabilidade, criatividade, iniciativa e aptidão ao aprendizado e à reciclagem constante (Laval, 2004, p.58-62). Assim, diz Laval,

Desde que a “competência profissional não é redutível apenas aos conhecimentos escolares, mas depende de “valores comportamentais” e de “capacidade de ação”, a escola é intimada a adaptar seus alunos aos comportamentos que lhes são reclamados mais tarde. Muitos administradores e criadores de programas se lançaram com zelo nessa tarefa de “modernização” dos conteúdos e dos métodos de ensino. O ensino técnico foi particularmente afetado por essa maneira de conceber as missões da escola. Não é que os saberes sejam suprimidos, a tendência é de não ver neles mais do que ferramentas ou um estoque de conhecimentos operatórios mobilizáveis para resolver um problema, tratar uma informação e realizar um projeto (LAVAL, 2004, p.60).

O ensino técnico profissional é o mais afetado por esse modo de compreensão da finalidade da escola. Vejamos, por exemplo, a questão das reformas curriculares. Sob o pretexto de ‘modernização’ vez por outra são realizadas reformulações dos programas, conteúdos e métodos de ensino para atender às mudanças no processo produtivo. Com argumentos evasivos de participação democráticas para a reformulação do currículo, as “inovações” são democraticamente inscritas na legislação regulatória. Dessa forma é que, nas reformas curriculares realizadas no ocidente, o processo de compreensão e criação do conhecimento científico é subordinado ao processo de acúmulo de conhecimentos operatórios e ao uso de ferramentas.

Para que o entendimento da maneira como são construídos os argumentos aceitos na reformulação dos currículos fique claro descrevemos o procedimento adotado. Geralmente há a articulação entre os representantes políticos eleitos nos parlamentos com os setores produtivos. São convidados para participar da decisão de reforma do currículo representantes dos mais variados setores da economia capitalista (comércio, indústria, corporações financeiras etc.). Estes sujeitos são responsáveis por definir as diretrizes gerais norteadoras dos currículos.

Esses representantes dos setores econômicos capitalistas não só participam e definem as orientações gerais para construção do currículo, mas, sobretudo, definem as linhas mestras para formação docente (competências teóricas e comportamentais). Além disso, a realidade das escolas técnicas profissionais é também a realidade das demais escolas. Em várias partes do mundo são contratadas empresas para orientar a gestão escolar. E assim, através de uma democracia de fachada, ou seja, uma democracia entre os setores corporativos com a fachada da participação da sociedade como um todo, é que as competências, habilidades e comportamentos são disseminados nas escolas de acordo com as competências, habilidades e comportamentos exigidos pela empresa capitalista.

Assim, as competências, habilidades e comportamentos chegam na instituição escolar através de um rito suficientemente elementar: a ciência é reduzida e os programas

construídos são padronizados (pacotes educacionais) intimamente alinhados com os objetivos dos setores econômicos capitalistas. Laval (2004), afirma que esse procedimento reafirma e revitaliza o tecnicismo, tayloriza e burocratiza o ensino. Na escola, os estudantes são recrutados, selecionados e formados de acordo com os perfis de cargos e das listas de aptidões exigidas pelo mundo das empresas.

O que chama atenção na compreensão da escola como empresa e indústria do ensino é o risco de desintelectualização no processo de aprendizagem. Na medida em que são prescritas o conjunto de atribuições ao indivíduo, não há dúvida de que se dará prioridade as qualidades pragmáticas da personalidade para atender imediatamente aos anseios de acumulação capitalista e aumento da taxa de lucro.

Nesse sentido, a escola que surge do tempo presente prioriza a mobilização da atividade intelectual dos indivíduos de modo a privá-los das especificidades criativas de produção da ciência e da cultura. De outro, a escola não nutre os ideais humanistas e privilegia o uso das capacidades intelectuais imediatas procedente da experiência espontânea diante dos fenômenos. O que se constata é que instituição escolar está sendo reduzida a uma espécie de apêndice da máquina econômica de forma radical com o advento do neoliberalismo.

Além disso, a crise estrutural do capitalismo irradia do sistema econômico e afeta todas as nuances da vida social repercutindo, sobretudo, na vida política, social e cultural. Na educação, particularmente na escola, os raios incidentes da crise de ‘produção destrutiva’ acirram um aspecto predominante na construção das políticas educacionais que é a subjugação irrestrita às imposições do mercado. De acordo com Saviani (2020),

Grandes conglomerados econômicos que tomam a escola como objeto de investimento capitalista, assim como nas ações das organizações ditas não-governamentais ligadas a grandes grupos econômicos que, em alguns casos, convergem num movimento de maior envergadura como o “Todos pela Educação”, manifestando-se também nas políticas educacionais nos níveis federal, estadual e municipal. Do ponto de vista das ideias pedagógicas essa tendência é representada pelo neoprodutivismo com as variantes do neo-escolanovismo, neoconstrutivismo e neotecnicismo que circulam na forma de supostas teorias travestidas de últimas novidades, na forma das tais “pedagogias do aprender a aprender” que aparecem em versões como “pedagogia da qualidade total”, “pedagogia das competências”, “pedagogias da inclusão”, “pedagogia multicultural”, “teoria do professor reflexivo”, “pedagogia corporativa”, “pedagogia social” e assemelhadas. Nesse quadro promove-se a fetichização das novas tecnologias com uma açodada adesão à educação a distância expandindo o processo de alienação das crianças e jovens. Penetrando nas escolas, as referidas “pedagogias” as descaracterizam convertendo-as em espaços anódinos, esvaziados da função própria da escola ligada ao objetivo de assegurar às novas gerações a apropriação dos conhecimentos sistematizados. É essa tendência que se desenha como hegemônica e que pode perdurar ainda por muitos anos e que,

no Brasil, assume características extremas com o atual governo marcado pela destruição total dos poucos avanços que vínhamos alcançando (Saviani, 2020, p.10).

As implicações dessa política educacional construída sob o fogo cruzado dos grandes conglomerados é a tentativa de eliminação do caráter público da educação a partir do desmonte do Estado brasileiro. No caso da educação, o desmonte do Estado e a perda do sentido público são medidas tomadas meticulosamente através dos próprios mecanismos estatais. Os representantes políticos desses grandes conglomerados atuam de modo muito próprio para flexibilizar as leis e implementar deliberações que atendam seus próprios interesses de mercantilizar a educação, fetichizar o conhecimento. O *modus operandi* é bem simples, inicialmente cortam os recursos do orçamento público para educação, para a produção científica em geral, e na sequência anunciam promessas de privatização seguidas de intimidação e perseguição dos docentes.

A mercantilização da educação e o processo de fetichização do conhecimento é um projeto e se constitui de ação coordenada cujo fim é a dominação de todos os níveis e modalidades de ensino pelo setor empresarial. Os procedimentos adotados para que a educação deixe de ser fim nela mesma e se torne mercadoria são todos produzidos a partir das transformações decorrentes do aperfeiçoamento da exploração do trabalho. Assim, além da privatização clássica na qual se transfere o bem público para a iniciativa privada, a educação vem sendo instrumentalizada a partir dos processos de terceirização, modelos de gestão criados por organizações dos setores empresariais, anteposição da educação a distância, compra de pacotes educacionais previamente estabelecido pela iniciativa privada, nomeação de representantes de empresas privadas para assumir função pública de normatização e avaliação de políticas educacionais, enfim, o acirramento de parcerias público-privado em que o público é subjugado pelo privado.

A esse fenômeno geral da condição da educação escolar Sousa Júnior (2014) caracteriza de crise da escola ou crise dos sistemas nacionais de educação. De acordo com o autor, a crise do trabalho assalariado e a crise dos Estados nacionais são os pilares do capitalismo contemporâneo sob os quais a instituição escolar encontra seu abrigo. No estágio atual de expansão do capitalismo esses pilares se encontram em crise profunda com repercussões indizíveis. Uma dessas repercussões é a própria crise da escola, uma crise de dimensões inauditas dos princípios que regem sua significância desde o contexto de seu surgimento.

Não há dúvida quanto ao contexto de surgimento da escola dentro do processo revolucionário nos idos da ascensão do capitalismo como modo de produção hegemônico moldada pelos ideais da democracia liberal-burguesa. Nesse contexto, a escola emerge como uma instituição cujos princípios são o caráter público, a universalidade, a obrigatoriedade, a gratuidade e a laicidade. Esses princípios são o motor da burguesia revolucionária para impulsionar a consolidação política e ética das sociedades modernas. Esses princípios da escola estão assentados na anatomia mais sensível e imprescindível do modo de produção capitalista.

Há uma correlação determinada entre a instituição escolar burguesa e os pilares de sustentação do capitalismo para a construção do Estado capitalista, nos mesmos moldes que houve uma correlação determinada entre a educação promovida pela Igreja na chamada idade média para manter de pé o poder absoluto dos reis. Com isso estamos apenas sublinhando que na relação educação e economia as relações de determinação não ocorrem de modo unilateral e em uma via de mão única. A superestrutura e estrutura mantem relações correlatas nas quais ora uma ora outra se manifesta com maior intensidade no devir histórico.

O que nos interessa compreender é que uma vez ruindo os pilares de um lado, os princípios do outro também são postos à prova, na mesma relação em que os princípios de um lado sendo abalados, os pilares do outro do mesmo modo entram em colapso. Sousa Júnior (2014) sustenta que a crise do trabalho assalariado e crise dos Estados nacionais são os pilares fundamentais do modo de produção capitalista que estão em crise profunda e afetam prontamente a educação escolar. Na atual correlação de forças políticas as bases de sustentação do modo de produção e da educação são vistas como incapazes de se manterem em pé por si mesma ao mesmo tempo que se mantenha uma orientação política democrática, mesmo que burguesa, porque não há mundo suficiente a ser explorado e controle da força de trabalho que dê conta das necessidades de expansão do modo produção capitalista.

Para Sousa Júnior (2014, p. 244), a crise do trabalho assalariado³², a despeito da interminável discussão em torno dela, é incontestável. De acordo com o autor, o desemprego aumenta e atinge parcelas crescentes da população tanto nos chamados países desenvolvidos e centrais, como nos países de capitalismo periférico denominados subdesenvolvidos. Além disso, cresce a mistificação acerca do trabalho “autônomo” e “informal” para dá cabo ao

³² A crise do trabalho assalariado está relacionada com a chamada fuga de capitais quando estes passaram a preferir a autorreprodução na esfera financeira aos riscos produtivos e comerciais; está relacionada com a mundialização econômica, com o alto grau de desenvolvimento científico e tecnológico alcançado; está relacionada ainda como as novas formas de gestão das forças de trabalho e de organização do processo de trabalho e de organização do processo de trabalho; com as mudanças nos padrões de produção e consumo social (SOUSA JÚNIOR, 2014, p. 250).

problema do assalariamento. Nesse caso, é preciso compreender que as forças sociais em disputa, de uma forma ou de outra, irão encaminhar à instituição escolar a dinâmica de crise do trabalho assalariado de tal forma que as forças dominantes apontem no sentido de adaptar a escola à uma materialidade de subjugação mais acirrada do trabalho fazendo com que as promessas integradoras, igualitárias e democráticas sejam absolutamente deixadas de lado. Assim, a crise estrutural do trabalho assalariado representa um severo golpe para a perspectiva democrática na escola.

A negação da potencialidade liberal-democrática e da promessa integradora da escola no atual estágio do capitalismo é o que Sousa Júnior (2014) denomina de crise da escola. Essa crise anda de mãos dadas, como destacado, com a crise do trabalho assalariado, mas, também, é desdobramento da crise dos Estados nacionais. Isso ocorre porque a escola capitalista surge no contexto em que os Estados nacionais exercem um papel fundamental. De acordo com Sousa Júnior (2014), ocorreu um processo de expansão da escola verificada, especialmente, nos países de capitalismo avançado durante o pós-guerra. Essa expansão foi resultado da ação dos Estados nacionais, mesmo os da periferia do sistema, no sentido de impulsionar o pleno emprego e pôr em prática o modelo fordista-taylorista de produção em um contexto em que a mundialização do capital não havia se realizado.

Com o processo de mundialização e financeirização da economia, a capacidade de governos e Estados escolherem seu próprio caminho de desenvolvimento ou de estabelecer suas políticas educacionais sem aval das corporações industriais e financeiras do capitalismo praticamente desapareceram (Sousa Júnior, 2014). Ao que parece o poder do soberano na formação do Estado nacional foi substituído pelo poder do mercado mundial na nova fase de acumulação mundializada do capital e, assim, os governos e Estados se tornaram meros autômatos dos organismos internacionais controlados pelas facções capitalistas. Nesse sentido, os Estados passam, mais do que nunca, a desempenhar o papel de agentes do capital ao adotar políticas de cortes sociais ao mesmo tempo que submetem as diretrizes da educação às orientações de agências financiadoras (Banco Mundial, ONU, UNESCO etc.).

Enfim, Sousa Júnior (2014) conduz sua argumentação no sentido de constatar que a crise do sistema capitalista nos idos dos anos 1970 abalaram as bases materiais que sustentavam a escola fazendo ruir as expectativas de democratização da educação vinculadas ao ideário de expansão do capitalismo. No atual contexto, a escola se encontra esgarçada nas suas possibilidades de expansão.

5.2 Panorama do neoliberalismo na política educacional brasileira

Notadamente o que se percebe sem maiores ou menores subsídios teóricos é que o neoliberalismo analisado por Laval (2004) no coração da Europa é a filosofia que mais irriga os fundamentos das políticas de educação no chamado mundo Ocidental. A proposta da “empresa educativa” atendendo as transformações do capitalismo contemporâneo tem sido o conceito basilar para fundamentar uma proposta de educação e de instituição escolar em que o “pensamento gerencial” assume o papel central da formação humana. Assim, a totalidade da formação humana é diminuída às especificidades exigidas pelo modo capitalista de produzir mercadorias fetichizadas e a educação e a instituição escolar assumem o papel de gerir a formação alinhada com as exigências do mercado. Isso parece óbvio, porém, é um óbvio cuja intencionalidade tem sido efetiva e decisiva para a sustentação de um modelo de sociedade fundada nas desigualdades e exploração do trabalho.

Embora no Brasil o modelo taylorista-fordista herdado do processo industrial das fábricas não tenha sido incorporado integralmente pelo sistema de educação, é possível afirmar que a educação profissional têm sido o aporte prático para a implementação da formação baseada na formalização, planejamento, racionalização, mecanização, divisão do trabalho, produção de massa e centralidade, proveniente da cultura da fábrica.

Alguns setores educacionais (universidades, escolas etc.) ultrapassaram os parâmetros do fordismo e taylorismo formadores de indivíduos para a realização de atividades simples, mecânicas e repetitivas e avançam na formação de um profissional flexível capaz de realizar atividades com um pouco de complexidade e capaz de emitir e receber mensagens. Isso quer dizer, evidentemente, que as relações de determinação do modelo de produção econômica andam de mãos dadas com as definições dos objetivos educacionais no Brasil. É nesse sentido que a sombra do neoliberalismo como filosofia do capitalismo atual tem se projetado substancialmente na formulação dos objetivos, princípios e finalidades da educação e da instituição escolar.

A educação neoliberal é unilateral, atenta apenas para uma única dimensão da formação, a dimensão da instrução para o trabalho alienado. Na perspectiva neoliberal a emancipação se dá pela exploração do trabalho e concentração de riqueza individual, a educação forma para o alcance desse ideário posto na vida das pessoas como destino inevitável. Além disso,

As reformas liberais na educação são, portanto, duplamente guiadas pelo papel crescente do saber na atividade econômica e pelas restrições impostas pela competição sistemática das economias. As reformas que, em escala mundial, pressionam para a descentralização, para a padronização dos métodos e dos conteúdos, para o novo “gerenciamento” das escolas, para a “profissionalização” dos professores, são fundamentalmente “competitiveness-centred”. [...] A concepção de educação que inspira hoje em dia as reformas está longe de ser somente francesa, e ainda se tem muita tendência, quando é questão de educação, a só considerar os debates hexagonais. Não sem ter integrado certos traços propriamente nacionais, ela saiu em grande parte da grande onda neoliberal que penetrou profundamente, desde os anos 1980, as representações e as políticas nos países ocidentais[...] Os objetivos que se podem dizer “clássicos” de emancipação política e de expansão pessoal que estavam fixados para a instituição escolar, são substituídos pelos imperativos prioritários de eficácia produtiva e de inserção profissional. Assiste-se, no plano da escola, à transmutação de todos os valores em um único valor econômico (Laval, 2004, p. XIII-XIX).

A educação neoliberal não é consensual, é produto da dominação de classe e luta de classes na sociedade capitalista. A única solução para os conflitos inerentes ao sistema de produção capitalista de produção é a substituição por outro sistema em que a classe trabalhadora tenha o poder político para reorganizar a produção e desenvolver um modo de vida diferente. Ao processo de substituição do sistema é imprescindível a construção das raízes do novo sistema nas malhas do caduco sistema em decadência. Essas raízes podem ser criadas através de experiências vanguardistas de práticas concretas da educação efetivada nos movimentos sociais.

Veremos mais adiante que para além da crítica ao neoliberalismo, a economia solidária, como movimento social, aponta uma visão de emancipação atrelada à vida comum, ao espírito coletivo e ao compartilhamento do mundo com a compreensão de que o próprio ser humano é mundo, é natureza. A economia solidária, desse ponto de vista, subverte os ideais mecanicistas de dominação do homem e da mulher e dominação da natureza, base da cosmovisão neoliberal, ao vislumbrar o perfilamento de um mundo social de cooperação que pode surgir com a educação do ser humano ‘pré-ocupado’ com um porvir coletivo e solidário. A construção das bases dessa educação anti-liberal, anti-burguesa, anti-individualista, estão presente de várias maneiras na dinâmica e processo dos movimentos sociais de luta dos trabalhadores/as por uma autêntica emancipação humana. No caso da economia solidária suspeitamos que ela traz nas suas nuances educativas as raízes para a construção de um ser social ‘pré-ocupado’ com esse amanhã cuja determinações apontem para o trabalho associado, a riqueza distribuída e a natureza preservada.

Antes, todavia, de analisar mais cautelosamente a proposta de uma economia solidária como antípoda da economia neoliberal do capitalismo atual, traçamos um panorama geral das implicações do neoliberalismo na política educacional brasileira.

O neoliberalismo³³ emerge após as duas grandes Guerras mundiais na Europa e nos Estados Unidos. O neoliberalismo se realiza como uma contrarreforma de Estado baseado na crítica ao Estado intervencionista e de bem-estar social. A base teórica originária do neoliberalismo é o livro “O caminho da servidão”, de Friedrich Hayek, de 1944. O neoliberalismo abordado no texto de Hayek é apresentado como uma defesa entusiasta, beirando ao fanatismo, dos mecanismos de mercado e pela recusa de qualquer intervenção Estatal nas liberdades individuais, sobretudo as liberdades econômicas e políticas. Suas teses principais são construídas a partir de uma apaixonada crítica contra o programa do partido Trabalhista Inglês (Anderson, 1998).

O neoliberalismo é uma resposta à crise do capitalismo. A ideia é responsabilizar o setor público pelo colapso do capitalismo contemporâneo. A justificativa para sua formulação situa-se na crítica de dois aspectos do chamado Estado de bem-estar social, qual seja, a ineficiência do Estado e a criação de uma rede de privilégios estatais. Assim, há o endeusamento do setor privado, caracterizando-o como único setor capaz de eficiência e qualidade na prestação de serviços e na produção de bens. Nesse sentido, sua premissa fundamental é a de que o Estado deve ser mínimo (Harvey, 2013).

Os governos neoliberais fazem uso de um conjunto de estratégias para tornar mínima a presença do Estado na organização das relações sociais. Não se trata só da privatização direta de empresas. O neoliberalismo privatiza serviços sociais essenciais para a vida em sociedade como, por exemplo, os serviços de saúde, moradia e educação. Seu *modus*

³³ Outra fonte importante para compreender o neoliberalismo, sobretudo, o neoliberalismo na educação é Milton Friedman. A esse respeito ver: FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: LTC, 2020. Milton Friedman demonstra atenção com a questão educacional. Sua ideia central era remover o Estado do setor educacional. Em vez de alocar recursos de forma ineficaz nas instituições públicas de ensino, Friedman propôs a criação de um sistema de "vouchers" ou cupons para cada estudante. Com esses recursos em mãos, os pais teriam a liberdade de escolher a escola privada que considerassem mais adequada para seus filhos. Ele argumentava que os pais deveriam receber vouchers ou cupons do governo que poderiam ser usados para pagar a educação de seus filhos em escolas públicas ou privadas. Isso, segundo ele, permitiria que os pais escolhessem a melhor escola para seus filhos, introduzindo competição no sistema educacional. Todavia, o sistema de vouchers poderia agravar a segregação socioeconômica no sistema educacional, uma vez que as escolas privadas podem escolher seus alunos com base em critérios financeiros. Isso poderia levar a uma situação em que escolas de baixo custo atendessem predominantemente a estudantes de baixa renda, enquanto escolas de alto padrão atrairiam estudantes mais afluentes, exacerbando as desigualdades educacionais. Além disso, a retirada do Estado do controle direto da educação levanta preocupações sobre a falta de regulamentação. Sem regulamentações adequadas, as escolas privadas podem não ser obrigadas a cumprir padrões mínimos de qualidade ou a atender a alunos com necessidades especiais. Isso poderia levar a disparidades na qualidade da educação e na inclusão de estudantes.

operandi passa inicialmente pela retirada dos investimentos sociais para em seguida colocar em prática programas emergenciais atenuantes, cujo objetivo é protelar a crise tendo em vista que sua mola mestra é o estado de crise constante do Estado.

Na década de 1970, as ideias neoliberais chegam à América Latina. O palco da implantação da suposta experiência de solução da crise estrutural do capital foi o Chile no governo do General Pinochet. A ditadura de Pinochet é considerada o laboratório para experimentação dos aspectos mais essenciais do neoliberalismo. A ênfase das medidas ditatoriais recaiu sobre a privatização radical das empresas públicas, a repressão sindical, a concentração de riqueza nas mãos dos ricos, números inconcebíveis de desemprego e abertura econômica radical (Mariani, 2007)

No Brasil dos anos 1970, em plena ditadura militar, a educação é concebida como o meio para assegurar a produtividade e a renda do país. A educação básica deveria capacitar os jovens para atuação no mercado através de uma formação prático-técnico. A educação superior estava voltada para a formação específica de mão-de-obra qualificada para atuar nas empresas e indústrias e ao mesmo tempo formar os novos dirigentes do país. Assim, a educação assumia um papel exclusivamente tecnicista com a finalidade de preparação dos profissionais para atuarem como indivíduos capazes de contribuir como o desenvolvimento econômico e social do país, ou seja, mão de obra capaz de alimentar o grande exército de reserva para dar conta do processo de retomada do capitalismo norte-americano que tentava superar sua crise estrutural a partir do incentivo ao consumo e do alheamento político das relações de dominação impostas pelo grande capital que ressurgia das cinzas (Saviani, 2007).

Nos anos de 1990, o neoliberalismo chega ao Brasil a partir do governo dos ex presidentes Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso (FHC). A década é marcada pela incerteza. Esses governos possuem uma retórica afinada no que diz respeito a importância da educação para a sociedade, ao mesmo tempo, reduzem os investimentos da área e invocam os setores privados e organismos não-governamentais para a base de debate sobre os problemas da educação (Saviani, 1996).

No governo de Collor de Melo/Itamar Franco (1990-1995) o neoliberalismo teve seu pontapé inicial, mas foi no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), afirma Shiroma *et al.* (2011), em que as reformas educacionais marcadamente neoliberais são apresentadas. A educação é vista como uma estratégia fundamental para aumentar a competitividade e potencializar a ascensão do país na agenda internacional. Nesse sentido, é que as reformas educacionais vão se adequando não só às reivindicações por universalização da educação escolar e da democratização das oportunidades educacionais, mas, sobretudo para se alinhar ao

cenário de mudanças nas relações sociais, culturais e econômicas da conjuntura neoliberal (Shiroma *et al.*, 2011).

O neoliberalismo chega no ensino médio e no ensino profissional da rede federal depois de ‘críticas’ realizadas pelo Banco Mundial no final dos anos 1980. Os relatórios do Banco Mundial apontavam na sua análise um alto gasto realizado com a educação. No geral, as críticas sempre sinalizavam em direção aos altos custos com um número reduzido de estudantes das escolas técnicas no Brasil em detrimento do reduzido investimento com o ensino estadual e municipal (Kuenzer, 1997).

Até meados dos anos 1990, os relatórios produzidos pelo Banco Mundial sobre o ensino médio e técnico do Brasil sempre foram contundentemente contestados pelos intelectuais da educação e mesmo por órgãos do governo brasileiro. Porém, em 1994 com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a posse do Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, as críticas do Banco Mundial foram incorporadas por esse governo resultando no Planejamento Político-Estratégico de 1995-1998. Então, o planejamento era apresentado como proposta para que o Brasil pudesse ingressar nas vias de desenvolvimento dos países desenvolvidos. Para isso, seria necessário realizar investimentos na formação e na preparação de recursos humanos com o objetivo de apresentar competitividade e manejar tecnologias de ponta importadas dos países de primeiro mundo. Assim surgiu o Decreto 2.208/97 fortemente influenciado pelo ideário neoliberal (Kuenzer, 1997).

O Decreto 2.208/97 de FHC é conhecido por ter acentuado o dualismo na educação brasileira ao estabelecer a separação entre formação geral e formação profissional. Assim, era oferecida uma formação geral, científica, propedêutica, de preparação para o ingresso na universidade, para o filho dos ricos; ao passo que para o filho do pobre era oferecida uma formação técnica aligeirada cuja finalidade era possibilitar o mero ingresso imediato no mercado de trabalho. Desse modo, a educação profissional passa a ser a porta de entrada do neoliberalismo à medida que seu funcionamento atende à expectativa do campo econômico, formando mão-de-obra qualificada e barata para se inserir nos processos produtivos e salvar o capitalismo de sua crise estrutural (Kuenzer, 1997).

Portanto, a essa orientação político-econômica nos governos brasileiros de 1970 até o início do século XXI denominamos de neoliberalismo clássico. Compreendemos o neoliberalismo clássico como um dispositivo criado no seio do capital com o objetivo de superar sua própria crise. O dispositivo neoliberal clássico ocorre quando há transferência da gestão das riquezas produzidas por toda a sociedade para o setor econômico de mercado, no qual a propaganda que se faz é a de ser um setor supostamente neutro, impessoal, eficaz e eficiente,

porém, na prática social o que se percebe é que esse setor é o setor cuja única objetividade racional é o lucro e ampliação da exploração do trabalho.

Após o governo de Fernando Henrique Cardoso, tivemos os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2015) do Partido dos Trabalhadores (PT), governos reconhecidamente progressistas e com uma pauta política de centro-esquerda.

O governo de Lula e Dilma inegavelmente asseguraram que o Estado assegurasse qualquer sensação de bem-estar para a população brasileira. O governo é marcado por políticas importantes no que diz respeito à educação e inclusão social tais como o Programa Bolsa Família e o Programa Mais Educação. Os investimentos nas políticas sociais, o aumento de empregos formais resulta indiscutivelmente na saída de milhões de brasileiros da miséria absoluta (Jesus e Silva, 2019).

Na arena educacional, a política desenvolvida é avaliada como contraditória. A aliança forjada com setores empresariais, inclusive com a participação de integrantes do governo na criação do Movimento Todos pela Educação em 2006, indica seu caráter contraditório. Esse pacto de alinhamento entre os setores empresariais e a classe explorada representa a continuidade do neoliberalismo do governo Fernando Henrique Cardoso (Jesus e Silva, 2019). Porém, compreendemos que esse neoliberalismo aparece com outra roupagem.

Embora tenha sido implementado o maior programa de expansão das Instituições Federais de Ensino superior, o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais); e se tenha posto em execução o maior plano de expansão da Rede Federal de Educação profissional cujo o resultado foi o salto de 144 unidades em 2006 para 659 unidades em todo o país em 2018, os governos petistas foram marcados pelos traços neoliberais a medida que todos esses esforços foram em sua grande maioria capazes de beneficiar mais as instituições privadas.

De acordo com Jesus e Silva (2019), nos governos de Lula e Dilma os recursos da união, em sua maioria, foram utilizados para financiar o sistema S (SESC, SENAI, SESI E SENAC), para financiar instituições privadas de ensino superior, de educação profissional e tecnológica e fundações públicas de direito privado, bem como para financiar empresas para formação dos trabalhadores e para entidades privadas sem fins lucrativos. Quer dizer, a grande quantidade de recursos aportados para financiamento da educação profissional e tecnológica foi destinada ao setor privado.

Mesmo considerando que os governos de Lula e Dilma procuraram localizar a política educacional no plano de direitos essenciais na construção da cidadania e para o desenvolvimento da sociedade interligando à política educacional os programas de distribuição

de riqueza e dialogando com setores dos movimentos sociais, não se pode negar um conjunto de contradições no que diz respeito às relações com as organizações populares, as quais aguardavam mudanças estruturais na condução do conflito entre Estado e capital.

As políticas educacionais nos governos petistas, no geral, foram criadas com base na liberalização e estímulo à atuação de segmentos privados a partir da destinação de parte do fundo público para a criação de um marco regulador que favoreceu a transferência de atividades estatais para o setor privado. De acordo com Theresa Adrião e Cássia Domiciano (2018, p.11), o portal da transparência revela o protagonismo de certas corporações que atuam na área educacional e prestam serviços aos sistemas públicos de ensino. As autoras verificam os gastos do FNDE e constatam que em 2014 do total de R\$22 bilhões para a educação, um total de R\$17 bilhões foi destinado ao FIES. Os grupos mais beneficiados foram Anhanguera Educacional, Estácio de Sá, Faculdades Maurício de Nassau, Uninove, Editora Abril, Ática, Moderna/Santilhana, Saraiva, Positivo, Scipione, Pearson. Assim, as autoras concluem que durante os governos de Lula e Dilma ocorreu um processo de privatização decorrente da ampliação de convênios com instituições privadas.

A caracterização do governo Lula e Dilma não pode deixar de ser inserida como uma caracterização de um governo cuja orientação foi neoliberal, mesmo diante dos avanços de investimentos e com toda a boa intenção. Podemos dizer, no entanto, que o neoliberalismo implementado foi do tipo brando à medida que se propôs conciliar a necessidade pública com a voracidade e avidez desmedida por lucro advinda dos setores privados.

Trata-se, dessa forma, de um tipo de neoliberalismo não-clássico. O neoliberalismo clássico atribui ao Estado a tarefa direta e objetiva de tornar mínima a atuação dos seus mecanismos para realização de uma finalidade social e pública. A tipologia de neoliberalismo desenvolvida pelo governo petista para orientar sua política de Estado foi pautada na possibilidade de os dispositivos estatais poderem favorecer os setores privados em escala razoável e a atividade pública no seu essencial. Ao invés de transferir integralmente para o campo econômico a gestão dos recursos públicos, o governo atuou como árbitro, cedendo quantias generosas do fundo público para os grupos dominadores e exploradores e o mínimo para a manutenção da existência dos dominados. Obviamente que não se pode desprezar o empenho na criação de mecanismos de inclusão e o senso de justiça social.

Em 2016 o governo de Dilma Rousseff sofreu um golpe de Estado. De acordo com Graça Costa (2016), o Brasil viveu em 2016 um golpe contra o trabalhador porque seu objetivo era desmontar o parco Estado de bem-estar social desenhado pela constituição de 1988. O golpe não se deu nos moldes clássicos do que há pouco tempo já havia ocorrido na América Latina

entre os anos de 1960 a 1980. De acordo com Jinkings (2016), a presidente eleita foi deposta através de um processo político alicerçado em uma interpretação extremada da Constituição aliada ao ardid judiciário, para demonstrar licitude no conluio entre parlamento e poder judiciário legitimado pela mídia corporativa e laçaias das elites financeiras do país.

O golpe toma corpo com o lançamento do plano “Uma ponte para o futuro” do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em dezembro de 2015, o presidente da câmara dos Deputados aceitou o pedido de impeachment contra a presidente alegando crime contra a lei orçamentária e a lei de improbidade administrativa, imputando à presidente crime de responsabilidade por ter realizado “pedaladas fiscais”. Em abril de 2016, o plenário da câmara acatou o relatório favorável ao impedimento da presidente. De acordo com Jinkings (2016, p. 12), “numa sessão em que parlamentares indiciados por corrupção e réus em processos diversos dedicaram seu voto a Deus e à família, numa espetacularização execrável da política” os Deputados encaminham para o Senado a decisão do afastamento da presidente.

Ruy Braga (2016), afirma que diante da crise do capital, os bancos brasileiros passaram a exigir do governo federal um aprofundamento da estratégia de austeridade. Do mesmo modo, as grandes empresas também exigiram ajustes recessivos na economia, bem como o aumento do desemprego e a contenção do ciclo grevista marcado na história como sendo um dos mais ativos. A exigência dos banqueiros e grandes empresários previa um conjunto de reformas antipopulares como a reforma da previdência e a trabalhista. O governo recuou e assumiu a pauta do ajuste fiscal.

O recuo de Dilma, diz Ruy Braga (2016), e, conseqüentemente, a implantação da pauta de austeridade, ressoou como traição aos 53 milhões de votos obtidos na eleição. Acrescenta-se a isso o descontentamento dos setores médios tradicionais da população brasileira insatisfeitos com a diminuição das desigualdades entre as classes sociais. Além disso, a intensificação de negociações entre o PSDB e PMDB em torno da realização das medidas de austeridade e supressão dos gastos com educação, saúde e programas sociais do governo, cada vez mais assumia corpo e se mostrava para o capital financeiro como alternativa mais confiável para realização de sua agenda ultraneoliberal.

Consumado o golpe de Estado, o governo de Michel Temer assume o poder sob a insígnia de “traidor” e “golpista”, e põe em prática o plano das elites financeiras. No plano da educação, ficou claro logo de início o alinhamento do governo com um projeto de sociedade que coloca como valor fundamental a salvação do capitalismo, mesmo que isso custasse o corte em investimentos cruciais para manutenção da melhoria de vida da população. Adota-se, nesse

caso, um neoliberalismo primitivo no qual o Estado efetivamente precisa diminuir drasticamente seus gastos com projetos sociais e se render à administração da crise do capital.

O documento apresentado pelo partido político PMDB denominado “Ponte para o futuro” foi apresentado no entremeio do golpe de 2016, e trouxe recomendações reveladoras das suas raízes ultraneoliberais. Em linhas gerais, a proposta encaminhou, dentre outras coisas, a proposição de uma reforma educacional completamente subserviente aos interesses das grandes corporações educacionais ao tratar a educação como um gasto excessivo do Estado a qual necessitaria de investimento privado. E, nesse caso, no documento “Ponte para o futuro” é afirmado:

Para ser funcional [o Estado] ele deve distribuir os incentivos corretos para a iniciativa privada e administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade (Fundação Ulisses Guimarães/PMDB, 2015, p.4).

É necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação, em razão do receio de que o Executivo pudesse contingenciar, ou mesmo cortar esses gastos em caso de necessidade (Fundação Ulisses Guimarães/PMDB, 2015, p.9).

Temos que viabilizar a participação mais efetiva e predominante do setor privado na construção e operação de infraestrutura, em modelos de negócio que respeitem a lógica das decisões econômicas privadas, sem intervenções que distorçam os incentivos de mercado, inclusive respeitando o realismo tarifário (Fundação Ulisses Guimarães/PMDB, 2015, p.17).

É importante, nesse momento, apresentar nossa compreensão de ultraneoliberalismo. Entendemos por ultraneoliberalismo a radicalização da manutenção da propriedade privada dos meios de produção se utilizando sornateiramente de uma suspensão temporária da democracia ao passo que incentiva os indivíduos a buscar somente seus interesses individuais, isto é, todas as dimensões da vida em sociedade passam a ser um assunto de negócios gerenciais.

Ao nosso ver, o documento “Ponte para o futuro” é um claro marco definidor dos traços fundamentais da lógica ultraneoliberal, última faceta da onda neoliberal. Ao indicar mudanças na constituição para privilegiar a iniciativa privada, o documento tanto é testemunho de uma suspensão temporária da democracia como também de uma clara subordinação do Estado à uma suposta ordem espontânea do mercado cuja função é apenas dirimir os conflitos sociais. Ao mesmo tempo, o documento registra que os meios de produção estejam efetivamente dobrados ante à lógica das decisões econômicas privadas.

Além de se caracterizar como ultraneoliberalismo, o documento, por um lado, indica um conjunto de ações políticas e econômicas com o objetivo de garantir a reprodução de

um modelo de sociabilidade efetivamente excludente voltado para o máximo lucro das corporações privadas e a funcionalidade diminuta do papel do Estado para a coletividade social. O Estado é transformado em mero incentivador da iniciativa privada e condutor de ajuste fiscal. Por outro lado, a desvinculação constitucional das despesas públicas é, ainda, mais um ataque agressivo aos direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores e trabalhadoras.

Assim, coube ao governo do presidente Michel Temer criar as condições jurídicas para dar início às modificações legais que o Projeto de destruição do Estado Republicano pretendeu aprofundar. No seu governo, foram aprovadas a proposta de emenda constitucional número 55, a chamada “PEC do final do mundo”³⁴ (Brasil, 2016), a terceirização das atividades no serviço público (Brasil, 2018) e a reforma trabalhista e o trabalho intermitente (Brasil, 2017). Essas reformas estão no bojo da necessidade imposta pelo capital para reorganizar/destruir o Estado, especificamente o Estado de bem-estar social desenhado pela constituição de 1988, à luz das necessidades de valorização do capital no século XXI, momento de desenvolvimento econômico a partir do enfoque no setor de serviços que assume o espaço de acumulação capitalista em detrimento da retração da indústria e da agricultura.

Na mesma toada da radical entrega ao setor privado dos recursos públicos da educação, o governo de Jair Bolsonaro atravessa a ponte do pretérito e elege a educação como o alvo de seu método de destruição do Estado republicano. Os elementos presentes na política de destruição desse atual governo procuram harmonizar traços de um neoliberalismo radical com traços de neofascismo. A conduta ultraneoliberal do governo é pautada pelo entendimento de que o Estado deve se subordinar integralmente à lógica do mercado capitalista e, nesse caso, há uma intensificação da pauta de privatização. Ao que diz respeito aos traços neofascistas, no governo Bolsonaro predomina o incentivo para que os indivíduos atuem de tal modo que a ação se radicalize em direção ao egoísmo social e na descrença em relação aos acordos coletivos nutrindo um sentimento de barbárie social em que os indivíduos se reúnem tão-somente para a prática de atos violentos.

³⁴Apelidada de PEC da Morte, é considerada o maior retrocesso aos direitos do povo brasileiro, pois ataca direitos até então garantidos pela Constituição Federal de 1988, instaurando o fim do Estado social. O senador Lindbergh destacou que esta é a segunda vez que no dia 13 de dezembro a Constituição é rasgada, quando, em 1968, foi promulgada o Ato Institucional nº5 (AI-5). “Em 1968, a democracia usurpada foi definitivamente enterrada, e todas as garantias individuais foram jogadas no lixo; hoje, em 2016, as vítimas da vez foram os direitos sociais: educação, saúde, salário-mínimo, cultura, habitação. Todos os investimentos congelados por 20 anos, graças a um governo golpista e capacho do mercado”. A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) decretou que aqueles que votaram a favor da PEC 55 entrarão “para a história como os coveiros da cidadania, da Constituição de 88” (Disponível em: <https://www.pt.org.br/nos-48-anos-do-ai5-senado-rasga-a-constituicao-e-aprova-pec-55/>. Acesso em: março de 2021).

No que diz respeito a educação, a constatação é que os recursos públicos não estão sendo efetivamente utilizados para investimentos públicos; o orçamento tem sido ano após ano diminuído e, assim, cresce a oferta privada da educação concentrada nas mãos dos mais diversos empreendimentos empresariais cujo objetivo é transformar a educação em mercadoria e arrancar-lhe o máximo de lucro causando prejuízo à classe trabalhadora. Essa mesma classe, vulnerável e explorada, é também a responsável pelo pagamento das maiores quantias que constituem o montante de impostos que originam o fundo público. Ao final das contas, compreende-se que o objetivo da política educacional orientada pelo ultraneoliberalismo é o desmonte da atividade pública do Estado.

Torres (2019), faz um balanço da política educacional do primeiro ano de mandato do governo Jair Bolsonaro. Dentre as medidas adotadas pelo governo, Torres (2019) destaca o caráter autoritário nas linhas gerais de uma proposta que não é discutida nos fóruns e colegiados representativos da educação. Cita, por exemplo, a proposta de se criar um programa de Escola sem partido para combater o que denomina de ideologia de gênero, doutrinação ideológica e marxismo cultural. O programa pode ser avaliado como o ressuscitamento das patrulhas ideológicas dos regimes autocráticos e, sem sombra de dúvida, como um movimento de ataque ao conhecimento historicamente acumulado com o objetivo de manter a maior parte da população desprovida de qualquer “ilustração”.

As medidas do governo Bolsonaro não deixam de surpreender. As surpresas não são devido ao caráter de novidade das ações, mas, necessariamente, pela percepção do recuo histórico a qual estão vinculadas. É nesse sentido que, por exemplo, a proposta de revisão dos livros didáticos com vistas a excluir as fontes científicas e/ou reduzi-las à mera questão de opinião; a exaltação da ditadura militar como movimento cívico amenizando as ações autoritárias, torturas, prisões e não aceitação da divergência política; são expressões de uma política educacional capitaneadas pelo Ministério da Educação. Para se ter uma ideia, o retrocesso é tão inimaginável que um dos Ministros da educação do governo enviou comunicação para que as escolas pudessem organizar as crianças em filas perfiladas para cantar o hino nacional, bradar o slogan do governo e serem filmados³⁵. Além de soar como um

³⁵ A solicitação foi realizada pelo ministro Vélez Rodríguez por email a diretores de Escolas públicas e particulares de todo o país conforme reportagem da Folha de São Paulo e de publicação no próprio site do Ministério da Educação do dia 25/02/2019 e 26/02/2019 respectivamente. <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/mec-pede-a-escolas-para-que-cantem-o-hino-nacional-e-filmem-as-criancas.shtml>
<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/73671-ministro-da-educacao-envia-carta-a-escolas-do-brasil>.

saudosismo dos tempos autoritários da história brasileira, o encaminhamento do ministro eoca como um deboche, para não dizer incompetência, do reconhecimento dos reais problemas educacionais e a precariedade do ensino em todo o país.

Torres (2019), menciona no seu balanço da política educacional do primeiro ano do governo Bolsonaro o fato de serem anunciados cortes no orçamento das instituições federais sob a justificativa de cometimento de “balbúrdia” nas instalações de Universidades e Institutos Federais; além disso, algumas instituições têm parte do seu orçamento bloqueado por motivações ideológicas. Foi promovido um alinhamento entre o Ministério da Justiça cujo ministro era Sérgio Moro, e o Ministério da Educação, com o objetivo de criar uma “operação lava a jato da educação” que visava desmoralizar o sistema de educação federal e espetacularizar operações com a polícia federal nas reitorias, departamentos e programas de ensino, pesquisa e extensão das universidades e institutos federais.

No mesmo período ocorreram pronunciamentos oficiais sobre a possibilidade de cobrança de mensalidades em programas de pós-graduação *stricto-senso*. De acordo com Torres (2019), o intuito era promover a expansão do ensino superior privado atrelado à lógica mercantil sob o controle de fundos de investimentos. Afora essas investidas, destaca Torres (2019), ocorreu ainda a suspensão do repasse de 30% de verbas discricionárias das universidades e institutos federais e no FUNDEB; suspensão de editais de incentivo a pesquisa; ataque a gestão democrática com a proposta de militarização das escolas.

Desse modo, o teor ultraneoliberal ficou marcado com maior ênfase, no início do governo de Bolsonaro, a partir do lançamento do programa “future-se”. Nesse programa há clara e distintamente a intenção mais evidente do desmonte do caráter público da educação. O programa valida e legaliza a privatização do ensino superior e institutos federais a partir da criação de um novo mecanismo de financiamento da educação, qual seja, o financiamento empresarial administrado por Organizações Sociais (OSs) criadas por particulares/empresas a fim de exercerem atividade de interesse social. As instituições de ensino devem prover seu autofinanciamento desobrigando o Estado de custear as instituições públicas. O programa “future-se” coloca a pesquisa científica assujeitada aos interesses do mercado com o objetivo claro de produzir ciência para atender interesses de determinadas empresas e suprimir a pesquisa no campo das humanidades. Segue o que consta na apresentação do documento realizada pelo MEC:

Para que o programa seja viável será constituído um Fundo, vinculado ao Ministério da Educação, com a finalidade de possibilitar o aumento da

autonomia financeira das Ifes, bem como ampliar e dar previsibilidade ao financiamento das atividades de pesquisa, extensão, desenvolvimento, empreendedorismo e inovação, por meio do fomento a novas fontes de recursos, os recursos relacionados ao projeto deverão ser vertidos em Fundo de investimento, que será selecionado mediante procedimento simplificado.

Constituem recursos do Fundo:

I – as receitas decorrentes de:

- a. prestação de serviços compreendidos no objeto da IFES, tais como estudos, pesquisas, consultorias e projetos;
- b. comercialização de bens e produtos com a marca das instituições apoiadas;
- c. alienação de bens e direitos;
- d. aplicações financeiras que realizar;
- e. direitos patrimoniais, tais como aluguéis, foros, dividendos, bonificações, comodatos e concessões;
- f. exploração de direitos de propriedade intelectual;
- g. acordos e instrumentos congêneres que realizar com entidades nacionais e internacionais;
- h. matrículas e mensalidades de pós-graduação lato sensu nas universidades federais.

II – as doações, legados e subvenções realizados por pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, inclusive de Estados, Distrito Federal, Municípios, outros países, organismos internacionais e organismos multilaterais;

III – os ganhos de capital e os rendimentos oriundos dos investimentos realizados com seus ativos;

IV – a quantia recebida em decorrência das leis de incentivo fiscal;

V – as doações da rentabilidade das cotas do MEC nos fundos de investimento, como forma de ação supletiva, desde que autorizado pelo Comitê-gestor;

VI - rendas provenientes de outras fontes (Future-se, 2019, p.8).

O que é apresentado como autonomia financeira representa de fato uma desobrigação de investimentos públicos³⁶ para que o setor privado atue objetivamente nos sistemas de educação com o objetivo de garantir de forma eficaz a formação profissional na órbita a qual interessa aos setores específicos do capital. Dessa forma, a formação profissional e a formulação de políticas educacionais, por exemplo, seriam delineadas por corporações empresariais. Essas corporações partem da preconcepção segundo a qual a escola burguesa tradicional já não atende de maneira integral os desígnios do capital e, nesse sentido, necessita de um direcionamento gerencial mais eficiente.

³⁶As linhas mestras dessa concepção são produzidas a partir das proposições de Milton Friedman (2020) segundo o qual sugere que os governos, em vez de financiar diretamente as instituições educacionais, poderiam fornecer aos pais uma quantia máxima anual por filho para a educação. Os pais teriam a liberdade de escolher como gastar esse dinheiro em serviços educacionais "aprovados", que poderiam ser fornecidos por empresas com fins lucrativos ou instituições sem fins lucrativos. O governo teria um papel limitado, garantindo que as escolas atendessem a padrões mínimos, semelhantes à inspeção de restaurantes para garantir padrões de saúde mínimos. Esse modelo já foi implementado em programas educacionais, como o dos veteranos da Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos, onde cada veterano recebia uma quantia máxima anual para gastar em uma instituição de sua escolha que atendessem a padrões mínimos. Alguns exemplos mais limitados desse modelo podem ser encontrados na Inglaterra e na França, onde autoridades locais ou o governo ajudam a pagar os custos de estudantes que frequentam escolas não estatais. A proposta de Friedman é a proposta de privatização da educação, o que é preocupante porque destrói a perspectiva de que a educação é bem público e universal, não podendo ficar refém da lógica de mercado.

Outro desdobramento regressivo das linhas balizadoras do programa “future-se” é a questão da contratação de profissionais. O “future-se” prevê o fim dos concursos públicos e a precarização dos planos de carreira dos docentes a partir de contratações flexíveis através de Organizações sociais (OS). De acordo com o documento,

os contratos de gestão poderão ser celebrados com organizações sociais já qualificadas pelo Ministério da Educação ou por outros Ministérios, sem a necessidade de chamamento público, desde que o escopo do trabalho esteja no âmbito do contrato de gestão já existente (Future-se, 2019, p.2).

De acordo com Torres (2019), o “future-se” promove a extinção do regime de dedicação exclusiva para atividades de ensino, pesquisa e extensão permitindo uma complementação da renda via a comercialização de pesquisas para o setor privado e a realização da venda das atividades de extensão para a comunidade.

Outro destaque importante que Torres (2019, p.4) faz é com relação ao aumento das ações na Bolsa de Valores de algumas corporações conhecidas pelos lucros grandiosos oriundos do investimento na área da educação após o lançamento do programa “future-se”. De acordo com o autor, as ações da Kroton Educacional S.A (Anhanguera, Unopar e Pitágoras), Estácio Participações S.A (Estácio de Sá), GAEC Educação S. A (São Judas e UNIBH) e SER Educacional S. A (Univeritas, Uninassau), negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), registraram uma tendência de alta a partir do anúncio de lançamento do “future-se”, bem como as ações da Laureate Education Inc (Anhembi Morumbi e FMU), negociadas na NASDAQ e as ações da Adtalem Global Education (Ibmec), negociadas na bolsa de Nova York, também apresentaram alta nos transcorrer dos dias após o anúncio da implementação do “future-se”. Ao que tudo indica, o “future-se” é a radicalização da entrega de recursos públicos para a iniciativa privada. Estes grupos econômicos vislumbram no ensino profissionalizante e educação superior um nicho para negócios de vultosos lucros, cujo investimento é certeza de potencial retorno financeiro.

Roberto Leher (2021) faz a análise do PL 3076/2020 que institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se, e avalia que a ementa do PL propõe medidas para os Institutos e Universidades Federais se tornarem instituições inovadoras, incorporadas ao mercado capitalista dependente, aptas a se posicionarem em um futuro idealizado e positivo. Todavia, destaca que a amplitude das mudanças propostas está em oposição ao método de construção do PL, uma vez que as próprias Universidades, Institutos Federais, entidades e organizações vinculadas à pesquisa e desenvolvimento e a comunidade científica em geral não foram convocadas para debater a elaboração do PL. Além disso, o

referido Projeto de lei, diz o autor, propaga o *ethos* empresarial como atividade de gestão das universidades e naturaliza o desenvolvimento desigual das áreas de conhecimento. Enfim, o PL visa a criação de uma política pública desrespeitosa, antidemocrática e antirrepublicana.

Outro autor que faz uma análise a qual concordamos é Mauro Del Pino (2020). De acordo com ele, foi na conjuntura de bloqueio de 30% do orçamento das Universidades e Institutos Federais que o programa “Future-se” foi anunciado. Trata-se de promover a inoperância e deterioração das instituições para que se possa imputar incompetência da gestão pública e a defesa do setor privado na promoção de serviços educacionais. Nesse caso, o caminho trilhado é óbvio, subfinancia, terceiriza até se propor a privatização. A consequência é a concentração violenta de riquezas nas mãos de pequena parcela dos indivíduos, a terceirização dos serviços sociais e a precarização radical do trabalho.

Enfim, o governo de Bolsonaro, no campo da política educacional, se revela um grande adepto das medidas ultraneoliberais. Os investimentos em educação pública decrescem de maneira comprometedora. O orçamento das Universidades e Institutos Federais regrediram a patamares comparáveis apenas com o orçamento de uma década atrás. O sufocamento dos orçamentos das instituições federais possui na sua essência não uma preocupação com a aplicação do recurso público, mas constitui uma estratégia para comprometer a qualidade do ensino, pesquisa e extensão e assim montar falácias para que a população seja manipulada no que diz respeito ao entendimento sobre a qualidade das atividades realizadas por essas instituições.

Em 2020, as ações do governo Bolsonaro, no campo da política educacional, só não são tão nocivas a curto prazo quanto a hecatombe mundial provocada pelo coronavírus imediatamente. O ano inicia com o debate acerca do financiamento da educação pública básica e as mudanças na política de formação de professores passando pela imposição do modelo de Universidade e Instituto Federal empreendedor através da implantação do programa “Future-se”, e o processo de ataque da autonomia das instituições de ensino superior através do procedimento de intervenção política na gestão das Universidades e dos Institutos Federais via nomeação de reitores-interventores.

5.3 Contrainternalização e resistência na instituição escolar

A análise crítica acerca a instituição escolar nos permite afirmar que sob o domínio do capitalismo os indivíduos assumem subjetivamente para si as próprias finalidades de reprodução objetiva do sistema. Salta aos olhos a evidência segundo a qual as classes

dominantes assumiram o domínio da escola para que a formação da juventude fosse controlada, monopolizada e homogeneizada seguindo à risca o modelo societal que a cerca. É na escola atual, em geral, a escola empresa, que o indivíduo se forma conforme os padrões do bom consumo e tecnicamente afiado para se tornar um digno recurso humano na ótica do capital. É uma informação irônica somente na estilística literária, na vida social é uma situação concreta, dramática e, muitas vezes, inglória.

De acordo com Mészáros (2008), a educação em seu sentido verdadeiramente amplo é constituída por um processo de internalização. “Ao internalizar as onipresentes pressões externas eles devem adotar as perspectivas globais da sociedade mercantilizada como inquestionáveis limites individuais a suas aspirações pessoais” (Mészáros, 2008, p. 45). A função primária da instituição escolar para Mészáros (2008), nesse sentido, é produzir conformidade e consenso ao máximo possível a partir de sua atividade legalmente institucionalizada. Seria um acontecimento fora do comum a instituição escolar romper com a lógica mercantilista do capital. Aguardar um insurgimento ativo ou indulgência para o funcionamento de uma instituição capaz de aglutinar a mais consciente ação coletiva para mudar o sistema é necessariamente supervalorizar o papel da escola isoladamente.

A tarefa histórica do nosso tempo consiste em romper com a lógica destrutiva do capital. Um dos elementos importantes para que essa ruptura ocorra equivale a tomar a escola como parte importante do sistema global de internalização, contudo, é preciso reconhecer que a totalidade das práticas educacionais sejam consideradas em todos os espaços da instituição, desde a organização física até o currículo escolar, ou seja, é necessária uma unidade política na escola que se realize a partir das atividades de gestão até o desdobramento do ensino em sala de aula.

Essa unidade política, todavia, carrega uma perspectiva de êxito no desdobramento da instrução e de disseminação de uma visão de mundo se ela for fruto de uma política educacional ampla constituindo um sistema educacional. Ainda assim, essa unidade política presente em uma ou outra instituição escolar possui sua robustez, ela contribui como experimento de outras afecções, de outros modos de ação e reação. Essas afecções e modos de ação não podem ser construídos no ser do homem de cima para baixo. Não é assim que os sistemas se corporificam, a densidade de relações e interrelações que acometem a vida social são de uma complexidade tão minunciosamente dialética que parece até uma fantasmagoria o modo como são concatenados o movimento de produção e reprodução da vida em todas as suas dimensões.

É plenamente possível um contramovimento capaz de operar um processo de contestação das finalidades as quais estão submetidos o sistema educacional como um todo. Esse contramovimento só possui uma dimensão palpável a partir da compreensão segundo a qual a totalidade dos fenômenos é composta de diversas relações que se produzem e reproduzem para dá tonalidade a materialidade da vida social.

Em todo caso, enquanto essa unidade política universal para romper com a lógica destrutiva do capital não se concretizar na realidade material, é categórica a necessidade de uma atividade política, mesmo que particular e parcial, nas fendas da materialidade do sistema capitalista apontando o potencial destruidor que ele carrega. Essa atividade política é nutrida pelo sentimento de que as respostas do capitalismo para a vida em sociedade são insuficientes para a manutenção do metabolismo social entre os próprios seres humanos e, conseqüentemente, para o metabolismo entre o ser humano e a natureza. É dessa perspectiva que a instituição escolar, como qualquer outra instituição social, pode ser vislumbrada como portadora de uma potência na qual os dispositivos de internalização social tenham suas rotas alteradas, é o que Mészáros (2008) denomina de *contrainternalização*.

A instituição escolar não é o local exclusivo onde ocorre a internalização, contudo, é uma importante instituição na qual se consolida muitos processos de internalização. Mészáros (2008) destaca que mesmo nas relações de manutenção ou de mudança da concepção de mundo, o que interessa é a necessidade de modificar, de modo duradouro, a maneira como é realizada a internalização historicamente predominante. Para romper com a lógica destrutiva do capital é inadiável que se leve em consideração a tarefa de alterar a rota da internalização em todas as instituições sociais.

No caso da instituição escolar, a rota da internalização entra em choque com outros processos de internalização localizados alhures da vida social. Nesse caso, é preciso atentar para o fato de que a internalização é mediada por elementos diferentes em cada nível da socialização e que, por exemplo, o alimento moral, intelectual e artístico incorporado pelos indivíduos em outros lugares sociais pode contribuir para interromper o fluxo geral da internalização social do capital que chega na escola. Assim, a instituição escolar pode aprender muito com as práticas humanas realizados fora do circuito capitalista. Colocar essas práticas como desafios para a instituição escolar a coloca como uma instituição capaz de se contrapor ao processo de internalização atualmente dominante no contexto do capitalismo.

Para Mészáros (2008), é urgente uma atividade de *contrainternalização* dos parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital para que seja possível interromper a atividade de realização da internalização. A *contrainternalização* não se limita a negar os

mecanismos de internalização, mas, consiste em criar uma alternativa concretamente sustentável, coerente e fundamentada de um sistema de educação completamente à disposição do povo, ou seja, a contrainternalização coloca na centralidade do debate da função social da escola os anseios populares e restabelece laços de outrora em que a educação e a experiência do trabalho possuíam certa sintonia que pouco a pouco historicamente vem se perdendo.

Enguita (1990), afirma que os conflitos que atravessam a escola são contraditórios. De acordo com o autor, nem todas as manifestações da atividade humana possuem a mesma finalidade, por exemplo, há atividades humanas progressistas e atividades regressivas; existem atividades que são relevantes para a manutenção ou transformação das estruturas sociais, assim como há as irrelevantes. O fato é que não se pode desprezar e negar o papel da atividade humana³⁷. As teorias mecanicistas afirmam de modo unilateral a função reprodutivista da escola e de que não há espaço para a definição de nenhum outro objetivo que não seja os objetivos atrelados a lógica do capital. Já as teorias da resistência, diz Enguita (1990), afirmam que a função social é construída em cada espaço educacional a partir da ação dos sujeitos.

Essas teorias da resistência defendem um papel ativo da escola porque tratam de analisar as várias matizes que compõe a totalidade escolar a partir da recuperação do entendimento da ‘atividade humana’ para representar um pertencimento ao espaço escolar. A possibilidade para a discussão da atividade humana parte da compreensão da escola, como afirmado anteriormente, como local de embate social; sejam enfrentamentos próprios, internos à instituição, sejam conflitos externos, reflexos da sociedade, porque nela também ocorrem a luta de classes. O fato é que a escola pertence a uma estrutura na qual são mantidas relações e determinações dialéticas.

Muitas pesquisas não levam mais em consideração as contradições presentes na escola sob a justificativa de que tal questão já tenha sido resolvida. O problema desse tipo de especulação é que ela omite completamente o conformismo e resignação que a sustenta. Ora, tomar a instituição escolar como um todo harmônico suscetível a previsibilidade faz da educação escolar um fluxo de sentido único. A história da educação escolar é marcada pelo reprodutivismo social e cultural, não há dúvida, todavia, essa mesma história possui também as marcas da luta dos trabalhadores/as da educação no sentido de resistir às imposições do capital.

Não se constitui como atividade menor dos pesquisadores da área de educação lançar mão de problemas sobre a temática do mecanicismo educacional, do mesmo modo que

³⁷ Mais adiante iremos fornecer os elementos fundamentais para um debate acerca da categoria “práxis”. Nesse momento, optamos pelo entendimento da práxis como o fundamento ontológico do ser social. E, nesse caso, não há uma oposição entre práxis e atividade humana.

investigar a questão do reprodutivismo não é uma questão fora de moda porque supostamente é uma questão terminada. As relações de dominação que ocorrem no interior da instituição e certa correspondência entre essas relações de dominação e as relações de poder presentes na sociedade constituem importante *locus* de pesquisa desde sempre. As obras de Althusser (Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado de 1970), de Baudelot & Establet (A escola capitalista na França de 1971), de Bourdieu & Passeron (A reprodução de 1970) de Bowles & Gintis (Schooling in Capitalist America de 1976) são referências clássicas para a reflexão crítica acerca da reprodução de subjetividades na escola e sobre a reprodução da divisão social entre as classes sociais no âmbito socioeconômico. E esse debate não pára. Vários autores continuam realizando pesquisas relevantes sobre os problemas decorrentes desse tema e são investigações inconclusas, abertas, principalmente quanto às alternativas para superar o determinismo social através de um processo de resistência que vise tocar na totalidade do sistema educacional do capital, dentre eles podemos mencionar a geração do final dos anos 1980 (Enguita, 1989; Giroux, 1986; Fernandes, 1988) até autores como Laval (2004); Mészáros (2008), para identificar alguns.

Assim, a compreensão da instituição escolar se orienta pelo entendimento segundo o qual ela é uma instituição cuja contradições estabelecem diferenciados níveis de relações entre os sujeitos. Os processos de dominação que a escola revela simplesmente escamoteiam a práxis de seus atores sociais. O que subjaz sob a aparente harmonia e determinismo da escola é a existência de múltiplas concepções de mundo e de variadas experiências sociais. Nesse sentido, é preciso notar que as concepções de mundo forjam novos cultos e forjam comportamentos, quer dizer, provocam alterações sensíveis na organização social tanto no âmbito do surgimento de verdades ainda imperscrutáveis quanto na elaboração de um outro *ethos*.

Entretanto, é preciso atentar para as circunstâncias a fim de compreender a materialidade de alguma resistência à reprodução. Inegavelmente, o movimento de resistência é indefinível. A resistência por si só não pode ser apreendida e definida como um *a priori*. A realização da resistência pode se dar em contraposição a concepção política predominante na escola e na sociedade. Não obstante, a resistência pode vir a se manifestar como fruto do conservadorismo em relação a qualquer novidade nas relações advinda de transformações no modelo socioeconômico.

Seja com o intuito de superar ou com o intuito de manter a ordem estabelecida em seu próprio local enquanto instituição, não se pode negar que a escola se faz interminavelmente através de um processo de disputa hegemônica. Do mesmo modo como em qualquer relação social, na escola há uma luta política, ora latente, ora manifesta. E é a partir dessa luta política

que salta à nossa percepção a instabilidade imanente de uma hegemonia. As propostas hegemônicas estão em permanente embate de modo que as ações práticas que produzem a ordem social, e se constituem como a proposta sustentadora da realidade social, e, nesse caso, da realidade escolar, se encontram em processo contínuo de disputa. Esse processo de disputa se move no âmbito de um plano dialético em que o que é hegemônico é confrontado permanentemente por outra perspectiva que se pretende hegemônica.

Cabe justificar aqui que o conceito de hegemonia utilizado ao longo do texto que é tributário das reflexões de Antonio Gramsci nos seus apontamentos carcerários escritos entre os anos de 1929-1935. O cuidado que temos no trato desse conceito é com relação a não o utilizar de modo instrumental, isto é, o cuidado de não trabalhar o conceito de hegemonia como mera obtenção de um domínio ideológico. De acordo com Edmund Dias (1996), a hegemonia é uma racionalidade atrelada a capacidade das classes de construir de modo sistemático e autônomo uma visão de mundo. Esse processo de hegemonia é construído tanto no plano do movimento quanto no plano das instituições. A hegemonia trata assim da transformação das condições de existência. A reformulação intelectual e moral exigida na construção da hegemonia está relacionada a um novo e distinto plano socioeconômico.

Daí a importância de uma instância organizativa para assumir a perspectiva da sistematização de uma visão de mundo na qual uma nova racionalidade possa ser inaugurada a partir da desconstrução da anterior. Esse processo de desconstrução e reconstrução da hegemonia depende das condições históricas. Nesse caso, é necessário distinguir os movimentos orgânicos e os conjunturais na realidade social e histórica. De acordo com Gramsci (1999), os movimentos orgânicos na sociedade decorrem, dentre outras coisas, da natureza da crise a qual ela está submetida. Assim, a duração da crise pode indicar que a sociedade está prenhe de transformações na sua racionalidade ou se passa por uma conjuntura difícil no processo econômico e superestrutural. Para que as transformações na racionalidade da sociedade possam vir a constituir uma realidade histórica cabe às instâncias organizativas vislumbrarem na duração das crises se há contradições insanáveis.

É dessa perspectiva que nos referimos as propostas hegemônicas como fruto de um embate constante atreladas à prática social. Refere-se a um embate contínuo porque o capitalismo, como modo econômico e político que rege as sociedades modernas, como afirmamos anteriormente, é alimentado por um processo ininterrupto de crises. As crises conjunturais praticamente são a máxima norteadora do modo de viver na sociedade capitalista. Na atual transformação do capitalismo, todavia, há elementos capazes de nos fornecer um diagnóstico da crise de modo mais profundo, talvez, a existência de uma crise orgânica. Essa

crise orgânica é resultado das mesmas causas com as quais caracterizamos a crise estrutural do capital a partir de Mészáros (2002).

Com as constantes crises, há um constante processo de disputa hegemônica. A instituição escolar não é imune a esse processo de disputa. Ao contrário, a escola é um dos locais privilegiados da disputa hegemônica. Na escola é possível encontrar proposições hegemônicas em disputa a partir de várias instâncias organizativas. Assim, os projetos hegemônicos em disputa podem emergir do embate entre visões de mundo para organizar, por exemplo, a direção do sindicato dos trabalhadores/as da educação, podem emergir da organização dos estudantes, podem surgir no processo de mudança da gestão institucional, enfim, os projetos hegemônicos fazem parte da totalidade histórica e estão sensivelmente vinculados a construção de uma visão de mundo que se embate no movimento da realidade e em instituições como a escola, a universidade, a igreja, o jornal diário, o partido, isto é, as proposições de hegemonia se encontram vinculadas a um dado coletivo social. É nesse sentido que Gramsci (1999, p.399) afirma que “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica”. As relações de poder que surgem com a hegemonia de uma visão de mundo produzem relações de aprendizagem ativa entre os sujeitos e o ambiente cultural a qual se pretende transformar para dá lugar a outra cosmovisão.

Essa breve justificativa sobre o conceito de hegemonia nos ampara no sentido de pensar a instituição escolar como parte da totalidade histórica em que ocorrem também relações de força. Essas relações de força ocorrem objetivamente porque resultam da estruturação de múltiplas determinações da sociedade, principalmente, da estruturação econômica. Essas relações de forças se desdobram politicamente na sociedade e em suas instituições à medida que as classes sociais estreitam seus interesses e trafegam do processo econômico em direção à forma estatal para o exercício simultâneo do domínio e da direção de classe. E dessa perspectiva é que se pode entrever um papel ativo da escola em direção ao processo de ruptura com o mecanismo de internalização da lógica societal do capital. A construção da atividade da escola passa pela construção da atividade humana de cada sujeito que participa dos processos formativos na instituição escolar.

Nesse sentido, a instituição escolar e cada local no qual ocorrem embates hegemônicos possuem a tarefa histórica de desconstruir a tradição política e cultural vigente e confrontar os elementos objetivos e subjetivos que a velha sociedade ainda exala. O procedimento de desconstrução é um processo dialético no qual à medida que se desconstrói se refaz e se constrói intrinsecamente. Diante dos elementos relativamente constantes nas crises conjunturais, parece não haver dúvida acerca da proximidade de uma crise orgânica.

Antever os sinais da crise orgânica pode nos permitir a construção de um salto qualitativo em direção a construção de um outro modelo societal. É a escola isoladamente responsável por essa tarefa? A escola é apenas uma faceta na qual os processos hegemônicos decorrem. Levando em consideração que a realidade social é uma totalidade ordenada e sistemática mantida pela força exercida por uma classe responsável por criar as mediações e determinações necessárias para que predomine o consenso, a escola efetivamente se constitui como um relevante espaço em que força e consenso se equilibram para manter a hegemonia.

Nesse sentido, é sim papel da instituição escolar o trabalho de desconstruir, construir e fundamentar relações hegemônicas. Essa constatação não se encerra em nenhuma novidade, a escola sempre desconstruiu, construiu e sustentou visões de mundo. Dá continuidade ao processo dialético sob outra perspectiva, a perspectiva daqueles que foram expropriados das suas condições de vida, não fragiliza a instituição como espaço de socialização das ciências. Ao contrário, reafirma essa posição de local de ciência e produção da ciência através do estímulo à problematização científica e social ao passo que desvela as relações de força e poder que transcorrem nela como em qualquer outra relação social. Não se trata de ter ou não ter autonomia com relação a totalidade social. As relações e instituições sociais são concebidas no âmbito das transformações dialéticas. A dialética não exclui a antítese, o processo dialético produz unidades provisórias no conflito dos contrários, incorporando, inclusive, sua contraposição.

Dessa forma, seja na escola ou em qualquer outra relação social (indivíduo com relação aos outros indivíduos; entre intelectuais e não intelectuais; governantes e governados; elites e seguidores; dirigentes e dirigidos etc.) as disputas hegemônicas ocorrem e sobressaem, ora uma, ora outra perspectiva, levando em conta as relações de força e consenso mobilizadoras da visão de mundo. Essa compreensão da hegemonia portadora das relações de força e consenso atreladas à concepção materialista histórica e dialética não destoa em nada da concepção marxiana. De acordo com Edmund Dias (1996), a análise das relações de força reafirma o essencial do pensamento de Marx, segundo afirma:

A realidade histórica se realiza por movimentos tendenciais que são possibilitados/inviabilizados pela ação consciente dos homens que reescrevem sem cessar suas estruturas materiais, de produção e reprodução, da vida. Atenção! Material não é aqui sinônimo de econômico. Essa identidade é a essência do pensamento burguês, não do marxista (Dias, 1996, p. 15).

As relações de força, latentes e/ou manifestas, são a chave de compreensão da tarefa histórica da ação consciente dos homens para manter ou superar as relações sociais

vigentes. A atividade humana se efetiva em relações de forças construídas via embate na sociedade dividida em classes. Compreender essa conexão de forças pode permitir aos sujeitos em geral atentar para o ocultamento da dominação política decorrente da formação social capitalista. A educação escolar, desse modo, pode vir a ser compreendida como uma espécie de catalisador de diferentes interesses. Assim, o processo de reescritura das estruturas materiais e sociais pode ter início nos mais diversos espaços coletivos, inclusive, na instituição escolar.

Para situar os propósitos da exposição e não parecer incorrer em digressões desnecessárias, a realização da retomada desse debate a respeito da instituição escolar, realizado nesse momento da pesquisa se faz indispensável para a compreensão dos processos formativos realizados na escola mediados pela economia solidária. O entendimento da instituição escolar como dispositivo basilar para a consolidação de determinada hegemonia permanece relevante uma vez que permite problematizar a relação causal que a educação/escola mantém com a realidade social como um todo. Além disso, a disputa pela hegemonia de uma visão de mundo no contexto de crise estrutural ou orgânica do capitalismo é definidora, no embate político, para demonstrar a inviabilidade do capitalismo como modo de organizar a vida social.

Do mesmo modo como nos referimos anteriormente acerca da questão de a economia solidária ser tratada como uma coisa miúda, irrisória e secundária frente aos desígnios do capitalismo, por vezes também tendemos a desprezar ou mecanizar a função social da instituição escolar (creches, escolas e universidades). Como seria possível a criação de outros arranjos sociais anticapitalistas se não fosse possível experimentar, de alguma maneira, os elementos fundamentais da composição desses outros arranjos? A instituição escolar pode possibilitar um processo de socialização humana capaz de subverter a lógica atual. Indiscutivelmente, se a instituição escolar organizar seu projeto e sua normatização apenas dialogando com o setor produtivo hegemônico ela perde a condição de ser fim nela mesma e passa a ser meio para que esse setor produtivo alcance sua finalidade de aperfeiçoamento do trabalho a ser explorado.

Todavia, em se tratando de ser fim em si mesma, é imprescindível que a instituição escolar possa colocar no centro da sua organização os anseios populares, os anseios comunitários. Nesse caso, se faz importante todo cuidado e atenção para que os anseios populares e comunitários não sejam tragados pelos chamados anseios da “comunidade local”. A atenção aqui diz respeito ao véu que se cria para encobrir as relações entre os interesses de uma comunidade empresarial local em detrimentos dos reais interesses de uma dada comunidade. É preciso verificar, nesse sentido, os documentos que regem as mais diversas instituições escolares para apreciar como os anseios populares e comunitários estão chegando

até a escola para que não ocorra a transfiguração do anseio popular em anseio dos grupos que dominam a exploração do trabalho. Atentando para essas questões é possível restabelecer à instituição escolar sua função social perdida, qual seja, elevar a condição humana, humanizar as relações sociais a partir da humanização e sensibilidade do intelecto cultivando os traços que porventura possam compor os elementos essenciais para construir algumas balizas para outro modelo societal. A instituição escolar, nesse caso, como fim em si mesma, se manifesta como ponte, não como meta, no que diz respeito a sua função social.

Enfim, a educação escolar pode possibilitar aos indivíduos o acesso à produção científica e técnica acumulada historicamente necessária para exercer o metabolismo, a mediação e as determinações entre ser humano e natureza, bem como para que possam ter condições de ampliar o entendimento sobre o devir social e, mais do que isso, munidos desse conhecimento possam estabelecer os parâmetros práticos para construção horizontal e efetiva dos fundamentos para outro modelo de organização da sociedade. Certamente, que a instituição escolar, ao invés de se curvar ante aos interesses mercantis da comunidade de empresários locais, precisa demandar seus interesses tomando como interlocutores as organizações responsáveis por concentrar os desígnios populares e efetivamente comunitários.

Dessa forma, a partir da compreensão da crise da escola atrelada a crise estrutural do capital, nossa análise se desdobra no entendimento de que a instituição escolar é uma instituição contraditória na qual, sob o capitalismo, se fundamenta em uma concepção de trabalho em que os trabalhadores/as são espoliados da sua produção; mas, por outro lado, é um local privilegiado de experimentações de outros arranjos sociais que possam perfilar em contraposição ao capitalismo. Para compreender essas tensões e contradições na instituição escolar se faz necessário, como dito anteriormente, atentar para a experiência prática.

6 PROCESSOS FORMATIVOS NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR E A EXPERIÊNCIA COM A PRÁXIS POLÍTICO-EDUCATIVA: O PROJETO DE EXTENSÃO ‘GERAÇÃO SOLIDÁRIA’ NO IFRN/MOSSORÓ

Chega-se até aqui depois de abordamos alguns traços do debate sobre as relações entre educação, escola e práxis da economia solidária em um contexto de crise estrutural do capitalismo. Foi apresentado a potência da economia solidária nessa relação, bem como a contribuição e os limites dos processos formativos para a emancipação humana. Ao considerar a escola como um espaço social relevante da formação humana, e organização da cultura, marcada pelos processos de internalização da filosofia do capitalismo histórico, não deixamos de apontar os caminhos possíveis de construção de uma contrainternalização e resistência dessa instituição contraditória a partir da organização de uma práxis que leve em consideração os anseios populares.

O debate sobre a práxis nos possibilitou compreender o poder de reconfiguração social intrínseco a sua própria finalidade à medida em que ela se desvela como uma atividade material de transformação tanto das práticas humanas quanto dos fundamentos teóricos que irrigam essas mesmas práticas. A práxis apreendida na experiência humana de classe produz conhecimento. Assim, a investigação teórica por si só aponta traços cruciais de certa robustez da economia solidária e os processos formativos resultantes da sua articulação com a educação na instituição escolar. De certa forma, podemos assimilar que a instituição escolar tem muito o que aprender com o contato com a práxis da economia solidária. Em todo caso, apresentamos a partir daqui elementos concernentes a práxis como experiência de classe decorrente dos processos formativos emergentes da relação do IFRN/Mossoró com a dinâmica dos grupos de economia solidária.

Neste segundo movimento da pesquisa iremos dissertar a respeito dos processos formativos no IFRN/Mossoró, a relação com a experiência de classe na economia solidária e a práxis política-educativa, através do exercício dialético entre a teoria e empiria. Assim, o objetivo desse capítulo é caracterizar as relações do IFRN/MO com a economia solidária. Destacamos e enfatizamos alguns ingredientes teóricos discutidos nos capítulos anteriores e apresentamos outros elementos que repercutem no diálogo entre os conceitos debatidos e a experiência da educação com a classe trabalhadora da economia solidária. Inicialmente analisamos a questão da educação profissional no IFRN/Mossoró para situar historicamente alguns aspectos problemáticos da relação entre trabalho e educação. Em seguida, realizamos a análise de um projeto de extensão intitulado ‘GerAção Solidária: mulheres e jovens na economia’. Essa análise toma por base a observação-participante desse pesquisador e análise

documental referente a execução do projeto (a minuta do projeto, relatórios das atividades executadas, relatórios de cursos, relatórios de planejamento, livro publicado do projeto etc.).

Assim, construímos uma caracterização do projeto de extensão realizado no IFRN/Mossoró entre 2016-2018, mostrando o papel do IFRN/Mossoró na sua relação com grupos de economia solidária. A experiência dessa relação entre o espaço de educação oficial com os grupos de economia solidária revela os potenciais de ações educativas capazes de formar outro sentido e significado para os arranjos sociais, inclusive, antípodas dos arranjos efetivos da sociabilidade promovida pelo modo de organização social cuja centralidade é o capital. Essa caracterização nos permitiu evidenciar as contradições da escola de tal maneira que foi possível encará-la como espaço privilegiado de experimentações de outros arranjos sociais que possam perfilar em contraposição ao capitalismo, uma vez que a experiência indica a efetivação de processos formativos para além do capital. Essa afirmação pode beirar o idealismo na sua aceção teórica, mas, as evidências da experiência prática, a práxis político-educativa, apontam para uma práxis político-educativa com caráter de superação da práxis político-educativa no capitalismo.

A experiência contida nas relações entre o IFRN/Mossoró e os grupos de economia solidária nos orientou na compreensão crítica da Instituição escolar e de seus processos formativos nos distanciando das generalizações abstratas acerca desses mesmos processos, tendo em vista que o mundo social resulta da experiência humana enquanto práxis. Esse procedimento da pesquisa é fundamental porque a experiência humana, principalmente, a experiência da classe trabalhadora, desvela a chave de compreensão da práxis histórica e social. Essa práxis acumulada da experiência do IFRN/Mossoró com a economia solidária fornece o sentido e significado de relações a serem fomentadas para a organização societal.

Ao final do capítulo nos deparamos com o entendimento segundo o qual os processos formativos que emergem da relação entre educação profissional e o movimento da economia solidária, em meio as contradições e transformações da instituição escolar, guardam os anseios das classes populares por uma educação voltada para a vida do trabalhador/a ao invés de estar assentada nos objetivos definidos pelo capital. Quer dizer, a práxis político-educativa que surge dessa relação promove, em alguma medida, experiência emancipatória surgida de outro anseio, o anseio da transformação social. Isso ocorre devido o salto de qualidade da práxis político-educativa do IFRN/Mossoró à medida que se interrelaciona com a práxis militante emancipatória dos grupos de economia solidária.

Além de recorrer a alguns referenciais teóricos sobre a educação profissional do IFRN/Mossoró e a economia solidária, realizamos a análise de alguns materiais registrados

durante a execução do projeto de extensão no IFRN/Mossoró com os sujeitos da economia solidária, tais como: atas de reuniões, relatórios das atividades realizadas, livro publicado do projeto, e observações e participação nos seminários, oficinas e congresso promovidos durante a execução do projeto. Daí surge nossa indicação de que os processos formativos realizados no âmbito dessa reaproximação da educação com os anseios populares, isto é, do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN/Mossoró com os grupos de economia solidária, se constituírem como mediações alternativas, próprias e, sobretudo, produzidas em oposição às mediações da práxis histórica do capitalismo porque, em alguma medida, é uma práxis emancipatória.

6.1 Breve abordagem histórica do IFRN/Mossoró

Situamos os processos formativos no IFRN/Mossoró fazendo uma breve abordagem histórica que marca o surgimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, campus Mossoró – IFRN/Mossoró até os dias atuais.

Não há dúvida de que a dinâmica do modelo econômico brasileiro alicerçado no colonialismo permanente e na dependência do capitalismo europeu, desde a sua formação colonial até a contemporaneidade republicana, tem forjado o modelo de Educação profissional. Desde as Corporações de Ofícios alinhadas à política do pacto colonial e o modelo econômico agroexportador, passando pelo processo de formação de mão-de-obra para atender às exigências da racionalidade mercantil, fabril e industrial, desencadeado durante o período imperial e republicano, a aprendizagem das profissões tem sido qualificar a força de trabalho para o exercício das funções exigidas pelas diversas ocupações na produção capitalista (Santos, 2011; Prado Jr., 1994; Fernandes, 1975).

Dos Liceus de Artes e Ofícios inaugurados no Rio de Janeiro em 1858, passando pelas Escolas de Aprendizes e Artífices criadas a partir do Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909; a criação do SENAI – Decreto 4.048 de 1942; a estruturação do sistema oficial de ensino industrial por Gustavo Capanema, durante o governo Vargas, às Escolas Técnicas Federais e Centro Federais de Educação Tecnológica criados pela Lei 5.692 de 1971 é afirmado um processo de transformação dessa modalidade educacional no qual o elemento balizador é a orientação do modelo de exploração econômica. Dessa forma, a educação profissional brasileira, desde sempre, foi atrelada ao modelo de desenvolvimento do capitalismo europeu cujos objetivos são a dominação e exploração dos países colônias.

Outro aspecto a ser considerado nesse processo de institucionalização da instrução profissional é o elemento de classe. A formação histórica do ensino de ofícios foi marcada de forma indelével por um profundo dualismo. Já se tornou uma noção prosaica a afirmação segundo a qual há efetivamente na história da educação brasileira uma instrução científica e humanista para as classes abastadas e uma instrução para a classe trabalhadora voltada para o desenvolvimento da manualidade e a execução de tarefas físicas. Dessa dualidade classista resulta um tipo de educação servil e discriminatória na qual as atividades intelectuais são valorizadas e as atividades manuais são desprezadas e consideradas subalternas.

De modo geral, a história da educação formal brasileira é a história da partilha da sociedade a partir da cisão da instituição escolar. Há, definitivamente, ao menos duas escolas, a escola formadora das classes que se apropriam da riqueza social, e a escola das classes produtoras da riqueza social. A escola de bom nível, organizada, com planejamento pedagógico arrojado e garantia orçamentária para execução de seus projetos, é a escola voltada para os filhos dos senhores da mais valia; por outro lado, a escola mal instalada, mal estruturada e com organização pedagógica no mundo das ideias sem o devido orçamento para execução de seus projetos é a escola para os filhos da classe produtora da riqueza social. Obviamente que essa cisão na educação formal representa apenas a ponta do iceberg das contradições sociais no capitalismo. Os papéis sociais desempenhados por cada sujeito estão atrelados em última instância ao *locus* da produção, porém, existem outras determinações nas quais são reforçadas e estão assentadas a participação dos grupos sociais na organização da sociedade.

De fato, as marcas históricas da origem e transformações da educação profissional mais do que indicarem um processo silente e abnegado de governos preocupados com a preparação dos indivíduos para o exercício das profissões, demonstram que a educação profissional desempenhou um papel coadjuvante para a atuação principal do modo capitalista de organização da existência para atuar efetivamente no sentido de imprimir determinantemente o controle social, cultural, econômico e ético dos sujeitos sociais.

Thompson (2002) em uma conferência em 1968 intitulada 'Educação e experiência' parte da constatação de que a história do trabalho educacional é a história do controle social. O controle social, de acordo com o autor, ocorre por meio do entendimento de que existe uma subordinação cultural, ou seja, nos diversos contextos históricos é incorporado um sentimento de que existiriam atitudes culturais superiores. Somente no contexto da Revolução Francesa, diz Thompson (2002), é que a ideia de superioridade e subordinação cultural é posta sob um exame radical.

Nossa compreensão desta análise de Thompson (2002), é que a palestra ‘Educação e experiência’ pode ser lida em um movimento dialético de denúncia das condições educacionais historicamente determinadas no processo de transformação social. Nesse caso, o autor denuncia esse caráter de controle social que a educação exerce porque o que está em jogo mesmo é o medo das classes dominadoras das espontaneidades populares. Thompson define esse medo como um “conjunto de reações provocadas pelo medo do potencial revolucionário da gente comum” (Thompson, 2002, p.25).

Após fazer, digamos, essa denúncia, Thompson realiza um procedimento de análise e demonstra que há uma relação íntima entre educação e experiência humana. A análise constata que essa relação íntima está historicamente se perdendo, sobretudo, com a ascensão da burguesia. Desta análise surge uma espécie de propositura. Ao que parece, a primeira proposição é nutrir o sentimento de contra a cultura, contra a cultura que exclui a experiência humana, contra a cultura cujo sentimento é a superioridade cultural; outra proposição que surge em decorrência da primeira é a efetivação do restabelecimento da dialética entre educação e experiência cujo resultado é a criação de uma cultura igualitária comum. Na prática social a retomada da dialética educação-experiência se daria a partir de um novo sentimento na educação. Este novo sentimento pode ser expresso na imagem de uma educação como porta de saída para o conhecimento epistemológico e uma porta de entrada para a experiência e a crítica.

As ideias de Thompson (2002) na conferência acima mencionada nos ajudam a pensar e problematizar os aspectos fundamentais da história da educação profissional no Brasil. Embora a análise do autor esteja voltada para a realidade social da Europa em geral, e da educação europeia em particular, não é possível deixar de considerar que as reflexões propostas pelo autor também possam ser levadas em consideração para a realidade latino-americana em geral, e para a educação brasileira em particular. Evidentemente que os conceitos desenvolvidos pelo autor não devem ser somente transferidos para análise de outra realidade para que se abra o caminho para a criação de modismos epistemológicos ou para anunciar verdades indubitáveis.

Compreendemos que o conceito de experiência humana pode vir a atuar como um intercessor capaz de provocar brechas e rupturas na configuração de uma educação profissional capturada pela hegemonia do capital, ou seja, capturada pela visão de mundo hegemônica do capitalismo; e pode nos oferecer novos acessos para que a experiência humana das classes produtoras da riqueza oriente os princípios da educação profissional de modo a contribuir com a autoformação e auto-organização dos sujeitos, bem como para a construção de um processo que vislumbre a transformação social.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-IFRN/Mossoró, com sede na cidade de Mossoró/RN, faz parte da rede federal de educação e é marcada pelo percurso histórico controverso da sociedade brasileira. A cidade de Mossoró no Rio Grande do Norte é o que o IBGE chama de “cidade média” situada quase no epicentro de duas grandes capitais, Fortaleza e Natal, cerca de 270 km de distância de cada uma. Essa característica geográfica torna Mossoró uma região de influência para um aglomerado de cidades do RN e do CE. De acordo com o censo de 2010 a população de Mossoró era estimada em 259.815 pessoas; hoje, no censo de 2020, a população estimada é de 300.618 pessoas. Com esse porte demográfico, a cidade possui sua própria estrutura comercial, bancária, hospitalar, jurídica, de transporte, educacional, dentre outras.

Os segmentos econômicos de destaque na cidade³⁸ são a fruticultura irrigada, a indústria salineira e a indústria extrativa, quer dizer, na cidade é encontrada desde empresas de petróleo e gás, sal, fruticultura em geral, agroindústria, energias renováveis até empresas de construção civil, serviços de educação e saúde, comércio em geral, turismo e indústria de calcário e derivados.

A cidade de Mossoró é a maior produtora de sal do país, assim como a maior produtora de petróleo em terra. O destaque da fruticultura irrigada é a produção de melão voltada, em sua maior parte, para a exportação.

No site da prefeitura de Mossoró encontramos os dados sobre o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM). Os dados são referentes ao período de 2000 a 2010. Esses dados informam que das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 5,67% trabalhavam no setor agropecuário; 4,50% na indústria extrativa; 8,52% na indústria de transformação; 9,78% no setor de construção; 0,76% nos setores de utilidade pública; 19,72% no comércio e 43,71% no setor de serviços.

O desemprego é um grave problema a ser solucionado em Mossoró, dentre as cadeias econômicas mais afetadas estão: Petróleo, construção civil e parte do comércio. No entanto, o desemprego não é algo exclusivo do município. De acordo com Albuquerque (2016), o estado do Rio Grande do Norte sofreu em 2015 com uma das piores taxas de desemprego desde 2012, quando começou a série histórica por trimestre, entre julho e setembro o estado acumulou índice de desocupação de 12,6%. O pesquisador destaca que em relação a geração de empregos, o estado do RN também obteve um crescimento negativo na geração de empregos, decrescendo em 2015 no mês de outubro 0,10%, quando a média nacional foi de 0,42%. De

³⁸ Informações coligidas do site da PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. Disponível em: <https://www.prefeiturademossoro.com.br/noticias.php?codigo=MTA1NA>.

acordo com os dados da própria prefeitura de Mossoró, entre 2009 e 2013 apenas a indústria se manteve estável.

O setor da construção civil também apresentou tendência negativa entre os anos de 2014 e 2015 devido aos cortes de financiamento para construção e a diminuição no investimento nos programas “Minha casa, minha vida”. Albuquerque (2016), destaca os dados do ISPER (Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda) da base do CAGED (Cadastro Geral de Empregos e Desempregos) que mostram que no ano de 2015 ocorreu uma flutuação do emprego formal negativa em todas as áreas levando em consideração o balanço entre admitidos e demitidos. Mossoró apresenta um cenário de risco quando são observadas as tendências de flutuação do emprego. A consequência do aumento do desemprego é a diminuição do ritmo do comércio e o endividamento da população. Todavia, Mossoró possui uma vocação para ser uma cidade região. As dificuldades para a consolidação dessa vocação estão situadas no âmbito do planejamento do transporte público interno e externo. Albuquerque (2016), diz que a falta de planejamento do transporte público vem contribuindo para a queda no comércio.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN/Mossoró recebeu várias denominações ao longo do tempo. Em 1909, foi criada a Escola de Aprendizes Artífices em Natal/RN através do decreto 7.566/1909. Em 1937, passou a ser denominada de Liceu Industrial de Natal através da Lei 378/1937. Os cursos iniciais oferecidos pela instituição eram os seguintes: oficinas de desenho, de sapataria, de funilaria, de marcenaria e de alfaiataria. Os cursos oferecidos atendiam à lógica de desenvolvimento do capitalismo europeu. Em 1942, foi denominada Escola Industrial de Natal através da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial. Em 1959 foi transformada em autarquia federal através da Lei Federal 3.552/1959. Somente em 1963 foi implantado seus primeiros cursos técnicos de nível médio ofertando formação técnica em Mineração e Estradas. Em 1965, a instituição passou a ser denominada de Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIFRN). Em 1968 a Portaria Ministerial 331/1968 alterou a nomenclatura para Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) passando-se a ministrar somente o ensino profissional de nível técnico. Em sequência, foram criados, entre 1969 e 1973, os cursos técnicos de nível médio em Eletrotécnica, em Mecânica, em Edificações, em Saneamento e em Geologia (IFRN, 2012).

No período das reformas neoliberais dos anos 90 e com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 ocorre a separação formal entre ensino médio e ensino técnico. As reformas desse contexto, como assinalado anteriormente, possuíam o cunho neoliberal da desregulamentação e a descentralização do Estado na prestação de serviços públicos, incluindo a educação. Para atender as demandas do tímido processo de

industrialização ocorreu um processo de interiorização da instituição culminando na implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró (UNED – Mossoró em 1994 (IFRN, 2012).

Em 1999 ocorre a mudança de ETFRN para Centro Federal Tecnológico do Rio Grande do Norte (CEFET-RN) através do Decreto 2.208 do governo de Fernando Henrique Cardoso. De acordo com os documentos oficiais, os centros de educação tecnológica foram implantados com a finalidade de formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, em diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia. Também objetivavam realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação (especialmente de abrangência local e regional) com os setores produtivos e com a sociedade (IFRN, 2012, p. 24-25).

Em 2008, à luz da Lei 11.892/2008, o CEFET/RN é transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. De acordo com o estabelecido oficialmente, os institutos federais são instituições, pluricurriculares e multicâmpus, de educação superior, básica e profissional. São especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino (IFRN, 2012).

Com a expansão da rede federal principalmente a partir de 2006, hoje o IFRN conta com 22 campi distribuídos por todas as regiões do Estado, oferecendo cursos de níveis médio e superior na modalidade presencial e à distância. A transformação dos Centros Federais tecnológicos em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia implicou em mudanças fundamentais, por exemplo, na intensificação da autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Além disso, promoveu a equivalência com as universidades federais no que se refere aos regulamentos, a avaliação e a supervisão das instituições e dos cursos superiores (IFRN, 2012).

No que diz respeito especificamente ao IFRN/Mossoró, consta que a implantação da instituição ocorreu em 1994 como uma Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró (UNED/Mossoró). Trata-se do contexto de chegada do ideário neoliberal no Brasil, o que implica dizer que a partir de seu funcionamento foi oferecida uma dupla formação. A formação científica, propedêutica com a finalidade de dar suporte ao estudo para ingresso na universidade, a qual era oferecida aos filhos dos ricos. Para o filho do pobre era oferecida uma formação técnica e aligeirada com o objetivo de ingresso no mercado de trabalho. A implantação da UNED/Mossoró, nesse sentido, atende à expectativa do campo econômico no sentido de formar mão-de-obra qualificada e barata.

Conforme Queiroz e Souza (2017), a criação da UNED/Mossoró foi obra de um contexto político de desenvolvimento nacional baseado no processo de industrialização. Essa compreensão é importante, porém, é limitada, porque ela precisa atentar para o fato de que havia uma pressão dos organismos internacionais³⁹ para que o Brasil se tornasse um país competitivo e que para isso seria necessário realizar investimentos na formação e preparação de recursos humanos.

Há uma subordinação da economia local ao contexto de mundialização do capital. Dessa forma, as cidades para as quais eram destinadas as UNEDs eram selecionadas conforme a demonstração de potencial econômico e adaptação/alinhamento político. A instituição surgiu no contexto neoliberal clássico no qual o Estado contribui com o avanço da subordinação do público ao privado à medida que investe recursos para qualificar indivíduos para assumirem postos de trabalho atrelados à concentração de capital nas mãos dos exploradores do trabalho. Estas instituições são reconhecidamente promotoras de um ensino de qualidade para o capital uma vez que cumpre seu papel na garantia da empregabilidade.

Depois de ter passado por CEFET no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a UNED/Mossoró é transformada em IFRN/Mossoró gozando da autonomia e equivalência com as Universidades Federais. O campus IFRN/Mossoró oferece educação profissional nos cursos técnico em Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecânica, Petróleo e gás, Saneamento e Segurança do Trabalho. Oferece, ainda, ensino superior em Tecnologia em Gestão Ambiental e Licenciatura em Matemática. Além disso, oferece pós-graduação lato sensu em Especialização em Educação e contemporaneidade; e pós-graduação stricto sensu em Mestrado em Ensino em associação com a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e a Universidade Federal Rural do Semi-árido – UFERSA e a pós-graduação stricto sensu em Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, e o curso de doutorado em Ensino surgido por meio da associação à rede Nordeste de Ensino (Renoen), sendo uma oferta multicampi no IFRN, contemplando os *campi* Apodi, Ipanguaçu, Pau dos Ferros e Mossoró, com sede no IFRN/Mossoró.

Durante o governo Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), o IFRN/Mossoró participou do processo de expansão, ampliando a quantidade de cursos, os níveis de formação e as modalidades de ensino. De acordo com o relatório de gestão de 2019, o IFRN/Mossoró

³⁹ Para o devido aprofundamento do tema ver: ATCHOARELLA, David. **Financement et Régulation de la Formation Professionnelle: une analyse comparée**. Paris: UNESCO, 1994; BANCO MUNDIAL. **Educación Técnica y Formación Profesional**. Washington (EUA): Banco Mundial, 1992.

ofereceu educação profissional nos eixos tecnológicos de controle e processos industriais, produção industrial, infraestrutura, informação e comunicação e, ambiente e saúde, além dos cursos superiores de Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Gestão Ambiental e pós-graduação lato sensu presencial e à distância, bem como os Mestrados, stricto sensu, do Programa pós-ensino, em Associação com a UERN e a UFERSA e mestrado profissional do Programa ProfEPT.

Ao todo, somando-se os cursos FIC, mais de 2600 alunos foram matriculados nessas diversas modalidades de ensino. O Campus Mossoró também é polo de educação à distância, constituindo-se em referência para a região. O trinômio ensino, pesquisa e extensão tem sido prática indissociável de alunos e de servidores do IFRN-Campus Mossoró, em consonância com o desenvolvimento socioeconômico local, cujas principais riquezas são o sal, o calcário, o petróleo e a agroindústria, além da dinâmica comercial e da demanda de serviços que reúnem potenciais valores à vida urbana da cidade de Mossoró, cuja população da área de abrangência do Campus alcança um montante que se aproxima de um milhão de habitantes (Relatório de Gestão IFRN/Mossoró, 2020).

Durante os governos petistas, o IFRN/Mossoró recebeu investimentos que permitiram a realização da tríade ensino, pesquisa e extensão com êxito notório para a sociedade potiguar conforme demonstram os relatórios de gestão do campus. O relatório de gestão referente ao ano de 2016 indica que as atividades de ensino, pesquisa e extensão estão sendo realizadas conforme os planejamentos realizados e que o retorno para a sociedade é avaliado como satisfatório levando em consideração alguns indicadores pré-determinados. Nas considerações finais do relatório é relato o seguinte:

O conjunto das informações incluídas neste relatório leva em consideração a execução de atividades realizadas pelo Campus, de maneira integrada, no que diz respeito ao ensino, enquanto formação profissional e tecnológica, à pesquisa e a extensão e, os impactos dessas atividades na viabilidade do desenvolvimento local e regional e sustentado. Destaque-se ainda, o fortalecimento do ensino promovido pela instituição, o que se demonstra através dos excelentes resultados obtidos nas olimpíadas de conhecimento, no Exame Nacional do Ensino Médio e nas inserções de jovens profissionais no mundo do trabalho, bem como na credibilidade da comunidade que vincula a formação de profissionais-cidadãos à imagem do fazer pedagógico do IFRN na região de Mossoró (Relatório de Gestão IFRN/Mossoró, 2016).

Todavia, a aliança do governo federal com setores empresariais e a transferência direta de recursos para esse setor comprometeu a expansão do ensino médio integrado, modalidade de ensino que permite a articulação da formação científica, tecnológica, cultural e

para o mundo do trabalho; comprometeu a expansão dos cursos de especialização lato sensu e a criação de um programa de pós-graduação em nível de doutorado. O comprometimento se deu devido, sobretudo, a ausência de recursos financeiros. A questão que fica em aberto é a que diz respeito aos recursos públicos investidos em setores privados. Certamente, se os recursos do fundo público tivessem sido investidos prioritariamente em educação pública na cidade de Mossoró/RN, não há dúvida de que teríamos formado melhor e criado condições objetivas para a participação da classe trabalhadora no espaço formal de educação.

Em 2016, de acordo com Graça Costa (2016), o Brasil vive um golpe contra o trabalhador. O golpe traz em seu bojo uma reforma da previdência que eleva a idade mínima de aposentadoria e uma reforma trabalhista que subordina o legislado ao negociado, ferindo direitos consagrados na Consolidação das leis trabalhistas (CLT). O horizonte que se descortina no porvir é de um refluxo geral nas conquistas sociais dos últimos 30 anos.

O processo do golpe teve início em 2013 quando a extrema-direita se apropriou das manifestações legítimas contra o aumento das tarifas de ônibus⁴⁰, e se formalizou em 2014, quando o resultado da eleição presidencial culminou na reeleição de Dilma Rousseff. Um dos aspectos críticos a ser analisado é que a presidente eleita declinou da pauta que havia sustentado durante a campanha eleitoral, abandonando uma parte considerável de sua base de apoio. A crise econômica do capital chega ao Brasil e as medidas adotadas pela presidente foram a repetição do programa apresentado pelo seu oponente durante as eleições. A situação de vulnerabilidade do governo abriu largo espaço para a ofensiva dos grupos organizados à direita do espectro político.

O golpe não se deu nos moldes clássicos do que há pouco tempo já havia ocorrido na América Latina entre os anos de 1960 a 1980. Nesse período histórico o enredo do golpe de dava através da divisão entre as forças armadas com o grande capital de um lado, com os monopólios da mídia e com a embaixada estadunidense. Era comum cercar o palácio do

⁴⁰ A esse respeito ver: SILVA, Daniel Pinha. Junho de 2013: crítica e abertura da crise da democracia representativa brasileira. Revista *Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 83-110, jan./jun. 2018. Neste artigo, o autor destaca que as Manifestações de 2013 revelam a força e a fraqueza do lulopetismo. Fraqueza, na medida em que as críticas ao modus operandi do modelo representativo atingiriam em cheio, naturalmente, à Presidência da República, resultado e expressão daquele modelo. No entanto, cabe ressaltar, havia naquele momento todas as condições para que as revoltas encontrassem em Dilma Rousseff um alvo mais direto e imediato, especialmente no segundo tempo de junho, quando a grande imprensa passou a aderir às manifestações – cabe destacar que nunca foi amistosa a relação da grande imprensa com Dilma. A queda da presidenta por meio de impeachment não era uma bandeira consistente entoada nas ruas em 2013; em meio a uma plêiade de reivindicações, esta não ganhou força. Um dado óbvio, mas que merece ser lembrado, é que a mesma Dilma Rousseff, profundamente desgastada em 13, é candidata à reeleição presidencial um ano depois e sai vencedora do pleito. No entanto, a força do lulopetismo não se revela somente nestes dois aspectos mais imediatos, mas sim no modo como as Manifestações, como conjunto, expressaram um desejo de ajuste e aprofundamento da democracia nos termos do pacto Constitucional de 1988, executado em sua plenitude pelos governos petistas.

governo, expulsar, prender ou assassinar o mandatário eleito e destruir a institucionalidade em vigor.

O golpe de 2016 no Brasil possuiu outra feição. De acordo com Jinkings (2016), a presidente eleita foi deposta através de um processo político alicerçado em uma interpretação extremada da Constituição aliada ao ardid judiciário para demonstrar licitude no conluio entre parlamento e poder judiciário legitimado pela mídia corporativa e laiaia das elites financeiras do país.

O documento apresentado pelo PMDB como “Ponte para o futuro”, no entremeio do golpe, traz recomendações reveladoras das suas raízes ultraneoliberais. Em linhas gerais, a proposta encaminha a proposição de uma reforma educacional completamente subserviente aos interesses das grandes corporações educacionais ao tratar a educação como um gasto excessivo do Estado a qual necessitaria de investimento privado.

Logo no início do governo, Temer edita a medida provisória nº 746/2016, transformada posteriormente na Lei 13.415/2017, na qual trata da reforma curricular do ensino médio. A proposito vale destacar que a proposta foi amplamente rechaçada pelas organizações estudantis e docentes em todo país. Ocorreram ocupações⁴¹ de escolas com o objetivo de denunciar o sentido mercantil da educação expresso na proposta de reforma. Foi denunciado o caráter de empobrecimento da formação cultural e científica do currículo cujo maior prejuízo incide diretamente na formação das classes populares.

A reforma do ensino médio faz ajustes principalmente na organização curricular. O currículo passa a ser organizado a partir de itinerários formativos. A questão decisiva colocada pelo movimento estudantil e pelas instituições de representação docente gira em torno da condição de todas as instituições escolares ofertar todos os itinerários para que efetivamente os estudantes possam escolher qual itinerário seguir. Se não for ofertado todos os itinerários em cada escola podemos afirmar necessariamente a precariedade de formação dos estudantes uma vez que, em algum momento, os estudantes serão privados de algum dos itinerários. Outro aspecto a ser levado em consideração é o fato de que muitos estudantes escolherão uma formação técnica e profissional tendo em vista a possibilidade de entrar imediatamente no mercado do Trabalho. Em um país de desempregados e/ou subempregados a escolha pelo

⁴¹ No portal terra de notícias em 25 de outubro de 2018 consta a matéria: “brasil tem 1.072 escolas ocupadas contrarreforma no ensino” in: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/brasil-tem-mais-de-mil-escolas-ocupadas-contra-reforma-no-ensino-medio,b47e6e701644c31504bbb5e96be58713jpctuk49.html>. o jornal do ceará o povo faz matéria especial sobre a ocupação das escolas: especial. o que desejam os estudantes que ocupam as escolas no ceará. in: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/dom/2016/05/21/noticiasjornaldom,3615817/especial-o-que-desejam-os-estudantes-que-ocupam-as-escolas-no-ceara.shtml>

ensino técnico e profissional pode ser mais uma necessidade do que a efetiva realização de uma escolha livre. E, dessa forma, ao invés de uma formação teremos o processo educativo reduzido ao mero treinamento de habilidades e competências.

A reforma do ensino médio de Temer, nesse sentido, se reveste em um mecanismo de segregação dos indivíduos à medida que acentua ainda mais a dicotomia entre o ensino propedêutico e o ensino profissionalizante. Nesse caso, as finalidades do ensino são inteiramente comprometidas com uma outra lógica em detrimento dos interesses do mercado capitalista na lógica ultraneoliberal frustrando a finalidade humanizadora da educação.

Dessa forma, a agenda de governo de Temer para a educação representa um grande retrocesso cuja ponte sai de um lugar historicamente recusado para um mesmo lugar, o qual sempre se buscou a superação, qual seja, a educação compreendida como um meio em si mesmo e não como um fim. A proposta de reforma, então, reafirma o eterno retorno da cisão entre trabalho e educação à medida que dicotomiza trabalho manual e trabalho intelectual engendrando desigualdades de toda ordem (desigualdade de acesso, permanência e qualidade de ensino). E, no geral, a educação no governo Temer se caracterizou pela diminuição da oferta pública, aumento do investimento privado, criação de premiações, punições, constituindo-se como uma política excludente.

Na mesma toada da radical entrega ao setor privado dos recursos públicos da educação, o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) atravessa a ponte do pretérito e elege a educação como o alvo de seu método de destruição do Estado republicano. Os elementos presentes na política de destruição desse atual governo procuram harmonizar traços de um neoliberalismo radical com traços de neofascismo. A conduta ultraneoliberal do governo é pautada pelo entendimento de que o Estado deve se subordinar integralmente à lógica do mercado capitalista e, nesse caso, há uma intensificação da pauta de privatização. E no caso dos traços neofascistas, predomina o incentivo para que os indivíduos atuem de tal modo que a ação se radicalize em direção ao egoísmo social e na descrença em acordos coletivos.

No que diz respeito a educação, a constatação é que os recursos públicos serão efetivamente assaltados pelos mais diversos empreendimentos empresariais cujo objetivo é transformar a educação em mercadoria e arrancar-lhe o máximo de lucro causando prejuízo à população explorada. Esta população mais vulnerável e explorada é também a responsável pelo pagamento das maiores quantias que constituem o montante de impostos que originam o fundo público. Ao final das contas, compreende-se que o objetivo da política educacional orientada pelo ultraneoliberalismo é o desmonte da atividade pública do Estado.

A partir do golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016, o IFRN/Mossoró amargou o início dos retrocessos na política educacional no Brasil. Com o alinhamento do governo Temer às elites financeiras, se pôs em prática o ultraneoliberalismo predatório cuja maior vocação era destruir o Estado aniquilando as políticas sociais essenciais, sobretudo, da educação e da saúde. Os cortes nos investimentos públicos atingiram diretamente a dinâmica do IFRN/Mossoró. No relatório de gestão de 2018, o diretor geral do campus assim se manifesta sobre o corte e contingenciamento dos recursos federais para a educação: “deve-se notar que se sentiu a falta de recursos de capital e investimento para aquisição de equipamentos e material permanente (Relatório de Gestão IFRN/Mossoró, 2018, p.85).

Sob o argumento pouco racional de que nas Universidades e Institutos federais só há “balbúrdia” e “comunistas”, o governo Bolsonaro intensifica os cortes e contingenciamentos. O bloqueio orçamentário é o sinal objetivo que demonstra que os recursos públicos serão destinados às grandes corporações educacionais citadas anteriormente. A transformação da educação em uma mercadoria rentável foi o objetivo do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro. As evidências desse processo de destruição do Estado, e conseqüentemente da educação pública, aparecem sem maiores constrangimentos no programa “Future-se”. O “Future-se” é o coroamento da política educacional orientada pelo ultraneoliberalismo cuja finalidade é o desmonte da atividade pública do Estado.

De acordo com o relatório de gestão do IFRN/Mossoró (2020), as causas ou impedimentos de algumas metas de gestão estão associadas ao contingenciamento orçamentário imposto pelo governo Federal. Nesse sentido, as medidas adotadas para enfrentamento das dificuldades com o orçamento passaram desde o racionamento do uso de energia elétrica, a partir da restrição de liberação de espaços (como laboratórios e auditório); redução do uso de aparelhos de ar condicionados; redimensionamento para 20h/semanais na carga horária de trabalho dos contratos de estagiários; redução do uso de materiais de limpeza contratado; restrição dos recursos para fomento do projeto Qualidade de Vida do Trabalhador; até a restrição de aulas de campos e visitas técnicas só para o entorno do Campus e a restrição da participação de servidores em capacitação através de eventos. Além disso, alguns estudantes não foram atendidos quanto à participação em eventos, dada a limitação de recursos, que impede, por exemplo, que um grupo maior participe de determinado evento. Assim se expressa o diretor do campus em seu relatório de gestão:

O bloqueio orçamentário deflagrado pelo governo federal que perdurou durante alguns meses no ano de 2019 obrigou o campus a redimensionar algumas ações relacionadas diretamente com o ensino, tais como: a suspensão de aulas de campo fora dos limites e adjacências do município de Mossoró; o

desligamento de um dos ar condicionados de sala de aula nos três turnos, como forma de economizar energia elétrica; a suspensão da participação dos estudantes em modalidades ou competições esportivas fora do município de Mossoró; e suspensão de investimento na capacitação de docentes ou de TAEs vinculados ao ensino (Relatório de Gestão IFRN/Mossoró, 2020, p.30).

A política destruidora da educação pública não compromete somente as atividades de ensino, extensão e intercâmbio, as atividades de pesquisa são diretamente comprometidas nas Universidades e Institutos federais. A falta de recursos compromete várias atividades de pesquisa em andamento. O mais preocupante é a possibilidade de fechamento dos laboratórios nas Universidades e Institutos. Já faltam insumos em Universidades e Institutos para a realização da pesquisa e das aulas práticas. De acordo com Roberto Leher (2021),

O difícil percurso do MEC e da CAPES no governo Bolsonaro é repetido no MCTI, e, em particular no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), na Finep e no CNPq. Embora o lugar deste ministério na guerra cultural não seja tão protagônico, o campo da ciência, como discutido no presente texto, não pode vicejar de modo autônomo. As posições do governo não podem avançar com uma ciência eticamente comprometida, lastreada por recursos públicos relevantes, estáveis, planificáveis. E a maneira “menos ideológica” para debilitar o campo científico, além dos ataques simbólicos, é promover a desidratação orçamentária (Leher, 2021, p. 20)

Desde 2020, esse conjunto de medidas do governo Bolsonaro vem se intensificando. O que aparece imediatamente, em meio ao cenário de autoritarismo do governo, é a possibilidade de um horizonte ainda mais desolador. Em março de 2020 a pandemia de coronavírus chega oficialmente ao Brasil. Inicialmente, o presidente da República, Jair Bolsonaro, nega a existência do vírus atribuindo à doença a alcunha de uma “gripezinha”. Quando as imagens de várias sepulturas sendo abertas em vários municípios do país começam a circular, demonstrando a capacidade letal do vírus, o presidente reconhece a existência do vírus e insinua que a origem da doença está relacionada com uma conspiração chinesa para dominar o mundo econômico e se tornar potência mundial.

Na semana em que no Brasil o número de mortos ultrapassa mais de cinco mil vidas ceifadas em um curto período de um pouco mais de dois meses, o Presidente no auge de seu *nonsense* habitual ao ser questionado sobre os números de mortos responde: “E daí? Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”. Em outubro de 2020, oito meses após o diagnóstico do primeiro caso de Covid-19, o Brasil chega a quase 160.000 mil mortos em todo país. De acordo com alerta de especialistas e autoridades sanitárias mundiais, é possível que ocorram várias ondas da doença no mundo inteiro devido o potencial de transformação do vírus.

Em 17 de março de 2020, o Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN emite nota informativa sobre a suspensão das atividades acadêmicas presenciais por tempo indeterminado. Um pouco mais de um mês de suspensas as atividades acadêmicas e de a pandemia se espalhar por todo o território nacional, nos deparamos no IFRN com mais um problema. No dia 20 de abril de 2020 o Ministério da Educação encaminha um reitor-interventor para a Instituição. É publicado no diário oficial a nomeação de um reitor *pro tempore* em detrimento do reitor eleito. A nomeação foi justificada pelo MEC através de um ofício para o reitor anterior da instituição no qual apenas informava que a nomeação *pro tempore* havia sido motivada por uma restrição “resguardada por sigilo”. Depois de 15 dias do exercício do *pro tempore*, o reitor eleito solicita os motivos para não ter sido nomeado através da lei de Acesso à informação. O MEC, então, informa que após ter identificado, através de auditoria interna realizada pelo próprio IFRN, denúncia de que o reitor eleito havia utilizado espaço da instituição para manifestação do interesse do Partido dos Trabalhadores – PT através da autorização de funcionamento de uma barraca identificada como “Lula Livre” durante um evento organizado por instituições religiosas para debater as relações entre fé e política.

Durante o fato, a intervenção via nomeação de um reitor *pro tempore*, a comunidade acadêmica se manifestou através de notas de repúdio de vários coletivos que compõe a instituição e manifestaram em uníssono a revolta contra o desrespeito à decisão da comunidade e denuncia o ataque ao processo democrático. A nomeação do reitor *pro tempore* caracteriza-se como uma medida anti-democrática que fere a autonomia das instituições acadêmicas ao nomear gestores alinhados diretamente com o presidente da República. No caso do *pro tempore* do IFRN, foi identificado a filiação ao partido o qual o Presidente possuía filiação durante a eleição presidencial, no caso, o Partido Social Liberal – PSL.

Ao contrário do que se afirma a respeito da ausência de uma política educacional no governo Bolsonaro, podemos afirmar que o caso da intervenção no IFRN é parte de um processo de destruição ultraneoliberal da política de privatização e austeridade desse governo. É muito suspeito que lideranças políticas da base de apoio do governo Bolsonaro, do Movimento Brasil Livre - MBL, tenham encaminhado ainda em 2019 a denúncia de utilização do espaço da instituição para fins políticos devido a instalação de uma feira de economia popular na qual constava um bazar denominado Lula Livre. E no ano seguinte, a denúncia seja utilizada para impedir a nomeação do reitor eleito pela comunidade alegando ferir os princípios da moralidade e da razoabilidade administrativa. O fato é que o ocorrido mais parece uma orquestração de aparelhamento das instituições com o objetivo de implementar a travessia da

“ponte para o futuro”, do governo Temer, ao mesmo tempo em que dá continuidade ao desmonte da educação pública através do programa “Future-se”.

O programa “Future-se” visa transformar as Universidades e Institutos Federais em instituições empreendedoras, capazes de gerar estritamente lucro financeiro. As ações mais extremistas no sentido de privatizar essas instituições são apresentadas com uma naturalização e normatização tão sutis que chegam a ser inacreditáveis no contexto de luta de classes (Martins, 2020). O “Future-se” possui uma grande rejeição da comunidade por prever dentre outras coisas a possibilidade de aluguel do espaço público dos Institutos federais e Universidades para empresas se instalarem para definir a pesquisa e extensão das instituições. Além do aluguel do espaço público há mecanismos que permitem quebrar a dedicação exclusiva dos docentes para que possam trabalhar na instituição e para as corporações financeiras. A efetivação do aluguel do servidor se dará mediante a exposição e manifestação do docente através do desenvolvimento de projetos para que suas ideias, pesquisas e resultados possam ser vendidos no mercado privado. Nesse sentido, o programa “Future-se” se apresenta como a forma e conteúdo do fim do financiamento público para a manutenção de uma educação pública. A perspectiva é de que se possa implementar o programa “Future-se” *ad referendum* via atuação dos interventores uma vez que a comunidade acadêmica se posiciona em geral contrária ao fim da educação pública.

Todavia, o movimento autoritário do governo se depara com a resistência dos servidores públicos da educação e dos discentes. A organização para resistência, em todo caso, não foi algo simples. Em meio a pandemia na qual a maior luta que se trava é para manter a vida, torna-se muito mais complexa a luta pela defesa do caráter público e do respeito aos processos democráticos. No campus central do IFRN em Natal/RN foi mantida uma vigília presencial constante de servidores e estudantes denominada “vigília pela democracia” com o intuito de exigir o restabelecimento da democracia. São realizadas denúncias nas mídias sociais, ocorrem fixação de cartazes de protesto. A vigília tem acompanhamento de perto as ações do reitor-interventor. Diariamente desde a posse do *pro tempore* os servidores se revezam na organização e sofrem todo o tipo de ameaça e censura. Foram retirados os bancos/assentos na proximidade do prédio da reitoria do IFRN para que os manifestantes não pudessem descansar; os servidores foram ameaçados de sofrerem processos administrativos; as faixas, cartazes e bandeiras, não podiam conter nenhuma identificação do sindicato e do grêmio estudantil devido a ameaça de abertura de processos contra o movimento sindical e grêmio estudantil, e rotineiramente esses cartazes, faixas e bandeiras eram retiradas.

Em meados de julho de 2020 começou um processo de discussão sobre a retomada das atividades de ensino na instituição através da realização de aulas remotas. Importante destacar que essa discussão iniciou entre os próprios círculos docentes sem qualquer manifestação do MEC ou da gestão interventora sobre o assunto. No dia 04 de agosto de 2020 o MEC publicou a portaria nº 617 autorizando o ensino à distância e suspendendo as aulas presenciais até 31 de dezembro para os estudantes matriculados em instituições federais de ensino médio técnico e profissional. A portaria é lançada e, em seguida, o Ministro da Educação⁴² faz discurso afirmando que não é atribuição do MEC oferecer internet para todas as escolas do país.

No início de agosto de 2020 a gestão *pro tempore* golpista do IFRN convoca o comitê de ensino da instituição composto pelo pró-reitor e diretores acadêmicos de cada campus e anuncia autoritariamente a decisão de que as aulas remotas irão iniciar no dia 31 de agosto de 2020. Os relatos desta reunião registram cerceamento à fala dos Diretores Acadêmicos e discurso da equipe interventora de que não precisaria ter preocupação com os estudantes que não pudessem acompanhar e ter acesso de algum modo às aulas. A questão fundamental que circulou a partir da decisão do interventor foi a da impossibilidade de retomada das aulas sem o devido planejamento pedagógico sistêmico e sem as práticas de inclusão de todos os estudantes.

O IFRN/Mossoró possui 1845 estudantes, 106 docentes, 58 técnicos administrativos, 47 trabalhadores terceirizados e 13 estagiários. A partir de uma pesquisa realizada pelo setor de assistência social⁴³ percebeu-se que há pelo menos 2% dos estudantes que não possuem acesso à internet. No IFRN como todo, contando os 22 campi, 2% de estudantes representam ao menos 560 estudantes sem nenhum acesso à internet por morar em zonas rurais, por não possuir equipamento etc. No campus IFRN/Mossoró seriam 40 estudantes que não tem acesso de nenhuma forma à internet. Os 98 % dos estudantes que tem acesso à internet teriam o acesso de modo muito diversificado e precário, ou seja, possuem o acesso através dos créditos/dados da telefonia móvel, do vizinho, ou compartilham assinatura com vizinhos. Quase 10% dos estudantes afirmam que o acesso a internet não lhes permite qualidade adequada para acessar vídeo e plataformas de aprendizagem; 1% dos estudantes não possuem

⁴² Em entrevista para o jornal ‘O Estado de S. Paulo’ o ministro da educação, Milton Ribeiro, depois de afirmar que os estudantes homossexuais vêm de “famílias desajustadas”, e que a escola não deve falar de educação sexual, declara que o MEC não possui atribuição para oferecer internet para escolas do país. Disponível em: <https://exame.com/brasil/ministro-diz-que-oferecer-internet-nao-e-atribuicao-do-mec-e-verdade/>. Acesso em outubro de 2022.

⁴³ A pesquisa foi publicizada por meio do e-mail institucional do IFRN para que todos os/as servidores/as tivessem acesso aos dados.

nenhum recurso tecnológico em casa, por exemplo, não possuem computador de mesa, notebook, tablete ou smartphone; 60% dos estudantes não possuem ambiente específico ou mesmo compartilhado para estudos em casa. Quase 20% não possuem apoio da família ou de amigos para a realização dos estudos; o tempo de estudo de 26% dos estudantes sofre interferência devido à realização de atividades domésticas; 12% dos estudantes trabalham fora de casa; 6% dos estudantes cuidam de parentes próximos; 18% dos estudantes afirmam ter interferência nos estudos devido a ausência de motivação e 18% dos estudantes afirmam ter interferência por falta de concentração.

A realidade docente também é preocupante. Após levantamento quantitativo realizado junto aos docentes, a Diretoria Acadêmica do campus IFRN/Mossoró constatou que quase 40% dos docentes não possuem experiência no ensino não-presencial; e constata que os docentes que tiveram experiência 89% se deu como experiência enquanto discente e não como professor. Quase 81% dos docentes não trabalharam com gravação de vídeo, podcasts ou ministrou aula online, e 51% dos docentes afirmaram não possuir espaço adequado em casa para a gravação ou transmissão de aulas na residência (espaço calmo, sem interferência de ruídos, com boa iluminação e ergonomicamente adequado). Além disso, 58% dos docentes ministram entre 2 ou 3 componentes curriculares diferentes em níveis de ensino diferente. Sendo que parte considerável dos componentes não permitem a possibilidade de ministrar aulas virtuais porque necessitam de espaços específicos da instituição para sua realização (necessitam da biblioteca, dos laboratórios, salas de música; precisam realizar visitas técnica fora da instituição e, em alguns casos, necessitam ser realizadas “ao céu aberto”, como relatou um docente).

Depois da mobilização da comunidade acadêmica (sindicato, grêmio e pais e mães de estudantes) foi possível a conquista de alguns auxílios. Nesse sentido, o diretor *pro tempore* do IFRN/Mossoró lançou no dia 15 de setembro de 2020, edital para inscrições para os auxílios e ações emergenciais de assistência estudantil no contexto do ensino remoto. Foram criados três tipos de auxílio: o auxílio para aquisição de serviço de internet (auxílio financeiro para fomento de pacotes de dados por operadoras móveis ou empresas locais de fornecimento de internet, que permita o acesso aos conteúdos acadêmicos ofertados remotamente. Esse auxílio será concedido mensalmente aos(as) discentes selecionados(as). O valor será de R\$ 100,00 mensais enquanto durar as atividades remotas); o auxílio financeiro para aquisição de dispositivo eletrônico (auxílio financeiro para aquisição de dispositivo eletrônico ao estudante que não possua dispositivo adequado para acessar as aulas e os conteúdos disponibilizados de forma remota. Esse auxílio será concedido em parcela única no valor de R\$ 1.500); o auxílio para

material didático pedagógico (auxílio financeiro para a aquisição de materiais didático-pedagógicos necessários a uma adaptação imposta pela realidade do ensino remoto ao(à) estudante com deficiência (PcD). Poderá ser solicitado continuamente, enquanto durar o período de aulas remotas, por meio do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). Esse auxílio será concedido em parcela única no valor de R\$ 400,00.

De acordo com Antunes (2020), a expansão das tecnologias de informação e comunicação amplia em muito o quadro de precarização do trabalho docente, bem como compromete a relação ensino-aprendizagem. A automatização das relações e a robotização do ensino são muito eficazes e eficientes para formação dos indivíduos para compor a força produtiva do capital, mas regride em “humanização” do humano à medida que a única finalidade do ensino-aprendizagem é o saber fazer. Ao perder em humanização se intensifica a barbárie advinda da concorrência, do mérito e do individualismo propalado mais ainda através da prática de atividades virtuais.

O desenho conjuntural que se apresenta no contexto da pandemia nos exige uma série de reflexões e um olhar crítico para os encaminhamentos que estão sendo realizados nas Universidades e Institutos federais. A perspectiva do ensino à distância precisa ser avaliada a partir da finalidade a qual não se vislumbra imediatamente. É necessária toda a atenção para que os mecanismos de mercantilização e precarização do ensino não despontem como o fim a qual está destinado o real interesse para a realização de aulas ainda no período em que a pandemia não cessou seus efeitos mortíferos. Os oligopólios educacionais e do capital tratam a crise sanitária como uma oportunidade para negócios.

Dessa forma, o período de pandemia e o contexto de aulas remotas podem estar sendo tratadas como um experimento de teste da educação à distância para a futura venda de pacotes educacionais. Então, se já há profundas desigualdades estruturais na educação podemos estar contribuindo ainda mais para acirrar esse quadro de prejuízos para a classe trabalhadora (Martins, 2020).

Retomando esses traços gerais da história da educação profissional, especificamente os traços da educação profissional no Rio Grande do Norte, principalmente os acontecimentos mais recentes da transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), constatamos, ainda, que essa instituição emerge no cenário educacional, por um lado, como um anseio das massas de trabalhadores/as, uma vez que formação para o trabalho sempre está no horizonte dos anseios da população, sobretudo, da classe que produz a riqueza social.

A constatação de que a transformação dos Centro Federais de Educação (CEFETs) em Institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) representa um anseio das massas trabalhadoras se nos apresenta a partir de uma dupla evidência. A primeira evidência diz respeito ao senso comum popular com relação a percepção da educação como movimento de ascensão social segundo a qual a escola possui a finalidade de formar para o trabalho independentemente que esse trabalho seja controlado e explorado pelos senhores do capital. A segunda evidência remete aos estudos de vários autores (por exemplo, Frigotto; Ciavatta, 2004. Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005. Vannuchi, 2004.) que defendem que a juventude da classe trabalhadora dá sinais de compreensão de que a formação que lhes é oferecida é uma formação limitada. Os CEFETs representavam os anseios das classes exploradoras do trabalho; os IFs, mesmo levando em consideração suas contradições e as disputas entre os setores progressistas e conservadores da sociedade brasileira, representam, nos seus fundamentos, os anseios de uma juventude criativa, participativa, ávida pelo conhecimento conforme a emulação promovida pelo projeto dos IFs, e uma juventude preocupada com sua inserção no mundo produtivo. Todavia, as orientações para o funcionamento da educação profissional são fruto de uma estruturação de mão-de-obra cuja formação deve atender as premissas do setor produtivo alinhado ao capital nacional e internacional.

Dessa forma, a constatação é de que o sistema de educação em geral, e especificamente a educação profissional, possui uma complexidade ambígua. Por um lado, encerra-se na totalidade social como uma correia de transmissão do aparato econômico, político, cultural e ético do metabolismo do capital; por outro lado, a atuação dos sujeitos, a atividade humana propriamente dita, o transforma em uma potencialidade real e concreta da organização dos anseios populares no emaranhado das lutas de classe.

Estes traços históricos acerca da educação profissional no IFRN também nos permitem apontar que o ensino dos ofícios, historicamente, foi criado inicialmente para servir aos objetivos dos colonizadores europeus e, atualmente, para servir aos neocolonizadores norte-americanos e europeus. Não é possível deixar de registrar que o anseio popular para criação de escolas, sobretudo, escolas profissionais para instruir para o trabalho, é uma necessidade que se impõe ao povo para garantir a sobrevivência em meio aos interesses da economia hegemônica do capital. A afirmação de Thompson (2002) de que a educação tem historicamente se desvinculado dos laços da experiência humana da classe trabalhadora e adquirido feições de controle social, cultural, econômico e ético, é bastante válida para o contexto da educação profissional do Rio Grande do Norte uma vez que o que é proporcionado aos anseios da

população é um tipo de formação restrita à qualificação de mão-de-obra para atuar no mercado capitalista.

O controle social, ao qual Thompson (2002) se refere, pode ser relacionado com dois elementos facilmente identificados no contexto da educação profissional do Rio Grande do Norte, talvez da educação profissional brasileira. O primeiro diz respeito ao processo de acumulação e expansão do capital, tendo em vista que a formação fornecida nas instituições de ensino profissional se restringe a instrução de tarefas diretas e objetivas vinculadas à maquinaria capitalista; outro elemento está relacionado a contenção do surgimento de ordens contrárias à ordem política vigente. Nesse caso, a educação profissional canaliza a potencialidade transformadora da realidade ocupando os sujeitos para que se tornem mais produtivos em termos de mais-valia, e menos participativos em termos políticos; é o que Thompson (2002) denomina de medo das classes favorecidas das espontaneidades populares, especialmente, as espontaneidades de revolta contra as injustiças sociais.

De qualquer forma, há uma proposição na análise de Thompson (2002) que afirma a necessidade de um novo sentimento na educação. De acordo com o autor, o novo sentimento na educação diz respeito ao imperativo originário da formação humana que é a união indissociável entre educação e experiência humana de classe. A nova configuração da educação profissional criada nos termos da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, há uma tentativa de reconciliar a educação com a experiência humana à medida que a função social da instituição é articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia.

Assim, o esforço para ofertar educação profissional e tecnológica está vinculado ao compromisso de superar a perspectiva de formação unidimensional visando uma formação humana integral e a transformação da realidade. A articulação dos conhecimentos científicos e tecnológicos com os elementos culturais e o mundo do trabalho podem vir a sintetizar a dialética educação-experiência conforme a instituição mantenha uma porta de saída para o conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, e uma porta de entrada para a experiência e a crítica.

Nesse caso, a instituição não pode se limitar a ouvir os anseios das cadeias produtivas do capitalismo e silenciar diante dos anseios das classes populares. A educação profissional pode levar em consideração o trabalho associado e solidário dos pequenos grupos produtivos e contribuir para que esses grupos possam superar as limitações da produção e atuarem contundentemente como grupos anticapitalistas.

Certamente o que mais se aproxima do nosso campo de compreensão imediato ao olhar para educação profissional é o movimento de reprodução qualitativa da força de trabalho, ou seja, a instituição escolar introjeta uma espécie de submissão ao modo como é constituído o modelo societal. A questão que surge, nesse sentido, é a de como ultrapassar essa representação imediata da instituição escolar como mero instrumento de reprodução e alcançar a potência das relações e forças sociais presentes nela e que são capazes de educar para outra sociabilidade.

Ao retomar o arcabouço conceitual de Thompson acerca da classe como formação econômica e cultural é que nos propomos a partir daqui apontar como a experiência da classe trabalhadora na economia solidária pode contribuir para que a educação profissional restabeleça os laços perdidos entre educação e experiência humana. Além disso, vale ressaltar, como afirma Tiriba (2018), que a América Latina é um campo fértil para análise das lutas anticapital, bem como para reafirmar outros modos de produzir a existência humana.

6.2 Processos formativos no IFRN/Mossoró e o contato com a práxis militante emancipatória da economia solidária

Estamos diante de algumas pistas que orientam o percurso que nos trouxe até aqui. Os efeitos do processo que conduziu nosso modo de exposição até o momento se deparam com o objeto empírico sem pretensão de objetivá-lo ou enquadrá-lo em um algum dispositivo para extorqui alguma verdade escondida. As marcas das pegadas, durante o percurso não deixam dúvida sobre como algumas trilhas foram concebidas para que a passagem nos conduzisse a confirmação de alguns sentidos e resultados.

A rota histórica da educação profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN/Mossoró nos demonstra que o caminho percorrido precisa ser refeito. Esse percurso é dominado e determinado por vícios e longos desvios sob os quais os navegadores/as já não se precipitam sem antes olhar outros horizontes que apontam diferentes perspectivas. Se já conhecemos, de alguma forma, o terreno do debate das ideias sobre a experiência da práxis da economia solidária e sua proposição político-educativa, nos cabe discutir o fazer político-educativo que surge do encontro dos processos formativos no IFRN/Mossoró com a práxis militante emancipatória dos grupos de economia solidária.

Neste processo de crise das estruturas do modo de produção centrado no capital é relevante que a práxis social possa assumir uma rota cujo percurso aponte para áreas e ares distanciados das explorações das potencialidades humanas e dos limites da natureza. Qual o papel de uma instituição como IFRN/Mossoró em um contexto de crise tão aguda quanto a crise

destrutiva do capital? É possível que caminhe pelo curso costumeiro de suas rotas já previamente gravadas nas finalidades pré-definidas pela reprodução social. De outro modo, porém, as forças sociais que compõe a materialidade dessa instituição podem guiar seu leme na direção oposta do que já é experienciado comumente, e despontar em direção as experiências da produção da vida da classe trabalhadora.

Os pontos de referência dessa condução a serem demarcados a partir desse momento dizem respeito aos processos formativos no IFRN/Mossoró e à experiência com grupos de economia solidária com o objetivo de corroborar o que temos afirmado desde o início dessa pesquisa. A economia solidária é limitada diante da economia capitalista. A economia capitalista instituiu ao longo de milênios os interesses, valores, expectativas, crenças, compromissos e desejos, que alimentam e sustentam a potência de sua cosmovisão.

Essa cosmovisão do sistema capitalista se encontra demasiada internalizada no corpo e espírito dos sujeitos sociais. A composição de outros valores, interesses, expectativas, compromissos, desejos e crenças disseminados nessa mesma práxis social podem contribuir para que as contradições embutidas nos desejos, crenças, compromissos, expectativas, interesses e valores do sistema sociometabólico do capitalismo se evidenciem na concreticidade da vida social.

A economia solidária parece apresentar, como mencionado acima, uma cosmovisão instituinte. Essa cosmovisão da economia solidária carrega no seu ser a potência de outros valores, crenças, sentidos, significados, interesses, desejos e expectativas, para a organização da vida social e o respectivo processo de produção e reprodução da vida concreta.

Essa dialética entre o instituído e o instituinte na realidade social constrói mediações de outra natureza para a organização societal de tal modo que é possível vislumbrar um processo de transfiguração do existente em uma outra realidade, impulsionando o ressurgimento do existente de maneira outra. Esse processo não é tão simples e nem possui um caráter incondicional e imediato. Os processos de socialização, base do instituído, em todas as suas dimensões, necessitam de uma atenção singular. É nesse sentido que os processos formativos na instituição escolar, local privilegiado de socialização em geral, precisam ser levados em consideração, e, além disso, é preciso atentar para suas finalidades ante o decurso das projeções e introjeções construídas e instituídas historicamente. Assim, a economia solidária, na realidade brasileira, parece ser portadora de elementos formativos pertinentes para a instituição de um contraponto efetivo ante o avanço destrutivo do capitalismo.

Em um artigo de 2019, Wolfgang Streeck escreve sobre o retorno dos reprimidos como início do fim do capitalismo neoliberal. Neste artigo, ele indaga, dentre outros aspectos

da economia, sobre o que esperar de uma visão do internacionalismo neoliberal que transforma a difusão de ilusões numa arte governamental democrática, ou seja, o que esperar como resultado da época da pós-verdade, época da mentira dos especialistas, quando os sujeitos compreenderem que a redução de impostos não aumenta a arrecadação, que a criação de um mercado comum só favorece a mundialização do capital imperialista e não proporciona aumento de bem-estar para a população, nem diminuição do preço dos bens de consumo e nem tampouco gera novos empregos. Essas narrativas, de acordo com o autor, espalhadas por partidos, governos e especialistas, conduzem e levarão a processos de crises quase incorrigíveis, se não fosse a mão invisível do Estado comprando mais tempo para o neoliberalismo, culminando na crise de 2008. O que esperar, indaga o autor, após o pensamento único tecnocrata do neoliberalismo não responder aos anseios das pessoas para a garantia da vida social? Em linhas gerais, o próprio autor apresenta duas respostas que representam o contexto de luta classe mundial. Por um lado, o cenário aponta para um processo de uma grande regressão social; de outro lado, o cenário se dimensiona para o fim da paciência das massas trabalhadoras com relação as narrativas segundo as quais a globalização neoliberal seria a porta de saída das crises. A paciência das massas trabalhadoras anda no limite porque estão assistindo o fenômeno da globalização beneficiar apenas os mais ricos.

Este contexto de ‘tempo comprado’ transvestido de uma narrativa ideológica segundo a qual o neoliberalismo é o caminho inevitável a ser seguido, e o contexto de esgotamento da sustentação desse discurso lacunar diante das massas trabalhadoras, Streeck (2019) denomina de *interregno*. O autor recupera esse conceito de Antonio Gramsci e diz respeito a uma época de duração indeterminada, em que a ordem em vigência já implodiu, mas a ordem nova ainda não surgiu. É nesse vácuo entre a velha e a nova ordem que a incerteza pode vir a se traduzir em ação à medida que a partir dela não prevaleçam apenas os efeitos mais mórbidos do perecimento da velha ordem (Streeck, 2019, p. 267-268). Este contexto, de acordo com Streeck (2019), é de extrema insegurança, todavia, é possível que os grupos políticos neoliberais tenham que ouvir mais o povo e atentar para os processos políticos oriundos das atividades democráticas nacionais.

A investigação partindo dessa contextualização histórica e conceitual desmonta qualquer tentativa de diminuir o debate acerca do papel da escola, da instituição, uma vez que há um *logos* que sustenta um fatalismo mecanicista que a atrela a apenas o cumprimento de um único destino dentro do modo de produção. Parece imprescindível que todo e qualquer aspecto da vida social seja levado em consideração e como elemento fundamental da constituição de uma totalidade. Nesses tempos de certeza sobre a decadência e incapacidade de o capitalismo

responder pela organização social, e de incerteza sobre o que pode ser construído no porvir e possa superar a perspectiva de centralidade do capital na vida, é que o olhar para todas as instituições sociais buscando encontrar mapas, registros, plantas e suas cartografias possíveis, ou seja, rotas, trajetos e itinerários, para apreender o plano de certeza da ruína de um modo de produzir destrutivo; assim como olhar essas marcas, roteiros e direções para assimilar a necessidade de construir bases antitéticas ao modo de existência que se encontra concretamente em rota destrutiva.

6.2.1 Processos formativos no IFRN/Mossoró

Acima apresentamos o percurso histórico do IFRN/Mossoró no qual constatamos a necessidade de um empenho organizado para que a oferta de educação profissional e tecnológica possa contribuir para uma formação que leve em consideração as múltiplas dimensões do ser humano, sobretudo, a dimensão cultural, política, corporal, estética, científica e a do trabalho propriamente dita. Com a proposta de formação que articule os conhecimentos científicos e tecnológicos com os elementos culturais e o mundo do trabalho, a realidade social pode se erguer no trajeto dialético da transformação e ruptura constante o qual é processada pela ininterrupta finalidade de se afastar da dominação e opressão social.

No caso do IFRN/Mossoró a educação profissional se dá a partir dos princípios e diretrizes propostas no seu Projeto Político Pedagógico. Esse projeto foi construindo com participação efetiva e participativa da comunidade acadêmica. É um projeto recente. Foi produzido em 2012. O processo de construção coletiva se deu a partir da organização de planejamento que constou de realização de estudos, reuniões, seminários, fóruns de debates, mesas-redondas, palestras etc. Todas as atividades eram sistematizadas assimilando as mais diversas contribuições; em seguida, as contribuições eram reelaboradas e apresentadas continuamente para a comunidade acadêmica retomar os debates e preparar o documento final denominado: ‘Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva’.

Analisando o documento nos deparamos com a seguinte organização: consta a introdução diagnóstica da situação institucional; o primeiro capítulo sobre a identidade e organização institucional; o segundo capítulo sobre as concepções, princípios e fundamentos do currículo e das práticas institucionais; o terceiro capítulo sobre as políticas e ações institucionais e o último capítulo sobre o acompanhamento e avaliação do projeto político-pedagógico. Para efeito da investigação que segue, esta análise se deterá brevemente aos

capítulos 1 e 2 do documento com a finalidade de contextualizar como foi possível realizar uma articulação entre o IFRN e a economia solidária.

Na introdução do documento foi construído um diagnóstico do cenário político, administrativo e pedagógico em que se insere a Instituição a partir da dinâmica de transformação institucional na qual o Centro Federal de educação tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN) passou a ser o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). O diagnóstico, dentre outros aspectos, concluiu que a concepção de formação humana que norteava os CEFETs não era compatível com as transformações, em processo, no cenário político com a eleição de um governo de esquerda cujo candidato Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) foi eleito pela primeira vez presidente da República.

A concepção de formação dos CEFETs estava atrelada a um tecnicismo em que o sujeito era instruído para o trabalho manual. A concepção de formação do novo governo eleito prezava por uma perspectiva de formação humana baseado no humanismo em que a ciência, a técnica, as artes, a ginástica e as questões sociais, eram o centro da formação de um sujeito capaz de trabalhar com a terra, na fábrica, na indústria, na produção cultural e artística e até para vir a se tornar um presidente da República. De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o tratamento a ser dado à educação profissional anunciado pelo Ministério da educação (MEC) do Governo Lula foi de reconstruir como política pública e corrigir as distorções de conceitos e práticas decorrentes de medidas dos governos anteriores. As correções no campo da dissociação entre ensino profissional e educação básica com intuito de aligeirar a formação técnica de cunho de treinamento superficial foram as mais urgentes, e daí surge a proposição para o surgimento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país cuja a formação articula trabalho, ciência, cultura e tecnologia no sentido de encontrar problemas e respostas para os desafios concretos da vida em cada Estado, município do país.

Na introdução do documento também é ressaltado o aprendizado institucional diante do processo democrático e coletivo de construção do projeto. Em seguida, no primeiro capítulo, é produzida uma análise sobre a identidade e organização institucional em que consta que o IFRN foi institucionalizado pelos termos da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e possui uma organização plurricular oferecendo ensino público, laico, gratuito e de qualidade visando a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, culturais e sociais locais. Os eixos curriculares da instituição são quatro: trabalho, ciência, cultura e tecnologia, e atuam de modo intercomplementar e entrelaçados para nortear a prática educativa. A partir desses eixos são produzidas atividades de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva de produção, sociabilização e difusão de conhecimentos. A perspectiva é de que esses eixos norteadores

contribuam com a geração de trabalho e renda e estimule a produção e transformação cultural e social uma vez que os processos formativos se efetivam e são construídos nas relações sociais (IFRN, 2012, p. 18-20).

Ainda nesse capítulo sobre a identidade e organização institucional consta que a função social é oferecer uma educação profissional e tecnológica promotora da ciência e da cultura, articulando o saber acumulado, o mundo do trabalho e a técnica com a finalidade de criar uma arquitetura político-pedagógica comprometida com a formação integral, omnilateral, nos valores democráticos, visando, sobretudo, o (re)dimensionamento qualitativo da práxis, a transformação da realidade e a emancipação dos sujeitos na perspectiva da justiça social (IFRN, 2012, p.18-21).

De acordo com o próprio documento, essa função social somente pode produzir um efeito real a partir da compreensão de que o ser humano não pode ser reduzido a um só componente, a um só princípio, a uma única dimensão. O entendimento da concepção antropológica no documento da instituição afirma que ao humano não cabe apenas a natureza do consciente, do racional, do inconsciente, do espírito, da matéria ou da irracionalidade. As separações e dualismos consistem em formalidades, uma vez que o ser humano transcende qualquer que seja essas divisões devido à condição de abertura, de multidimensionalidade e de sujeito em constante mudança e eterna construção (IFRN, 2012, p.100).

Assim, a instituição promove uma formação pautada em uma visão humanística cuja base é a ideia de que todos os sujeitos sociais possuem igualdade de oportunidades. Assim, busca atender as necessidades e o bem-estar dos estudantes, colocando-o em contato com os conhecimentos científicos e as práticas sociais da convivência e participação social. Para tanto, estabelece como princípios fundamentais a justiça social com igualdade, cidadania, ética, emancipação e sustentabilidade ambiental; a gestão democrática, com transparência de todos os atos, obedecendo aos princípios da autonomia, da descentralização e da participação coletiva nas instâncias deliberativas; integração, em uma perspectiva interdisciplinar, tanto entre a educação profissional e a educação básica quanto entre as diversas áreas profissionais; a verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; formação humana integral, com produção, a socialização e a difusão do conhecimento científico, técnico-tecnológico, artístico-cultural e desportivo; a inclusão social quanto às condições físicas, intelectuais, culturais e socioeconômicas dos sujeitos, respeitando-se sempre a diversidade; a natureza pública, gratuita e laica da educação, sob a responsabilidade da União; educação como direito social e subjetivo; e democratização do acesso e garantia da permanência e da conclusão

com sucesso, na perspectiva de uma educação de qualidade socialmente referenciada (IFRN, 2012, p.21).

Dentre as finalidades e característica do IFRN presentes no documento, destacamos algumas como, por exemplo, a de que a instituição precisa desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas que atendam às demandas sociais e às peculiaridades regionais; outra finalidade decisiva é a relacionada a orientação das ofertas de cursos voltados para a consolidação, desenvolvimento e fortalecimento dos arranjos produtivos sociais e culturais, identificados com base no mapeamento das potencialidades locais e regionais; Além disso, consta como finalidade que é preciso estimular o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como promover a produção e a transferência de tecnologias, sobretudo, as tecnologias voltadas para a sustentabilidade ambiental e as mais variadas demandas da sociedade, e, por última finalidade, destacamos a de desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica (IFRN, 2012, p.22).

Dessas características e finalidades decorrem os objetivos da instituição. No documento esses objetivos vão desde aqueles vinculados a ministrar educação profissional integrada à educação científica, até os objetivos de fomentar pesquisas como princípio educativo acerca dos problemas encontrados na comunidade. O que chama atenção dentre os objetivos da instituição é aquele destinado a estimular o desenvolvimento de práticas de extensão articuladas com o mundo do trabalho e com os segmentos sociais, enfatizando a produção e socialização dos conhecimentos tecnológicos, científicos e culturais, além de incentivar os processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, a emancipação do cidadão ao desenvolver potencialidades culturais, científicas, tecnológicas.

Essa caracterização, finalidade e objetivos da instituição nos remete a uma compreensão de um modelo de educação no qual a sua substância diz respeito a um processo de elevação cultural à medida que articula a educação intelectual com o processo produtivo ao passo que medeia essa articulação pelos elementos não só da ciência, mas das diversas manifestações culturais e da produção tecnológica. Isso revela que a instituição, de algum modo, coloca as bases epistemológicas produzidas ao longo das transformações históricas à disposição do desenvolvimento do espírito investigativo, crítico/analítico, reflexivo voltado para superar a perspectiva de educação profissional proposta nos contextos de organização aristocrática da sociedade e a educação atual nos moldes como a burguesia a concebe.

Não se pode negar que a educação integrada proposta nos documentos do IFRN procura adentrar no processo de produção e restabelecer os laços entre o trabalho e educação

através da organização das bases científicas que regem tal processo, além de iniciar a juventude nos primeiros contatos com os instrumentos necessários para o desenvolvimento elementar das diversas ramificações da indústria. Além disso, promove, ao que indica o documento, uma educação física na medida que afirma que as “as práticas educativas devem vislumbrar o ser humano em sua omnilateralidade” (IFRN, 2012, p. 35). No documento o entendimento de omnilateral é apresentado a partir da etimologia significando formação plena e profunda de “todos os lados” da condição humana, e pela referência à Marx e Gramsci em que a omnilateralidade diz respeito a formação intelectual, educação corporal e educação tecnológica realizada na escola unitária na qual o desenvolvimento das “amplas capacidades do ser social” é alicerçado pelo trabalho livre e associado.

A proposta de ensino integrado do IFRN demonstra que a combinação ente trabalho e educação é ampliada e que as diretrizes e princípios que alicerçam a práxis do IFRN no que concerne a proposta de formação humana dá um passo importante para se propor uma educação pública combinada com educação profissional (teóricas e práticas). De acordo com Dante Moura (2013), essa função social comprometida com uma formação integral e omnilateral não visa formar a juventude para a profissionalização *stricto sensu*, ou seja, não é a finalidade da educação profissional formar os sujeitos para uma determinada profissão que potencializa o desenvolvimento unilateral em detrimento da formação omnilateral. O autor, ao investigar a proposta de ensino médio integrado, defende que seus fundamentos podem ser considerados o germe da formação humana integral, omnilateral ou politécnica conforme as proposições de Marx, Engels e Gramsci. O autor destaca, todavia, que a formação politécnica e a escola unitária em sentido pleno não podem ser efetivadas enquanto o sistema do capital e a sociedade burguesa se constituírem como o modelo de organização hegemônico.

Nas atuais condições sociais de divisão e luta de classe, para efetivar essa função social e formar o tipo de ser humano a qual se propõe, o projeto político pedagógico do IFRN aponta como elemento fundamental a prática do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, enquanto não ocorre um processo de transformação profunda na sociedade. Nesse sentido, essa indissociabilidade representa um salto de qualidade para o trabalho acadêmico da instituição uma vez que estimula a aproximação entre a instituição e a sociedade, a produção crítica do conhecimento e a emancipação teórica e prática dos estudantes e o cumprimento do significado social do trabalho acadêmico. Para concretizar esse princípio e cumprir com a função social, o documento indica que o princípio da indissociabilidade prevê a efetivação de projetos coletivos, o planejamento coletivo das ações institucionais e na avaliação institucional de todo o processo de organização do trabalho.

De acordo com o documento, a organização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão presume uma formação cidadã emancipatória uma vez que a difusão/socialização e apropriação do saber a ser ensinado/aprendido, acrescido do procedimento da pesquisa, isto é, do movimento de compreensão da construção do saber resultando em uma objetivação e materialização do conhecimento a ser compartilhado com uma comunidade de modo a promover a extensão da instituição com a sociedade. A síntese desse processo, ensino-pesquisa-extensão, constitui os pressupostos das finalidades e objetivos acima descritos. O processo reinicia, em círculo virtuoso, durante a realização da extensão quando surgem novas questões e problemas que são levados ao processo de pesquisa e ensino realimentando dinamicamente a tríade.

Assim, a concepção de ensino contempla o caráter da integração do conhecimento exercendo o papel de ponto de equilíbrio entre a formação humana e a formação profissional. Os princípios orientadores, de acordo com o PPP da instituição, de todos os processos no IFRN, especialmente, nos processos de ensinar e de aprender, são a dialogicidade, integração dos saberes, as vias democráticas de participação no processo ensino-aprendizagem, a promoção do exercício da criticidade, curiosidade epistemológica e pela autonomia intelectual do estudante.

A pesquisa na instituição se norteia, conforme o PPP, pelo uso social do conhecimento e incluir a responsabilidade social do cientista relativa a construção/produção do conhecimento levando em consideração a expansão e mudança institucional, bem como às possibilidades que se apresentam devido aos avanços científicos e tecnológicos.

Dessa forma, a ciência deve ser manejada visando a melhoria da qualidade de vida através de processos educacionais que façam circular o conhecimento, transformando-o em valor humano, econômico, articulado com a sustentabilidade ambiental e político-social. Daí, o desafio de promover e desenvolver projetos que ampliem as potencialidades humanas melhorando o modo de existência (IFRN, 2012, p. 44).

Nesse caso, as políticas de extensão são destacadas no PPP da instituição, como atividade acadêmica, que visam a aproximação e integração com a comunidade local, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Uma proposta de extensão aliada ao ensino e à pesquisa deve ser capaz de ultrapassar os limites dos muros institucionais mobilizando teoria e prática em um movimento de ida e vinda e de dentro para fora e de fora para dentro consolidando a troca de saberes e a experimentação da ampliação do conhecimento (IFRN, 2012, p. 189).

De acordo com o que consta no Projeto Político Pedagógico do IFRN:

As práticas extensionistas devem, portanto, articular processos convergentes com as demais dimensões institucionais, bem como com as demandas locais. De natureza acadêmica, a extensão constitui-se em uma ação mediadora do processo dialético entre teoria e prática. É capaz de ampliar a formação ou a qualificação profissional de estudantes e de educadores em geral. A extensão, como via de interação com a sociedade, constitui-se em um elemento de mão dupla indispensável tanto para o Instituto conhecer a realidade sociocultural, econômica e política de seu entorno quanto para a comunidade ter acesso ao saber produzido no e pelo Instituto. Portanto, no arcabouço da extensão, a educação, a ciência e a tecnologia devem estar articuladas, de modo a agregar saber e fazer, a socializar conhecimentos, a possibilitar trocas de saberes (acadêmicos, experienciais e populares) e a contribuir, à luz de um saber fazer reflexivo e crítico, com o desenvolvimento da práxis profissional (IFRN, 2012, p. 218).

A extensão acadêmica na instituição, dessa forma, articula as necessidades locais das adjacências de cada campus do IFRN com os enunciados do que se vem realizando no ensino e na pesquisa. A extensão, assim, promove a síntese dialética entre o ensino e a pesquisa efetuando a pavimentação para que a teoria se encontre com a prática ampliando a formação docente e do estudante à medida que a realidade sociocultural, econômica e política possibilita a vivacidade do ensino e da ciência. Esse processo de ampliação da formação se estende à comunidade que recebe os processos extensionistas uma vez que o saber acumulado pela ciência na instituição se depara com saberes populares da experiência que indicam possibilidades para a construção de um saber fazer reflexivo, crítico, dinâmico e transformador.

Essas considerações sobre os processos formativos no IFRN/Mossoró indicam que a combinação entre trabalho e educação na instituição escolar pode contribuir para um processo de contrainternalização dos mecanismos de internalização das determinações e princípios do modo de organização societal fundada no modelo de produção capitalista à medida que a educação não se restrinja ao ensino do trabalho, mas que a educação possa possibilitar o contato com os fundamentos teóricos e práticos do trabalho enquanto marca essencial da construção da humanidade no sujeito social. A educação integrada potencialmente politécnica presente no IFRN permite a condição histórica de um sistema de educação à disposição do povo visto que coloca na centralidade do debate a função social da instituição acadêmica atrelada aos anseios da classe trabalhadora.

Todavia, a formação humana omnilateral diz respeito a uma formação inconcebível no modelo de organização da sociedade atual. A educação com a finalidade de formação omnilateral pode ser vislumbrada no limiar de superação da exploração do capital sobre o trabalho. O registro dessa constatação de que no IFRN ocorre, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, uma educação integrada, omnilateral ou politécnica, precisa ser

considerado de modo mais rigoroso. A simples conotação de que há uma equivalência entre formação integrada, omnilateral e politécnica se constitui como um problema teórico nas bases da construção desse sistema de educação cujo potencial carrega o germe de uma formação humana do futuro.

Não pretendemos nos deter muito nesse debate, porém, é preciso apenas deixar claro que a proposta de uma educação integrada por si mesma já constitui um avanço relevante e basilar para o atual estágio da educação brasileira. Nossa preocupação, nesse momento, é apenas sobre a tentativa de criar uma correspondência e paridade entre educação politécnica e omnilateral na construção substancial do documento que norteia a práxis educativa do IFRN.

De acordo com Sousa Júnior (1999), os conceitos de politecnicidade e omnilateralidade são dois conceitos distintos que se excluem, mas que, na proposição marxiana, se complementam. De acordo com ele, a politecnicidade diz respeito à formação do trabalhador no âmbito da produção capitalista, já a omnilateralidade se refere à formação do ser humano após o fim das determinações da sociedade burguesa.

A educação politécnica, diz o autor no artigo “Politecnicidade e omnilateralidade em Marx”, é defendida pelos teóricos burgueses como meio de preparar mão-de obra para que possa atender às exigências de expansão do capital ou com certa preocupação com o desemprego dos trabalhadores. Na perspectiva de Marx, enfatiza o autor, a educação politécnica surge como mediação para que os trabalhadores possam ter acesso aos fundamentos teóricos e práticos dos diversos procedimentos de trabalho e seja capaz de combater a alienação da atividade do trabalho, mesmo que a alienação em si mesma não seja superada.

Assim, a educação politécnica acrescida da ginástica e do conteúdo científico deve elevar a classe trabalhadora acima das classes exploradoras do trabalho uma vez que aglutina as dimensões fundamentais do processo de trabalho que se encontram ausentes na formação das classes dominantes, que é a dimensão intelectual aliada à dimensão da prática produtiva. A proposta de educação politécnica, desse modo, é uma mediação significativa para o processo de construção da emancipação da classe trabalhadora tendo em vista que a condição dos trabalhadores/as na sociedade burguesa é uma condição histórica inteiramente contingente.

Já a formação omnilateral ou onilateral não possui na obra de Marx, diz Sousa Júnior (1999), um conteúdo bem definido. A formação omnilateral é apontada por Marx como uma educação a ser concebida e efetivada após um processo de ruptura com o modelo de formação humana limitado da sociedade capitalista. O ser social formado na perspectiva da omnilateralidade não é um gênio, mas é um sujeito que afirma a historicidade e processualidade da dinâmica social, que reconhece o outro como a si mesmo e submete as relações sociais ao

controle coletivo. A formação do homem omnilateral visa a superação da divisão entre trabalho manual e intelectual e, sobretudo, visa a superação das convicções naturalizadas pelo capitalismo, tais como, o individualismo, a competição, a mesquiaria, e toda ordem de preconceitos sociais da vida burguesa. Nesse caso, a formação omnilateral seria a formação de um novo tipo de humanidade com outros valores morais, outros parâmetros éticos, outras maneiras de fazer prático, outros modelos teóricos, nova afetividade, enfim, um outra forma de existência social.

Essas considerações são importantes para atentarmos que os processos formativos no IFRN/Mossoró são realizados, conforme o Projeto Político Pedagógico, com base em uma educação integrada potencialmente politécnica. Mais do que isso, essa educação integrada aponta caminhos de construção de uma educação para a classe trabalhadora que eleva os sujeitos dotando-os de uma formação ampliada em relação à educação burguesa, dado que é uma formação intelectual e profissional mediada pela ciência, o mundo do trabalho, a tecnologia e a cultura ao passo que a educação burguesa ou é somente intelectual ou somente profissional e, nesse caso, inteiramente dualística, e mais do que isso, limitada, parcial e unidimensional.

Somente em uma proposta de educação integrada, politécnica, é que é possível ao IFRN interagir com a sociedade e compreender que os anseios locais e regionais vão além dos anseios da burguesia local. Nesse sentido, a pesquisa segue a partir da análise do projeto de extensão “GerAção Solidária”. Esta proposta que articulou atividades de ensino, pesquisa para culminar na extensão é uma demonstração do ponto de contato entre a práxis política educativa do IFRN com a práxis político-educativa militante e emancipatória do movimento social de economia solidária na região de Mossoró e adjacências.

6.2.2 Processos formativos no IFRN/Mossoró e a experiência com a práxis político-educativa militante e emancipatória dos grupos de economia solidária

Conforme analisamos anteriormente as ações humanas criam a realidade social através de sua práxis que é acumulada em experiência, constituindo a marca fundamental da história da humanidade. Na sociedade dividida em classe, as ações transformadoras da classe trabalhadora são apagadas, invisibilizadas, escondidas, para não servirem como elementos de encorajamento para organização de movimentos que subvertam a ordem de exploração e opressão do capital sobre o trabalho.

Nosso objetivo a partir desse momento da pesquisa é colocar a experiência da classe trabalhadora organizada a partir dos elementos da economia solidária como ponto de partida e

de chegada da investigação sobre a educação profissional do IFRN a fim de reforçar algumas posições demarcadas acima e realizar a cartografia de atividades realizadas no âmbito do IFRN/Mossoró com grupos produtivos de economia solidária.

Neste caso, não iremos partir do lugar comum quando se realiza pesquisa sobre a educação profissional para afirmar a inviabilidade de um processo emancipatório deste modelo de educação na sociedade capitalista. O destaque sobre as experiências de classe praticada por grupos de economia solidária em consonância com a práxis político-educativa contém elementos importantes para a avaliação da viabilidade na constituição de novos modos de organização social com o objetivo de não correr o risco de incorrer em distorções e retrocessos cruciais para outro formato societal. E conforme também já mencionamos existem potencialidades nestas experiências capazes de proporcionar a alteração das rotas nas quais se vem trilhando com base na reestruturação e expansão acumulativa do capital.

Além disso, o desvelamento das configurações de experiências de classe levando em consideração a sua práxis proporciona a criação de diretrizes, princípios, trajetos hermenêuticos e observações de significados provavelmente inexplorados provenientes da singularidade da experiência com a práxis social. Estas experiências da práxis social, por exemplo, dos sujeitos da economia solidária podem nos mostrar racionalidades ainda não conhecidas e opostas à racionalidade capitalista. As manifestações de solidariedade, do companheirismo, entre os membros da família, amigos e vizinhos; as ações coletivas organizadas em comunidades para produzir e reproduzir a existência e melhorar a vida; a auto-organização do trabalho, a criação de redes de apoio mútuo; são constituintes da classe trabalhadora organizadas em rotas de desvio da organização da vida social no capitalismo.

O estudo das experiências de classe de grupos que organizam a dinâmica produtiva para além ou aquém da centralidade do capital em contato com os processos formativos próprios e da instituição acadêmica produzem evidências prenhe de uma potência que deve ser levada em consideração. A singularidade dos modos de organizar o trabalho e a cultura nos grupos de economia solidária transformam o ser social dos sujeitos uma vez que produzem experiências que modificam a determinação da consciência social, ou seja, produzem processos formativos que resultam na formação de classe. Assim, o ‘formar-se’, como diz Thompson, procedente das experiências de trabalho associado podem alimentar o sentido e significado de outra práxis.

A experiência do trabalho, a formação política, as mobilizações para reivindicar do Estado, saúde, educação, transporte, escola, preservação dos recursos naturais, praças públicas etc. etc., as experiências comunitárias, as estratégias de sobrevivência são ingredientes singulares com efetiva sintonia com as questões que atravessam a totalidade social. E, de

qualquer forma, é possível adiantar que essa experiência com a práxis da classe trabalhadora é que pode soldar os laços entre a educação e os anseios das classes populares e qualificar a práxis política.

Historicamente não há uma vinculação direta do IFRN/Mossoró com as práticas de grupos produtivos orientados pelas concepções da economia solidária. No ano de 2016, foi realizada uma parceria entre a instituição e a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE⁴⁴ sob o Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 05/2016 MT – IFRN. O projeto intitulado ‘Mulheres e Jovens: Economia Solidária como alternativa para ampliação do trabalho e renda em Natal e Mossoró no Rio Grande do Norte’ foi aprovado para realizar, conforme a minuta do projeto, “uma série de ações no fomento, capacitação e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários constituídos por mulheres e jovens de baixa renda de Natal e Mossoró do Rio Grande do Norte”, ou seja, o objetivo geral do projeto foi apoiar as mulheres e jovens no fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários de baixa renda nas cidades de Natal e Mossoró no Rio Grande do Norte.

Importante destacar que a proposta chega ao IFRN a partir da definição realizada nos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES) do Nordeste. Esses CFES organizados em todas as regiões do país pesquisam, debatem e encaminham as proposições que dizem respeito às ações de educação e formação ligadas à Economia Solidária e delimitam eixos centrais que repercutem em prioridades a serem defendidas em cada Estado da federação. Um dos eixos fundamentais, nesse sentido, é a articulação com o poder público tendo em vista que é essencial que se possa caminhar no sentido de buscar parcerias nos diferentes entes da federação para reforçar e ampliar a ação possível do CFES em cada um dos estados do Nordeste para formar agentes públicos capazes de atuar para a implementação de políticas de Economia Solidária.

Em princípio, as atividades com os grupos de economia solidária foram realizadas por dois núcleos compostos por servidores, estudantes do IFRN, e colaboradores externos vinculados a algum grupo produtivo da economia solidária. Digo ‘em princípio’ porque as

⁴⁴ Em 1 de janeiro de 2019, o Ministério do trabalho foi extinto oficialmente pelo governo Jair Bolsonaro, tornando-se uma secretaria especial do Ministério da Economia. Vale ressaltar que durante o governo de Michel Temer (12 de maio de 2016 a 31 de dezembro de 2018) já havia fortes indícios de que o ministério seria extinto. A esse respeito ver: <http://www.dmtmdebate.com.br/dois-anos-de-desgoverno-a-extincao-do-ministerio-do-trabalho/>. Com a extinção do ministério do trabalho, a antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) teve suas atribuições enviadas ao Ministério da Cidadania a partir de 1 de janeiro de 2019. Sobre a Economia Solidária e a reorganização ministerial ver: <https://diplomatieque.org.br/economia-solidaria-e-a-reorganizacao-do-governo-bolsonaro-o-caminho-e-a-mobilizacao/>.

atividades se davam em regime de auto-organização e autoformação. Os componentes dos núcleos coordenavam a organização para execução dos objetivos, porém, as atividades propriamente ditas foram concebidas e realizadas a partir da iniciativa das próprias pessoas dos grupos.

Havia uma dificuldade dos servidores e estudantes do IFRN para a efetivação da auto-organização e autoformação. Diferentemente dos sujeitos da economia solidária, os servidores e estudantes do IFRN pareciam estarem prisioneiros das estruturas de organização da academia. Para os servidores, as dificuldades não se davam tanto com relação a auto-organização e/ou autoformação uma vez que, de algum modo, cada participante já havia tido contato com a economia solidária. Para os estudantes havia uma mistificação maior. Para eles⁴⁵, a auto-organização e autoformação faziam parte de uma compreensão conceitual abstrata e utópica. Em um primeiro momento, os estudantes, que também foram bolsistas⁴⁶ do projeto, estavam tomados de um espasmo conforme as atividades foram sendo realizadas. Contudo, à medida que as atividades foram sendo concebidas e executadas, cada membro do núcleo foi encontrando a maneira mais adequada para participar. Isso não quer dizer que as atividades eram efetivadas a partir de um espontaneísmo e um ‘tudo vale’. As atividades eram apresentadas e discutidas exaustivamente por membros mais experientes do núcleo e dos grupos produtivos e os pormenores para a realização foram sendo identificados e executados conforme cada disposição.

Os núcleos foram criados em dois *campi* do IFRN, um no IFRN/Campus Natal Central, o outro núcleo no IFRN/Campus Mossoró. Os dois núcleos possuíam uma dinâmica de organização coletiva e se reuniam em formato de assembleias (prática da isonomia e isegoria) na qual cada participante realizava a exposição e defesa de uma proposta sem nenhum tipo de distinção (poderia ser docente, técnico administrativo, estudante, membro de algum grupo produtivo). Os Núcleos se reuniam sistematicamente para propor, avaliar, redefinir e executar os objetivos e atividades definidas no projeto como um todo, bem como para propor, avaliar, redefinir e executar as atividades e o processo de execução nos grupos produtivos.

⁴⁵ As conclusões apresentadas aqui como pertencente aos inúmeros sujeitos participantes do projeto foram coletadas a partir de observação-participante ou através das análises dos relatórios produzidos pelas coordenações dos dois núcleos do projeto.

⁴⁶ Foi realizada uma seleção de estudantes conforme um processo de seleção que envolvia a participação em oficinas sobre economia solidária, feminismo e juventude; a participação em entrevistas realizadas por servidores e membros dos grupos produtivos e a análise do histórico escolar. Foram avaliados critérios sobre a compreensão da economia solidária, a condição socioeconômica e o curso a qual estavam vinculados uma vez que as aptidões desenvolvidas no curso poderiam ser mobilizadas para atuação junto aos grupos produtivos (foram selecionados estudantes do curso técnico de informática, mecânica, eletrotécnica e edificações; do curso de licenciatura em matemática e do curso de gestão ambiental)

Como mencionado anteriormente, o projeto foi inscrito junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES com essa denominação: “Mulheres e Jovens: Economia Solidária como alternativa para ampliação do trabalho e renda em Natal e Mossoró no Rio Grande do Norte”. Durante as primeiras reuniões⁴⁷ entre os núcleos formados para coordenar as atividades foi alterado para “GerAção Solidária: mulheres e jovens na economia”. A proposta de mudança na denominação partiu de um membro da Cooperativa de Comercialização Solidária Xique Xique – COOPERXIQUE. De acordo com ele, esta denominação sintetiza as linhas gerais do projeto e possibilita uma melhor compreensão entre os representantes dos grupos produtivos de economia solidária. A defesa argumentativa realizada pelo proponente na denominação do projeto explica detalhadamente por que a mudança: “o nome ‘GerAção’, escrito assim mesmo, é para chamar atenção para duas palavras, ‘gerar’ e ‘ação’, nós precisamos formar gerações, jovens solidários, para trabalhar por um mundo melhor e, hoje, as mulheres e a juventude é que possuem o protagonismo para mudar o mundo”⁴⁸.

O projeto “GerAção Solidária: mulheres e jovens na economia” foi executado inicialmente com 60 grupos produtivos vinculados aos princípios da economia solidária no Estado do Rio Grande do Norte pelo Campus Mossoró juntamente com o Campus Central Natal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN em parceria com a Fundação de apoio à educação e ao desenvolvimento tecnológico do Rio Grande do Norte - FUNCERN, através do Edital 05/2017 – PROEX/IFRN. O IFRN/Mossoró, nesse caso, foi responsável por desenvolver atividades com 30 grupos produtivos de economia solidária.

Para efeito de delimitação deste momento da pesquisa, a investigação foi realizada somente a partir das atividades realizadas no IFRN/campus Mossoró, seja porque as atividades realizadas no Campus Central Natal do IFRN apresentam as mesmas semelhanças com as realizadas no Campus Mossoró, embora seja distinto o espaço e as peculiaridades dos grupos; seja porque uma pesquisa sobre as atividades de 30 grupos produtivos já se constitui como um grande espectro de análise para os propósitos e envergadura dessa investigação.

Quais são os grupos de economia solidária participaram das atividades realizadas pelo projeto “GerAção Solidária: mulheres e jovens na economia” e se constituem como sujeitos desse momento da pesquisa? São os seguintes:

⁴⁷ Informação retirada das atas de reunião da coordenação do projeto.

⁴⁸ Relato anotado em ata de reunião entre os dois núcleos do projeto.

01. Grupo de Mulheres Decididas a vencer.

O grupo é formado por mulheres do Projeto de Assentado (P.A) de Mulunguzinho localiza na zona rural de Mossoró/RN. O grupo produz hortaliças e realizam beneficiamento de frutas para comercialização e autoconsumo. O grupo se encontra em funcionamento, com 10 associadas, foi fundado em 1995. É organizado de modo informal por mulheres predominantemente pretas que recebem bolsa família. Estão vinculados à rede Xique Xique de comercialização solidária, ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária e ao Sindicato dos trabalhadores Rurais de Mossoró. As mulheres associadas dividem o tempo entre a participação no grupo e a família. Essas mulheres contam com a ajuda de parentes para a realização do trabalho doméstico quando estão desenvolvendo atividades no grupo associado. As principais formas de organização da comercialização utilizadas pelo grupo de mulheres decididas a vencer são as feiras ou mercados da cidade de Mossoró/RN. As hortaliças e polpas de fruta são comercializados diretamente ao consumidor final ou encaminhados para outros grupos de economia solidária. As maiores dificuldades desse grupo dizem respeito a ausência de registro sanitário dos produtos ou o registro de alvará, além da falta de meios de produção e tecnologias. O excedente da produção além de ser comercializado é distribuído igualmente entre os sócios. O grupo participa de movimentos sociais das mulheres como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e das atividades realizadas pelo Centro Feminista 8 de março (CF8) onde debatem sobre classe e gênero. O grupo foi criado para gerar renda para os associados e organizar as pautas das mulheres daquela comunidade. O grupo exercita a autogestão e constantemente se reúne em assembleias democráticas para avaliar e definir os planos de desenvolvimento do grupo. Quando foram perguntadas sobre as principais conquistas do grupo, responderam por unanimidade sobre a interação e socialização entre elas não só sobre como produzir, comercializar, mas como uma espécie de ‘terapia’ na qual debatiam desde os problemas do país aos seus dilemas nos relacionamentos afetivos.

02. Grupo Gold da Paz

A sigla GOLD significa Grupo de oportunidades locais e desenvolvimento. O grupo é formado por mulheres do Projeto de Assentado (P.A) de Mulunguzinho localizado na zona rural de Mossoró/RN. O grupo realiza a experiência de finanças solidárias que visa fortalecer a economia local através da poupança e crédito solidário. O GOLD financia projetos ligados a agroecologia. O grupo existe desde 2010 e é constituído por 11 (onze) associados, mulheres pretas, agricultoras, beneficiárias do bolsa família. O grupo se encontra funcionando, é vinculado ao Centro Feminista 8 de março (CF8), ao sindicato rural de Mossoró, à Rede Xique

Xique de comercialização solidária e ao fórum potiguar de economia solidária (ECOSOL). Ao serem perguntadas sobre os principais desafios do grupo, responderam que manter a participação e autogestão é um exercício diário. Afirmam, ainda, que possuem dificuldades para manter a união do grupo e realizar a exercitar a politização sobre os problemas que enfrentam na comunidade. Mesmo assim relatam que a autogestão e o exercício democrático é a maior virtude do grupo. O grupo participa dos movimentos sociais cuja luta pela terra, direitos das mulheres e questão religiosa possuem a tônica.

03. Grupo de Produtores e Produtoras da Serra Mossoró

Conhecido como Unidade Familiar Serra Mossoró. O grupo foi fundado em 2008, localizado na comunidade Serra Mossoró no município de Mossoró/RN. Atualmente se encontra em funcionamento. Realizam atividades de produção e comercialização de hortaliças, fruticultura e criação de galinhas. O grupo produz com base nos sistemas integrados da Agroecologia. O grupo produz 400 ramos de coentro, 170 kg de tomate, 700 unidades de ovos, 40 kg de melão e 200 kg de jerimum mensalmente, destinados para comercialização aos órgãos governamentais, para autoconsumo e comercialização em feiras municipais e feiras de economia solidária nas universidades e outros espaços públicos do município. Do processo de produção e comercialização o grupo consegue remunerar os associados. O grupo participa do movimento social de luta pela terra e reforma agrária, atua como membro da Rede Xique Xique de comercialização solidária e participa das atividades promovidas pelo CF8. O grupo constante participa de fóruns e debates sobre os processos de controle de qualidade, daí desenvolve uma preocupação com a questão ambiental na produção ou prestação dos serviços. A produção toda é realizada com base orgânica, livres de agrotóxicos. Ao serem perguntados sobre as principais conquistas do grupo respondem que geração de renda, a permanência da unidade familiar na região, a prática da autogestão, o exercício da participação democrática, a integração entre os membros, a conscientização e o compromisso político com a emancipação dos trabalhadores e a participação em outras lutas sociais, são os principais aprendizados do grupo. A respeito dos desafios para o grupo relatam o aumento da geração de renda, a dificuldade para promoção e articulação com outros grupos e o fortalecimento do movimento de economia solidária.

04. Grupo de Jovens Ousadia Juvenil - Grupo de Jovens da Comunidade Nova Vida

O grupo é formado por 15 pessoas fixas, em sua maioria jovens universitários/as de até 29 anos, que possuem ligações diretas ou indiretas com o bairro de atuação, o Nova Vida em Mossoró/RN. O grupo foi fundado em 2002, através de uma série de atividades

desenvolvidas pelo grupo Mulheres em Ação e o Programa de Desenvolvimento de Área (Margarida Alves). O foco geral do projeto é o atendimento de crianças e adolescentes. O objetivo do grupo é a mobilização, o monitoramento e a discussão sobre as políticas públicas para a juventude. As ações ocorrem especialmente no fomento a juventude da comunidade do bairro Nova Vida, que por se tratar de um espaço periférico, encontra diversos obstáculos para o desenvolvimento da juventude local. O grupo relata que necessita de ajuda para abordar a questão da violência e da criminalidade com a população jovem. O grupo está em funcionamento até os dias atuais, atuando especialmente na área urbana da comunidade Nova Vida no município de Mossoró/RN. Realizam reuniões quinzenais, formação política para a juventude e a definição de ações de atuação do grupo. Atualmente, desenvolvem atividades nas escolas do bairro e participam da feira de Economia Solidária do Nova Vida, contribuindo com a parte cultura da feira (recital de poesia, seleção de músicas etc. etc.), e na comercialização de crepes e algodão doce. Ao serem questionados sobre as conquistas do grupo relatam que a luta pela causa dos/as jovens negros/as de um dos bairros periféricos da cidade de Mossoró, é a questão mais importante. Atualmente, a maior dificuldade do grupo tem sido a mobilização e participação nas formações políticas e organização das ações. O grupo participa do movimento popular ou comunitário, movimento étnico/ racial, movimento de mulheres, classe e gênero, movimento LGBTTT, movimento cultural, movimento de defesa dos direitos humanos, e organização e movimento de jovens. Fazem parte do grupo mulheres em ação, estão vinculados à Rede Xique-xique e ao fórum brasileiro de economia solidária.

05. Feira de Economia Solidária do Nova Vida

A Feira do Nova Vida ocorre na praça Rivelino Pereira, no bairro Dom Jaime Câmara, em Mossoró/RN. O empreendimento é formado por homens e mulheres, com idades que variam de 29 a 64 anos. A motivação para criação do grupo partiu a partir de diversos fatores, dentre eles citam: uma alternativa ao desemprego, obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo, uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as), desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as), possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica, motivação social, filantrópica ou religiosa, desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades e uma alternativa organizativa e de qualificação.

O grupo se organiza dividindo o tempo entre a dedicação a família e as atividades de produção e comercialização dos grupos. O grupo se organiza de modo de grupo informal. O empreendimento participa da Rede Xique-Xique. Na feira são comercializados 8 tipos de

produtos principais: churrasquinho, pratos denominados escondidinho, batata frita e algodão doce. Todos os produtos são voltados para venda direta ao buscador final, chegando a arrecadação de R\$620,00 mensais. Ao serem perguntados sobre as conquistas o grupo menciona a geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os(as) sócios(as), a prática da autogestão, o exercício da democracia, a integração do grupo/coletivo. Essa feira é organizada pelos grupos Ousadia juvenil, Mulheres em ação e a Cooperativa de Mulheres Prestadoras de Serviços. Estes grupos contribuíram para que o bairro onde exercem suas atividades conquistasse moradia, escola, saneamento, calçamento. Nesse caso, a feira é também um local de reunião e debate sobre os problemas da comunidade. Estão vinculados a Rede Xique Xique, ao CF8 e a Marcha Mundial das Mulheres e atuam no movimento popular/comunitário e no movimento de mulheres no debate sobre as questões de raça e gênero. O grupo tem enfrentado dificuldades na comercialização dos produtos como falta de capital de giro, custo elevado de transporte e estrutura para comercialização adequada (seja pelo local, espaço ou os próprios instrumentos). Afirmam que o projeto GerAção solidária contribuiu muito com o grupo através das atividades formativas, intercâmbios e na consolidação dos valores sobre feminismo, da economia solidária e da agroecologia. O grupo participa dos movimentos sociais como o movimento popular, racial, de mulheres, LGBTT, cultural, movimento de defesa dos Direitos Humanos e de juventude e também desenvolve ações na educação, na saúde, redução da violência, cultural e assistência social.

06. Cooperativa de Mulheres Prestadoras de Serviços – COOPERMUPS

O grupo foi fundado em 2002 no bairro Dom Jaime Câmara, em Mossoró/RN. É formado por 18 associados. O grupo foi criado através de uma alternativa ao desemprego, para geração de renda para as associadas. O grupo é organizado em formato de cooperativa e possuem relações de participação com a Rede Xique Xique, CF8. O grupo é uma cooperativa de prestação de serviços e produção de bens alimentícios. Utilizam a produção de outros grupos de economia solidária para produzirem alimentação a ser comercializada em feiras de economia solidária e em órgãos públicos municipais, estaduais e federais. As maiores conquistas desse grupo estão vinculadas a organização política e geração de renda, a prática da autogestão e desenvolvimento da consciência feminista. O grupo participa dos movimentos sociais de bairro e do movimento de mulheres organizados pelo CF8 e da Marcha Mundial de Mulheres. Destacam que os eventos de formação no IFRN e os intercâmbios com outros grupos de economia solidária melhorou bastante as ações do grupo.

07. Grupo Gold Estrela da manhã,

Localizado no povoado Barreira Vermelha na comunidade rural do Jucuri no município de Mossoró/RN, organizam uma poupança solidária. É um grupo informal, em atividade desde 2013. O grupo é majoritariamente composto por mulheres, agricultoras. Fazem parte do sindicato rural, movimento comunitário e do movimento de debate sobre classe e gênero. A motivação para criação do grupo foi a possibilidade de criar e gerenciar recursos para aplicar na agroecologia. O grupo se organiza em formato de autogestão e exercício democrático direto e atividades de conscientização e participação política. O grupo se denomina como um fundo rotativo solidário, realizando serviços de poupança e crédito. O grupo tem uma definição quanto aos limites mínimos ou máximos de empréstimos/repasso de recursos. O grupo afirma que sempre apresenta resultados uma vez que paga as despesas do grupo e sobra valores a serem destinados à distribuição entre as sócias e os sócios. Além disso, mencionam que o exercício da autogestão é muito desafiador porque as pessoas sempre vão deixando suas responsabilidades para os outros. Sentem dificuldades para a articulação com outros grupos de economia solidária. De acordo com eles, os momentos mais ricos do grupo são quando fazem intercâmbios com outros grupos e aprendem. Destacam que aprenderam muito no IFRN.

08 - Grupo Gold Santa Clara

Localizado no Projeto de Assentamento (P.A) São Cristovam em Mossoró/RN, organizam uma poupança solidária. O grupo constitui-se exclusivamente por mulheres. O grupo participa do movimento sindical, popular e de gênero. Discutem questões de classe. O grupo se organiza como fundo rotativo solidário informal. As atividades econômicas caracterizam-se por serem poupança e crédito solidários, existindo limites mínimos e máximos para o repasse de recursos. O grupo destaca o aprendizado político da organização e ampliação de renda. Afirmam terem dificuldade no processo de participação dos membros, a autogestão e a articulação com outros grupos de economia solidária. Fazem parte da Rede Xique Xique de comercialização solidária, do CF8 e participam de atividades políticas a nível municipal, estadual e federal. Destacam que os eventos intercâmbios realizados pelo IFRN, formações sobre feminismo, economia solidária e agroecologia, os ajudaram muito.

09. Grupo de Mulheres Unidas e Vitoriosas Jamais Serão Vencidas

Localizadas no Assentamento Lagoa do Xavier em Mossoró/RN, organizam quintais produtivos voltados para o autoconsumo e comercialização. É uma associação de mulheres assentadas da reforma agrária. O grupo foi criado no ano de 2014 com o intuito de

buscar políticas públicas para a agricultura no campo para manter a produção. Todas as associadas dividimos tempo entre a produção e o trabalho doméstico. A produção realizada de modo coletivo é destinada à troca e a comercialização no mercado local da comunidade e nas feiras da Rede Xique Xique de comercialização solidária. A maior parte da produção é destinada ao autoconsumo. O excedente é comercializado no mercado local direto ao consumidor. A produção é orgânica. Os principais produtos são frutas e verduras, tais como: coentro, cebolinha, pimentão, acerola e bananas. Vale destacar, que o ponto forte do grupo é a vivência coletiva e o fortalecimento dos laços sociais das associadas. Ainda há dificuldade para ampliar a renda e efetivar a autogestão do grupo. Há necessidade de articulação em rede com outros grupos de produção da economia solidária. Para o grupo, o projeto GerAção Solidária foi importante não somente pelo fomento oferecido à nossa associação (nas questões produtivas e comerciais), mas especialmente pela grande preocupação com o social de cada mulher. Através dos eventos, intercâmbios e capacitações, o grupo afirma ter engrandecido individualmente cada sócia e conseguiram apresentar a essas mulheres um novo horizonte, baseado no feminismo, na economia solidária e na agroecologia. São valores que compartilham e contribuem para o engrandecimento do grupo e a expansão das ações. O grupo é vinculado aos princípios do comércio justo e solidário; rede de Economia Feminista (REFE), atuando e participando de movimentos sociais populares e sindicais. Como por exemplo: Movimento de luta pela terra e agricultura familiar; Movimento sindical urbano ou rural; Movimento de mulheres classe, raça e gênero e do movimento religioso ou pastoral.

10. Grupo de Mulheres de Cordão de sombra

Criado no ano de 1996, o Grupo de Mulheres do Projeto de Assentamento (P.A.) Cordão de Sombra é um grupo de economia solidária constituído por um total de 11 mulheres. Vivem na zona rural de Mossoró e possuem o objetivo de criar alternativas de renda a partir da auto-organização. São agricultoras e utilizam as habilidades com a terra e com animais a fim de alimentar as próprias famílias e encaminhar o excedente para comercialização. O grupo se organiza através da autogestão. Nesse sentido, são escolhidas 03 representantes para coordenar o grupo e participar de atividades gerais de formação e comercialização. Nenhuma recebe remuneração pelas atividades de coordenação desenvolvidas. O tempo das associadas é dividido entre a produção e o cuidado com a família. O grupo produz de alimentos orgânicos e medicamentos extraídos da natureza. Há o cultivo de hortaliças nos quintais agroecológicos, a produção de frutas, a criação de galinhas e o plantio de plantas medicinais. Toda a produção é destinada para o autoconsumo e o excedente é encaminhado para comercialização. O excedente

produzido é comercializado em eventos públicos ou feiras livres de economia solidária no município de Mossoró/RN. Ocorre comercialização, ainda, em feiras eventuais de agricultura, agroecologia e feiras feministas. No decorrer de sua existência, o grupo afirma ter obtido algumas conquistas, por exemplo, transformar o que era apenas um grupo em trabalho coletivo. “Tivemos o prazer de ver as sócias cada vez mais comprometidas e informadas sobre ações políticas. A comunidade local também foi positivamente influenciada com o nosso grupo”. Dentre os maiores desafios do grupo, estão, principalmente, viabilizar as atividades econômicas para gerar renda adequada e efetivar a participação de algumas das mulheres para desenvolver e aprimorar a autogestão. De acordo com as sócias do grupo, o projeto GerAção Solidária foi importante devido a promoção dos eventos, intercâmbios e formações. O grupo afirma que realizam ações sociais em busca de conscientizar a comunidade acerca do problema da violência, realizando a cobrança e responsabilidade dos poderes públicos. “Nós, mulheres, possuímos uma ampla consciência sobre a importância de manter uma responsabilidade ecológica e assim, agimos de forma a cuidar do meio-ambiente”. O grupo atua em sintonia com outros movimentos sociais, como por exemplo os de luta pela terra, os de agricultura familiar, os movimentos de mulheres, os movimentos religiosos e, sobretudo, o movimento de combate à fome.

11 - Unidade Produtiva de Paulo Freire

O grupo é formado por agricultores familiares, que dividem o seu tempo entre o empreendimento e a família. localizado no Assentamento Paulo Freira em Mossoró/RN. No grupo existem pessoas beneficiárias de programas de assistência social do governo, como o Bolsa Família. Trata-se de um grupo que trabalha principalmente com a produção e comercialização de produtos do gênero alimentício, visando sempre as questões da agroecologia, sustentabilidade e protagonismo das mulheres e dos jovens. O grupo produtivo foi criado no ano de 2007, e até os dias atuais se encontra em operação, na Zona Rural do município de Mossoró/RN. A motivação para a criação do grupo foi o desejo de desenvolvimento de uma atividade em que todos/as são donos/as, que produzam e comercializem produtos orgânicos e ecológicos. “Tivemos também motivação social e acreditamos em uma alternativa organizativa e de formação. Reconhecemos também incentivo de políticas públicas governamentais”. O grupo se organiza de forma informal, e participa de redes de produção comercialização, consumo e crédito, como a APROFAN (Associação dos Produtores de Agricultura Familiar) e no que se refere à rede e articulação, participam do fórum da rede de Economia Solidária, através da Rede Xique-Xique. As atividades econômicas são

desenvolvidas de forma coletiva e entre elas, destaca-se a produção, comercialização de hortaliças, frutíferas, galinhas, ovelhas, abelhas e mudas ornamentais. Os associados é que dão origem (adquirem) a matéria-prima. O destino dos produtos é a venda, a troca e o autoconsumo. A comercialização se dá de forma direta ao consumidor (através de feira), realizada principalmente no mercado ou comércio local (comunidade), ou municipal (na cidade). Os produtos passam por controle de qualidade, e fornecem informações sobre a composição ou especificação, além de oferecer a garantia da origem da produção (manifestando assim a preocupação com as questões ambientais, de produção e prestação de serviço), com produtos orgânicos e livres de agrotóxicos. De acordo com os membros do grupo, as principais conquistas são: geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para nossos sócios, integração do grupo, comprometimento entre os integrantes, conquistas para a nossa comunidade local (como por exemplo moradia, escola, infraestrutura...), conscientização e compromisso político. Destacam que as principais dificuldades é a viabilidade econômica do grupo. Além disso, também destacam a dificuldade na geração de renda adequada para os sócios, bem como a garantia de proteção social. Outra dificuldade que relatam é o problema de acesso à água para a produção nos períodos de estiagem. Afirmam que o projeto GerAção Solidária foi importante devido o desenvolvimento dos eventos, intercâmbios e formações sobre as questões de classe, feminismo, na economia solidária e na agroecologia. O grupo participa dos movimentos de lutas sociais, como o Movimento de luta pela terra e agricultura familiar, Movimento Sindical Urbano ou Rural, Movimento de Mulheres e Gênero e Movimento de Juventude. Desenvolvem ações comunitárias na área da educação, saúde, redução da violência, meio ambiente e segurança alimentar.

12 - Cooperativa de Comercialização Solidária Xique Xique – COOPERXIQUE

A cooperativa de comercialização solidária Xique Xique é um empreendimento formado por agricultores/as familiares que se organizam em rede para produzir e comercializar. O grupo conta com 39 associados, em sua maioria, os sócios são agricultores e agricultoras e os mesmos fornecem produtos para a comercialização. Eles dividem seu tempo entre a família e o grupo, alguns são assistidos por programas sociais e a grande parte tem sua produção e a organização da comercialização em rede como principal fonte de renda. A cooperativa foi criada em 2012 como uma forma de organizar a produção em rede para comercializar diretamente seus produtos com os consumidores finais. A autogestão e o exercício direto dos princípios democráticos são a referência principal da rede. A rede surge da iniciativa dos produtores que se viam nas mãos dos atravessadores do mercado. Os produtos

comercializados são certificados como livres de agrotóxicos e orgânicos. A COOPERXIQUE possui uma loja fixa para comercialização e realiza feiras em universidades, centrais de abastecimento e possui um espaço virtual de comercialização. São comercializados alfaces, mel, arroz, polpa de frutas, macaxeira, artesanato etc. etc. A COOPERXIQUE faz parte do fórum Potiguar de Economia Solidária e da Rede Xique Xique. Participa das atividades promovidas pelo CF8, Marcha Mundial das Mulheres, Marcha das Margaridas e de movimentos de luta pela terra e agricultura familiar, movimento sindical urbano ou rural, movimento ambientalista/ agroecologia, movimento de mulheres/ gênero, movimento de jovens/ juventude. Relatando sobre as principais conquistas destaca a geração de renda para os sócios/as, a autogestão, a interação do coletivo com movimentos e causas sociais. Os desafios ainda enfrentados são em relação a subsídios adequados para os sócios, proteção e assistência governamentais, a articulação com outros empreendimentos da economia solidária.

13. Grupo de Mulheres de Tiradentes

Localizado na zona rural de Baraúnas/RN no Projeto de Assentamento Tiradentes. Grupo de agricultoras que desenvolvem atividades produtivas e comerciais, principalmente a apicultura. Integram atualmente a Rede de Comercialização Xique Xique, participamos do Fórum Popular de Economia Solidária (FPES), do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STRs) e da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF). O grupo foi criado em 2002 pelas mulheres dos assentamentos. As sócias realizam uma retirada (renda), que funciona como uma espécie de remuneração das atividades praticadas e que varia de acordo com as horas trabalhadas, O mel é para o autoconsumo e para comercialização “Em razão da infraestrutura que o grupo possui para praticar a apicultura, o mel é o principal produto. Porém, como varia mediante a safra é realizado uma espécie de atividade de beneficiamento com os apicultores locais, onde os/as produtores/as enviam os favos para serem processados e o pagamento do serviço é operado em quantidades de mel. Em menor escala, acontece a produção de cocada e bolo”. O destino dos produtos, em geral, é a venda direta ao/a consumidor/a final, a revendedores/atacadistas, a outros espaços solidários ou até a troca com estes, além do autoconsumo. Sobre as conquistas falam com empolgação da Sede própria. A associação possui uma Sede e promove atividades se articulando com o conjunto da comunidade. Estas variam, podendo ser bingos, leilões e/ou confraternizações realizadas em Dia das Mães, Festa de Padroeiro (a), entre outras ocasiões comemorativas. O principal impasse encontra-se na prática da gestão. Recentemente, escolhemos solicitar uma assessoria jurídica para a dissolução

da associação e criação de um grupo informal, uma vez que a caracterização de “associação” implica na liquidação de determinados tributos.

14 - Feira da Agricultura Familiar de Governador Dix-Sept Rosado,

Localizada na cidade de Governador Dix-Sept Rosado/RN, comercializam produtos da agricultura familiar. A Feira da Agricultura Familiar de Governador está situada no centro do município de Gov. Dix Sept Rosado/ RN, localizado no centro da cidade, atuando na área urbana. O grupo é composto por 13 pessoas, a maior parte dos membros são da agricultura familiar. A criação do grupo foi motivada pela alternativa ao desemprego, por ser uma forma de gerar renda. É um empreendimento onde todos/as se consideram proprietários. Além de contribuir com o desenvolvimento da comunidade, o grupo realiza formações políticas discutindo classe, gênero e direitos humanos, e realiza capacitações para produção e comercialização de produtos orgânicos. Os trabalhos produzidos de forma coletiva são a comercialização, organização e vendas. O grupo se divide entre a produção, comercialização e o cuidado com a família e há ajuda de parentes nas tarefas domésticas. Os produtos são oriundos da agricultura familiar e os principais locais de venda e/ou troca de produtos são a feira de agricultura familiar, o mercado/comércio local ou comunidade. Mas, o principal espaço de comercialização é no espaço próprio da rede Xique Xique, feiras livres, feiras e exposições eventuais/especiais, feiras de Economia Solidária e/ou agroecologia e a entrega direta aos clientes. Quando relatam sobre as conquistas ressaltam a geração de renda, a obtenção de maiores ganhos, e o aprendizado para a prática da autogestão e a dificuldade para o efetivo exercício da democracia. O grupo é bastante integrado. Porém, o maior desafio é a articulação com outros grupos de economia solidária. Afirmam que o projeto GerAção solidária contribui muito para o desenvolvimento do grupo ao realizar os eventos de formação, os intercâmbios e capacitações. Os debates sobre feminismo, economia solidária e agroecologia realizados no IFRN juntamente com a rede Xique Xique e o CF8 engrandeceram e fortaleceram muito o grupo. Participam do sindicato de trabalhadores rurais do município e da Marcha Mundial das Mulheres e da Marcha das Margaridas

15. Grupo de Mulheres de Lagoa de Salsa

Localizado em Lagoa de Salsa na cidade de Tibau/RN, realizam agricultura familiar e a criação de pequenos animais, aves e suínos, para comercialização e autoconsumo. O grupo de mulheres de Lagoa de Salsa foi fundado em 2009. Os membros são todas agricultoras familiares, realizam atividades coletivas de produção, comercialização que acontece por meio

da articulação da Rede Xique Xique. A motivação da criação do grupo vai além da obtenção de uma fonte de renda complementar para seus sócios, a ideia, dizem as mulheres do grupo, era criar uma propriedade coletiva para produzir e se formar juntas. “Graças a fundação do grupo, os sócios obtiveram maior geração de renda, conscientização e compromisso político”. As mulheres dividem o tempo entre o trabalho na produção e o trabalho doméstico. O grupo comercializa hortaliças, carne de caprinos, suínos e galinha caipira. Na produção aplicam processos de controle para garantir a qualidade dos produtos, não utilizam agrotóxicos. O grupo afirma não conseguir gerar renda adequada para as associadas e tem dificuldade para manter o grupo unido e em contato com outros grupos de economia solidária. O grupo afirma que os eventos, intercâmbios e capacitações promovidos pelo projeto contribuiu muito para a formação de cada sócia individualmente através do conhecimento sobre feminismo, economia solidária e agroecologia. O grupo participa de alguns movimentos sociais, sendo eles: movimento de luta pela terra e agricultura familiar e movimento de mulheres. Além disso, o grupo ainda desenvolve ações sociais na área da saúde e na redução da violência.

16 - Grupo de Mulheres de Vila Nova

O grupo de Mulheres Unidas de Vila Nova, localiza-se no município de Tibau/RN na comunidade de Vila Nova e foi criado no ano de 2007. Atualmente encontra-se em pleno funcionamento. O grupo é composto, majoritariamente, por mulheres agricultoras. É um grupo produtivo informal. As principais motivações para criação do grupo, segundo as mulheres do grupo, foram a oportunidade de geração de renda para as associadas, desenvolvimento das potencialidades da comunidade e comercialização de produtos sem agrotóxicos, a realização de uma autogestão e a integração da comunidade. Os espaços escolhidos para a comercialização são feiras e o local próprio de comercialização da Rede Xique Xique, e essa comercialização acontece de forma direta com buscadores/as⁴⁹ finais ou com outros grupos de economia solidários. A principal atividade desenvolvida no grupo é a comercialização de produtos como galinha, ovos, suínos, caprinos, que denominam como carne de criação, artesanatos e o feijão. O grupo participa de redes de comercialização, como a rede Xique Xique. Para que a relação entre trabalho e afazeres domésticos funcione, as associadas precisaram dividir as

⁴⁹ O termo “buscadoras” e “buscadores” é utilizado aqui conforme os princípios da Economia Solidária divulgados na feira. De acordo com eles, há na economia solidária uma diferenciação entre consumidor e buscador. O consumidor é caracterizado na órbita da concepção do capital no qual cria produtos para satisfazer falsas necessidades enquanto o buscador é aquele que se identifica com outro modelo de sociedade e o busca constantemente em seu trato diário, partindo dos princípios solidários no trabalho e agroecológicos na transformação da natureza.

responsabilidades entre casa e trabalho. O grupo manifestou as mais diversas dificuldades para executar seu funcionamento, dentre elas: a viabilização econômica do grupo, gerar renda adequada às sócias, efetivar maior participação e aprimorar a autogestão, promover a articulação com outros grupos e com o movimento de economia solidária. Os membros do grupo também destacaram as dificuldades enfrentadas em relação a comercialização dentre elas estão a falta de capital de giro, manter a regularidade do fornecimento, a falta do alvará sanitário e o custo elevado do transporte. Destacam que o projeto GerAção foi muito importante por promover intercâmbios e para conhecer o IFRN porque os participantes dos grupos pensavam que era uma instituição privada. O grupo participa dos movimentos de lutas pela terra, participa do sindicato, das lutas pelos direitos da comunidade, participa de atividades de formação política no CF8.

17. Associação de Desenvolvimento do Artesanato Rural – ASDAR

A Associação de Desenvolvimento do Artesanato Rural, também conhecida pela sigla “ASDAR”, está localizada na zona rural do município de Grossos/RN na comunidade do Caenga, foi fundada em 2007. O grupo se encontra em plena atuação na área rural. Seus produtos são comercializados na sede da rede Xique Xique, em feiras de economia solidária, e em espaços virtuais de comercialização. O grupo é constituído de artesãos/ãs e agricultores/as. Essa dupla classificação acontece porque a matéria prima utilizada no artesanato vem da produção agrícola. Os associados do grupo são agricultores que utilizam outra parte do tempo para produzir artesanato de alguns produtos cultivados na propriedade. Produzem o que denominam de lembrancinhas, garrafas de com areia colorida, chaveiros de palha, Kits decorativos, reciclam vidros, cadernos e jornais. O grupo surge para complementar a renda dos agricultores/as e o contato com a economia solidária se tornou meio que “terapia” para o grupo porque foi criado um espaço de integração e socialização para os associados debaterem sobre seus problemas na produção e comercialização, mas também seus dramas de vida. “As formações e intercâmbios durante a realização do projeto GerAção foi muito bom porque tivemos contatos com outros grupos, expomos nossos produtos e debatemos a nossa realidade”.

18 - Associação de Mulheres Pescadoras e Artesãs, da comunidade Pernambuquinho na Cidade de Grossos/RN

É composto por mulheres pretas. Participam dos processos de produção e comercialização e ocupam funções de coordenação e/ou direção do grupo, fazem questão de destacar o protagonismo das mulheres no grupo. As sócias e sócios do grupo pertencem a

comunidade tradicional dos pescadores artesãos. A associação participa da rede de comercialização Xique Xique e da rede Potiguar de economia solidária. A produção é realizada através da pesca de mariscos. São pescados para o autoconsumo e comercialização. Trabalham de modo associado e coletivo na produção e na comercialização. O mais importante para esse grupo é a consciência ambiental. Eles respeitam os ciclos de reprodução dos mariscos e pescam observando e denunciando a degradação do mar. As mulheres relatam grande dificuldade para a realização da atividade pesqueira e as atividades domésticas em casa. Fazem esse debate constantemente, mas avançam pouco com relação a posição machista dos companheiros e familiares. Com o apoio da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Norte – UFERSA ganharam um prêmio para estruturar uma sede para melhorar o beneficiamento do pesado e melhorar a comercialização com certificação. A associação está envolvida com as lutas por igualdade de gênero e nos movimentos sindicais do município. Participa ativamente das atividades promovidas pelo Centro Feminista 8 de março e da Marcha Mundial das Mulheres e da Marcha das Margaridas e da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF). O grupo afirma que a melhor coisa da criação da associação foi fortalecer o papel das mulheres para participar ativamente da produção. Antes relatam que suas funções, embora fossem as mesmas dos homens, eram consideradas apenas de “ajuda” e não de trabalho. Dizem que participar de formações, aprender, interagir com outros grupos são as atividades mais importantes que realizam e o projeto GerAção contribuiu muito com isso.

19. Grupo de Mulheres UNIMAMA, Sítio Mariana na cidade de Caraúbas/RN

O grupo de mulheres União das Mães Marianenses, também conhecido por UNIMAMA, surgiu em 2005 e é formado por cerca de 16 mulheres, oriundas da Comunidade de Mariana, no município de Caraúbas/RN. São agricultoras familiares. São, beneficiárias do programa governamental Bolsa Família e organizam em associação para criar quintais produtivos. O surgimento da UNIMAMA parte, especialmente, da necessidade que sentiam de se organizar enquanto mulheres para debaterem sobre os problemas da comunidade tanto sobre as questões econômicas, sociais e pessoais. O grupo é acompanhada pela Rede de Economia Feminista e se preocupa com a formação das mulheres participantes. Desde a origem afirma realizar a formação de mulheres autônomas e autogestionárias. O principal objetivo do grupo é a formação das mulheres. Por esse motivo, este funciona como um espaço de encontro das agricultoras e que não é voltado especialmente para a questão comercial, mas para a autoformação e autoconsumo. As sócias são responsáveis pela produção e comercialização de seus próprios produtos, de forma independente, mas se encontram para trocarem experiências

e debaterem juntas. Mensalmente, é feita uma assembleia, que consiste na discussão de pautas que são trazidas tanto do Fórum Municipal das Associações quanto da Coordenação de Mulheres do Sindicato Rural. As agricultoras são donas de suas próprias terras e, assim, comercializam seus próprios produtos na comunidade de Mariana em Caraúbas/RN. O grupo em si, não comercializa nada. Mas, trabalha diretamente com as produções das agricultoras, fomentando a produção para o autoconsumo. Em alguns casos especiais, como em eventos que o grupo participa, existe a possibilidade de se comercializar produtos trazidos pelas mulheres. Mas, o grupo produz apenas para o autoconsumo e a troca de experiência sobre o cultivo e os problemas das mulheres. Sobre suas conquistas afirma que o surgimento do grupo foi muito importante para a criação da independência e autonomia das mulheres. Foi nesse grupo, dentre vários relatos, que as mulheres narraram que os homens afirmavam sua autoridade na casa porque ganhavam o salário, e apenas um salário-mínimo. Com a ajuda da RESF (rede feminista de economia solidária), elas conseguiram fazer um cálculo de quanto os quintais produtivos delas geravam de renda indireta, uma vez que produziam hortaliças, criavam galinhas, caprinos e suínos e, desse modo, não precisavam comprar externamente. Com esses dados em mãos, convidaram os companheiros e familiares para participar de uma assembleia e apresentaram os resultados. Ao final da assembleia concluíram que o que deixam de “gastar” comprando o que produzem é um valor maior do que o salário-mínimo que os homens da comunidade recebem nos empregos formais. Informaram que desde essa assembleia até hoje a maneira como os homens da comunidade enxerga as relações familiares e a distribuição das tarefas mudou consideravelmente. “Nós não possuíamos uma organização autogestionária antes da associação e isso mudou quando, juntas, decidimos discutir a nossa situação no contexto atual. Isso permitiu a mudança das nossas ações frente a comunidade de Mariana e na maneira como produzimos. Consideramos uma conquista não estar passando por dificuldades em nossa associação e estar cumprindo nossa missão enquanto mulheres autônomas. O projeto GerAção contribui com nossa formação, e as pautas discutidas nos encontros do IFRN trazemos para debater na nossa comunidade”, afirmam as representantes do grupo durante um seminário realizado no IFRN/Mossoró. Relatam participar Rede de Economia Feminista, do Fórum Municipal das Associações, Marcha Mundial das Mulheres, da Coordenação de Mulheres do Sindicato Rural e do Centro Feminista 8 de Março.

20. Grupo de Mulheres extrativistas da terra das carnaubeiras

O Grupo de Mulheres Extrativistas da Terra das Carnaubeiras, também conhecido por Grupo de Mulheres de São Geraldo, está localizado na zona rural do município de

Caraúbas/RN, mais especificamente no Distrito de São Geraldo. É formado por cerca de 25 mulheres, pardas, agricultoras. O que motivou a criação do grupo foi a necessidade de uma fonte complementar de renda para as associadas. As mulheres trabalham como extrativistas e produzem artesanatos e produtos alimentícios (panquecas, lasanhas, bolos, sopas) para o autoconsumo, troca e comercialização. Para manter a associação elas criaram uma taxa sobre a comercialização dos produtos. As decisões do grupo são tomadas de modo coletivo em assembleias e reuniões. Dizem ter conhecimento sobre as capacidades e potencialidades da organização comunitária. São um grupo informal que pretendem participar da organização em rede promovida pela rede Xique Xique de comercialização. Realizam a comercialização dos produtos na feira do município diretamente com os consumidores finais. “Uma grande vitória para nós, mulheres, é a capacidade de nos organizarmos enquanto associação em um espaço como o da comunidade de São Geraldo. Assim, ajudamos umas às outras a manter nossa independência econômica e social. Consideramos outras conquistas também, como a autogestão e o exercício da democracia, em consonância com a integração do grupo no meio coletivo”, narra uma das participantes do grupo. As dificuldades dos grupos vão desde a questão da viabilidade econômica à organização da geração de renda. Relatam que os intercâmbios e as formações realizadas pelo projeto GerAção solidária foram muito importantes porque possibilitou conhecer a realidade de outros grupos e sobre as técnicas agroecológicas e o debate sobre o papel da mulher na organização de outra sociedade. Estão participando da Rede de economia solidária e Feminista, Marcha Mundial das Mulheres e do movimento sindical no município.

21 - Associação de Produtoras e Beneficiadoras de Marisco, Crustáceos e Pescado de Ponta do Mel

A Associação de Produtores e beneficiadores de mariscos, crustáceos e pescadores de Ponta do Mel, também conhecida como APIMEL, é uma associação que trabalha com a produção e comercialização de frutos do mar. Localizada na Praia de Ponta do Mel na cidade de Areia Branca/RN, as associadas realizam pesca para autoconsumo e comercialização. O grupo foi fundado em 2011 por mulheres que possui uma jornada de trabalho na pesca e outras atividades domésticas. Produzem filé de peixe e filé de camarão. Parte da produção é comercializada no mercado da própria comunidade e outra parte é destinada à rede Xique Xique de comercialização solidária. A associação possui sede própria e vem lutando para ampliar a produção através da aquisição de máquinas e equipamentos necessários tanto para melhorar o desenvolvimento do trabalho como para melhorar a comercialização. De acordo com as

associadas é um grande desafio realizar a prática de autogestão e viver os princípios de uma democracia ativa. Relatam que o desafio material é com a logística e maquinários para ampliar a produção e a comercialização. O contato com os princípios da economia solidária e da agroecologia foi tem sido crucial para a dinâmica da associação, afirma algumas participantes do grupo. De acordo com as mulheres associadas, o projeto GerAção solidária tem realizado atividades, eventos e intercâmbios que ajudam o grupo a pensar sua prática. O grupo produtivo mantém relações com outras organizações, tais como: conselhos de gestão ou fóruns de participação de políticas públicas dos colegiados territoriais; participa de movimentos sociais; sindicato municipal; Movimento de organização das mulheres; Movimento religioso do município; Movimento de combate à fome; é integrante da Marcha Mundial das Mulheres e desenvolvem ações comunitárias para combater a violência contra a mulher e defender as causas ambientais.

22. Grupo de Mulheres Lutando para Vencer

Localizado no Assentamento Monte Alegre na cidade de Upanema/RN, organizam quintais produtivos voltados para autoconsumo e comercialização. Seus quintais são irrigados através de reuso da água por meio de filtros construídos pelas próprias mulheres. Este grupo de mulheres é conhecido na região por ser um local de intercâmbio com outros grupos devido seu potencial para reusar a água na comunidade. O grupo foi criado no ano de 2005 motivado de complementar a renda familiar. O grupo partiu da premissa de que a comunidade possui potencialidades a serem desenvolvidas e que poderiam criar alternativas para o protagonismo da mulher. Os quintais cultivados com hortaliças, plantas com potenciais medicinais, são organizados a partir dos princípios agroecológicos. A produção serve ao autoconsumo e o excedente é comercializado em feiras e através da rede Xique Xique de comercialização solidária. “Reutilizamos a água do uso doméstico nas hortaliças cultivadas e regadas com a denominada água cinza (esta que é limpa por meio da filtragem da água utilizada pelas mulheres da comunidade em uso doméstico por meio dos filtros instalados nos quintais). O gotejamento é uma outra técnica utilizada como forma de irrigação para as folhas que são para autoconsumo”. Consideram que a tecnologia do reuso da água foi o maior ganho do grupo. O banco do Brasil financiou a construção dos filtros de reuso da água para esse grupo de mulheres após elas serem premiadas pelo trabalho em seus quintais produtivos. A maior dificuldade do grupo é com a prática da autogestão. Relatam o que os outros grupos mencionam no que diz respeito a existência de pessoas que não participam das assembleias, não contribuem com a gestão e a comercialização. Afirmam que a conscientização política também é muito difícil

porque muitas mulheres não participam das reuniões devido às atividades domésticas. Destacam que pretendem ampliar a produção a partir da criação de galinhas, porém, afirmam ter dificuldade por não terem conhecimento suficiente para tal tipo de criação. Informam, ainda, que estão enfrentando dificuldade com os bancos de sementes para a plantação. Nesse caso, faltam materiais e equipamentos (Telas de proteção e separação dos animais, mangueiras para irrigação etc.). No dia 19 de junho de 2018 ocorreu um intercâmbio nesse grupo promovido pela coordenação do projeto GerAção Solidária e a coordenação do curso de gestão ambiental da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Estudantes e representantes de outros grupos produtivos de economia solidária foram realizar uma observação *in loco* da construção dos filtros de reuso de água. Importante destacar que o Centro Feminista 8 de março (CF8) realizou uma oficina sobre a construção desses filtros e de lá cá eles se multiplicaram na comunidade. Sobre as questões sociais e políticas do grupo, as mulheres afirmam: “Compreendemos nosso papel político na sociedade para tanto atuamos em movimentos sociais relacionados à luta pela terra e no movimento sindical, movimento de mulheres”. O grupo destaca a importância das formações que são feitas pelas universidades e por esse projeto do IFRN.

23. Grupo de Mulheres Construtoras do Futuro

O grupo de mulheres Construtoras do futuro está localizado no assentamento Nova Vida na zona rural de Upanema/RN. Praticam economia solidária por meio do beneficiamento de frutas e da produção de “remédios” fitoterápicos e produção de hortaliças. Comercializam os produtos orgânicos e agroecológicos nas feiras da cidade e encaminham para a rede Xique Xique de comercialização solidária. Realizam o reaproveitamento dos resíduos gerados. O grupo surgiu para complementar renda familiar. Realizam reuniões constantes e realizam assembleia mensais voltadas às pautas referentes a comunidade. As questões em debate vão desde a organização da produção, a gestão das atividades do grupo aos problemas sociais em geral (questões de política local, estadual e federal). Realizam trocas de mudas de plantas frutíferas, sementes durante a comercialização nas feiras. A integração, a participação democrática e a prática da autogestão são os desafios e pontos de pauta constantemente debatido neste grupo. Enfrentam a dificuldade da falta de água e do transporte da produção até as feiras. Afirmam sentir dificuldade de interação com outros grupos de economia. O contato com o feminismo, a agroecologia e a economia solidária têm feito diferença na organização do grupo uma vez que eles têm mantido uma dinâmica de participação nas atividades do Centro Feminista - CF8 e nas atividades da rede Xique Xique de comercialização solidária.

24. Grupo de Mulheres Juntas Venceremos

Localizado na Agrovila Palmares na cidade de Apodi/RN, organizam quintais produtivos, criação de galinhas e suínos, produzem hortaliças. O grupo foi criado em 2006 por agricultoras daquela comunidade com o objetivo de complementar renda. O grupo produz para autoconsumo e para comercialização em feiras do município e nas feiras organizadas pela rede Xique Xique de comercialização solidária. A produção é realizada com base nos princípios da agroecologia de responsabilidade ecológica e produzindo alimentos livres de agrotóxico e reutilizam os resíduos produzidos. Relatam que conseguiram dá um salto de qualidade quando deixaram de ser um grupo em busca de aumentar a renda para se tornar um coletivo que avalia, discute tanto as questões da produção, mas, também as questões da classe trabalhadora, das realações de gênero e sobre como melhorar a comunidade através da ação de cada uma. O grupo relata dificuldade com o transporte e certificação dos produtos; reclamam que falta formação técnica em agroecologia na região e que sonham com um espaço no município só para a comercialização de produtos agroecológicos e da economia solidária. Destacam que o projeto GerAção solidária realizou eventos, intercâmbios e formações muito importantes para o fortalecimento dos grupos. Participam dos movimentos que tratam da agroecologia e de movimentos sociais cuja bandeira é luta pela terra e água; militam na Marcha Mundial das mulheres e participam do sindical rural do município.

25 - Feira da Agricultura Familiar de Apodi

A feira se realiza no centro da cidade de Apodi/RN. Nesta feira ocorre a comercialização de produtos da agricultura e artesanatos. A feira foi criada em 2005 para comercializar queijos, bolos, ovos, hortaliças de frutas. No espaço da feira são realizadas vendas diretas dos/as agricultores/as com o consumidor final. A feira se constitui também como espaço de trocas de produtos e sementes. Quando há excedente de produtos nessa feira, são enviados para a sede da rede Xique Xique de comercialização solidária em Mossoró/RN. “Consideramos que a resistência às dificuldades, a conscientização e compromisso político são as principais conquistas do nosso grupo. O trabalho com a autogestão, a solidariedade e a cooperação são verdadeiras vitórias para o nosso grupo”. O projeto GerAção solidária promoveu eventos importantes e intercâmbios. A participação nessas atividades levou o grupo de organização da feira a entrar em contato com o campus do IFRN/Apodi com o intuito de realizar uma parceria para realização de uma feira dentro do campus no mesmo formato que ocorre no

IFRN/Mossoró. O grupo participa de movimentos sociais de luta pela terra e agricultura familiar, movimento sindical urbano e rural e movimentos de mulheres/gênero.

26 - Grupo de Mulheres Arte em Palha

Localizado na comunidade Trapiá na cidade de Apodi/RN, produzem e comercializam artesanato a partir do trabalho com a palha de Carnaúba. O grupo foi fundado em 2002 com o objetivo de complementar renda. Participam do fórum de articulação e representação da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF). O grupo produz chapéus, vassouras, cestas, bolsas, jogo americano de mesa. que são comercializados na feira local e na feira da rede Xique Xique de comercialização solidária. Tudo é produzido a partir da palha da carnaúba, como matéria prima. “Nós mesmas, associadas é que fazemos a coleta da palha da carnaúba, e o destino dos nossos produtos é a venda direta ao consumidor final no mercado e comércio local, ou então na própria comunidade. Qualificamos o exercício da autogestão e a prática da democracia como grandes conquistas obtidas”. Um dos desafios do grupo é a geração de renda adequada às sócias. Na comunidade não existe demanda suficiente para os produtos, daí o grupo relata dificuldades com a logística de transporte para outras cidades, como Mossoró/RN. O grupo relata que as formações, intercâmbios e eventos no IFRN contribuíram para o grupo porque foi possível interagir com os outros grupos de realidades diferentes. O grupo participa do sindicato local e estadual, da Marcha Mundial das Mulheres e das atividades do Centro Feminista 8 de março.

27. Grupo de Mulheres ArtVida

Localizado na comunidade Queimadas na cidade de Apodi/RN, produzem e comercializam artesanato. São agricultoras que produzem artesanato de palha de carnaúba. Dividem o tempo entre o trabalho na agricultura, a produção de artesanato e o cuidado da família e atividades domésticas. O grupo surge com o objetivo de gerar renda e se torna um espaço de convivência e debate entre as mulheres da comunidade. O grupo foi fundado em 2010 e é uma organização informal. Os produtos são para autoconsumo e comercialização na feira do município e encaminhado para a rede Xique Xique de comercialização solidária. Produzem vassouras, chapéus, cestos e jarros de palha de carnaúba extraída pelas próprias mulheres. Relatam com satisfação que seus artesanatos já foram exportados para a França. Hoje enfrentam dificuldades com relação ao transporte, as formações técnicas e contato com outros grupos. O projeto GerAção solidária, de acordo com as mulheres do grupo, contribuiu com os seminários e intercâmbios favorecendo a troca de experiências com outros grupos. A principal conquista,

afirmam elas, é a integração do grupo, o exercício da democracia e da autogestão. Participam do sindicato rural municipal e das atividades promovidas pela Rede Xique Xique e pelo Centro Feminista 8 de março.

28 - Grupo de Mulheres em Busca da Igualdade

O grupo foi fundado em 2008 e está localizado na comunidade de Mansidão/Melancias na cidade de Apodi/RN. Realizam beneficiamento de frutas e produzem medicamentos fitoterápicos. A iniciativa de criação do grupo surgiu, de acordo com as mulheres, com o objetivo de comercializar os excedentes da produção. Produziam para o autoconsumo e começaram a se reunir para comercializar o excedente da produção e gerar renda complementar. “O grupo é organizado com base na autogestão e na integração entre nós, mulheres, e com a natureza. Cada uma de nós, em sua individualidade, é considerada proprietária e coordenadora do grupo. Produzimos com o intuito de garantir uma segurança alimentar e ampliar outras fontes de renda, já que maioria de nós trabalha como donas de casa e com trabalhos na agricultura, por isso necessitamos também do suporte de nossas famílias para conseguirmos obter um bom desempenho em nossas múltiplas tarefas”. Produzem polpas de fruta, doces, ovos, criam galinha para autoconsumo e comercialização, fazem canteiros de plantas medicinais e produzem “remédios” caseiros. A comercialização ocorre nas feiras do município e nas feiras das universidades realizadas pela Rede Xique Xique e na sede da própria rede. “É importante destacar que este grupo produtivo organizado por nós, mulheres, procura andar de mãos dadas com os princípios de responsabilidade ecológica, aplica o chamado preço justo e leva em consideração a ideia de uma sociedade justa, fraterna e igualitária tendo em vista a proposta de uma economia solidária e feminista. Além disso, nós estamos cada vez mais fortes individualmente”. “Uma das maiores dificuldades pelas quais passamos é a escassez do conhecimento técnico especializado para que consigamos desenvolver com excelência as atividades. Além disso, nosso empreendimento não recebe nenhum auxílio governamental, gerindo tudo por conta própria, em autogestão”. Participam da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF), militam no movimento sindical do município e no movimento de luta pelos direitos das mulheres.

29. Grupo de Mulheres Sementes da Terra

O grupo foi criado em 2006, está localizado no Assentamento Maurício de Oliveira na cidade de Assú/RN, organizam quintais produtivos, produção de mudas frutíferas e são consideradas guardiãs de sementes crioulas. A produção é baseada na criação de mudas de plantas

(para troca) e também pela produção de hortaliças, frutas, plantas nativas, plantas exóticas, plantas medicinais e criação de galinhas. A comercialização se faz diretamente ao/a “buscador/a” e na troca com outros grupos de Economia Solidária. Participam de feiras no município e encaminham parte da produção para a rede Xique Xique comercializar na própria sede e nas feiras das universidades. As mulheres desse grupo são consideradas guardiãs de sementes crioulas, sementes herdadas de seus familiares ao longo do tempo e oriundas de trocas em feiras específicas de sementes crioulas. As sementes são de catanduba, imburana, mofumbo, sabiá, mucuna, angico, lírio branco, feijão, milho, gergelim preto e outras. O grupo criou um viveiro de sementes crioulas e participam de feiras no município, das feiras organizadas pela rede Xique Xique. As mulheres do grupo realizam trabalho de agricultoras, produtoras de cisternas, artesãs, pescadoras, presidente e coordenadoras de sindicato. Suas maiores conquistas são os conhecimentos ancestrais e a conscientização ecológica, afirmam. De acordo com elas, os seminários, cursos, intercâmbios realizados pelo projeto do IFRN foram importantes para promover o encontro desses 30 grupos e por ouvir nossas histórias. “Participamos de movimentos sociais direcionados principalmente a questões de gênero e dos movimentos sindicais tendo em vista a preocupação do grupo com a expansão dos direitos das mulheres e na participação efetiva na economia solidária. Portanto, temos preocupação coletiva, por parte do grupo, com o exercício da democracia e a prática da autogestão por meio da conscientização e compromisso político com a emancipação das trabalhadoras através de lutas mais gerais, além da integração do coletivo em todos os âmbitos possíveis”, relata uma participante do grupo.

30. Grupo de Mulheres da Praia do Rosado

Localizado no Assentamento Praia do Rosado na cidade de Porto do Mangue/RN, organizam quintais produtivos para autoconsumo e comercialização. O grupo foi fundado em 2014 por mulheres agricultoras que produzem hortaliças, frutíferas, plantas medicinais, criação de galinhas e criação de caprinos. A produção é destinada ao autoconsumo e para a comercialização na feira municipal e na feira da sede da rede Xique Xique de comercialização solidária e nas feiras nas universidades. Os problemas que o grupo enfrenta dizem respeito as questões de logística de transporte e armazenamento dos produtos. Relatam ter o sonho de ter um local central para levar a produção e comercializar, um espaço para os produtos da economia solidária em Mossoró/RN. O projeto GerAção solidária, dizem as mulheres do grupo, ajudou cada mulher individualmente, e os intercâmbios e as formações sobre agroecologia, política, feminismo e economia solidária ajudou o grupo a se organizar melhor. As mulheres do grupo

participam do sindicato rural do município, da Marcha Mundial das Mulheres, da Marcha das Margaridas e das atividades promovidas pelo Centro Feminista 8 de março e da Rede de Economia Solidária e Feminista.

Conforme observado na descrição dos grupos, eles são formados majoritariamente por mulheres e jovens que se organizam a partir dos princípios da Economia solidária traçando seu lugar no mundo e vivendo os dramas que a sociedade dividida em classes impõe ao seu tempo histórico. No capitalismo, as sociedades se dividem em classe e se organizam em núcleos familiares no qual a existência de um patriarca organiza a estrutura de poder. O fator sexo sempre atuou como um mecanismo de criação e justificação de limitações baseadas em circunstâncias de ordem natural. De forma a manter a tradição de submissão da mulher ao homem, a participação feminina dentro do sistema produtivo para subsistência familiar e produção de riqueza social era vista como subsidiária, o que esboçou, historicamente, a condução do processo de marginalização da estrutura ocupacional feminina (Saffioti,1976).

Para entendermos as desigualdades sociais vigentes, precisamos, além de tecer e construir a crítica ao capitalismo e à luta de classes, analisar também como essas questões estão entrelaçadas com a questão de gênero. Nesse sentido, o desenvolvimento do projeto “GerAção solidária: mulheres e jovens na economia”, conforme indicam suas premissas, parte da percepção de que vivemos em uma sociedade capitalista, reprodutora de mercadorias e, ainda assim, patriarcal. Os grupos produtivos identificam essas marcas e “marcham”, como dizem, primando pela organização econômica e pautando politicamente a supressão dessas relações de dominação e opressão. Assim, as mulheres e jovens desses grupos destacam a importância da construção de um novo modelo societário, no qual a solidariedade, a coletividade e a dignidade humana sejam pilares, porém, partem da compreensão de que existe a desigualdade de gênero e geracional dentro de uma sociedade de classes.

Ao nos depararmos com a auto-organização desses grupos, começamos perceber de fato o modo como avaliam o atual contexto e estágio do capitalismo. Esses grupos experimentam na sua dinâmica existencial todo o peso do sistema patriarcal reprodutor das relações produtoras de mercadorias. Nesses grupos há um constante debate sobre a divisão sexual do trabalho na qual a mulher está direcionada às atividades domésticas e de cuidados com os filhos e esposo, atribuições essas que se encaixam nos preceitos de docilidade, fragilidade e submissão do sexo feminino ao masculino. Para além disto, nesses grupos há a compreensão de que na formação da família patriarcal, a figura do filho/a é construída a partir da concepção de propriedade privada do pai, implicando em uma rede de relações de poder que

tramam e hierarquizam a família de tal modo que resulta na desigualdade de geração e de gênero.

Levando em consideração a contextualização acima, para além de reiterar-se os princípios éticos e solidários para a formação/capacitação nos grupos produtivos de economia solidária, é preciso afirmar a importância de um princípio muito caro à história da humanidade, e à história desses grupos, qual seja, o princípio da consciência feminista. Este se orienta pela necessidade de afirmação da participação concreta das mulheres em todos os espaços, garantindo sua condição de atuação como artífices da sua própria história.

Igualmente é importante ressaltar a identificação do princípio de invisibilidade da atuação da juventude na organização da existência coletiva da família. Historicamente a hegemonia do patriarcado relega o papel e atuação do jovem ao simples atendimento dos imperativos do chefe da família. Tal modelo é reproduzido ao longo da temporalidade impossibilitando/dificultando a ação da juventude como protagonista da sua própria história.

O acesso e valorização do trabalho das mulheres e jovens é motivo de inquietação e, por isso, o desenvolvimento do projeto visou reforçar a participação desses sujeitos mostrando a sua atuação em todas as etapas do processo de construção dos dramas e teias sociais, desde a esfera econômica, cultural à organização política. O princípio feminista, presente nesses grupos, visa superar obstáculos que impossibilitam a mulher e os jovens de conquistar e/ou manter o seu lugar na história. Desse modo, esses grupos visam criar os mecanismos e instrumentos que viabilizem a socialização do trabalho doméstico respeitando as diferenças sem gerar desigualdade de gênero e/ou de geração; buscam garantir espaço de fala e atuação de mulheres e jovens na arena política. O projeto “GerAção Solidária” criou um espaço institucional e educacional para que essas mulheres e jovens discutissem sobre a realidade negativa que afasta a mulher e os jovens do local de decisão do poder e do mundo de trabalho, assim como fez a síntese da compreensão de que o espaço de poder os exclui devido ao modo como se organiza a dinâmica social do capitalismo.

Historicamente, como mencionamos acima, ocorre uma invisibilidade, assim como o não reconhecimento das atividades produtivas realizadas através do trabalho das mulheres e dos jovens. O trabalho doméstico, atividades para o autoconsumo e/ou geração de renda são desconsideradas, invisibilizadas e/ou inferiorizadas pelo patriarca. Desse modo, ocorre a negação da participação econômica, pessoal e política daqueles atores. A recorrência dessa negação da participação através da prática de invisibilidade acarreta exclusão, marginalização e domínio social contribuindo para a reprodução do modelo patriarcal que orienta as ações na sociedade do capital.

Outro fator de negação da participação econômica, política e cultural dos jovens e das mulheres se refere a maior migração⁵⁰ das mulheres e dos jovens do campo para a cidade por falta de acesso ao trabalho e à renda. E muitas vezes, para os jovens, também em busca de uma vida com menos imposição familiar e mais autonomia pessoal. Isso pode se refletir na busca por maior escolaridade, busca de emprego e renda. Esse quadro se reproduz com a juventude de maneira específica, considerando que se trata de uma desigualdade geracional, portanto transitória. Porém, se não alterada, se configurará como duradoura e reprodutora da pobreza.

Em um contexto de contestação das relações de produção capitalistas, o surgimento de outras formas de organização laboral para produção e distribuição de bens tem cada vez mais se revestido de novas perspectivas. Nesse sentido, o projeto “Geração solidária” no IFRN/Mossoró concentrou seus esforços na realização de atividades com mulheres e jovens. O que se percebeu na execução de atividades de formação, e assessoramento em geral, é que há um tipo de ação coletiva na Economia solidária que se materializa em estratégias de luta que se somam na busca por uma sociedade que rompa com a assimetria e o autoritarismo oriundos, sobretudo, de relações de poder que buscam silenciar a memória social feminina e da juventude ao longo da história. O projeto realizou suas atividades levando em consideração ações que buscam engendrar as aspirações e anseios que afirmem atitudes, valores e conhecimentos que visem a afirmação da construção dos caminhos e da caminhada rumo a superação de qualquer tipo de desigualdade.

De acordo com Gaiger (2008), o caminho para a sedimentação de novos padrões de sociabilidade parte de demandas que não se sujeitam a uma lógica de rendição que modela o desenvolvimento social conforme as regras ‘naturalmente’ instituídas no campo econômico, as quais buscam subordinar os sujeitos a padrões de comportamento cuja racionalidade rentista, utilitarista e individualista, criam arranjos que obliteram a convicção em outras possibilidades.

Para Vasconcellos (2011), prevalece no mercado de trabalho uma representação que imputa aos homens a responsabilidade pelo trabalho produtivo (reprodução econômica) e às mulheres o trabalho doméstico e de cuidado (reprodução social), ainda que venha sendo

⁵⁰ De acordo com Camarano & Abramovay (1999), nos fluxos de origem rural predominaram as mulheres, com exceção dos anos 60. A magnitude da sobremigração feminina foi diferenciada temporal e regionalmente. Uma consequência do fenômeno da migração diferencial por sexo é o aumento da razão de sexos rural e uma redução desta razão nas áreas urbanas, levando a uma crescente masculinização do meio rural brasileiro. “As mulheres migram mais que os homens”, esta é uma das mais famosas “leis das migrações rurais” expostas em 1885 por Ravenstein (1885/1980, p. 65), clássico da literatura demográfica. No entanto, o exame da situação brasileira mostra que o predomínio feminino nos processos migratórios rural-urbanos só não aconteceu no Brasil nos anos 60, para quando se estimou uma sobremigração masculina (Camarano; Abramovay, 1999, p. 9)

notável a participação feminina nos espaços de tomada de decisão desde o advento das experiências de trabalho associado, frutos de políticas para geração de trabalho e renda, dada a conjuntura de precarização do trabalho no Brasil na década de 1990.

Foram realizadas muitas atividades com esses grupos produtivos da economia solidária. As atividades mais comuns foram as reuniões do núcleo coordenador do projeto para planejar e executar os objetivos do projeto; a realização de visitas técnicas com intuito de acompanhar e orientar os grupos na organização do processo econômico; organização da feira de Economia solidária no IFRN/Mossoró, que vem se constituindo pouco a pouco como espaço de comercialização e integração entre produtores/as e consumidores/as da comunidade acadêmica do IFRN/Mossoró; realização de seminários com a participação dos representantes dos 30 grupos produtivos para debater sobre o contexto geral da economia solidária e realizar diagnósticos sobre a produção, consumo, comercialização, gestão e comunicação dos grupos produtivos; realização de oficinas, capacitações técnicas sobre produção agroecológica e sistemas de produção integrados; intercâmbios entre os grupos; desenvolvimento de material didático (cartilhas informativas, cadernetas agroecológicas); participação em eventos científicos; elaboração de livro; organização dos encontros territoriais e estaduais de juventude da economia solidária, e dos encontros territoriais e estaduais de mulheres da economia solidária e realização de um congresso de economia solidária – CONGRESSOL.

É importante ressaltar e destacar que todas as atividades realizadas com os grupos produtivos foram consideradas atividades político educativas e resultaram em processos formativos amplos sobre os conhecimentos formais e a realidade social, econômica, cultural e política do país. Para a realização das atividades, foram estabelecidas diretrizes de formação nas quais foram destacados os princípios epistemológicos e socioeducativos da formação, os procedimentos metodológicos adotados para a ação formadora e os parâmetros de práticas de sistematização e avaliação da formação.

Após caracterizar brevemente os grupos produtivos e as atividades realizadas, a proposta de investigação segue de maneira mais específica a partir da análise de algumas atividades formativas realizadas durante a execução do projeto. Primeiro foi constituído um núcleo para organização das atividades do projeto composto de duas equipes, uma vinculada ao IFRN/Mossoró, e outra composta de organizações da sociedade civil. A equipe do IFRN era formada de uma coordenação geral do núcleo IFRN/Mossoró; um/a articulador/a de formação; um/a articulador institucional; e uma coordenação de estudantes bolsistas. A equipe externa ao IFRN foi composta de membros do Centro Feminista 8 de março e membros da Rede Xique Xique de comercialização solidária, e formaram uma coordenação geral da equipe externa, um/a

técnico de campo; um/a articulador/a de Redes, um técnico administrativo e um comunicador social.

Atuei no desenvolvimento do projeto como coordenador/orientador de formação de estudante/bolsista em que desenvolvia atividades de ensino, pesquisa e extensão junto com estudantes selecionados para atuarem na organização logística da feira, estudos acadêmicos sobre a economia solidária e no registro das atividades realizadas pelo projeto, posteriormente utilizados para confecção dos relatórios. Uma das minhas atribuições no projeto, além de coordenar algumas atividades, foi a de pesquisador. Nesse sentido, minha atuação foi orientada em função de um olhar científico para as atividades realizadas. Assim, nossa postura de observador-participante (ANGROSINO, 2009) nos possibilitou o contato com uma realidade rica de significados.

A primeira atividade⁵¹ após a constituição de coordenação do projeto IFRN foi a fundação da feira de economia solidária do IFRN/MO. Em outubro de 2016 foi implantada a feira de economia solidária no campus IFRN/Mossoró. A implantação foi decorrência da primeira atividade do projeto. A feira tem se consolidado como um espaço onde ocorre comercialização da produção realizada através associação, cooperação e solidariedade entre os/as trabalhadores/as, como consolidação da atividade de trabalho como meio e fim ao mesmo tempo. A feira é considerada também como *topos*, um local, no qual ocorre ensino/aprendizagem à medida que há uma interação e troca de conhecimentos entre produtores e comunidade acadêmica. A feira ocorre durante as manhãs de quarta-feira no espaço de convivência defronte à biblioteca do IFRN/Mossoró. Nessa dinâmica de interação, os/as produtores/as e buscadores (consumidores) conversam e se esclarecem sobre os fundamentos da economia solidária e o *modus operandi* pelo qual os/as produtores/as se posicionam acerca da organização social. Em algumas situações ocorre um debate mais crítico em relação ao modo como se organiza a economia no modelo de produção do capital.

O projeto “GerAção solidária” promoveu a feira de economia solidária em parceria com a Rede Xique Xique de comercialização solidária e o Centro Feminista 8 de março (CF8). A iniciativa surgiu depois de realizado diagnóstico com os 30 grupos produtivos assessorados pelo projeto. A feira conta com a participação direta dos estudantes bolsistas do projeto que auxiliam desde a logística até a comercialização. Uma vez por mês os produtores/as realizavam

⁵¹ Os relatos sobre esta atividade no campus IFRN/MO foram retirados dos documentos (atas, relatórios técnicos, anotações dos estudantes/bolsistas) produzidos pela equipe do projeto “GerAção Solidária” e se encontram arquivados na Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte – FUNCERN/IFRN.

uma reunião/assembleia no IFRN para discutirem as demandas e os desafios da feira. Nessa oportunidade, há muita interação entre os protagonistas da economia solidária e os buscadores/as (Professores/as, técnicos administrativos da instituição, estudantes, público externo da comunidade que vem só para participar da feira). Durante essa assembleia/reunião a equipe coordenadora do projeto identifica os pontos centrais sobre os quais precisa se debruçar para organizar os cursos e as formações levando em consideração os eixos temáticos sobre gestão do grupo produtivo, produção, consumo, comercialização da produção e comunicação social dos grupos.

O que se constata nessa feira do IFRN/Mossoró é que são espaços de comercialização do próprio produtor/a que se organizam de forma associada, cooperada. Através do trabalho associado produzem, consomem e comercializam o excedente da sua produção com o objetivo romper com a lógica capitalista de separação entre produção e comercialização. Além disso, possuem o objetivo de estabelecer o comércio justo⁵² (conforme o tempo de trabalho necessário na produção), e divulgar os fundamentos da economia solidária. De acordo com os produtores/as, as feiras são locais estratégicos para discutir um modo de desenvolvimento que preze pela expansão da vida em todas as suas dimensões. O objetivo de muitas feiras dessa natureza também é a manutenção econômica da vida, sem perder de vista a finalidade política desse espaço. A feira do IFRN/Mossoró não foge à regra, gera resultados econômicos, mas, além disso, proporciona uma relação mais estreita entre grupos produtores/as e demais pessoas com intuito de despertar uma consciência social transformadora.

De acordo com o coordenador de extensão do IFRN/Mossoró a feira desperta a curiosidade dos visitantes e ocorre uma troca de conhecimentos. Para ele, há um interesse em saber como os grupos se organizam para produção, transporte e comercialização dos produtos. Afirma, ainda, que a feira tem se consolidado como um evento que faz parte da rotina institucional e tem tido aceitação da comunidade acadêmica, principalmente, por garantir a procedência dos produtos.

⁵² A base do comércio justo é o preço justo. Para calcular o chamado preço justo, os/as trabalhadores/as levam em consideração a quantidade de trabalho em ação e o valor direto do produto (soma do preço direto de cada parte que compõe o produto). Alguns grupos tiveram contato com a metodologia de registro em “Cadernetas Agroecológicas”. Estes cadernos foram utilizados para anotar toda a relação da trabalhadora com a produção. Nesse sentido, a Caderneta Agroecológica, é um instrumento que recolhe informações importantes sobre o processo produtivo capaz de orientar a precificação, e é um instrumento político e pedagógico de monitoramento e registro, que tem as colunas - consumo, doação, troca e venda - onde as mulheres agricultoras anotam suas produções. Esta metodologia torna visível o papel das mulheres e demonstra a contribuição econômica monetária e não monetária – como o autoconsumo, a doação e as trocas dos diversos produtos de sua produção. Além disso, torna claro que as atividades domésticas e de cuidados com a família são responsabilidade quase que exclusiva das mulheres. A esse respeito ver: BAHIA. **Cadernetas Agroecológicas**: a revolução silenciosa das guardiãs da agrobiodiversidade. Feira de Santana: Governo do Estado da Bahia, 2021.

Especificamente no âmbito do Campus Mossoró, o projeto tem despertado curiosidade e interesses vários, desde a forma como os grupos se organizam para produção, transporte e venda, principalmente no que se relaciona com a procedências dos produtos disponibilizados para a venda. A feira para exposição e comercialização de produtos da Economia Solidária que ocorre uma vez por semana no Campus, especificamente nas quartas feiras, tem se consolidado um evento que podemos dizer que hoje faz parte da vida semanal dos que fazem o Campus Mossoró, mas, isto só tem sido possível por três fatores básico: procedência, qualidade dos produtos e pelo nível de aceitação da comunidade. Destacamos que a comunidades dos Campus é composta por docentes, técnicos administrativos, discentes e terceirizados, todos consumidores dos produtos. Têm-se observado que os docentes e técnicos administrativos consomem um volume maior de produtos, mas verificou-se que há outros grupos de consumidores, que são os parentes dos dois últimos e pessoas da comunidade, que de alguma forma ficam sabendo da feira e comparecem para apreciar os produtos, que vão desde produtos de panificação preparados com produtos naturais e produzidos de forma artesanal, mel silvestre, doces, compotas, peças de artesanato regional, frutas e hortaliças orgânicos (Coordenador de extensão do IFRN/Mossoró)⁵³.

Para um docente da instituição entrevistado durante a realização de uma das feiras, afirma que ela contribui para uma mudança de atitude e configuração de um outro *ethos* cultural e político. No seu discurso destaca o potencial político e ético que a feira possui uma vez que estimula a emancipação econômica dos produtores em relação aos intermediários da produção (capitalistas) e, em decorrência, a estimula certa emancipação política dos sujeitos dos grupos. A geração de renda rompe com a naturalização da sobrevivência apenas a partir da lógica da economia capitalista de mercado. “Uma outra vida é possível”, diz o docente. De acordo com ele,

A importância da feira de economia solidária pode ser descrita através de três aspectos: nutricional, social e ambiental. Em primeiro lugar, essa feira oferece à comunidade a possibilidade de adquirir alimentos orgânicos, livres de agrotóxicos. Em um país como o Brasil, cujos índices de uso de agrotóxicos na produção de alimentos são alarmantes, poder ter acesso a alimentos livres desses elementos tão danosos à saúde, a um preço justo, é algo louvável. Um outro aspecto importante a ser ressaltado, diz respeito à valorização dos produtos de origem local, valorizando o pequeno produtor e a agricultura familiar contribuindo com a emancipação econômica e política desses trabalhadores.

Ao possibilitar a comercialização dessa produção, a feira contribui para a geração de renda junto aos agricultores familiares, estimulando a permanência dessas famílias no campo, evitando a migração em condições precárias para os centros urbanos. Por último, é importante destacar que a valorização da produção e a comercialização de alimentos orgânicos é especialmente importante para a preservação da biodiversidade, pois, ao evitar o uso de agrotóxicos, evita-se a poluição de rios e dos lençóis freáticos, a contaminação dos próprios produtores e a morte de animais que, mesmo não causando danos

⁵³ Todos os relatos comentados nesta pesquisa foram extraídos de relatórios produzidos pelos/as coordenados/as do projeto “GerAção Solidária” arquivados no IFRN/MO pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte – FUNCERN.

à produção, acabam sendo vítimas do uso abusivo desses pesticidas (abelhas, pássaros, peixes etc.) (Docente IFRN/Mossoró).

Do mesmo modo, uma docente do campus destaca a confiança que construiu com os produtores/as tendo em vista que conversa, pergunta, sobre a produção e isso se tornou fundamental e decisivo para que ela se planeje para ‘buscar’ seus produtos. Além do mais, destaca as relações de afetividade que se processam durante a feira. Menciona, por exemplo, o convívio e novas amizades que surgem durante a realização da feira. Diz ela,

Na feira, estar próximo daqueles que cultivam o produto, que são fonte de energias diárias, não tem preço. Isso me dá muita confiança e a qualidade nem se fala. Saber como o mel foi extraído nos seus mínimos detalhes é muito bom. Outro ponto de grande relevância é a interação entre os demais compradores. Eu, por exemplo, sempre estou em aula logo que a feira inicia, mas a frequência de alguns idosos que moram no entorno do IFRN que vem comprar se compadeceram da minha situação e, uma delas, Dona Fátima, faz a minha feira antes que os produtos acabem (Docente IFRN/Mossoró).

Dessa forma, o que se percebe é que a feira de economia solidária além de ter impulsionado a busca crescente por produtos orgânicos promovendo o aumento e diversificação dos produtos comercializados, é um espaço de formação e debate político, promove espaços de afetividade. O contato entre produtor/a e buscador/a alteram e recriam as relações, abrindo espaço para o lúdico, a amizade e, desse modo, fortalecendo as relações de confiança com relação à procedência, à qualidade e, especialmente, o reconhecimento e valorização da organização dos produtores/as. Além do mais, a interação afetiva possibilita aos produtores/as uma conversa franca com os ‘buscadores’ de tal modo que permite àqueles coletarem informações para melhorar o planejamento da produção.

Com a mesma entonação, uma estudante da instituição enfatiza que a feira além de ter contribuído para melhorar a qualidade de vida dela e de seus familiares, a faz refletir sobre temas da atualidade, relacionados à política, a arte e a cultura em geral. Assim ela destaca,

Essa feira traz muitos benefícios para todos nós que consumimos os produtos de lá, produtos de excelente qualidade, de procedência, que vem trazendo uma ótima qualidade de vida para mim e para minha família. Produtos que sabemos realmente de onde vem. Mas, o que é interessante mesmo na feira é a que ela traz cultura, poesia, música, arte, que falam de temas atuais e demonstram que essas pessoas tem outra visão da realidade (Estudante do IFRN/Mossoró).

Os agenciamentos provocados pela feira do IFRN/Mossoró, como forma própria e autêntica de interação entre produtores e buscadores, vêm sendo impulsionados pela preocupação com a procedência dos alimentos devido o nível de consciência de produtores e

buscadores diante de demandas por qualidade de vida e potencial transformador das relações sociais. Do mesmo modo, é ampliado os mecanismos de um mercado que preza pelo restabelecimento entre as relações de produção e o consumo.

A feira representa uma mudança significativa na rotina acadêmica do IFRN/Mossoró, o contato com os produtores e esse escambo de conhecimentos e a representação do produto diretamente produtor/a no mercado marcam um modo de organização no mínimo inquietante para a maioria dos sujeitos que se encontram nesse espaço. Há algum tempo, os produtores/as não se preocupavam com o destino de seus produtos alimentícios e artesanais, pois havia a figura do “atravessador” capitalista, responsável por ir até o grupo produtivo comprar os produtos para revender e distribuir junto aos consumidores. Isso gera uma exploração e perda de valor do trabalho e rompe com a identidade entre produtor/a e buscador/a, criando uma cisão no intercâmbio entre “saberes e sabores” da cultura local, como dizem os organizadores/as e produtores/as da feira.

Além dessa troca de “saberes e sabores”, o buscador vai para a feira com a intenção de encontrar bases de diferenciação com relação ao mercado tradicional de comercialização. Eles buscam produtos orgânicos, artesanato singular, produtos sem conservantes e aditivos químicos. Esse diferencial é garantido, os produtos são certificados na hora da comercialização pelo próprio produtor, o artesanato é produzido de modo individualizado sem a produção em série; e assim fica visível o processo produtivo em sua inteireza, produção/consumo/distribuição/comercialização/produção. A concepção de comércio justo a partir da medida correta do trabalho realizado é uma prática discutida constantemente nos grupos e durante as feiras.

Os coordenadores/as da feira destacam o espaço como local propício para a articulação em rede e para estreitar os laços entre a academia e a comunidade. Além disso, o aparecimento da mulher como produtora e protagonista da renda familiar são os pontos mais relevantes para eles. Houve, ainda, significativo aumento na renda dos produtores/as e proporcionou a divulgação dos preceitos da economia solidária. Um dos coordenadores afirma,

A feira do IFRN, através do projeto “GerAção Solidária”, desde sua realização, se torna um espaço propício para articulação em Rede, sendo observado o seguinte: mais um ponto de comercialização; maior conhecimento e capilaridade de novas pessoas conhecendo os produtos e tendo clareza do consumo consciente; aproximação da academia e comunidade; aumento da produção e planejamento estratégico entre produtores/as; a vinda de mais produtos vindos de outros núcleos; aumento na geração de renda, onde em média as vendas geram de R\$ 600,00 a R\$ 1.000,00 semanalmente; aumento na folha de pagamento dos produtores/as, gerando resultados por produtores/as de R\$ 400,00 a R\$ 2.000; nesse processo de

comercialização temos maior participação e integração das mulheres e também proporcionou outras relações, como o caso de se realizar outra feira na comarca do Fórum da justiça criando mais um ponto de comercialização solidária (Coordenador da feira de ECOSOL IFRN/Mossoró).

Enfim, a feira de economia solidária do IFRN/Mossoró tem sido um espaço de socialização articulado a partir da dinâmica de produção e comercialização gerando perspectiva de trabalho, renda, trocas culturais etc. Além de criar um processo de comercialização e gerar riqueza, o espaço da feira se constitui como um espaço no qual são debatidos temas da política, cultura geral e de identidade da tradição local. A feira, nesse sentido, é um espaço privilegiado que potencializa as relações econômicas e abre caminho para ações coletivas fortalecendo a luta por justiça social e a esperança de outra organização social.

Após realizar a fundação da Feira de Economia solidária do IFRN/MO, denominada a partir de então de 'Feira GerAção Solidária', o núcleo coordenador do projeto realizou reuniões e debates sobre as demais ações a serem realizadas entre o IFRN e os grupos de economia solidária. Nesse sentido, foi definido um calendário de atividades com os bolsistas que incluía a formação científica sobre economia solidária e o debate sobre classe social, teoria feminista e emancipação humana; os procedimentos a serem adotados na dinâmica diária da sala do projeto, e atividades a serem realizadas para a realização da feira na instituição.

Assim, a primeira atividade formativa planejada pelo núcleo foi um seminário denominado de "Seminário de Economia Solidária em movimento: problemas e soluções" ocorrido no campus Mossoró no dia 30 de março de 2017. O seminário teve por objetivo a integração dos grupos produtivos e a realização de um diagnóstico qualitativo sobre os problemas e soluções enfrentadas no cotidiano dos grupos de economia solidária.

Há um debate no âmbito da economia solidária que trata sobre como a mudança social é concebida por esses grupos organizados. Para que possamos nos posicionar acerca desse tema se faz importante retomar algumas afirmações de Thompson (1998). O autor de 'Costumes em comum' afirma que a prática de vida local, a práxis humana, é capaz de desvelar a configuração do contexto real, da existência concreta, mais do que os roteiros parciais emoldurados pelas teorias formais e gerais acerca dos acontecimentos. Assim, a práxis da vida real oferece mais elementos para a compreensão da experiência de fato e de classe. O contato do IFRN/Mossoró com a práxis real dos grupos de economia solidária é uma demonstração explícita de que os grupos de economia solidária mencionados acima majoritariamente são grupos organizados pela classe trabalhadora. Assim, não há dúvida de que esses grupos de

economia solidária são constituídos pelos sujeitos da classe trabalhadora, produtores/as da existência social e, portanto, sujeitos da história.

Em cada um dos 30 grupos constituídos de agricultoras/es, artesãs/ãos, desempregadas/os, jovens e idosos, há o entendimento de que fazem parte de uma classe excluída, uma classe que trabalha e o resultado do trabalho é apartado da existência de cada um; há o entendimento de que são menos favorecidos porque não tem acesso aos serviços sociais básicos (educação, saúde, trabalho etc. etc.). Historicamente a práxis real de vida da classe trabalhadora tem sido escamoteada. As experiências de classe são apagadas dos relatos oficiais; o modo como historicamente a classe trabalhadora organiza seus anseios coletivos possuem uma potência que se encontra à margem do domínio do modo de produção hegemônico, bem como, nos grupos de economia solidária estudados, há uma disposição política para se contrapor politicamente à hegemonia da economia política do capitalismo.

Nesse sentido, podemos afirmar que a economia solidária prioriza a luta política e econômica não sobrepondo nenhuma à outra, ou menosprezando uma em detrimento da outra. O seminário, objeto desta análise, realizado como a primeira atividade formativa do projeto, abordou como tema de uma de suas mesas “Os desafios da economia solidária na conjuntura atual”. O destaque da mesa foram as afirmações no sentido de que o protagonismo das mulheres e da juventude para a organização política e a produção econômica são elementos que não podem ser desprezados quando o que está em jogo é a transformação social. Nas falas coletadas durante a realização do seminário e destacadas no relatório da atividade, ficou clara a importância da economia solidária ser um local de militância teórica e prática na qual seus princípios carregam os germes de um novo modelo de sociedade.

Enfatiza o caráter de mudança que a economia solidária carrega nos seus princípios e, por isso, ela é um local de resistência por apontar um novo modelo de sociedade. Para ela, é fundamental que a economia solidária discuta a divisão sexual do trabalho e que faça a desnaturalização da economia capitalista. Faz menção à invisibilidade do trabalho das mulheres e destaca a preocupação com a questão democrática no país. Ao final, conclama todas/os a “resistir e resistir, pois só a luta constrói a democracia” (Relatório do I Seminário – Economia Solidária em movimento: problemas e soluções, 2017).

Assim como também tiveram discursos que afirmavam que a economia solidária já é suficientemente organizada politicamente e que já possui suas visões de mundo, sociedade e ser humano necessariamente delineadas, todavia, o que resvala como algo preocupante é o potencial econômico uma vez que as tecnologias são capturadas pelo modo de produção

capitalista e utilizadas para o lucro individual ao invés de produção de um lucro social⁵⁴. Ambos os expositores desses entendimentos durante a realização do seminário destacaram a importância da economia solidária se organizar em rede de modo local, regional e nacional, para que os problemas e soluções enfrentados no âmbito político, econômico e cultural fossem socializados e enfrentados coletivamente.

Destaca que a Economia Solidária já é forte politicamente, mas tem que crescer mais economicamente. Para isso, destaca pontos fundamentais, tais como: o planejamento do grupo. É muito importante a autogestão de cada trabalhador e membro do grupo. Na gestão, destaca que a militância da classe é importante, mas não só ela. Por fim, destaca como necessária a articulação de uma rede para fortalecer os grupos. Fazer as coisas coletivamente, trocando experiências. Fortalecer em rede para crescer e se fortalecer politicamente. Buscar o apoio das instituições como IFRN e demais Universidades, para abranger e fortalecer o tema e a prática da economia solidária (Relatório do I Seminário – Economia Solidária em movimento: problemas e soluções, 2017).

As evidências acima destacadas nos fornecem pistas capazes de nos fazer refletir sobre o potencial classista da economia solidária e a proposta de transformação social que atravessa os princípios praticados por esses grupos. Durante o seminário, houve um momento em que os representantes dos grupos se apresentavam e relataram de maneira detalhada a sua dinâmica, destacando as dificuldades e necessidades de cada grupo. A maioria dos grupos destacaram a importância da solidariedade no trabalho e defenderam que quando não possuíam conhecimento sobre a economia solidária competiam entre si para produzir e que quase sempre fracassavam. As dificuldades relatadas quase sempre recaíam na ausência e silêncio do Estado para garantir espaços de comercialização, sistema de transporte da produção, programas de compra da produção etc. Ressaltam que a solidariedade e a autogestão no trabalho seriam um dos elementos importantes para a transformação social.

O primeiro grupo que relatou sua dinâmica foi a COOPERMUPS. Elas explicaram um pouco sobre o grupo: “A COOPERMUPS reúne mulheres que trabalham de modo solidário entre si, prestam serviços em um bairro com bastante dificuldade e violência, mas que estão em ação para construir outro mundo. Nossa maior dificuldade é autogestão porque não temos leitura, a maioria de nós é analfabeta, mas, como diz Margarida Alves: “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Relatam que a cooperativa foi fundada

⁵⁴ Utilizamos o conceito de lucro social como um tipo de lucro que é subordinado à vida, em consonância com as ideias de Singer (2002), e a partir da observação dos discursos dos que fazem a economia solidária nesses 30 grupos mencionados como uma amostra da experiência entre economia solidária e o tipo de educação promovida pelo IFRN. Para Singer (2002) a repartição do excedente anual – o lucro na empresa capitalista e a sobra na empresa solidária – obedece a mecanismos e critérios diferentes num e noutro tipo de empreendimento. Nas palavras de Singer (2002), a firma capitalista, a decisão sobre a destinação do lucro cabe à assembleia de acionistas. Nas cooperativas, e nos grupos de economia solidária, as sobras, o excedente, têm sua destinação decidida pela assembleia de sócios. Uma parte delas é colocada num fundo de educação (dos próprios sócios ou de pessoas que podem vir a formar cooperativas), outra é posta em fundos de investimento.

a partir do grupo ‘Mulheres em Ação’ e que hoje funciona com 18 mulheres, trabalhando com alimentação e serviços domésticos (como diaristas).

A maior dificuldade hoje é o descaso dos governos e o incentivo para as pessoas participarem, mas as perspectivas são boas: há esperança de ter um bom inverno e já estão conversando com as pessoas que estão se comprometendo a comercializar na feira; além disso, são pessoas atuantes, participativas, que fazem parte da luta sindical. Também estão conseguindo estabelecer uma parceria com a gestão municipal, mantendo contato com a secretaria de agricultura e há perspectivas de que haverá apoio.

Outro problema para comercialização que foi discutido foi a logística para o transporte dos produtos até o espaço de comercialização. Por exemplo, para comercializar os produtos de Apodi na feira da COOPERXIQUE em Mossoró precisa disponibilizar um carro para ir pegar os produtos na cidade. (Relatório do I Seminário – Economia Solidária em movimento: problemas e soluções, 2017).

O que se depreende dessas informações fornecidas pelas pessoas que fazem a economia solidária diariamente é que a experiência humana tece a experiência de classe e revela o conjunto de tensões que formam a práxis social. Os processos formativos realizados com os representantes dos grupos produtivos pouco a pouco revelam a experiência da classe trabalhadora para garantir a manutenção da vida através de ações, muitas vezes, espontâneas e intuitivas de solidariedade e companheirismo. Os relatos de apresentação de cada pessoa pertencente aos grupos e o relato sobre os problemas e dificuldades para garantir a produção são experiências acumuladas do fazer-se da classe trabalhadora da economia solidária, porque nesse momento é que ocorre a articulação e o sentimento de interesses comuns. Lembrando Thompson (1987), é a produção da vida, individual e coletivamente, um fator preponderante para o surgimento da experiência de classe.

Outro ponto de destaque importante durante a realização do seminário é a crítica realizada por vários participantes no transcorrer das suas falas ao discurso ideológico neoliberal, sobretudo, do “caráter empreendedor que se vai enfiando goela abaixo da classe trabalhadora”⁵⁵. Algumas mulheres relataram sentir asco de várias expressões como, por exemplo, “faça você mesmo”, “autoestima no trabalho”, “você é seu próprio patrão”. Nesse discurso neoliberal estão embutidas a compreensão das mais diversas formas de precarização do trabalho e não representam efetivamente o sentido da economia solidária como uma economia construída pela ação popular.

Durante avaliação do “I seminário” o núcleo coordenador do projeto percebeu a necessidade de organizar a formação dos estudantes/bolsistas do IFRN/Mossoró. Nesse sentido,

⁵⁵ Relato extraído do relatório final produzido pelo núcleo de execução do projeto.

foi planejada uma ação específica com os dez bolsistas do projeto. A atividade consistiu na realização de uma oficina cujo tema foi: “Gênero e desigualdade”. Conforme consta na ementa da oficina, o objetivo foi iniciar um processo de formação com os bolsistas do projeto para que eles possam compreender os elos causais das desigualdades entre homens e mulheres na sociedade, bem como entender como são estruturadas as determinações e as bases materiais da opressão de gênero. De acordo com o registro no relatório da atividade, a oficina foi realizada

Com base na educação popular, a oficina partirá da vivência das/os participantes, tendo como pergunta geradora: Quando perceberam que existia desigualdade? A partir da pergunta, escolherão uma situação para socializar de forma lúdica com os demais”. Partindo das questões levantadas, haverá leitura e discussão de um texto base que é “A divisão sexual do trabalho como base material das relações de gênero” de Nalu Faria (Relatório da I oficina de formação dos bolsistas do projeto GerAção Solidária).

Além da realização da oficina, os estudantes/bolsistas foram incentivados a participar de outros espaços e momentos de formação/auto-formação das mulheres e dos membros dos grupos de economia solidária. Nesse sentido, foram acompanhar reuniões no Centro Feminista 8 de março e participar das assembleias da Rede Xique Xique. Acompanharam e participaram como ouvintes do “Encontro Estadual de sementes” e do “Encontro de mulheres do Semiárido”. Essas atividades são parte de um processo de formação contínua de todos os sujeitos envolvidos com o projeto “GerAção Solidária”.

Essas formações foram realizadas na perspectiva de que na instituição escolar, e nas demais instituições sociais, é realizado um processo objetivo de internalização da lógica e mediações necessárias para a reprodução e estruturação do modo de produção capitalista. Assim, as atividades de contrainternalização se fazem necessárias para que as contradições do modo de produção do capital se revelem para os sujeitos. Uma vez conhecida a realidade e materialidade dessas contradições se possa ser capaz de alterar a rota de introjeção naturalizante do ponto de visão construído pela cosmovisão capitalista.

Após a realização da “oficina de formação dos bolsistas” foi realizado um encontro formativo geral denominado “Economia solidária e agroecologia: Implicações econômicas, ecológicas e sociais dos modelos de produção no campo”. O encontro teve por objetivo contribuir com o movimento de economia solidária no Rio Grande do Norte/RN. A proposta visou socializar os princípios da economia solidária com a comunidade acadêmica de Mossoró e região, e formar os produtores dos grupos acompanhados pelo projeto “GerAção solidária: mulheres e jovens na economia”. Além disso, o encontro deu relevo ao debate sobre os impactos da produção agrária na vida das pessoas, identificando elementos econômicos, ecológicos e

sociais dos modelos de produção no campo. Durante o encontro foram realizadas três atividades formativas. A primeira foi a oficina “Economia solidária e preço justo”; a segunda foi a exibição e debate sobre o documentário “As sementes” e terceira atividade foi uma mesa-redonda para debater sobre “Economia solidária e agroecologia: Implicações econômicas, ecológicas e sociais dos modelos de produção no campo”.

Outra atividade importante no primeiro ano de execução do projeto GerAção solidária foi a realização do “II Seminário: O protagonismo das mulheres e da juventude na economia solidária” e o “1º módulo do curso de capacitação para produção agroecológica e sistemas integrados”. O II seminário abordou temas como cooperativismo, o fortalecimento e protagonismo das mulheres a partir da compreensão teórica e prática dos fundamentos das opressões sociais. E sobre o módulo do curso de capacitação foi abordado o debate sobre a produção agroecológica a partir de um sistema integrado e a possibilidade de ir realizar uma visita de campo às experiências de produção com sistemas integrados para posterior realização de oficinas práticas para a produção a partir dos sistemas integrados.

Durante a realização do “II Seminário: O protagonismo das mulheres e da juventude na economia solidária” foi realizada também uma plenária territorial sobre “cooperativismo e sustentabilidade organizada pelo Fórum Potiguar de economia solidária. De acordo com o relatório do II seminário, o objetivo da atividade foi

O seminário teve por objetivo difundir as práticas de economia solidária e pautar a construção socioculturalmente diferente, ou seja, uma nova sociedade econômica, política e, com desenvolvimento sustentável e solidário, promover a interação entre os grupos produtivos, investigar suas demandas e assegurar a participação e protagonismo das mulheres e jovens. Esse seminário permitiu o intercâmbio entre os grupos e agregou e fortaleceu os laços de cooperação, assim como ampliou a divulgação de conhecimentos gerados pelos grupos e participantes do projeto. Esta é a primeira atividade da terceira meta do projeto. Ocorreu, ainda, a escolha de delegados para a plenária estadual do fórum de economia solidária (Relatório do II seminário: o protagonismo das mulheres e da juventude na economia solidária, 2017).

Durante a realização do seminário e da plenária foi explicado para os grupos produtivos que o Fórum Potiguar de Economia Solidária seria um espaço de articulação política que representa o movimento social da Economia solidária no Rio Grande do Norte. O Fórum, de acordo com a fala de uma expositora, “mobiliza e articula diferentes ações nos territórios com o objetivo de fortalecer cada vez mais as práticas da Economia solidária”. Os debates após a apresentação das premissas da construção do fórum se deram acerca dos temas sobre as estratégias de comercialização, a importância da formação e educação técnica e política dos grupos. Debateram a respeito da criação de uma legislação para amparar os grupos de economia

solidária com políticas públicas na área de produção, comercialização, gestão, comunicação e educação. O debate prossegue a partir do tema dos desafios do Fórum. Destacam que o principal desafio é fazer o Estado assumir a Economia Solidária como uma política pública conforme a lei da economia solidária no Rio Grande do Norte e assegurar a estrutura necessária para o fortalecimento dos grupos produtivos de Economia Solidária. Dessa forma, relatam:

fazer com que os Governos, especialmente, o do Estado, assumam a Economia Solidária como uma política pública, como prevista em Lei, e a ela seja destinada toda estrutura necessária para o fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES. Uma política que dialogue com diferentes necessidades da Economia Solidária no campo do assessoramento técnico, crédito e financiamento, formação e educação, produção e comercialização, além de garantir aos EES a isenção das taxas cartoriais (Relatório do II seminário: o protagonismo das mulheres e da juventude na economia solidária, 2017).

Já com relação ao “1º módulo do curso de capacitação para produção agroecológica e sistemas integrados”, assinalamos que o objetivo da atividade está relacionado com as demandas de vários grupos acompanhados pelo projeto GerAção Solidária identificadas a partir da realização de um diagnóstico acerca das potencialidades e dificuldades de cada grupo. A programação do curso foi desenvolvida em dois dias de atividades formativas. No primeiro dia ocorreu uma mesa-redonda intitulada “Sistemas produtivos com enfoque agroecológico” ministradas por professores do IFRN e uma professora do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Semiárido (LEDOC/UFERSA). A professora da LEDOC/UFERSA enfatizou na sua fala que os sistemas orgânicos de produção precisam apresentar um enfoque sistêmico para que o grupo de produção obtenha êxito compreendendo a biodiversidade proporcionando a conservação ambiental na medida em que respeita os ciclos biológicos. O professor do IFRN especialista em agroecologia conduz sua fala a partir do esclarecimento de que a agroecologia é resultado do encontro entre o método científico e os saberes populares. Reforça que os conhecimentos da própria comunidade precisam ser recolhidos pelos produtores/as e levados para os locais de pesquisa, assim como os investigadores/cientistas precisam dedicar suas pesquisas no sentido de sistematizar os saberes da terra bem como levar outros saberes de outras experiências já sistematizadas.

Durante o debate, após a exposição dos professores/as, os representantes da União das cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), apresentou o programa Moeda Semente. Esse programa consiste em criar uma moeda criptografada para viabilizar o acesso à linha de crédito para cooperativas de agricultores/as familiares e grupos de economia solidária com formato de criação de um tipo de juro que cria um fundo rotativo para

o cooperativismo solidário com o intuito de multiplicar a formação de grupos produtivos de economia solidária.

No segundo dia de atividade do “curso de capacitação para produção agroecológica e sistemas integrados” foram realizadas oficinas com os grupos. Uma oficina de compostagem e minhocário; uma oficina sobre defensivos naturais e uma oficina sobre produção de mudas frutíferas regionais, ministradas por professores/as do IFRN, da UFERSA e da equipe técnica do Centro Feminista 8 de março. Os 30 grupos foram divididos em 3 equipes de 10 componentes e foram organizados a participar das três oficinas ao mesmo tempo através da utilização da metodologia denominada “Carrossel”. Nesta metodologia cada equipe vai circulando por um tempo determinado nas três oficinas simultaneamente. Ao final, todos se reuniram no auditório da instituição relataram os conhecimentos adquiridos e avaliaram o processo de aprendizagem. Vale ressaltar que essa atividade formativa ocorreu no turno matutino, na parte da tarde os representantes dos grupos acompanhados pelos professores/as, coordenadores/as do projeto, estudantes bolsistas e técnicos de campo, realizaram um intercâmbio em uma unidade familiar para conhecer um sistema integrado no qual a produção agroecológica ocorre a partir da criação de peixes, reúso da água na plantação de hortaliças, criação de galinhas orgânicas e abelhas “sem ferrão” e um minhocário. Trata-se, como relata uma produtora:

De uma terra em que tudo se aproveita e se transforma, a troca da água dos peixes é reutilizada para irrigar a plantação de hortaliças e frutíferas que serão utilizadas para autoconsumo e comercialização e alimentação das galinhas, suínos e caprinos. O esterco misturado com as sobras de alimento é utilizado através da compostagem que faz surgir o minhocário, e o adubo vai ser utilizado nas hortas e o processo se reinicia num ciclo virtuoso (Relatório do curso de capacitação em agroecologia e sistemas integrados).

Outra atividade importante realizada pelo projeto GerAção Solidária foi a realização do “Primeiro encontro territorial de juventude da economia solidária”. O encontro mobilizou a juventude dos 30 grupos de economia solidária. Cada grupo escolheu seus delegados para participar da atividade. A organização das atividades foi concebida com o objetivo de estimular a articulação e organização de uma Rede de juventudes no Estado do Rio Grande do Norte.

Nesta atividade, foram debatidos temas da conjuntura política e econômica do país. Inicialmente os participantes participaram de uma “mística”⁵⁶, um processo dinâmico no qual cada representante dos grupos foi sendo chamado para participar de uma grande ciranda. Depois

⁵⁶ A mística é um elemento próprio dos movimentos sociais. Ela possui uma ética/estética/política cuja simbologia expressa a cosmovisão e o projeto político que orienta a luta desses movimentos.

de entoar algumas músicas e de gritar algumas palavras de ordem, os representantes de cada grupo se apresentavam e relatavam um pouco de seus conhecimentos sobre economia solidária e as expectativas para o desenvolvimento do encontro. Em seguida, foi apresentada uma proposição de atividade que consistia na realização de uma análise conjuntural da realidade social produzida pela própria juventude. A atividade foi denominada “O olhar da juventude da economia solidária sobre a conjuntura”. As juventudes foram se organizando em grupos e estimuladas a produzir reflexões, pinturas, poesias, sobre algumas questões geradoras: “Qual a nossa realidade atual? Qual a nossa força organizada? Quem são os fenômenos ou os responsáveis por essa realidade? Quais as estratégias podemos criar para enfrentar essa realidade?” Após refletirem e produzirem alguns materiais sobre essas questões, o grupo escolhia um representante para apresentar as respostas, reflexões, poemas, pinturas etc. produzidas pelo grupo. Ao final dessa atividade foi aberto um amplo debate conduzido e coordenados por professores do IFRN, representantes do Centro Feminista 8 de março e da Rede Xique Xique de comercialização solidária.

No segundo dia do encontro de juventudes foram realizadas oficinas temáticas sobre “Feminismo e economia solidária”; “Juventude construindo uma economia justa e solidária”. Na primeira oficina, a juventude foi levada a refletir e se posicionar sobre as desigualdades de gênero. Os participantes chegaram ao entendimento segundo o qual as desigualdades são produzidas pelas relações sociais e históricas do modo de produção capitalista. Através do debate de ideias e das exposições realizadas pelos professores/as coordenadores/as das oficinas, os participantes concluíram sobre a necessidade de analisar criticamente o modo de produção vigente e o modelo de sociedade dividida em classes e gênero resultante de seu desenvolvimento. Uma das participantes da oficina, em momento de socialização dos debates realizados afirmou: “é preciso ampliar a percepção de que vivemos em uma sociedade capitalista, reprodutora de mercadorias e, ainda assim, patriarcal”. A oficina encerra com o debate acerca da necessidade de se pensar outro modelo societário no qual a solidariedade, a coletividade e a dignidade humana sejam os pilares.

Na segunda oficina, “Juventude construindo uma economia solidária e justa”, os participantes constataram que o modelo econômico hegemônico invisibiliza, oprime e explora o trabalho da juventude. Debateram sobre como os jovens têm protagonizado e podem protagonizar experiências associativas de economia diferentes daquelas realizadas no modo de produção e acumulação capitalista. Um discurso anotado no relatório da atividade relatava:

E que estratégias e políticas públicas de desenvolvimento econômico para além somente das satisfações materiais e monetárias, os jovens tem

protagonizado experiências associativas da economia solidária, cujo potencial se desdobra em uma prática orientada para uma lógica de emancipação social e econômica à medida que a natureza cooperativista conduz à uma resistência que orienta à equidade e democracia, de modo que tais formas revitalizem a resistência contra a alienação de classe e geracional imposta pelos princípios de mercado e pela lógica da acumulação capitalista (Relatório do encontro de juventudes da economia solidária).

A oficina é concluída destacando a necessidade de criação de uma Rede de juventudes com o objetivo de articular, mobilizar e fortalecer a organização da juventude no Estado do Rio Grande do Norte para se engajar na defesa da cultura, de outra economia, por participação política e educação pública. O relatório destaca na conclusão que:

Ao concluir a socialização, portanto, destacam que a ampliação de renda e trabalho a partir da economia solidária, fortalecem o terreno da produção da vida material viabilizando não só uma inclusão econômica, mas, sobretudo, social, simbólica e cultural. A consequência direta desse cenário é uma busca ativa e consciente de conhecimento para superação não só da situação de baixa renda, mas principalmente para a construção de princípios a serem semeados no espaço público para a construção da equidade de gênero e geracional (Relatório do encontro de juventudes da economia solidária).

Além das oficinas, foi realizado um intercâmbio para o uma feira de economia solidária que conta com a organização de um grupo de juventude denominado “Ousadia juvenil” e um intercâmbio para o Projeto de Assentamento (P.A) Paulo Freire. O objetivo dos intercâmbios foi propiciar a integração dos participantes dos diferentes grupos e o contato com as noções da organização coletiva, do trabalho associado e, sobretudo, da participação dos jovens. Foi o momento de contribuição para o fortalecimento das atividades que os próprios participantes já realizam nas suas comunidades. O intercâmbio permitiu trocas de conhecimentos na área de autogestão, comercialização e de vivência política da juventude.

A experiência de intercâmbio com o grupo “Ousadia juvenil” na organização da feira de economia solidária do Bairro Nova vida possibilitou aos participantes o contato com a experiência da juventude ao participar das reuniões para planejamento e execução da feira; da organização das atividades culturais (recital de poesia, repertório musical, exposições artísticas em geral etc.). Durante a realização da feira, os participantes perceberam o papel fundamental da juventude protagonizando desde a concepção até a execução de todas as atividades da programação da feira.

No segundo intercâmbio, realizado na comunidade denominada de “Projeto de Assentamento Paulo Freire” em Mossoró/RN, os participantes tiveram a oportunidade de acompanhar as experiências realizadas por um grupo de jovens da unidade familiar de Paulo Freire. Os jovens desse grupo são bastante ativos e curiosos, possuem um nível de consciência

política comprometida com a identificação das desigualdades e exploração do capitalismo sobre o trabalho e sobre a natureza. Durante o diagnóstico dos grupos foi identificado que esses jovens gostariam de continuar o processo de formação em um curso universitário. Após incentivo da equipe do projeto, dois deles prestaram vestibular para o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) da Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA e foram aprovados. Durante o intercâmbio com os outros jovens dos outros grupos relataram a experiência do contato com universidade com entusiasmo, ao mesmo tempo, apresentavam o processo produtivo que realizavam na sua comunidade. Demonstraram a prática produtiva a partir da utilização das premissas da agroecologia e do sistema integrado na criação de galinhas, organização de adubo, reuso de água com a utilização de filtros naturais e a plantação de hortaliças e mudas de plantas nativas da região. Apresentaram os primeiros passos realizados para a construção de um biodigestor, o processo de criação de abelhas sem ferrão. A prática da agroecologia e do sistema integrado é realizado em uma pequena propriedade em que trabalham com os pais e forma uma unidade de produção. Relataram dificuldades como a ausência de escolas e o precário serviço de transporte para deslocamento até as escolas adjacentes, a ausência de posto de saúde, atividades de lazer e cultura na comunidade.

Ao final do encontro, na sede do grupo “Mulheres em ação”, onde o grupo ousadia juvenil se organiza, foi realizada uma avaliação final dos trabalhos. Representantes da coordenação do projeto destacam que a ideia foi promover a integração entre os grupos para que eles pudessem se organizar para fortalecer a Rede de juventudes da economia solidária do Estado do Rio Grande do Norte. Outro aspecto destacado na avaliação diz respeito a importância de replicação dos conhecimentos produzidos durante a realização do encontro para os demais membros dos grupos da comunidade de onde vieram. Os coordenadores/mediadores das atividades ressaltam que o processo de transformação da experiência vivida em experiência compreendida foi o resultado alcançado durante o encontro.

Além disso, afirmam, que a cada atividade realizada, durante o encontro, percebiam a indicação de que a economia solidária, a prática da agroecologia, possuem um potencial para contribuir com a transformação social, política e, quiça, econômica, visto que tanto a economia solidária, como a agroecologia, produz e educa a partir de uma racionalidade diferente da racionalidade em vigor no sistema capitalista. A coordenadora da equipe do IFRN/Mossoró mencionou que o encontro foi um grande ato político-pedagógico e que a instituição aprendeu muito com aquela atividade, ressaltou a importância de relacionar os métodos tradicionais de organização científica com os conhecimentos e saberes de cada grupo e participantes. Foi anunciado o planejamento de um encontro estadual da juventude da economia solidária do Rio

Grande do Norte com o objetivo de fomentar o fortalecimento da organização da juventude no Estado. Os participantes destacaram a oportunidade de ver na prática outras experiências que eles realizam, mas que parecem atividades isoladas e solitárias. Relatam que os debates foram muito importantes e o aprendizado suficientemente significativos para a prática de vida de cada um. No relatório consta ainda que:

Interessante destacar que em todas as rodas de conversa e no momento da socialização, os grupos foram unânimes em avaliar a conjuntura como um momento desafiador para realidade social. A fala de um jovem sobre os desafios foi: “Os desafios para superar as condições atuais serão muitos árduos. As condições de nossa vida, de nossa existência enquanto jovens, enquanto trabalhadora e trabalhador encontra-se muito atacada”. Destacaram que os direitos sociais estão sendo suprimidos. Enfatizaram que reformas estão sendo realizadas sem uma consulta aos reais interessados nelas. Destacam que somente aceitarão reformas, mudanças que melhorem a qualidade de vida e criem condições de uma dignidade autêntica. Avaliam que as reformas em pauta na atual conjuntura serão responsáveis por níveis de precarização da vida sem mensuras. Além do mais, enfatizam que o principal objetivo dessas reformas é sucatear os serviços públicos para depois privatizá-los. Apontaram, enfim, como alternativa, que o caminho é colocar as ações, desejos e inteligência a serviço de projetos populares, de projetos que desmascarem as relações de exploração, a precarização e, acima de tudo, que supere o ódio (Relatório do encontro de juventudes da economia solidária).

O encontro de mulheres, outra atividade substantiva executada pelo projeto GerAção Solidária, teve a participação de representações dos 30 grupos produtivos selecionados pelo projeto. O encontro territorial cujo tema foi “Mulheres, autonomia e articulação em rede”, ocorreu nas dependências do IFRN/Mossoró. O objetivo do encontro foi contribuir com a formação feminista; refletir sobre as estratégias para autonomia econômica das mulheres; fortalecer o processo de auto-organização e articulação das mulheres na região e construir uma avaliação coletiva do processo de execução do projeto GerAção Solidária e preparar/mobilizar as mulheres para o Congresso de Economia Solidária CONGRESSOL do IFRN. O encontro territorial de mulheres foi organizado a partir da realização de rodas de conversa, oficinas e debates dirigidos. Ocorreram duas oficinas durante o encontro. A primeira intitulada “Feminismo, autonomia das mulheres e articulação em rede”; a segunda oficina denominada “Reconstrução do caminho percorrido – ações e atividades desenvolvidas, articulações, resultados, dificuldades encontradas e desafios”. O debate dirigido ocorreu a partir do tema “Mulheres e articulação em rede: Debate e proposições”.

O encontro territorial de mulheres iniciou na feira de economia solidária promovida no Campus IFRN/Mossoró. Nesse momento de abertura do encontro foi planejada uma intervenção cultural através do movimento de “Batucada feminista” vinculado ao Centro

Feminista 8 de março e do movimento do Núcleo de Artes do IFRN/Mossoró – (NUARTE IFRN/Mossoró). Enquanto a “Batucada feminista” entoava sua percussão, os membros do NUARTE cantavam e dançavam ao redor da feira de economia solidária convidando as mulheres presentes (mulheres representantes dos grupos, professoras, técnicas administrativas da instituição, estudantes etc.) para se apresentarem e informar de onde viam (grupo, instituição, movimento social etc.). Cantavam, dançavam e se apresentavam. A cada apresentação a música era suspensa, e em seguida recomeçava para que outra mulher se apresentasse. Esse momento é o que os grupos de economia solidária e outros movimentos sociais denominam de “mística”. De acordo com representantes do CF8 e da Rede Xique Xique, a mística ocorre para que os participantes daquela atividade se sintam integrados entre si. De acordo com uma participante da “Batucada feminista”, a mística provoca o sentimento de pertencimento ao grupo, é o momento em que os sujeitos depositam força de ação para a realização de alguma atividade, “é momento inaugural da prática de trabalho, de estudo, de mobilização política, de união que os grupos de economia solidária e movimentos sociais utilizam para criar e intensificar os elos dos sujeitos do grupo”.

Após a realização da mística de apresentação das pessoas na feira, as mulheres representantes dos grupos produtivos que iriam participar das atividades do encontro territorial, foram encaminhadas, ainda sob o som da percussão da “Batucada feminista”, para o auditório do IFRN. Já no auditório, as mulheres foram saudadas pelos representantes do projeto GerAção Solidária, Centro Feminista 8 de março e Rede Xique Xique. Em seguida, foi apresentada a programação e o objetivo do encontro.

A primeira atividade foi a realização da oficina “Feminismo, autonomia das mulheres e articulação em rede”. A oficina foi conduzida por uma socióloga e professora do IFRN/Mossoró. Inicialmente ela falou que o feminismo é aquilo que as mulheres fazem, pensam e constroem coletivamente para enfrentar as opressões de classe, gênero e raça. Em seguida, destacou que as mulheres precisam construir sua autonomia a partir do trabalho e da organização política. Mencionou que para a construção da autonomia das mulheres no contexto das determinações da sociedade de classe, gênero e raça, o mais importante é iniciar o caminho, fazer o percurso, participar de alguma organização, mesmo que não seja possível antever o ponto de chegada com clareza. As mulheres dos grupos interrompiam a fala da professora relatando que fazem parte da Marcha Mundial das Mulheres, do Centro Feminista, e outras organizações de mulheres nas próprias comunidades de origem. Em um dos momentos da oficina, as mulheres falavam sobre si e faziam “uma comparação do que você gostaria de ser e o que é hoje”, conforme a orientação da professora:

Como nenhuma das mulheres se ofereceram para inaugurar, a própria professora foi a primeira. Descreveu, então, rapidamente, sua trajetória, atribuindo ao Sindicato dos Trabalhadores rurais de Apodi/RN, o fator decisivo de sua formação e entrada nos movimentos sociais. Falou que não esperava ter chegado aonde se encontrava devido sua origem pobre, e gostaria de sonhar e ousar mais. Revelou que se construiu enquanto pessoa e professora a partir dos movimentos sociais, sindicais e feminista, graças a interação com as organizações sociais.

Cada mulher falou sobre si, uma a uma, obedecendo aos pontos. De forma geral, elas relataram as dificuldades que enfrentaram, principalmente na infância e na adolescência, e de que forma também conseguiram superá-las. Muitas contaram seus sonhos, passados e atuais, realizados ou não. Falaram da contribuição genuína que o Projeto Geração Solidária foi para as suas vidas, proporcionando-lhes encontros desses para formações política e técnica que são oportunidades e momentos muito ricos, unindo gerações e aplicando o conhecimento na coletividade. Além disso, falaram acerca dos desafios diante do atual contexto de golpe disfarçado de impeachment. Evidenciaram preocupação com o desrespeito aos direitos que as pessoas do campo sofrem, tomando por base os seus próprios filhos que diariamente se deslocam para estudar distante de casa porque não há escola nas comunidades. Os relatos quase sempre foram no sentido de que desde a infância trabalhavam no campo ou sempre tiveram de trabalhar muito. A maioria das mulheres relataram não ter tido nenhum acesso à escolarização porque trabalhavam ou porque era impedidas pelos pais, que diziam que mulher era para casar e cuidar da casa. Uma das mulheres presentes narrou que foi para escola para ser criança porque em casa, família de agricultores, apenas trabalhavam. (Relatório do encontro territorial de mulheres do projeto geração solidária do núcleo IFRN/Mossoró)

A outra oficina realizada durante o encontro, denominada “Reconstrução do caminho percorrido – ações e atividades desenvolvidas, articulações, resultados, dificuldades encontradas e desafios”, teve o objetivo de fazer uma avaliação das ações do projeto GerAção Solidária. As mulheres foram orientadas a se dividirem em cinco grupos. Cada grupo iria “pintar um quadro” dos impactos que o projeto gerou para os grupos.

Assim, o primeiro grupo avaliou que o projeto contribuiu com o processo de produção quando promoveu oficinas de formação em agroecologia, sistemas integrados, produção de defensivos naturais, oficina de comunicação social, oficina de precificação, oficina de utilização das cadernetas agroecológicas, oficina de orientação jurídica etc. Uma representante do grupo informa que “os debates proporcionaram um aprendizado sobre auto-organização, trabalho em redes e outras questões que ajudaram no aumento da renda e melhoria na qualidade de vida”.

O segundo grupo relatou na oficina que o projeto GerAção solidária contribuiu para que os grupos pudessem estreitar seus laços e afinidades para enfrentar a conjuntura política atual. Uma representante desse segundo grupo sintetizou o debate que realizaram da seguinte maneira: “as mãos dadas representando o fortalecimento dos grupos como meio de resistência”.

O terceiro grupo se reportou à importância da realização dos intercâmbios. O

intercâmbio é uma atividade que se realiza a partir da visita orientada à um grupo produtivo desenvolvendo suas atividades. A equipe do projeto GerAção Solidária (professores do IFRN/Mossoró e técnicos de campo do CF8 e Rede Xique Xique) preparavam um roteiro estruturado de visita ao grupo produtivo. O grupo escolhido apresentava sua atividade de produção, o processo de realização do trabalho associado, distribuição e comercialização dos produtos e a realização do processo de autogestão. Após a apresentação da unidade produtiva ocorriam as sistematizações dos conhecimentos. Os representantes dos projetos explanavam sobre alguns aspectos considerados mais relevantes para os demais grupos, e os participantes acrescentavam ao debate os pontos que avaliavam como necessários para complementar as exposições da equipe do GerAção Solidária. A experiência do intercâmbio, ou seja, a experiência dos trabalhadores/as entre si para “trocar” conhecimentos sobre produção, autoconsumo, autogestão, distribuição e comercialização, é avaliada como uma experiência formativa de grande impacto para o fortalecimento de outros grupos de economia solidária.

O quarto grupo a apresentar suas impressões acerca do projeto GerAção Solidária destacou a transformação da experiência pessoal de cada mulher e jovens com as ações e atividades desenvolvidas. Mencionaram a importância das parcerias realizadas entre o IFRN, a UFERSA, a UERN, o CF8 e a Rede Xique Xique, na execução das atividades e para “tirar o projeto do papel”. Relataram também a importância de todas as oficinas e dos intercâmbios e manifestaram entusiasmo para participar do CONGRESSOL.

Para o quinto grupo, a avaliação, sobre as ações do projeto, é de que as oficinas, os intercâmbios, foram experiências importantes para serem levadas às suas comunidades de origem e disseminadas com os demais membros. Outro aspecto destacado pelas mulheres foi a formação política. De acordo com a sistematizadora do grupo: “a formação política nas oficinas ajudou a dar confiança e segurança para as mulheres lutarem dentro e fora de casa por sua autonomia e independência”.

A finalização da oficina “Reconstrução do caminho percorrido – ações e atividades desenvolvidas, articulações, resultados, dificuldades encontradas e desafios” se deu a partir do questionamento sobre a continuidade das ações dos grupos de economia solidária após o fim formal do projeto GerAção Solidária. Nesse sentido, as próprias mulheres apresentaram a proposição de fortalecer a Rede Xique Xique de comercialização solidária como espaço destinado também ao planejamento de ações políticas e de formação. Além disso, apresentaram sugestões sobre a ação de cada um dos membros dos grupos de economia solidária no sentido de não deixarem de participar dos encontros, reuniões e assembleias, e manter a mobilização para a realização das feiras nos municípios, nas universidades e no IFRN. Nesse sentido, os

representantes do IFRN se comprometeram com a permanência da feira de economia solidária nas dependências da Instituição. Nesse caso, foi celebrado um termo de compromisso com a gestão da instituição de acordo com o qual a feira de economia solidária seria realizada na instituição com o objetivo de contribuir com o processo produtivo dos grupos de economia solidária, e como atividade de ensino, pesquisa e extensão de docentes e discentes da instituição.

O encontro territorial de mulheres é encerrado com discursos sobre a importância e pertinência contextual do IFRN/Mossoró em efetivar ações de um projeto que mobiliza a comunidade acadêmica da instituição, o movimento social da economia solidária, das mulheres e da juventude, em um espaço que articula o conhecimento científico e tecnológico da instituição, com os saberes práticos dos trabalhadores/as e as experiências político-educativas dos movimentos sociais. Em uma das falas registrada no relatório do encontro, essa articulação é evidenciada do seguinte modo:

As contribuições do GerAção Solidária foi a academia abri as portas para nós, para os movimentos das mulheres, o movimento da juventude, para o movimento de outro modelo de economia. Reconhecer que nós temos saberes, e nos ajudar com tecnologias sociais de convivência com a natureza, realizar a feira, os artigos escritos. É muito importante a mulherada se preparar para o CONGRESSOL. Vamos nos organizar, preparar os maridos, porque nesse congresso iremos ter contato com outros grupos de Natal e vamos seguir em marcha (Relatório do encontro territorial de mulheres do projeto geração solidária do núcleo IFRN/Mossoró)

A culminância das ações promovidas pelo GerAção Solidária se deu através da realização de um congresso sobre economia solidária do IFRN. O CONGRESSOL, como ficou conhecido, foi organizado e planejado pelas equipes dos dois polos do projeto (o núcleo IFRN/Natal e o núcleo IFRN/Mossoró). O tema do evento foi “Economia solidária e transformação social”. O CONGRESSOL ocorreu de 05 a 07 de dezembro de 2018, no campus IFRN Natal-Central. O objetivo do congresso foi contribuir com a formação dos grupos produtivos da economia solidária no Estado do Rio Grande do Norte.

Durante o evento foram realizadas conferências de abertura e de encerramento; mesas-redondas, minicursos e oficinas; feira de comercialização solidária e de troca de sementes crioulas; exposições de painéis/banners de estudos de estudos realizados durante a realização do projeto; e foram realizados nesse congresso encaminhamentos teóricos e práticos sobre a práxis da economia solidária. Para a realização de todas as atividades do congresso havia uma questão norteadora, a saber, “O que devemos fazer para fortalecer os grupos produtivos de mulheres e jovens na economia solidária no atual contexto social, político e econômico brasileiro? Esta pergunta foi sendo aplicada em cada atividade e as respostas foram

sistematizadas com o objetivo de servir de base para a construção de dois documentos finais do congresso: a “Carta Política das Mulheres do I CONGRESSOL” e o “Manifesto da Rede Potiguar de Juventudes e Economia Solidária RN”.

A programação do CONGRESSOL iniciou com a realização de um intercâmbio voltado para o grupo de mulheres da economia solidária, e outro voltada para as juventudes da economia solidária. Nesse sentido, foi visitado o grupo “Revolução dos baldinhos”. Trata-se de um grupo de mulheres organizadas que produzem fertilizantes e adubos naturais a partir do recolhimento de sobras de matéria orgânica residencial. De acordo com elas além de produzir material para ser utilizado no cultivo de hortaliças e plantas frutíferas, contribuem com o recolhimento dos resíduos alimentares para evitar a disseminação de doenças. A visita técnica das juventudes, o intercâmbio, foi para o “Grupo Movimento Cultural Nossos Valores”. É um grupo de juventudes organizados em torno da produção cultural (danças, músicas de Hip Hop, grafites, teatro etc.). Fazem as atividades culturais em prédios públicos ocupados porque se encontram sem funcionamento com o objetivo de integração da comunidade e apontar a necessidade de autogestão para a organização do grupo. Um dos participantes do grupo relata que:

As pessoas das mais diversas comunidades precisam de interação e conhecimento sobre a situação do outro para que consigam desenvolver empatia e assim perceber a necessidade da autogestão. Os jovens precisam ver beleza no que fazem e a interação com o outro é substancial, tendo em vista que muitas vezes é a pessoa de fora capaz de fazer com que enxerguemos o lado bom do que nos é tão comum. Nós estamos abertos a sempre querer conhecer e mostrar nossa cultura porque isso é essencial. Nosso grupo se preocupa muito com a educação, incentiva as crianças a irem para a escola, mas se preocupa mesmo com a consciência de classe, com o empoderamento da criança marginalizada, com o senso crítico desde a infância (Relatório final do CONGRESSOL).

No transcorrer do primeiro dia de congresso ocorreram oficinas sobre “meio ambiente como ferramenta de geração de renda: empreendedorismo e inclusão social”; Feira de troca e comercialização de empreendimentos econômicos solidários do Projeto Geração Solidária; apresentação teatral do NUARTE/IFRN Mossoró, denominado “O Maquinário” Núcleo de Artes do IFRN - Campus Mossoró. O espetáculo, “O maquinário” aborda vários temas que serão debatidos ao longo do Congresso, principalmente, as desigualdades sociais, a divisão de classes, o papel da mulher, as opressões e explorações na sociedade do capital. Abaixo segue a sinopse da peça e parte de um discurso do representante do projeto que estava participando da mesa de abertura oficial do congresso:

“Em um tempo não muito distante, numa cidade que não se ousa pronunciar

o nome, a concentração da riqueza, a escassez de recursos, desvio de verbas e descaso com a população motivam uma grande divisão: aqueles que se dizem perfeitos e detentores de instrumentos mágicos fundam a Grande Casa. Lá, a desigualdade não existe! Ruas brilhantemente limpas, mentes também. Fora dela, um lugar tão ordinário que nem merece descrição, a Canelura. Seus habitantes eram seres inapropriados para a Grande Casa: sujos, pobres, feios e principalmente... Defeituosos! Mesmo em meio à desgraça, uma voz vem se contrapor ao medo: Diana. Uma jovem inventora que tenta sarar as tantas feridas daquele lugar. Mas para o desconforto da moça e para a inédita felicidade dos imperfeitos, uma notícia vem como uma cura mecânica àquele lugar: a Grande Casa desenvolveu ‘O Maquinário’, uma máquina que promete eliminar toda e qualquer imperfeição. Seria ela capaz de ‘curar’ os habitantes de Canelura e fazê-los ascender à Grande Casa? (Relatório final do CONGRESSOL).

Enquanto os meninos estavam aqui apresentando esse espetáculo, “o maquinário”, eu estava recordando dos mitos gregos, Prometeu acorrentado e da caixa de pandora. Prometeu foi penalizado pelos deuses e ficou acorrentado, preso, por toda a eternidade por ter entregado o fogo aos homens (alguns são presos, mortos, por lançar a chama da organização coletiva). Enquanto isso, a humanidade é condenada pela caixa de pandora, a caixa que contém todas as maldades do mundo. Felizmente, o aprendizado que o Prometeu deixou que é símbolo da humanização das pessoas, símbolo para a resistência, para a auto-organização e, sobretudo, possibilita fechar a caixa de maldades a tempo para que a esperança não morra. Esse projeto é um grande símbolo de esperança, um grande símbolo de sonho, é um grande símbolo da crença no humanismo (Relatório final do CONGRESSOL).

O preâmbulo do espetáculo permite a compreensão não só de quais temas serão tratados ao longo do congresso, mas, é o mote provocador da própria razão de ser da arte: estimular a transformação social através de um processo catártico do público. Se a transformação vai ou não ocorrer, não interessa à arte. O que interessa à arte é que esse prazer é possível de ser sentido e que o prazer de mudar a realidade também pode ser efetivado. Trata-se, sim, de transformação objetiva da realidade. Talvez, não de toda a realidade, é claro, mas, daquela realidade na qual esses sujeitos da práxis, da poésis e da poética, efetivam seu ser no mundo. Não é diferente com esses grupos de economia de economia solidária, pouco importa a objetividade e o alcance da ação; mais importa, e muito mais mesmo, é a realização e efetivação de uma práxis que se faz e realiza para transformar o mundo daqueles que o próprio mundo abandona, ao fazer de sua objetividade uma efetividade inteiramente destrutiva e predatória cuja lógica ilógica é produzir para destruir ao invés de produzir para viver.

Na noite do primeiro dia do congresso ocorreu a mesa-redonda de conferência de abertura do congresso: “Mulheres, jovens e economia solidária: transformação social e resistência política”, proferida pela professora Andrea Buto da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Durante sua exposição fez um resgate histórico e sociocultural sobre

conceitos de feminismo, trabalho, economia e dominação. Ela demonstrou em palavras ilustradas pela vida das mulheres presentes no congresso, a desigualdade na distribuição do trabalho dentro e fora de casa, explicando a dupla e tripla jornada das mulheres, as dificuldades impostas para que mais mulheres ocupem espaços de poder mesmo dentro da economia solidária. E enfatizou que essa condição é uma condição criada historicamente pelo sistema do capital. Em seguida, ela propôs uma reflexão sobre os processos de dominação, a desvalorização do trabalho reprodutivo combinado com a divisão sexual do trabalho, obstáculos permanentes, de acordo com ela, para a vida social das mulheres. Abaixo, segue, na íntegra, uma parte de suas colocações:

Pra gente isso é muito importante. Eu vou resgatar um estudo feito, ainda no governo Lula e Dilma, que foi chamado mapeamento dos grupos produtivos. E eu acho que mostrou algo muito importante, certo? Primeiro, há grande concentração. Se a gente hoje, por exemplo, chega aqui no encontro... Eu não vi nenhum homem expondo produto. Quem está na economia solidária? (a grande maioria) são as mulheres. E como elas estão? O que a gente percebe? A maioria são grupos informais dentro de grupos mistos, são grupos recentes segundo esses critérios, esses mapeamentos que foram feitos. Essas informações que foram coletadas, elas não captam o tempo das mulheres no trabalho doméstico e na atividade produtiva, a relação de produção e reprodução. (...) Ou seja, são maioria, mas elas vivem dentro da economia solidária com uma desigualdade enorme em relação aos homens. Então, por isso são questões muito importantes pra gente pensar esse futuro da economia solidária. E pensando a economia solidária, que é uma economia também em diálogo com o feminismo(...), a gente tem que pensar a condição de vida das mulheres" (Relatório final do CONGRESSOL)

A mulher das diferentes classes sociais envolvida diretamente na produção de bens e serviços sempre esteve ativamente envolvida no trabalho. Ao longo da história e em diversas localidades, ela tem desempenhado um papel fundamental na sustentação de sua família e na criação da riqueza da sociedade e esse trabalho duplamente explorado não é considerado na partilha econômica e nem diante da organização do poder. A palestrante destacou ainda a necessidade de fortalecer a mobilização dentro da economia solidária, para enfrentar os desafios que a atual conjuntura trará para todos os grupos historicamente oprimidos, como as mulheres e a população camponesa. Na sua fala foi enfática a importância da coletividade, dos contatos e apoios surgidos, desenvolvidos e fortalecidos na experiência do projeto para montar a resistência contra os retrocessos de uma gestão federal conservadora, ideologicamente avessa à ideia de economia sem desigualdade e produção sustentável. Finalizou a palestra alertando para o tamanho da fragilidade presente nas políticas públicas voltadas para a economia solidária, e, portanto, finaliza afirmando o quão é indispensável a organização e mobilização dos grupos produtivos de economia solidária.

"Vejam, pra concluir mesmo, eu queria dizer que é muito importante que a gente pense a economia solidária assim como a agroecologia, como parte das lutas anti-sistêmicas, que a gente fala, ou seja, como parte dessas lutas que transformam o conjunto das relações de dominação, e não apenas como uma parte delas. A gente tem que ter a capacidade de convencer a companheirada, os homens, e convencer também as mulheres que não foram adeptas ao feminismo, de que a gente tem que transformar tudo junto (Relatório final do CONGRESSOL)

O segundo dia do congresso inicia com a “Feira de troca e comercialização de empreendimentos econômicos solidários do Projeto Geração Solidária”. No desenrolar do dia ocorreram vários minicursos, tais como: “Enriquecimento Ambiental - uma alternativa visando a melhoria na qualidade de vida de galinhas poedeiras”; “Bancos Comunitários de desenvolvimento: como criá-los!”; “Como instituir cooperativas de base solidária” e o minicurso “De Natal a São Paulo: a construção de horizonte democrático e feminista”. Ocorreram, ainda, as oficinas: “Uma abelha e duas caixas: o potencial agroecológico”; “Nutrição: Substituições Inteligentes e valorização de ingredientes locais”; “Economia feminista e economia solidária: diálogos e convergências”; “O meio ambiente como ferramenta de geração de renda: empreendedorismo e inclusão social”; “Trabalho associado como estratégia de autonomia econômica das mulheres”; “Instalação Pedagógica da Agricultura Urbana Agroecológica”; “Roda de Conversa: Diálogos entre Permacultura, Agricultura Urbana e Agroecologia”. E foram exibidos os vídeos: “O Grande Ó”; “Moeda Gostoso”; “Os Dois Lados do Lixo” e “Nos caminhos da Permacultura”. Participavam desses minicursos, oficinas e exibição de vídeos os representantes dos grupos produtivos de economia solidária selecionados pelo projeto GerAção Solidária”, servidores do IFRN, da UFERSA, da UERN, da UFRN e estudantes dessas universidades.

Ainda no segundo dia, no turno vespertino, ocorreram mesas-redondas sobre “Mulheres e Economia Solidária”; “Juventude e Economia Solidária”; “Agroecologia e Economia Solidária” e “Instalação Pedagógica da Agricultura Urbana Agroecológica”; e as oficinas “Espiral de Ervas”; “Compostagem”; “O que é PANCs (Plantas alimentícias não convencionais?)”. Além disso, ocorreu um momento de apresentação oral de trabalhos acadêmicos produzidos ao longo do desenvolvimento do projeto, trabalhos produzidos na UFERSA, UERN, UFRN. Os trabalhos foram selecionados e organizados pelas seguintes temáticas: “Economia solidária e juventude”; “Economia solidária e feminismo”; “Economia solidária e agroecologia” e “Economia solidária e incubadoras tecnológicas”; “Economia solidária e finanças solidárias”; “Economia solidária e transformação social”; “Economia solidária e espaços coletivos”.

Os artigos apresentados sobre o tema da “Economia solidária e juventude” foram os seguintes: “Juventudes em Redes no Rio Grande do Norte: construindo a política pública de Economia Solidária”; “Despertando responsabilidade comunitária entre jovens: a experiência da aplicação do programa liderança comunitária com estudantes do IFRN João Câmara”; “Bagbook: autonomia, protagonismo e economia solidária juvenil”.

Os artigos apresentados sobre o tema da “Economia solidária e Feminismo” foram os seguintes: “A auto-organização feminista como processo de aprendizagem coletiva: a experiência da rede Xique Xique”; “Programa Mulheres Mil: o bordado como atividade de inclusão social e empoderamento das mulheres”; “O ensino de informática no processo de empoderamento feminino aplicado ao Programa Mulheres Mil no IFRN/Zona Norte”.

Os artigos apresentados sobre o tema da “Economia solidária e Agroecologia foram os seguintes: “Importância das sementes crioulas no semiárido potiguar: levantamento, identificação e estudo da diversidade no município de Apodi, Rio Grande do Norte”; “Assessoria Técnica numa perspectiva do Feminismo, da Agroecologia e da Economia Solidária”.

Os artigos apresentados sobre o tema da “Economia solidária e Incubadoras foram os seguintes: “Incubação de empreendimentos econômicos solidários: criação da incubadora de fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários do IFRN – IFSOL”; “Projeto Geração Solidária: estratégias de fortalecimento da comercialização dos Produtores da Associação Quilombola de Agricultores de Sítio Grossos – AQASG”; “Projeto Geração Solidária: estratégias de fortalecimento da comercialização dos Produtores de Lagoa Azul – PROLAZUL”; “Projeto Geração Solidária: fortalecimento de ações de divulgação da Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária – CECAFES”.

Os artigos apresentados sobre o tema da “Economia solidária e Finanças Solidárias” foram os seguintes: “Cozinha e cálculo: trabalho integrado entre nutrição e administração em um empreendimento econômico-solidário de alimentos”; “A feira de economia solidária do bairro nova vida como alternativa de cultura e lazer para a comunidade”; “Ação e geração de renda no oeste potiguar: diagnóstico e possibilidades de avanço em grupos de economia solidária”; “Economia solidária e desenvolvimento local: a experiência de finança solidária na comunidade Muluguzinho em Mossoró/RN.

Os artigos apresentados sobre o tema da “Economia solidária e a transformação social foram: “Direito à terra e economia solidária: a construção da emancipação socioeconômica e política no campo”; “Economia solidária e movimentos sociais: práticas do serviço social”; “Ressignificação do trabalho e da produção em artesanato à luz da utilidade

Social (Natal/RN)”.

Os artigos apresentados sobre o tema da “Economia solidária e Espaço Coletivo foram os seguintes: “Empreendimentos de Economia Solidária e suas relações com o espaço”; “Promoção da segurança alimentar em empreendimento econômico solidário: um relato de experiência em tapiocaria da Zona Norte de Natal/RN”; “Economia Solidária e Educação Popular: o exercício do diálogo para a organização do trabalho associado”.

Além dos artigos apresentados em sessões orais mediadas por professores/ que pesquisam sobre os temas, ocorreu uma mostra de pôsteres com sínteses de pesquisas realizadas durante a realização do projeto GerAção solidária, pôsteres de estudantes e pesquisadores/as do IFRN, UFERSA, UERN e UFRN. Os pôsteres expostos foram: “Agroecologia e educação ambiental: experiência do projeto mão amiga no município de Ipanguaçu/RN”; “Extensão Rural Agroecológica: uma percepção dos alunos do curso superior em agroecologia do conhecimento empírico dos agricultores”; “Análise de produtividade da beterraba (*Beta vulgaris* L. var. *katrina*) em diferentes tipos de espaçamentos”; “A madeira “Dawedi”: uma possibilidade de combate ao desmatamento na região de Santana do Matos – RN”; “A importância do programa garantia safra para o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Itajá-RN”; “Experiências do Campus João Câmara com a verticalização do óleo residual e das garrafas pet numa A.P.P.N.E. – ACAPORD”; “Feira de Economia Solidária: espaço alternativo e de ampliação de renda”; “Construção da identidade: o caso da incubadora para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários do IFRN – IFSOL”; “Inclusão de conceitos da economia solidária em disciplinas curriculares dos cursos técnicos em mecânica do IFRN”; “Economia solidária como resposta ao modo de produção capitalista: construindo uma sociedade sem exploração do ser humano”; “A importância da economia solidária no resgate feminista”; “Projeto leia mais: educação popular na comunidade quilombola Acauã, Poço Branco/RN”; “A economia solidária como ferramenta para a conquista da autonomia das mulheres” e “Gamegreen: a revolução dos vegetais”.

As atividades do congresso foram encerradas com o lançamento do livro: “Geração Solidária: Mulheres e Jovens tecendo sonhos para a construção de uma economia solidária e feminista”. O livro foi escrito pelos membros da equipe coordenadora do projeto GerAção solidária, professores e estudantes do IFRN, UFERSA, UERN. Os artigos são resultados de investigações científicas realizadas a partir do contato direto com a literatura especializada acerca das temáticas da economia solidária, participação das mulheres, juventudes e economia solidária e o contato com as diversas experiências de produção, autoconsumo, distribuição e comercialização dos grupos de economia solidária selecionados pelo projeto GerAção

Solidária.

O propósito de produção do livro foi sistematizar e divulgar a experiência do projeto GerAção Solidária para os próprios membros dos grupos produtivos de economia solidária selecionados pelo projeto para subsidiar sua prática social. Nesse sentido, os capítulos tratam dos momentos de execução do projeto; diagnóstico dos grupos; sobre as formações nos cursos e oficinas; sobre a concepção de economia solidária e agroecologia e da experiência específica de alguns grupos produtivos. Dessa forma o livro foi composto dos seguintes capítulos: “Ação e Geração de Renda no Oeste Potiguar: Diagnóstico e Possibilidades de Avanço em Grupos de Economia Solidária”; “Juventudes em Redes no Rio Grande do Norte: construindo a política pública de Economia Solidária”; “Assessoria Técnica numa perspectiva do Feminismo, da Agroecologia e da Economia Solidária”; “Inclusão de Conceitos da Economia Solidária em Disciplinas Curriculares dos Cursos Técnicos em Mecânica do IFRN”; “A Economia Solidária como ferramenta para a conquista da autonomia das Mulheres”; “Gestão, Autogestão e Sustentabilidade: o Caso de uma Rede de Comercialização Solidária”; “Feminismo e Agroecologia: A experiência do Grupo de Mulheres em Busca da Igualdade/Apodi – RN”; “Estudantes do Curso de Agronomia Da UFERSA são formados para trabalhar com as perspectivas Agroecológicas e de Economia Solidária?”; “Importância das sementes crioulas no semiárido Potiguar: levantamento, identificação e estudo da diversidade no município de Apodi, Rio Grande do Norte”; “Mulheres Artesãs: da Agroecologia À Economia Solidária”; “Gold Da Paz – Grupo de Oportunidades Locais e Desenvolvimento do Assentamento Mulunguzinho dm Mossoró/Rn: a Experiência de Finança Solidária”; Cultura, Lazer e Economia Solidária: A Feira De Economia Solidária No Bairro Nova Vida” e “Direito a Terra e Economia Solidária: por uma utopia Atuante”.

Ao final da realização das atividades do segundo dia do congresso tivemos a apresentação cultural da “Banda Sem Retorno (NUARTE/IFRN Campus Mossoró). Antes de começar a apresentação o vocalista da banda relata que:

A banda se preocupou em preparar um repertório que tivesse relação com o Congresso de Economia Solidária (CONGRESSOL), em que as canções apresentem um conteúdo tanto de descontração quanto de reflexão a todos(as) aqueles(as) que estão participando do evento. A experiência desse trabalho foi memorável para os(as) estudantes integrantes dessa Banda e uma ótima oportunidade para desenvolvermos um exercício crítico, uma consciência ética de valor solidário e empático, tão necessários à convivência em coletividade e comum nas experiências de economia solidária (Relatório final do CONGRESSOL)

No último dia de congresso foi realizada uma mesa-redonda em homenagem à Paul

Singer, economista, pesquisador em sociologia e um dos percussores do conceito de economia solidária. Paul Singer morreu em 16 de abril de 2018. Foi Secretário Nacional de Economia solidária (SENAES) de 2003 a 2016. A mesa de encerramento do congresso foi realizada *in memoriam* ao prof. Paul Singer, teve como tema: “Mudança social e economia solidária: as contribuições de Paul Singer”, os palestrantes foram o: Prof. Roberto Marinho Alves da Silva e o cineasta e genro de Paul Singer, Marcos Queiroga Barreto. A mesa iniciou com a exibição de um trecho de oito minutos do documentário que está sendo produzido sobre a vida e obra de Paul Singer. O trecho retratava o momento de imigração de Paul Singer e sua família em fuga da Europa totalitária, em plena Segunda Guerra mundial, até a morte em São Paulo/BR. O cineasta destaca no seu discurso que “o Paulo, que é como eu chamava ele, acreditava muito em todas vocês”, se referindo às mulheres dos grupos de economia solidária. Na palestra do professor Roberto Marinho é ressaltado que o Paul Singer foi um cientista e militante da economia solidária e um grande democrata. “Paul Singer foi o "pai" da Economia Solidária no Brasil e uma das principais autoridades sobre o assunto no mundo” (Relatório final do CONGRESSOL).

Essa mesa de encerramento aconteceu após a realização de duas plenárias que estavam acontecendo simultaneamente na manhã do último dia do congresso. Foi a “Plenária das mulheres em Rede” que reuniu 70 mulheres representantes de grupos produtivos de economia solidária de várias regiões do Estado do Rio Grande do Norte para discutir as pautas sobre combate ao capitalismo, machismo, ao patriarcado, divisão do trabalho. De acordo com o relatório do congresso:

A “Plenária de Mulheres do RN e Articulação em Rede” teve início com um momento de aquecimento feito pela Batucada feminista com música e palavras de ordem que dialogam com as bandeiras de luta das mulheres por um mundo igual, sem exploração do trabalho das mulheres pelo mercado e pela socialização do trabalho doméstico e de cuidados. Cantavam: “Ô abre alas que as mulheres vão passar, com essa marcha muita coisa vai mudar. Nosso lugar não é no forno ou no fogão. A nossa chama é o fogo da revolução”.

“A nossa luta é todo dia, somos mulheres e não mercadoria”.

“João, João cozinhe o seu feijão. José, José cozinhe se quiser”.

“Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com as mulheres não assanha o formigueiro” (Relatório final do CONGRESSOL)

A outra plenária, foi a “Plenária da Juventude do RN e articulação em rede”. A tônica da plenária foi a palavra de ordem "Se fere a nossa existência, serei resistência". O debate da juventude se deu a partir da compreensão de que a juventude é protagonista da conjuntura social e política do país e do mundo uma vez que são vanguardas responsáveis pelas

transformações e pela criação de outras políticas, sociais, econômicas para o presente e futuro das relações sociais. "Um presente e um futuro melhor depende da nossa capacidade de organização e de luta", sintetizou uma das jovens presentes no encontro.

Um dos resultados da plenária de mulheres foi a construção de uma carta política que foi lida no final da mesa-redonda em homenagem a Paul Singer. Segue a carta na íntegra:

Carta Política das Mulheres do I CONGRESSOL

I Congresso de Economia Solidária / Natal-RN

Diante da ofensiva neoliberal conservadora que vem se rearticulando com força nestes últimos anos, cresce o ataque à democracia, aos direitos da classe trabalhadora, de precarização do trabalho e corte de investimentos sociais. Nesta conjuntura, nós, mulheres trabalhadoras do campo e da cidade, auto-organizadas em grupos, redes, cooperativas e movimentos, reunidas em Natal-RN, entre os dias 5 a 7 de Dezembro de 2018, no I Congresso de Economia Solidária, afirmamos a contribuição do nosso trabalho para a economia e para a sustentabilidade da vida.

Nossa prática militante anticapitalista de construção da economia feminista e solidária é refletida através do resgate de saberes e sementes, na criatividade desenvolvida nos artesanatos de diferentes tipos e matérias primas, nas práticas agroecológicas, na produção de alimentos no campo e na cidade, na cultura, na convivência com o semiárido, na oferta de serviços e na comercialização. Nossas práticas buscam se dar de forma articulada ao enfrentamento da exploração das pessoas e do meio ambiente, à divisão sexual do trabalho, bem como, às lutas unificadas pela construção de um mundo democrático, igual e solidário.

Neste momento de desmonte das políticas públicas, fortalecer as mulheres na economia solidária, é fortalecer a resistência e as alternativas para o bem viver. Para fortalecer as mulheres na economia solidária e a articulação em rede, afirmamos que:

- A auto-organização das mulheres é central para manutenção da resistência e da luta;
- A comercialização local e direta através das feiras, cooperativas e redes de comercialização são fundamentais para construção da autonomia das mulheres e devem ser reforçadas;
- É preciso fortalecer as finanças solidárias como alternativa para superação das dificuldades econômicas;
- É preciso valorizar e aprimorar as práticas de economia feminista e solidária desenvolvidas, pois elas serão instrumentos de resistência para os próximos períodos.

Além disso, as mulheres presentes no I CONGRESSOL também apontam demandas que continuarão sendo pautadas nos diferentes espaços de luta:

- Assessoria técnica permanente e específica para as mulheres, pautada nos princípios da economia feminista e solidária;
- Formação popular e política continuada;
- Acesso as linhas de crédito específicas aos empreendimentos solidários;
- Apoio logístico para produção e comercialização;
- Previdência social para as pessoas que praticam a economia solidária.

Natal-RN, 07 de Dezembro de 2018.

(Relatório final do CONGRESSOL)

A carta expressa as impressões das participantes acerca da conjuntura econômica e

política que se descortina historicamente e que se acirra com a eleição de um representante da política de extrema direita. No relatório consta que a construção da carta reafirma que "é preciso valorizar e aprimorar as práticas da economia solidária e feminista, pois elas serão instrumentos de resistência para os próximos anos" (Relatório final do CONGRESSOL).

Na plenária da juventude, assim como na das mulheres, também foi formulado um documento que eles denominaram de "Manifesto da Rede Potiguar de Juventudes e Economia Solidária RN". Neste manifesto, as juventudes do Rio Grande do Norte, organizadas através de grupos de economia solidária, pautam uma nova cultura política para fortalecer os paradigmas do trabalho associativo contra o trabalho alienado, autogestão, cooperação e solidariedade, para se contrapor aos paradigmas do modelo de organização social do capitalismo. Segue o manifesto na íntegra:

Manifesto da Rede Potiguar de Juventudes e Economia Solidária RN

Durante os dias 5, 6 e 7 de dezembro de 2018, aconteceu o 1º Congresso de Economia Solidária em Natal/RN, realizado através do Projeto GerAção Solidária do IFRN, reuniram-se diversos Empreendimentos de Economia Solidária – EES (Associações, Grupos, Cooperativas) Coletivos e Movimentos Sociais para debater sobre estratégias de organização de mulheres e jovens na economia solidária, pautando as redes como elemento que unifica nossas lutas e nossas ações.

Somos Jovens, anticapitalista, mulheres e homens, negros/as, LGBT's, do campo e da cidade, indígenas, quilombolas, somos filhos e filhas da classe trabalhadora e buscamos através de iniciativas concretas de organização, produção e comercialização, articular, mobilizar e discutir um panorama social e econômico mais justo, solidário e sustentável, que compreenda as juventudes enquanto construtoras e protagonistas dos processos, pautando uma nova cultura política, acreditando em outros paradigmas como o trabalho associativo, contra o trabalho alienado, autogestão, cooperação e solidariedade, contrapondo a ordem capitalista desigual.

Nos últimos anos, os Empreendimentos Econômicos Solidários (Associações, Grupos, Cooperativas), Coletivos e Movimentos Sociais tem discutido política e organizativamente, sobre estratégias de enfrentamento ao capitalismo, ocupação dos territórios, organização de Juventudes e Redes Solidárias no RN, como podemos citar o GT de Juventudes do Fórum Potiguar de Economia Solidária, a Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, o Centro Feminista 8 de Março, a Marcha Mundial das Mulheres e outras organizações e movimentos. Na atual conjuntura política nacional de retrocessos, perca de direitos sociais e neofascismo é de fundamental importância que processos como esses sejam fomentados, concretizados e fortalecidos, numa perspectiva que compreenda, o trabalho na economia solidária, como forma de emancipação das mulheres e juventudes, seja através de projetos, como foi o GerAção Solidária, seja na busca da autonomia frente ao Estado, se fortalecendo através de práticas concretas de organização, produção, comercialização e consumo consciente.

Em tempos de exacerbação do capitalismo, é importante fomentarmos espaços e canais de comercialização, em especial as feiras agroecológicas e de economia solidária, que são importantes locais de empoderamento, trocas de saberes e sabores entre mulheres e jovens. Portanto, é fundamental possibilitar

a disseminação e fortalecimento das finanças solidárias para superar as dificuldades econômicas.

Nos somamos, ao Movimento de Economia Solidária do RN, do Brasil e do Mundo na construção de um outro mundo possível, queremos mobilizar, articular e discutir as Juventudes na Economia Solidária, promovendo encontros, intercâmbios, formações, fomentando redes territoriais e locais, discutindo políticas públicas, ocupando, produzindo e comercializando. Buscamos estratégias concretas para as juventudes da classe trabalhadora do campo e da cidade, através das experiências de agroecologia, feminismo, cultura popular, desenvolvimento sustentável, luta contra o extermínio da juventude negra, lutar e construir a reforma agrária popular, educação do campo, acesso, permanência, extensão universitária e a luta constante pela Democracia.

Acreditamos na cultura popular como ferramenta que pode despertar nas juventudes a aproximação com a economia solidária, ela possibilita a expansão de capacidades gerada a partir da criação artística e do acesso a bens e serviços culturais, a participação da vida em comunidade e a afirmação de direitos.

A Economia Solidária é um espaço que acolhe mulheres e homens que são descartadas cotidianamente pela sociedade capitalista e opressora. Ela é um movimento, o resgate humano dos sujeitos e tem a possibilidade de fazer a transformação social, política e econômica na sociedade.

Por isso, queremos com esse Manifesto chegar cada vez mais, a novos corações e mentes de jovens que sonham com uma sociedade mais justa, igual e sustentável.

Se fere a nossa existência, seremos a resistência!

(Relatório final do CONGRESSOL)

O que se depreende da descrição das atividades acima relatadas é que a práxis da economia solidária se caracteriza pela ação de (re)criação do mundo social através da formação para a organização da força do trabalho associado e solidário, isto é, através da capacidade de mobilizar as energias físicas, mentais, morais e emocionais construindo outra cultura, através do acúmulo de experiência e da educação, para produzir as condições de vida tanto no plano técnico-produtivo quanto na dimensão ético-política, pois,

Assim como a fábrica capitalista, também nestas unidades econômicas o processo de trabalho se desenvolve como um ambiente de educação, ao mesmo tempo técnica e política. À medida que seus integrantes aprendem os conhecimentos específicos para produzir os bens materiais para sua sobrevivência, aprendem, também, os valores, os comportamentos necessários para o estabelecimento de determinadas relações de produção (Tiriba, 2001, p. 212)

A intervenção dos sujeitos da economia solidária nos acontecimentos históricos, produzindo, aprendendo, ensinando, permite a compreensão de como se tornaram o que são na atualidade, bem como, aliado a essa intervenção, é possível realizar o exame da práxis histórica

desse movimento, e, assim, descortinar a significação histórica das condições materiais e o quadro social na qual estão inseridos.

No modo de produção da vida no capitalismo nos são apresentadas constantemente novas necessidades. Essas novas necessidades, na maioria dos casos, são necessidades destrutivas tendo em vista que se trata de uma necessidade um tanto artificial na sua finalidade, pois, seu objetivo é apenas acumular. A práxis da economia solidária surge como uma práxis criadora à medida que cria determinadas mediações entre o ser humano e a natureza, e dele consigo mesmo e os demais, capazes de fazer um movimento de inflexão diante de todas as necessidades forjadas pelo modo de produção da vida no capitalismo. Isso ocorre devido a práxis criativa da economia solidária identificar muitos problemas no modo capitalista de viver.

Sendo uma práxis criativa, a práxis da economia solidária possui um processo de síntese no qual o objetivo é a atividade revolucionária⁵⁷, isto é, uma atividade material e concreta de transformação da sociedade. Não é uma práxis revolucionária somente porque vislumbra a produção de uma organização social nova, mas, é também uma práxis revolucionária porque faz irromper a necessidade de se opor à práxis destrutiva do trabalho no capitalismo. Isso ocorre na medida que propõe soluções que incidem de modo antagônico no processo de trabalho propriamente dito e na organização política. Ora, na práxis criativa da economia solidária há aprendizagem de técnicas não destrutivas da natureza ao mesmo tempo que o processo político comporta a necessidade da participação de jovens, idosos, adultos, homens, mulheres etc. isso por si só é uma grande novidade diante do atual cenário de destruição ambiental e dominação política.

A práxis criativa se consolida a partir das soluções apresentadas e passa a exigir um exercício de reiteração. Essa práxis reiterativa da economia solidária é realizada a partir de uma intencionalidade necessária uma vez que é imprescindível a criação das condições de produção e reprodução da vida, do mundo e do próprio ser social. Reiterar outra práxis para que o ser humano permaneça criando suas condições de vida e tecendo a história é uma premissa basilar da economia solidária frente a práxis destrutiva reiterada pelo modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, a própria consciência da práxis proporciona um enriquecimento da atividade real, material, possibilitando uma elevação da consciência prática a partir de uma

⁵⁷ A práxis revolucionária é uma gestação interna, subjetiva que se efetiva materialmente no processo revolucionário como nos mostra a experiência histórica. Para Vasquez (1976), a revolução possui um projeto que se plasma sobre uma matéria humana, social, que resiste com os meios que se revelam em toda sua integridade somente no processo prático. Na revolução nem tudo é traçado de antemão levando em consideração que nem tudo pode ser previsto porque não há uma lei imutável que rege toda a ação. Nesse sentido, cada revolução possui um caráter único e irrepetível, todavia, a finalidade é a mesma, qual seja, a necessidade de transformar radicalmente as relações sociais.

autoconsciência da sua práxis enquanto práxis que intervém na realidade social, isto é, é uma práxis também militante. É nesse movimento de autoconsciência da práxis que é provável a realização de um salto de qualidade da práxis espontânea para uma práxis reflexiva:

Como não poderia ser diferente, devido estarem imersos em uma realidade opressora mais ampla, os trabalhadores das organizações econômicas produtivas (OEPs) também vivem em seu cotidiano a contradição opressor-oprimido, tentando superá-la, em maior ou menor grau, de acordo com a maneira de perceber e de posicionar-se frente ao mundo objetivo (Tiriba, 2001, p. 215).

Nesse movimento de autoconsciência da práxis, o sujeito da economia solidária desvela a realidade social como uma realidade ontocriativa (Kosik, 1976), e subverte sua maneira de agir. A assimilação de que a realidade social é uma criação prática do seu modo de ser no mundo, pelo sujeito da economia solidária, ocorre em várias circunstâncias (produção, autoconsumo, comercialização, participação coletiva) nos quais vai compreendendo pouco a pouco que a sua práxis é a determinação da sua existência como elaboração da realidade social, por isso:

A principal força dessa experiência talvez seja o exemplo “subversivo” de atuar na economia sem submeter-se aos princípios capitalistas de competitividade exacerbada e lucro privado, dentro de uma lógica de cooperação, de igualdade, de liberdade e autonomia e de respeito ao meio ambiente. Na economia solidária, pode-se cuidar do futuro na prática de hoje, priorizando-se o fator humano, percebendo que, para evitar os desvios de conduta, a estrutura social precisa favorecer que cada pessoa seja respeitada e encontre seu lugar no processo coletivo, para que a luta pelo poder não se torne um fim em si mesmo (Nunes, 2011, p. 55).

O processo ontocriativo da práxis na economia solidária ocorre a partir do sentido atribuído a cada ação realizada para garantir a existência social. A abertura para a compreensão do seu Ser social é manifestada pela capacidade de projetar o futuro. A ação dos sujeitos sob a tutela da visão de mundo capitalista é limitada à afirmação incondicional de um presente sem passado e sem um esboço de futuro. Na economia solidária o projetar da práxis, da ação, das diversas dimensões do Ser do ser humano, está ligado ao futuro como condição de inteligibilidade da manutenção da vida. “Na economia solidária, pode-se cuidar do futuro na prática de hoje, priorizando-se o fator humano”, e é essa ação de projetar, projeto de cuidar do futuro, que é o sentido ontológico da práxis na economia solidária (Nunes, 2011, p.61)

O potencial ontológico da práxis na economia solidária é revelado na busca da construção de uma existência autêntica, isto é, na busca de uma existência desprovida de miséria, violência, desigualdades e injustiças em geral. E é esse potencial ontológico que está

presente na economia solidária na medida em que a práxis efetivada possui um poder de decisão porque é uma práxis político-educativa antípoda da práxis político-educativa inerente à economia do capital. O potencial ontológico da práxis na economia solidária está situado na busca e construção de uma estrutura social que favoreça cada sujeito, cada ator e ser social, como pertencente ao mundo e criador da realidade social.

É nesse sentido que a práxis político-educativa da economia solidária visa a observância e assimilação do pluralismo social. A comprovação da efetividade dessa finalidade da práxis político-educativa não se dá no terreno do discurso, mas, sobretudo, a partir da criação prática de condições nas quais o pluralismo se expressa em um processo de atividade real da democracia. As reuniões, assembleias, as plenárias, as mesas de debates, os minicursos, os cursos, realizadas com vistas a nortear a tomada de decisão interna nos grupos; as intervenções sociais, políticas e culturais, exprimem bem a participação das mulheres, das juventudes, dos homens e a pluralidade das pautas que são debatidas para a criação de planejamentos práticos (estudos de viabilidade econômica, manifestação política, performance teatral etc.). Nesse caso, a economia solidária tem sido arrojada na identificação dos problemas e batalhas reais que impedem o pleno exercício de uma democracia ativa.

Na práxis da economia solidária há uma preocupação palpável com inúmeros problemas, como, por exemplo, da concentração da riqueza e do poder; da preservação do meio ambiente e a ânsia produtivista; os privilégios da propriedade privada; o problema da discriminação étnica, religiosas e sociais, de toda natureza; a luta pela valorização do trabalho associado e pela criação cultural; o esforço pelo direito à informação; o empenho pela aceitação da diversidade dos costumes; a ênfase no direito à saúde e educação pública; a luta pela pavimentação dos valores éticos “humanísticos” e contra a mercantilização da vida. É nesse sentido que Débora Nunes afirma em “A economia solidária como projeto de sociedade” que:

Além dos movimentos sociais e do desenvolvimento de uma nova espiritualidade não religiosa, o agravamento da crise ambiental vem se constituindo também como importante fator de reflexão para a humanidade. As evidências de que o planeta se exaure com o modo de vida estabelecido mundialmente pelo capitalismo, baseado no consumo desenfreado e no desperdício, de um lado, e com a escassez, de outro, não podem mais ser escondidas. Esta é uma discussão constante no Fórum Social Mundial, que vem impulsionando práticas de consumo consciente, de comércio justo, e de moedas sociais com preocupação de sustentabilidade. Para as pessoas e redes que se interligam neste encontro anual, possibilita-se que o desejo de uma sociedade mais justa e sustentável se alie com o comportamento de consumo consequente, a práticas de auto-organização e autonomia na própria estruturação do fórum, que tem no movimento mundial pela economia solidária uma de suas forças (Nunes, 2011, p. 57).

A práxis político-educativa da economia solidária é objetiva, é uma atividade que se apresenta aos sentidos e seu conteúdo é constituído de materialidade. Essa práxis se realiza diante das evidências do malogro do ideário capitalista, e sua manifestação objetiva é resultado da compreensão objetiva do pleno teor trágico que se avizinha como resultado da cosmovisão segundo a qual a natureza e o trabalho são recursos inesgotáveis de dominação e exploração. As práticas de auto-organização, auto-formação e autonomia em face das determinações do capital fazem parte de uma materialidade forjada pelo entendimento de que há uma finitude para tudo que é natural, inclusive, para a ação humana. Essa práxis político-educativa da economia solidária pode vir a representar uma força social capaz de aglutinar todas as metamorfoses do mundo do trabalho e frear o ímpeto de destruição da natureza como podemos observar na afirmação de Débora Nunes (2011),

A reação social a esse estado de coisas [propriedade privada, individualismo, competitividade, destruição da natureza] vem ocorrendo pelo ressurgimento do ideal de solidariedade, retomando-se bandeiras históricas. Resgatam-se valores da democracia direta grega, da revolução francesa – liberdade, igualdade e fraternidade – e do ideário socialista, segundo o qual o homem seria o capital mais precioso, mas com uma compreensão menos totalitária (Nunes, 2011, p. 63).

Essa força social de reação ao fracasso do capitalismo não é uma força espontaneísta, a práxis da economia solidária, conforme demonstrado na experiência acima e de acordo com a análise dos autores, é política e, sobretudo, educativa, e, nesse caso, a formação dos sujeitos requer uma atenção substancial para que a práxis política seja realizada com vistas a coletividade e que a formação geral supere as condições de formação no capitalismo. Nesse sentido, a formação, auto-organização, autoformação, a autonomia, na economia solidária, é um aspecto fundamental a ser considerado no sentido de ampliação das instâncias educativas dos grupos produtivos. Essa necessidade de ampliação das instâncias de formação é demonstrada em outras pesquisas, Lia Tiriba (2001, p. 225), por exemplo, aponta que para os trabalhadores/as associados são indispensáveis os espaços educativos para a socialização e a produção teórica a partir do saber prático com a finalidade de criar e desenvolver novos saberes práticos e teóricos.

A força social originária da economia solidária está relacionada ao grau de consciência e de organização de classe. Na experiência de economia solidária apresentada acima é perceptível uma organização e associação de determinados grupos de trabalhadores e trabalhadoras de dadas dimensões profissionais (agricultores/as, prestadores/as de serviços, artesãos/ãs, artistas, trabalhadores/as em geral etc.) auto-organizados cuja preocupação inicial

é a obtenção de igualdade político-jurídica tentando avançar pouco a pouco da esfera econômica para a esfera política propriamente dita na disputa de uma visão de sociedade.

Isso quer dizer que a práxis político-educativa na economia solidária não é cega. A realização e efetivação material é acompanhada de uma vontade intencional e consciente, mas, há também o componente de uma cosmovisão sistematizada assimilada a partir de um processo de análise crítica realizada durante a sua manifestação no mundo, ou no processo de reflexão após a ação no mundo.

A compreensão a qual se chega, assim, é que a práxis na economia solidária estabelece uma estreita relação entre a ação política e a educação, conforme podemos interpretar nos manifestos publicados ao final do CONGRESSOL, visto que o sujeito somente produz conhecimento sobre o mundo na medida em que nele age e só conhece a si mesmo na proporção que transforma o mundo. Assim, esse conhecimento produzido pela intervenção no mundo e a compreensão do sistema a qual realiza a ação transformadora como um sistema de exploração possibilita a forma histórica da práxis criar as condições de uma mudança significativa e original dado que a práxis (re)cria a realidade humana-social.

De qualquer modo, parece que a práxis político-educativa na economia solidária é concebida como elemento essencial para rearticular educação e emancipação, isto é, a formação humana e a (re)construção constante do mundo social. Essa desarticulação entre educação e emancipação é um sintoma histórico do modelo de dominação e expropriação ensinados ao longo do processo de estruturação da sociedade dividida em classes.

A educação no capitalismo disponibiliza conhecimentos restritos a técnicas de manejo instrumental à classe trabalhadora. Não há perspectiva de emancipação da classe trabalhadora a partir do trabalho abstrato e competitivo, mesmo considerando qualquer acesso às riquezas, visto que a finalidade do trabalho no capitalismo é gerar riqueza concentrada para o capitalista ampliar, em círculo vicioso, a exploração do trabalho e opressão do trabalhador/a.

Quando os processos formativos na economia solidária, descritos acima, revelam que existe essa desarticulação entre educação e emancipação, ela encontra na sua práxis uma resposta razoável, dado que a educação nos grupos produtivos de economia solidária visa a emancipação. Por outras palavras, a práxis político-educativa da economia solidária aspira elevar o conhecimento dos sujeitos sobre a própria práxis cotidiana e desmistificar os laços ideológicos disseminados pelas classes dependentes de lucros. É isso, grosso modo, que Gadotti no seu “Economia solidária como práxis pedagógica” (2009), destaca ao afirmar:

É claro que, hoje, a economia solidária se constitui num fenômeno muito mais complexo. Nessas últimas décadas, a economia solidária vem se estruturando e se constituindo numa força real e alternativa ao modelo capitalista. Os termos “subterrânea” ou “invisível”, muitas vezes atribuídos à economia popular, revelam a incapacidade dos governos e da economia “oficial” de reconhecer um fenômeno que não é nada oculto. [...] A produção associada gera valores solidários, participação, autogestão e autonomia. Para nós, a economia popular não se baseava nos critérios de rentabilidade e de lucro do sistema capitalista e da economia não-popular competitiva. Nisso ela aponta para algo diferente do capitalismo, embora esteja nascendo no interior dele. O crescimento da economia popular no mundo, absorvendo grande parte do desemprego estrutural capitalista, está dando razão, hoje, às primeiras intuições dos educadores populares comunitários latino-americanos daquele momento. [...] a economia solidária se manifesta por meio de alguns traços e características que fazem do homem e da mulher os sujeitos do processo produtivo-educativo. Uma economia de dimensão humana que resgata valores do chamado “fator C”, como cooperação, comunidade, coletividade, colaboração, coordenação e cogestão, integrando os elementos produção, organização e educação (Gadotti, 2009, p. 29).

Assim, a práxis político-educativa na economia solidária possui a intencionalidade, ou seja, a característica geral de ser consciência de alguma coisa; nesse caso, consciência da missão histórica protagonizada pela classe trabalhadora de assumir as condições e possibilidades objetivas de sua emancipação em determinado contexto histórico-social. As condições e possibilidades de liberdade e emancipação da classe trabalhadora são adquiridas no movimento de identificação das situações de alienação. “Os trabalhadores só podem se libertar adquirindo consciência de sua alienação, bem como da necessidade de desenvolver uma práxis revolucionária para eliminá-la (Vásquez, 1977, p. 287).

Nesse sentido, a práxis político-educativa da economia solidária é engajada e por isso mesmo carrega um fardo pedagógico profundamente necessário haja vista que o fim a qual se pretende alcançar mira nos processos de transformação da sociedade em que a emancipação acena como horizonte possível para além do aporte social do capitalismo. Nesse caso particular a emancipação pode ser descrita como um processo em que o trabalho não ocupa uma posição de subordinação com relação ao capital; todavia, o capital é que é regido pelo trabalho como práxis criativa de novas relações de produção e reprodução da vida. O crepúsculo do capital, nesse caso, é a condição de transvaloração das condições de exploração e espoliação que o capitalismo submeteu o trabalho enquanto dimensão de uma práxis alienada e alienante.

Essa práxis político-educativa da economia solidária, mesmo considerando a diversidade de grupos produtivos com essa alcunha, é uma práxis aberta e dinâmica, porém, marcadamente comprometida com ações e valores anticapitalistas. É possível, sem dúvida, encontrar grupos de produção organizados em torno de cooperativas que reproduzem de

maneira idílica os passos de um tal capitalismo primitivo; não obstante, os grupos produtivos que se autodenominam de economia solidária são, com efeito, grupos cuja marca é a postura de crítica ao capitalismo como modelo de organização social. Os elementos *in loco* demonstrados acima, com grupos de economia solidária, indicam que o modo de organizar o trabalho, a busca por um bem-viver e a relação com o meio ambiente são fortes indícios de que há uma perspectiva crítica com relação à práxis capitalista de produção. Os grupos produtivos de economia solidária têm surgido, conforme afirma Schütz (2008), como referenciais novos para a organização política, e sua práxis político-educativa pode ser caracterizada como uma práxis militante emancipadora.

É razoável, por isso, afirmar que somente uma práxis engajada, que conceba a realidade como aberta e dinâmica, seja realmente libertária, o que, em outras palavras, nada mais significa do que afirmar o caráter eminentemente pedagógico dos processos de transformação, ou seja, de que nem o espontaneísmo nem o idealismo levam a reais transformações emancipatórias. [...] A economia popular solidária na forma como ela vem se desenvolvendo hoje no Brasil e em outros países, está se constituindo num espaço privilegiado de desenvolvimento da práxis educativo-libertadora. É uma dinâmica em construção, recém iniciada e com múltiplas possibilidades, mas, talvez por isto mesmo, ainda muito suscetível a pressões e a objetivos estranhos a ela (Schütz, 2008, p. 21).

Dessa maneira, a economia solidária, como movimento social, não reduz sua pauta somente ao caráter reivindicatório, a sua práxis é movida por ações propositivas no sentido de apontar saídas, direcionamentos, não apenas econômicos, mas, também, culturais e políticas no sentido de construir sentidos e significados duradouros, horizontais para que outra dimensão econômica seja incorporada e vivida por todos os sujeitos.

Assim sendo, a transformação profunda, exigida devido a impossibilidade de o capitalismo resolver os problemas sociais, não é possível quando se pretende resolver a questão econômica de um lado, e a questão cultural e política do outro. As profundas transformações devem ocorrer concomitante em todas as dimensões da vida social. Assim, além da propositura de eleger outra economia para balizar predominantemente as relações de produção e reprodução de vida, é necessário tematizar seus elementos principais com as pessoas (a concepção de trabalho, a divisão da riqueza, a concepção de propriedade, os hábitos de consumo, as questões de gênero, as questões das relações étnico-raciais e as posturas em relação ao meio ambiente etc.) nas relações culturais e políticas cotidianas.

Mesmo sobre a ditadura da racionalidade única do capital, vemos em muitos espaços sociais se constituírem subculturas (grupos, organizações, tradições, movimentos sociais etc.) que, por suas especificidades, não se regem integralmente pela economia de mercado. É a partir dessas formas de

organização e de seu potencial crítico que se viabilizam novos projetos de futuro. Estes, por sua vez, têm implicações tanto em nível estrutural como cotidiano, tanto na convivência social como na convivência ambiental (Schütz, 2008, p. 36)

A práxis político-educativa, como mencionado acima, prevê um projetar, um processo de organização mediado pela análise, planejamento e execução. A análise propicia as condições de verificação dos equívocos do capitalismo para a humanidade; o planejamento das ações se arvora com o intuito de contornar os problemas nas diversas manifestações da vida social no capitalismo; a efetivação das ações aponta as trilhas e rotas para a superação do modelo destrutivo do capital.

Justamente estes pressupostos se encontram de forma privilegiada na Economia Popular Solidária (EPS). Pela atuação na EPS, os indivíduos podem construir referências, de forma gradual e a partir de suas realidades vivenciais, individuais e coletivas, para sua afirmação crítica e autônoma diante da realidade reificada. Estas referências, portanto, dizem respeito a dimensões da vida das quais a racionalidade institucional abstrai, e dimensões que a economia de mercado reprime (Schütz, 2008, p. 38).

A análise, planejamento e execução na economia solidária são referências para não cair no idealismo e espontaneísmo da ação. Partindo das experiências locais e cotidianas cada grupo produtivo realiza a compreensão da realidade alimentando uma postura crítica, e de forma autônoma se organizam, em muitos casos, à margem das instituições formais, e de costas para o mercado capitalista, na tentativa de semear outras relações na produção e na convivência comunitária.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o primeiro capítulo destacamos que o movimento da economia solidária converge para uma noção em que trabalhadores e trabalhadoras se organizam livremente em associações cujo elo fundamental é a solidariedade no trabalho e a recusa do predomínio do modo de produção capitalista. Os grupos de economia solidária, conforme os autores estudados e a análise realizada com esses 30 grupos aqui na região de Mossoró/RN, se constituem como grupos sociais organizados a partir do questionamento das relações de produção centradas no lucro individual e na busca da criação de condições para a geração de lucro social a partir do metabolismo entre o trabalho humano e a natureza. Essa outra economia, que vem se realizando e construindo nas fissuras surgidas no interior do modo de produção capitalista, pretende romper com a lógica da exploração do trabalho, e com a opressão política, à medida que a centralidade das suas ações aponta para a solidariedade no trabalho e a participação política. Ao produzir a existência social e material a economia solidária descentra e subordina o lucro em nome da vida.

Assim, constatamos que a economia solidária é compreendida como um movimento social segundo o qual são produzidas ações sociais coletivas por grupos sociais organizados, política e culturalmente, para expressar seus anseios, pautas, demandas e uma cosmovisão societal. Não pretendemos medir o potencial revolucionário dessas ações no que diz respeito seu embate com o modo de produção hegemônico. Nosso propósito é apontar, na atualidade histórica do início do século XXI, que a economia solidária é um movimento social que permite aos seus sujeitos sociais participar de um processo de construção revolucionária que visa se entropor entre a dinâmica social do capitalismo e a negação desse modo de produção em si, através da formação de um novo sujeito. Por isso, como foi exposto acima, o enfoque da pesquisa foi, especialmente, pensar o que se revela nos processos formativos que ocorrem na práxis social dos indivíduos que vivem da economia solidária e a relação com a instituição escolar.

Assim, no primeiro movimento desta investigação, ao dissertar sobre o surgimento histórico da economia solidária e seu desenvolvimento conceitual verificou-se que a Economia Solidária possui traços do modo de produção atual, modo de produção capitalista, mas, ao mesmo tempo traz de modo germinal algumas marcas que podem ser consideradas fundamentais na construção de outro modo de produção da vida social.

Demonstramos a potencialidade da economia solidária frente ao cenário de crise estrutural do capital, sobretudo, a potencialidade político-educativa e a potencialidade de trazer

consigo de modo germinal as categorias teórico-práticas das novas relações de produção. Importante destacar nesta constatação a importância da ação humana, a práxis social, contida na organização da vida social nas unidades produtivas de economia solidária. As pessoas que vivem e se organizam a partir da economia solidária acumulam sensações, noções cognitivas, experiências, educam o gosto, no processo de transformação prática da natureza e nas socializações que ocorrem entre os membros do grupos produtivos.

Dessa forma, do mesmo modo que o trabalho assalariado na sociedade capitalista forma, ensina e aprende a partir de uma práxis, a experiência de trabalho associado e livre, ensina, aprende e forma, alicerçado em uma dada práxis, os sujeitos na economia solidária. Esta práxis apresenta um acúmulo de experiência de classe capaz de amadurecer historicamente e confrontar o modo de produção capitalista de existência. Porém, a práxis social da economia solidária se depara com algumas limitações históricas, especialmente, limitações quanto à organização de sua práxis política e ao desenvolvimento das suas forças produtivas.

Assim, no processo de investigação foi identificado uma práxis político-educativa na economia solidária praticada e organizada pela classe trabalhadora a partir da concepção de trabalho associado. Essa práxis-educativa da economia solidária pode vir a ser um elo de orientação da práxis político-educativa da instituição escolar. De tal maneira que a articulação entre escola, trabalho e a práxis político-educativa da economia solidária se apresenta como uma rota possível de base concreta e sustentável em que pode surgir a formação de um novo tipo humano.

Compreende-se que essa articulação entre a práxis político-educativa da economia solidária com o trabalho e a escola pode ter um resultado social para a classe trabalhadora na medida em que a instituição escolar possa colocar no centro da sua organização os anseios populares, os anseios comunitários. Nesse caso, a instituição escolar restabelece sua função social perdida, qual seja, elevar a condição humana, humanizar as relações sociais, a partir da humanização e sensibilidade do intelecto, cultivando os traços que porventura possam compor os elementos essenciais para construir algumas balizas para outro modelo societal.

No segundo movimento da investigação constatou-se que os processos formativos que emergem da relação entre educação profissional e o movimento da economia solidária atendem aos anseios populares na medida em que a educação passa a levar em consideração a vida produtiva da classe trabalhadora, ao invés de se subordinar às finalidades definidas pelo capital. Desse modo, a práxis político-educativa que surge dessa relação promove, em alguma medida, uma experiência emancipatória de transformação social. Isso é possível porque

somente em uma proposta de educação integrada, politécnica, a práxis político-educativa militante e emancipatória do movimento social de economia solidária pode se realizar.

Foi demonstrado, então, que a práxis político-educativa militante e emancipatória do movimento de Economia Solidária é comprometida com ações e valores anticapitalistas. Os grupos produtivos analisados são grupos caracterizados pela postura crítica ao capitalismo como modelo de organização social. Esses grupos de Economia Solidária são, portanto, referenciais importantes para um tipo de organização político-educativa da instituição escolar capaz de indicar transformações profundas no modelo societal.

Assim, a grandeza fundamental desses grupos organizados com base na Economia Solidária é a sua práxis político-educativa. Essa práxis político-educativa em contato com a instituição escolar cria um campo de possibilidade real de elevação da educação cujo fim é a transformação da realidade social. Além disso, a síntese da práxis político-educativa da economia solidária com a escola se torna experiência de classe preciosa para os delineamentos de outra processualidade societal. De outro modo, as atividades que se realizam durante o processo de auto-organização e autoformação no âmbito da Economia Solidária em contato com a instituição escolar representam a proposição de outra cosmovisão e, nesse caso, carrega uma tarefa emancipatória.

A práxis da economia solidária é bastante rudimentar em comparação com a economia de mercado uma vez que não dispõe da socialização dos conhecimentos sistematizados, de investidura em tecnologias, ferramentas, instrumentos, para que a produção possa assumir patamares comparáveis ao da produção capitalista. Isso não quer dizer que a economia solidária não disponha de conhecimentos próprios; ao contrário, a economia solidária não só possui conhecimentos arrojados de produção e organização da produção como poderia acrescentar muito aos conhecimentos sistematizados que resultam em ciência e tecnologia.

O problema mesmo é a disjunção entre a produção constante de ciência nas academias e o aprimoramento dos conhecimentos na economia solidária. Decorre dessa disjunção uma monopolização da ciência e da tecnologia apenas para os setores de produção exploradora do trabalho. Não é difícil de apreender que a produção capitalista está atualmente muito diretamente vinculada ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e ao conjunto de alterações das forças produtivas. Ao monopolizar a ciência e os artefatos tecnológicos, o capitalismo amplia a produção através do controle e da superexploração dos meios de produção e do trabalho.

Mesmo com esse domínio capitalista da ciência e tecnologia, existe atualmente grupos produtivos em condições de produzir em larga escala vários segmentos da economia.

As experiências dos fóruns e redes autônomas de grupos produtivos, dos centros de trabalho e renda, das fábricas recuperadas, dos bancos comunitários fazem parte da construção do complexo sistema de economia solidária que vem ganhando expressão no Brasil, na América latina, enfim, por todo mundo, mas não se constitui como força produtiva desenvolvida.

Contudo, mais do que a preocupação com a quantidade da produção, a economia solidária precisa atentar para o que há de potência e energia na sua elaboração da práxis, que é a outra concepção de mundo e de vida contida nas suas relações de produção. Assim, todo o processo produtivo da Economia Solidária necessita se diferenciar do processo produtivo determinado pelo mercado capitalista. A partir de um processo de ruptura constante são provocadas transformações de posturas e prioridades existenciais capazes de se contrapor à ideologia (neo)liberal.

Por conseguinte, não se corre o risco de imposição da outra proposição econômica; ao contrário, decisivamente, para a concepção do alternativo na economia, é necessário a internalização persuasiva, pedagógica, de cada elemento constitutivo de outra proposição econômica. O outro econômico precisa ser respaldado e não estipulado, predeterminado e sobreposto; o cultivo/formação de outro modo de Ser do ser humano é a condição para o salto sobre as sombras da cultura e política regida pelo capitalismo.

Assim sendo, a proposição educativa de cultivo e formação de outra racionalidade prática do ser humano, pode caminhar via articulação entre a instituição escolar (creches, escolas e universidades) e os movimentos de economia solidária. Essa articulação aponta horizontes para o cultivo e formação do indivíduo do porvir à medida que o ensino nas instituições escolares combinado com o trabalho associado da economia solidária e sua dimensão político-educativa possam se realizar como princípios da educação. É indubitável que uma vez se efetivando essa articulação estaremos diante de um potente meio de contribuir com a transformação social e a emancipação humana.

A análise desses processos formativos pode nos fornecer, ainda, alguns elementos para compreender os limites aos quais esses processos estão sujeitos. Tendo em vista que a instituição escolar não está flutuando distante da realidade capitalista, o que ela pode proporcionar em termos de emancipação se delimita a emancipação política. A emancipação humana, para Marx (2010), na qual a civilização e humanização atingem seu ponto máximo, somente pode vir a ser e se efetivar a partir da supressão da sociedade dividida em classes. Isso não quer dizer que a emancipação política não possua uma importância muito significativa; ao contrário, a emancipação política assegura direitos sobre os quais estão assentadas as questões de vida ou morte de muitos sujeitos na sociedade capitalista. De outro modo, a práxis militante

emancipatória da economia solidária e seus processos formativos são um lampejo de organização diante dos procedimentos e dispositivos de dominação que se impõe de modo determinado nas relações capitalistas, especialmente na dominação econômica, política e cultural do povo.

As limitações da práxis desse movimento social dizem respeito as mesmas limitações que todo e qualquer movimento social possuem na sociedade capitalista, qual seja, ela não está isenta das formas de consciência que compõem o movimento da realidade na sociedade capitalista. Uma das mais fecundas teses da análise marxista é a afirmação de que a práxis humana é irrigada pelas ideias dominantes cuja formulação advém da classe social que se apropria da produção material. As ideias dominantes da classe dominante assumem a trajetória de uma cosmovisão na sociedade dividida em classe. Essas ideias dominantes representam a lógica predominante que orienta a formação da consciência ao mesmo tempo que se materializa em todos os aspectos práticos da ação humana. Isso não quer dizer que a práxis esteja capturada inexoravelmente.

A práxis humana está imersa nas contradições das relações sociais de produção e reprodução, porém, ela pode forjar, delinear outra consciência, a consciência de classe daqueles que produzem a riqueza social, e a partir daí começar a compor outra concepção de mundo em que seja expressa uma representação do seu próprio modo de ser. Nos grupos de economia solidária é fundamental a organização permanente dos sujeitos, a ação popular apontando no sentido da emancipação política cuja pavimentação pode ir ao encontro de uma emancipação humana.

Diante da questão proposta nesta pesquisa sobre em que a práxis da economia solidária, enquanto experiência da classe trabalhadora, pode contribuir para a educação enquanto formação humana e profissional, conclui-se que a práxis político-educativa militante e emancipatória desenvolvida a partir da experiência com a classe trabalhadora, organizada nos grupos produtivos de economia solidária, pode vir atuar como elemento capaz de provocar mudanças consideráveis na formação da cosmovisão dos sujeitos desse processo através da criação de legislações e projetos políticos pedagógicos que abram brechas e rupturas na configuração de uma educação profissional capturada pela hegemonia do capital.

Mesmo possuindo um caráter limitado diante da força injusta do capital, a práxis político-educativa militante e emancipatória acumula uma experiência importante ao demarcar a posição anticapitalista. Nesse sentido, a economia solidária reúne modos de ação prática e elementos de produção e reprodução da vida pouco amadurecidos. Em todo caso, não há de se

negar que a economia solidária é um tipo de movimento social no qual é possível identificar elementos da crítica e análise dos problemas sociais na sociedade capitalista.

Portanto, nossa constatação não é reafirmar o lugar comum da instituição escolar como espaço da dualidade educacional no âmbito da educação brasileira, sobretudo, na educação profissional. O que pretendemos com essa análise é apresentar alguns elementos que podem nos ajudar a compreender como o fazer-se da educação profissional é marcado pela disputa da formação da classe trabalhadora e esse fazer-se pode nos possibilitar a aproximação com outros modos de formar as pessoas a partir da experiência de classe promovida pela articulação, por exemplo, da educação profissional com a economia solidária. São elementos moleculares dessa natureza que podem nos fazer entender a perspectiva de alcance de novos modos de formação, diferentes das experiências históricas mais recentes no campo da formação humana.

Embora, a economia solidária possa ter a aparência de uma solução ética para o capitalismo (tomando o autogoverno, a solidariedade, o preço justo, a cooperação etc., como valores), os valores que ela cria, apresenta e vive, na sua práxis, são projeções de um modo de produção da vida material que possuem materialidade e representam a força material experienciada, intencional ou latentemente, de grupos produtivos espalhados nos recônditos da opressão, da exploração e da destruição, provocada pela materialidade da práxis do sistema de mercantilização da existência, da vida e do mundo.

Assim, é possível, portanto, atentar para o fato de que para a constituição do sistema do capital, do sistema de mercantilização da existência da vida e do mundo, da sociedade da mercadoria, foi necessariamente se estabelecendo valores, concepções, princípios éticos, estéticos, epistemológicos, políticos, isto é, foi se criando uma cosmovisão, pouco a pouco, ativa e passivamente, introjetada nas relações sociais. E, nesses casos, os valores, princípios, orientações, diretrizes éticas, estéticas, epistemológicas, políticas e econômicas, não podem ser melhorados no contexto de uma estrutura social. Todavia, eles podem ser subvertidos, substituídos, contrainternalizados, não só por uma revolução objetiva e imediata, mas, a partir de um processo de contrainternalização na qual os processos de criação e recriação de elos, apontem a perspectiva de uma potência cuja referências ulteriores possam nutrir nuances de outra superestrutura. Isso não quer dizer que a subordinação à autoridade, a competição, o individualismo e a exploração, possam ser mecânica e magicamente substituídos pela autogestão, a associação, a cooperação e a solidariedade. Contudo, é plausível considerar que a economia solidária, como qualquer e todo movimento social da práxis que se traduz da

experiência da classe trabalhadora, possui o mérito de poder ser considerada uma escola que traz nas suas bases a potência da sociedade porvir, do amanhã.

Os processos formativos realizados entre o IFRN/Mossoró e os grupos de economia solidária durante a realização do projeto GerAção Solidária possuem limites e contradições de diversas ordens, sobretudo, por não abarcar a totalidade da práxis político-educativa das instituições escolares e dos grupos produtivos. Não obstante, esse exercício de investigação mesmo não dando conta da totalidade da práxis, indica algumas evidências e o sentimento de que ela possui elementos fundamentais para contribuir com o debate acerca das relações entre trabalho e educação no atual contexto de crise estrutural e orgânica do modo de produção capitalista.

Assim, compreende-se que a práxis político-educativa do IFRN com a práxis político-educativa militante emancipatória da Economia Solidária pode resultar na práxis político-educativa de um tipo de escola que forme um novo tipo de sujeito. Nesse caso, uma escola cujo desenvolvimento pleno e multidimensional ligada à compreensão do trabalho associado pode formar sujeitos para a vida coletiva com objetivos elevados no plano de uma formação que articule o trabalho físico ao trabalho intelectual. Esse modelo de escola visa ultrapassar a escola unilateral e coercitiva que suprime a independência e o desenvolvimento de uma personalidade humanizada. Desse modo, a práxis político-educativa militante emancipatória baseada no trabalho associado e solidário, como experiência da classe trabalhadora, é capaz de (re)conectar a educação com os anseios populares e reconfigurar as práticas políticas que defendem a articulação das atividades acadêmicas/educativas com as lutas sociais. Nesse sentido, a práxis e a experiência de classe são categorias importantes para a reflexão sobre a formação humana e as relações entre trabalho e educação.

José Corrêa Leite (2005), lista um conjunto de movimentos e organizações que surgem com um caráter anticapitalista, sobretudo, crítico da sua face neoliberal, são movimentos inovadores porque atuam globalmente e se organizam de modo não hierárquico. Esses novos movimentos surgem oficialmente a partir de 1999, em Seattle nos Estados Unidos. Nesta ocasião, ocorreram manifestações todos os dias durante a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). Segue-se a lista dos movimentos: Greenpeace e a Friends of the Earth; centros virtuais de mobilização como a Direct Action Network (DAN); os militantes Tute Biache e Desubbedienti; Ação Global dos Povos; o Movimento de Resistência Global, criado na Espanha; a Confederação Camponesa, liderada por Jose Bové; a Via Campesina, criada em 1993 com sede em Honduras, e que aglutina movimentos rurais da América Latina, África e Ásia; a Assembléia dos Pobres, fundada em 1995 na Tailândia; o MST, no Brasil; as

Marchas Européias contra o Desemprego, a Precariedade e as Exclusões, iniciadas em 1995 na França; os centros de pesquisas como a: Focus on the Global South, a CLACSO (Centro Latinoamericano de Ciências Sociais) e o Fórum de Alternativas; a Marcha Mundial das Mulheres, que saiu do Canadá para outros países sob o lema: “a globalização tem sexo!”; os centros de informação como: a ALAI (Agencia Latinoamericana de Información) e o CMI (Centro de Mídia Independente); ONGs como: a Public Citizen, a 50 years is enough!, a ABONG (Associação Brasileira de ONGs); as centrais de trabalhadores como: a CTA (Central dos Trabalhadores Argentinos) e a CES (Confederação Européia de Sindicatos). Desde 2001 boa parte destes movimentos se reúnem para articular suas lutas no Fórum Social Mundial. Em 2011 ocorre o Occupy Wall Street, inspirado na chamada Primavera Árabe (revoltas populares ocorridas no Oriente Médio e o norte da África contra ditaduras e pela democracia). O Occupy Wall Street teve por objetivo manter uma ocupação permanente no coração financeiro dos Estados Unidos, em Manhattan - Nova York, com cartazes e palavras de ordem, foram realizadas manifestações contra a desigualdade econômica e social.

Diante da crise estrutural do capital na qual o sistema sociometabólico não tem mais para onde se expandir, e diante do absurdo processo de degradação do trabalho e desemprego estrutural e da violenta destruição da natureza e diante de uma trajetória de incongruência entre o capitalismo e a democracia, é possível entrever o surgimento de movimentos sociais e demais organizações capazes de romper o torpor reacionário, a resignação, o conformismo e o niilismo atual (termo empregado para indicar as atitudes dos que negam determinados valores morais ou políticos). O niilismo provoca uma espécie de enfraquecimento das categorias ontológicas. O agente niilista nega o Ser das coisas e, portanto, as causas são tomadas por efeito, e os efeitos pela causa. Não há, com o niilismo, a compreensão do sentido da realidade. Ao contrário, com niilismo se nega e reage contra a realidade em detrimento de uma realidade verdadeira ainda não experimentada. O niilismo, portanto, é a negação não apenas dos valores divinos e metafísicos, mas também a negação da existência, das esperanças terrenas), e nutrir expectativas, mesmo que difusas, de retomada de um formato de democracia cuja natureza é constituída a partir do entendimento de uma justiça social mesmo sob os desígnios do capitalismo; parece existir uma espécie de esperança de que o capitalismo possa se harmonizar com a democracia e render frutos de convivência entre as classes sociais. Essas expectativas traduzidas em forças sociais podem vir a ser a força motriz de movimentos sociais contra-hegemônicos, anticapitalistas, capazes de apresentar os fundamentos para outra sociabilidade. Nesse sentido, esta pesquisa situa a economia solidária como um desses movimentos sociais

organizados em torno de concepções as quais são evidenciadas a transformação social cuja finalidade é construir uma perspectiva de justiça social.

A pesquisa aqui apresentada não flerta com a concepção segundo a qual a crise do capitalismo seria um epifenômeno e diante da qual seria possível criar uma teoria social capaz de se antecipar na projeção e consolidação de um fenômeno próprio que se possa assentar outro modelo social. Ao contrário, a crise não é um epifenômeno do capitalismo, as crises são facetas da correlação de forças sociais, são perspectivas de uma lógica intrínseca e exercem influências sobre todos os processos da sociedade e sobre a própria dinâmica do capitalismo. Diante da crise estrutural sem precedentes, crônica e o avanço do império nilista, tem se apresentado um variado número de movimentos sociais cuja intencionalidade é lançar mão de uma proposta societal que vise a construção de um modo de vida concreto antípoda do atual. De acordo com as proposições e princípios discutidos nessa pesquisa e que constituem os fundamentos da economia solidária, e da análise dos momentos em que ocorrem as formações entre os sujeitos dos grupos produtivos, constata-se que há elementos bastante razoáveis em que a finalidade do processo de organização é apresentar outra rota para a organização societal.

Diante do exposto, concluímos esta investigação destacando a práxis político-educativa da Economia Solidária como uma práxis militante cujo propósito inicial é conquistar a emancipação política, mas, conforme a análise realizada dos autores/as da economia solidária, o percurso que ela almeja visa a transformação profunda da sociedade à medida que se põe como uma proposição econômica em construção cujo repertório conceitual é o antípoda das proposições em vigência na sociedade do capital. Ao longo de toda a pesquisa defendemos que no interior dos processos formativos é possível vislumbrar uma práxis na qual o conhecimento acumulado historicamente é mobilizado para contribuir com a efetivação de uma sociedade na qual se combata a barbárie e promova a emancipação dos sujeitos em um processo constante de construção da transformação da realidade social.

A pesquisa não se deparou em nenhum estágio, nem teórico ou empírico, com proposições relacionadas aos apontamentos segundo os quais fosse possível a efetivação de relações econômicas forjadas a partir de sentimentos solidários ou apelos românticos para que a subjetividade capitalista fosse humanizada. Todavia, foi possível identificar que a solidariedade buscada e defendida, teórica e praticamente, na economia solidária é um elemento relacionado às relações de produção cuja finalidade é dotar de materialidade, mesmo com toda limitação e precariedade, o princípio em que cada sujeito contribui de acordo com suas capacidades, aptidões, inclinações e habilidades, e consome de acordo com suas necessidades e de acordo com a sua contribuição.

Portanto, enxergamos a economia solidária como um movimento político que faz a leitura da história e se apresenta como uma forma de organização na disputa da hegemônica. A economia solidária traz a marca de uma outra linguagem, introduzindo novos termos e dotando de outro significado termos já em uso. Ou melhor, a economia solidária faz uso de outras metáforas para dotar de sentido a realidade, cria metáforas que ensinam outra perspectiva de fitar o fenômeno social, e assim vai tecendo uma prática diferente para a organização da sociedade ao mesmo tempo que essa prática não provoca a dicotomização, uma subordinação e uma dominação do ser humano com relação a natureza.

Diante da fé no projeto hegemônico, digamos a fé na hegemonia do capital, os sujeitos da economia solidária orientam sua práxis no sentido de realizar um exame das bases da hegemonia e apontam um processo de distinção e de transformação para os elementos que constituem a ordem social em vigor. Dessa forma, o que era secundário e subordinado no projeto hegemônico, passa a ser visto como principal tornando-se o núcleo das novas proposições. As contradições essenciais presentes na economia de mercado podem ser o alimento crítico para o sujeito da economia solidária. Ao confrontar os mecanismos que sustentam as bases do modelo de economia predatória e hegemônica seus elementos começam a desagregar, e os demais sujeitos podem começar a compreender o desenvolvimento social da realidade.

O exame crítico da realidade social necessita de uma operação metódica. Primeiro se faz necessário identificar o senso comum criado e mantido pela ordem hegemônico em vigor. O senso comum é o substrato pelo qual o arcabouço ideológico e doutrinário é filtrado para o povo. Em seguida, entra em cena o processo de decomposição do senso comum. Decompor o senso comum é uma tarefa árdua cuja necessidade se impõe tendo em vista o enfrentamento da unidade ideológica da ordem vigente. Nesse caso, não há outro remédio senão a organização para a defesa de um outro consentimento para dá lugar a outro senso comum. Nesse sentido, nos apoiando em Gramsci (1982), é possível dizer que é função dos intelectuais da classe trabalhadora, nesse caso, especialmente da economia solidária, manejar o processo crítico e organizar novos arranjos de consentimento. Nesse sentido, esses intelectuais são responsáveis por criar as bases de ruptura entre superestruturas presentes na ordem do dia e a base material que a sustenta.

Assim, compreendemos que a economia solidária cuja práxis é forjada pela experiência da classe trabalhadora, acelera os movimentos moleculares de transformação da sociedade. Ou melhor, o que se pode afirmar é que a economia solidária promove um processo de desenraizamento de certos elementos da vida social, política e cultural, ao mesmo tempo que

fomenta um enraizamento de outros elementos que podem vir a fazer parte de uma formação outra da vida social, política e cultural. Nesse sentido, um sem-número de identidades são quebradas para que tenha lugar a configuração e surgimento de outras identidades. A quebra da identidade se dá por diversos modos, um deles é o movimento de desconstrução dos discursos de uma ordem no mesmo momento em que ocorre a construção de um discurso coerente na qual figure a práxis social com vistas a uma participação dinamizada pelo senso comunitário e coletivo. A referência à discurso se dá na órbita do entendimento segundo a qual o discurso é resultado da práxis humana transformadora que ele pode materializar ou inviabilizar. O processo de desconstrução do discurso articula na vida individual e social dos sujeitos o desenvolvimento de uma ruptura inicialmente com a socialização e a construção de outra socialização surgida da ruptura com a anterior.

Observa-se que na economia solidária, aqui investigada a partir dos autores discutidos e na práxis descrita nesta pesquisa, que o discurso de ruptura, superação, desconstrução, está ligado à sua dimensão de ser produtora e produto ao mesmo tempo de sentidos, significados e ações. Esse duplo caráter indica que essa economia solidária enxerga a realidade de modo dialético. A projeção proposta por essa economia solidária reafirma que seu discurso é produto da intervenção da classe trabalhadora e produtor de sentido e modos de vida. Parafrazeando a epígrafe do romance “A bibliotecária de Auschwitz” de Antonio G. Iturbe na qual consta que “o que a literatura faz é o mesmo que acender um fósforo no campo no meio da noite. Um fósforo não ilumina quase nada, mas nos permite ver quanta escuridão existe ao redor”, refletimos que esses grupos produtivos de economia solidária não são, no atual contexto, uma força social capaz de suplantar sozinha o capitalismo, mas, tem desempenhado um importante papel político e educativo na auto-organização e à autoeducação dos trabalhadores e das trabalhadoras. Além disso, os grupos produtivos de economia solidária, organizados pela classe trabalhadora, são esse “fósforo” diante das determinações e “escuridões”/contradições do modelo societal organizado com base na centralidade do capital em todas as suas dimensões. Relegar esses grupos à sua própria sorte, por considerá-los românticos ou utópicos, representa um retrocesso econômico, político e ideológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. São Paulo: Ideias & letras, 2010.

ADRIÃO Theresa. DOMICIANO Cassia Alessandra **A Educação Pública e as Corporações**: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil. FINEDUCA: Revista de financiamento da educação, 2018. (Volume 8 – 2018, n. 3)

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro**: de frente para o Estado em busca do parlamento. São Paulo: Cortez, 1991.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: O trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo : Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: Gentili, Pablo; Frigotto, Gaudêncio (Org.) **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2011. p. 35-48.

BARATA-MOURA, José. **Ideologia e práxis**. Lisboa: Editorial Caminho, 1978.

BARATA-MOURA, José. **Da representação à práxis**: itinerários do idealismo contemporâneo. Lisboa: Editorial Caminho, 1986.

BARATA-MOURA, José A. **O “nosso Gramsci” e (de novo) a questão da ontologia marxista**. *Vértice*, Lisboa, n.37. abr. 1991. p. 15-33.

BARATA-MOURA, José. **O trabalho da educação**. Revista Trabalho Necessário. Rio de Janeiro: ano 13, número 20, 2015.

BARATA-MOURA, José. **Prática** – Para uma esclarecimento do seu sentido como categoria filosófica. Lisboa: Edições Calibri, 1994.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. **As metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva**: a economia popular e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. In: JINKINGS, Ivana. DORIA, Kim. CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.** Brasília: Presidência da República, 2018. Sobre terceirização. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9507.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.507%2C%20DE%2021%20DE%20SETEMBRO%20DE%202018&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20ex%20ecu%C3%A7%C3%A3o%20indireta,economia%20mista%20controladas%20pela%20Uni%C3%A3o. Acessado em: 15 out. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acessado em 15 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Brasília, 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acessado em 15 out. 2020.

BRASIL. Secretaria de Trabalho, Ministério da Economia. **Economia solidária tem mais de 20 mil empreendimentos cadastrados no Brasil.** Governo Federal, 2018. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/noticias/5644-economia-solidaria-tem-mais-de-20-m>. Acesso em: jan. 2022.

CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coimbra: Edições Almedina, 2009.

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO. **A instituição.** Disponível em <https://centrofeminista.com/a-instituicao/>. Acesso em: 08 de abr. 2020.

CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil. *In*: DAGNINO, Evelina. **Anos 90 – política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado:** pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

COSTA, Graça. O desmonte do Estado. *In*: JINKINGS, Ivana. DORIA, Kim. CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAMASCENO, Maria Nobre. **Movimentos Sociais** - contextualização e práticas organizativas. Texto preliminar com a finalidade de embasar a discussão com o grupo do Núcleo de Movimentos Sociais e Escola do Programa de Pós Graduação em Educação da UFC.

DEFOURNY, Jacques. Economia social. *In*: CATTANI, Antonio David (et al.). **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra: Almedina, 2009.

DEL PINO, Mauro Augusto Burkert. **A universidade pública e o Future-se:** a valorização do capital como centro das relações acadêmicas. *Revista de Educação Pública*, v. 29, p. 1-12, 2020.

DIAS, Edmund F. (*et al.*). **O outro Gramsci.** São Paulo: Xamã, 1996.

DOWBOR, Lasdila. **A formação do capitalismo dependente no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Lisboa: Editora Avante, 1975.

ENGUIITA, Mariano Fernandez. **Educação e teorias da resistência**. Educação & Realidade, Porto Alegre, V. 14, n. I, p. 3-15, jan./jun. 1989.

ENGUIITA, M. F. **Reprodução, contradição, estrutura social e atividade humana na educação**. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 1, p. 108-133, 1990.

FAULKNER, William. **Enquanto agonizo**. Rio de Janeiro: Expansão editorial, 1978.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, João Viegas. **From the theories of social and cultural reproduction to the theory of resistance**. British Journal of Sociology of Education, v.9, n.2, p. 169- 180, 1988.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de princípios da Economia Solidária**. Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>. Acesso em mar. 2022.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **A formação do “cidadão produtivo”: da política de expansão do ensino médio técnico nos anos 80 à fragmentação da educação profissional nos anos 90: entre discursos e imagens (2001-2004)**. Rio de Janeiro: UFF, 2004. Relatório de pesquisa.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no governo lula: um percurso histórico controvertido**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

FUTURE-SE. **Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE**. Brasília, 2019. Disponível em: https://ufla.br/images/arquivos/2019/07-julho/Programa_Future-se.pdf. Acessado em 20 out. 2020.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária e o valor das relações sociais vinculantes**. Revista Katálysis, Santa Catarina, v. 11, p.11-18, 10 jan. 2008. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/1796/179613968002/>. Acesso em: 15 fev. 2018.

GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária e a revitalização do paradigma cooperativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 28, n. 82, 2013.

GAIGER, Luiz Inácio. **Modelos de empreendimentos econômicos solidários: uma tipologia com base em dados nacionais**. Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho-ABET, João Pessoa/PB, v. 19, n. 2, Julho a Dezembro de 2020.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Editora L&PM, 2010.

GEORGES, Isabel. LEITE, Márcia de Paula. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo, Annablume; FAPESP, 2009.

GIROUX, Henry. **Teoria crítica e resistência em educação** - para além das teorias da reprodução. Petrópolis: Vozes, 1986.

GOULART, Jefferson O. MARIN, Thais R. **Histórico recente das políticas públicas de economia solidária: apontamentos sobre o primeiro governo lula**. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/arquivos/jefferson-oliveira-goulart-thais-r.%20Marin>. Acesso em: mar. 2022.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – Volume 1 – Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – Volume 4 – Temas de cultura. Ação política. Americanismo e fordismo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEIDEGGER, Martin. **A questão da técnica**. In: Ensaio e conferências. Petrópolis: Vozes, 2012.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOBBSAWM, Eric J. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988

ICAZA, A.; TIRIBA, Lia. Economia popular. In: CATANI, A. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 101-109.

IFRN. **Projeto político-pedagógico do IFRN**: Uma construção coletiva. Natal/RN, 2012.

IFRN/MOSSORÓ. **Relatório do I seminário – Economia Solidária em movimento: problemas e soluções**. Mossoró, 2017. Disponível no arquivo do projeto “GerAção Solidária”. Acessado em 14 out. 2020.

IFRN/MOSSORÓ. **Relatórios de Gestão**. Mossoró, 2016. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/mossoro/arquivos/relatorio-de-gestao>. Acessado em 14 out. 2020.

IFRN/MOSSORÓ. **Relatórios de Gestão**. Mossoró, 2018. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/mossoro/institucional/relatorios-de-gestao>. Acessado em 14 out. 2020.

ITURBE, Antonio G. **A bibliotecária de Auschwitz**. Rio de Janeiro: Harpecollins Brasil, 2014.

JESUS E SILVA, Ana Maria Clementino. **As tensões e contradições das políticas educacionais brasileiras dos governos de Lula e Dilma Rousseff**: o Ideb e o Programa Mais Educação. Belo Horizonte, 2019. Tese doutorado Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. 269 F.

JINKINGS, Ivana. DORIA, Kim. CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

KONDER, Leandro. **O pensamento de Marx**. IN: HÜHNE, Leda Miranda. Profetas da modernidade – Século XIX – Hegel, Marx, Nietzsche e Comte. Rio de Janeiro: UAPÊ/SEAF, 1995.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

KRUPPA, Sônia M. Portella (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep/MEC, 2005.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio e Profissional**: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1985.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LEHER, Roberto. **Educação e Ciência após 2018**: neoliberalismo extremo e guerra cultural. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/gt11-trabalho_encomendado_40rn.pdf. Acessado em nov. 2022.

LEHER, Roberto. **Universidade pública federal brasileira: future-se e “guerra cultural”** como expressões da autocracia burguesa. Educ. Soc., Campinas, 2021. V. 42, e241425.

LEITE, José Correia. **Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política**. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

LÊNIN, Vladimir. **O que fazer?** As questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Editora HUCITEC, 1988.

LOMBARDI, José Claudinei. **A experiência na concepção Materialista dialética da História**. IN: MAGALHÃES, Livia Diana R.; TIRIBA, Lia. Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

MAGALHÃES, Livia Diana R.; TIRIBA, Lia. **Experiência: o termo ausente?** Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; TIRIBA, Lia. **Introdução: experiência – o termo ausente?** IN: MAGALHÃES, Livia Diana R.; TIRIBA, Lia. Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

MARIANI, Édio João. **A trajetória do neoliberalismo**. Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar. Maringá/Paraná, 2007. Nº 13 - agosto a novembro.

MARTINS, João Rodrigo V. Educação como lócus da luta de classe na pandemia. IN: SOARES et al. **Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil**. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020.

MARX, Karl. **A assim chamada acumulação primitiva**. In: O capital: crítica da economia política – livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **As metamorfoses do capital e seu ciclo**. In: O capital: crítica da economia política – livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (I – Feuerbach)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MENEZES, Maria Thereza Candido Gomes de. **Economia solidária**: elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo, Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: Boitempo, 2002.

MOURA, Dante Henrique. **Ensino médio integrado**: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013.

NASCIMENTO, Claudio. **A autogestão e o “novo cooperativismo”**. Seminário Nacional de Autogestão. Joinville, Santa Catarina – 13 e 14 de dez. 2004.

NASCIMENTO, Cláudio. **Ensaio sobre autogestão e educação popular**. Marília/SP: Lutas anticapital, 2020.

NASCIMENTO, Cláudio. Socialismo Autogestionário. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003).

NOVAES, Henrique Tahan (*et al*). **Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital**. Marília/SP: Lutas anticapital, 2018.

NOVAES, Henrique T. **Os limites das políticas públicas de Economia solidária diante da ofensiva do capital financeiro**: notas sobre o Brasil e outros países da América do Sul. Revista Mercado de Trabalho. n. 58, ano 21. Abril de 2015 (IPEA).

NUNES, Débora. **A economia solidária como projeto de sociedade**. In: BAHIA – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Economia Sustentável. Salvador: SETRE, 2011.

NUNES, Débora. **Incubação de empreendimentos de economia solidária**: uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo: Annablume, 2009.

OIT. **Futuro do trabalho**. 2020. In: <https://www.ilo.org/brasil/temas/fow/lang-pt/index.htm>. Acesso em out. 2020.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica.** Cadernos de Pesquisa, n.114, p.179-195, nov., 2001.

PMDB. **Uma ponte para o futuro, 2015.** arquivo online digital: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acessado em: 10 out. 2020.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais.** Porto: Portucalense, 1971.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** São Paulo: Cortez, 2001.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1994. 390 p.

QUEIROZ, Karla da S.; SOUZA, Francisco das Chagas S. **Implantação da UNED/ETFRN em Mossoró: A primeira expansão da educação profissional federal no Rio Grande do Norte.** Revista brasileira de educação profissional e tecnológica, 2017. V.02 nº 13.

QUIJANO, Aníbal. **Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RAMOS, Marise N. **A experiência no pragmatismo e na filosofia da práxis: uma reflexão para o estudo dos saberes profissionais.** IN: MAGALHÃES, Livia Diana R.; TIRIBA, Lia. Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

REDE XIQUE XIQUE. **Carta de princípios da Rede Xique Xique de comercialização solidária.** Disponível em <http://redexiquexique.resf.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ROLO, Márcio. **Modos de produção da vida: o ensino das ciências e a teoria do valor de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2022.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIAS FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cyntia G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 205-224

SAVIANI, Demerval. **Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o desmonte da educação nacional.** Revista Exitus, Santarém/PA, Vol.10, p. 01-25, e020063, 2020.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia.** São Paulo: Cortez, 1996

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** São Paulo, Autores Associados, 2007.

SCHIOCHET, Valmor. Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve trajetória e desafios. **Revista Mercado de Trabalho**, n. 40. Agosto, 2009 (IPEA)

SCHÜTZ, Rosalvo. Economia popular solidária: novos horizontes para a educação popular? *In: LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Desafios da economia solidária.* São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2008 (Le Monde Diplomatique Brasil: 4)

SEGUNDO, João Joaquim de Melo Neto; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções:** Banco Palmas ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA Luiz Felipe Barros; MACENO, Talvanes Eugênio. **As epidemias virais como fenômenos da natureza do sistema do capital.** *In: SANTOS NETO.* Artur Bispo dos, FERNANDES. Elaine Nunes Silva. Coronavírus e crise do capital: impactos aos trabalhadores e à natureza. [recurso digital] / Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020.

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.** *In: Economia solidária volume I.* Disponível em: www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1&2.pdf. Acessado em out. 2016.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Utopia militante:** repensando o socialismo. São Paulo: Vozes, 1998.

SOUSA JÚNIOR, Justino de. **A crise da escola.** Fortaleza: Editora da UFC, 2014.

SOUSA JÚNIOR, Justino de Sousa. **Marx e crítica da educação:** da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

SOUSA JÚNIOR. Justino de. **Trabalho, práxis e o programa marxiano da educação.** *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31, 2008, Caxambu. Anais. Caxambu, ANPED, 2008.*

SOUSA JÚNIOR, Justino de. O princípio educativo da práxis – atualizando o debate teórico da relação trabalho educação. *In: BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha. (ORGs.). Realidades da educação profissional no Brasil.* São Paulo: ícone, 2015.

SOUSA JÚNIOR, Justino de. Politecnica e onilateralidade em Marx. **Revista Trabalho e educação,** Belo horizonte, n. 5, jan/jun, 1999.

SOUSA JÚNIOR. Justino. **Práxis, ontologia e formação humana.** Lisboa, Portugal: editora Lisbon International Press, 2021.

SOUSA JÚNIOR. Justino. **Regressão social (acima de todos) e resistência da classe trabalhadora (acima de tudo).** *Cad. Pesq., v. 26, n. 4, out./dez., 2019.*

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado:** a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

STREECK, Wolfgang. **O retorno dos reprimidos como início do fim do capitalismo neoliberal.** *In:* GEISELBERGER, Heinrich (org.). A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos - e como enfrentá-los. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

THOMPSON, E.P. **A Economia moral das multidões.** *In:* THOMPSON, E. P. Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costume, lei e direito comum.** *In:* THOMPSON, E. P. Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **Os Românticos** – a Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.

TIRIBA, Lia. Fios invisíveis do(s) mundo(s) do Trabalho: a experiência à lupa. *In:* Magalhães, Lívia Diana R.; Tiriba, Lia. **Experiência: o termo ausente?** Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

TIRIBA, Lia; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha. **Lições do trabalho associado: Educação, experiência e Memória coletiva.** *In:* MAGALHÃES, Lívia Diana R.; TIRIBA, Lia. Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

TORRES, Michelangelo. **Um balanço do primeiro ano da política educacional do governo Bolsonaro.** Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/12/21/um-balanço-do-primeiro-ano-da-política-educacional-do-governo-bolsonaro/#sdfootnote3anc>. Acesso em: 17 out. 2020.

VANNUCHI, P. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VASCONCELLOS, Bruna Mendes de. **Gênero, tecnologia e Economia Solidária: reflexões a partir da experiência de uma associação de mulheres rurais.** 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Política Científica e Tecnológica., Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2011. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286884/1/Vasconcellos_BrunaMendesde_M.pdf. Acesso em: 15 fev. 2018.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VENDRAMINI, Célia Regina. **A pesquisa em trabalho e educação diante dos desafios de formação da classe trabalhadora:** uma análise a partir da categoria experiência. *In:* MAGALHÃES, Livia Diana R.; TIRIBA, Lia. **Experiência:** o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

VIEIRA, Mauro R. de, OLIVEIRA, Rômulo V., SOUSA Jr. **A educação como relação social fundamental e a emancipação humana.** *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v.13, n.1, p.554-574, abr. 2021.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da economia solidária.** São Paulo: Outras expressões, 2012.